

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**VALÉRIA PERON DE SOUZA PINTO**

**TRABALHO E PODER DE DECISÃO DAS MULHERES CAMPONESAS  
NOS ASSENTAMENTOS DE CORUMBÁ E LADÁRIO/MS**

**DOURADOS/MS  
2018**

**VALÉRIA PERON DE SOUZA PINTO**

**TRABALHO E PODER DE DECISÃO DAS MULHERES CAMPONESAS  
NOS ASSENTAMENTOS DE CORUMBÁ E LADÁRIO/MS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia a Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

**Área de concentração:** Espaço e Reprodução Social-práticas e representações

**Orientador:** Prof. Dr. João Edmilson Fabrini

**DOURADOS/MS  
2018**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).**

P659t Pinto, Valeria Peron De Souza

Trabalho e poder de decisão das mulheres camponesas nos assentamentos de Corumbá e Ladário/MS / Valeria Peron De Souza Pinto -- Dourados: UFGD, 2018.

219f. : il. ; 30 cm.

Orientador: João Edmilson Fabrini

Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados.

Inclui bibliografia

1. Campesinato. 2. Mulheres. 3. Trabalho. 4. Relações de gênero. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

**VALÉRIA PERON DE SOUZA PINTO**

**TRABALHO E PODER DE DECISÃO DAS MULHERES CAMPONESAS NOS  
ASSENTAMENTOS DE CORUMBÁ E LADÁRIO/MS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito à obtenção do título de Doutora.

Área de concentração: Espaço e Reprodução Social- práticas e representações.

**Aprovada em:** Dourados, 25 de maio de 2018.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. João Edmilson Fabrini (Dr. UFGD) – Orientador

---

Profª. Márcia Yukari Mizusaki (Dra. UFGD)

---

Profª. Alzira Salete Menegat (Dra. UFGD)

---

Prof. Losandro Antônio Tedeschi (Dr. UFGD)

---

Prof. Edgar Aparecido da Costa (Dr. UFMS)

## AGRADECIMENTOS

À UFGD, pela oportunidade de participar do Programa de Pós-Graduação em Geografia;

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia, pelos conhecimentos compartilhados;

À FUNDECT/MS, pela bolsa concedida;

Às mulheres e homens dos assentamentos estudados, por me receberem em seus lotes com atenção e carinho, e por compartilharem comigo um pouco da sua vivência e experiência;

Ao meu orientador, Professor João Edmilson Fabrini, por todo processo de orientação, por todos os ensinamentos, pela paciência, compreensão e apoio; fica minha admiração e gratidão à pessoa e ao excelente profissional;

À professora Márcia Yukari Mizusaki, pela oportunidade de participar do estágio docência e pelos inúmeros aprendizados obtidos; fica a minha admiração pela pessoa e pela profissional;

À minha família, meu esposo Jorge, meus filhos Jorge Luiz, Giovanna e Giullia, pelo companheirismo, atenção, amor e compreensão em relação às minhas ausências;

À Jueci e Cíntia Menghini, pelo apoio e carinho durante todo o doutorado;

A meus pais, Ademar e Maria Helena (in memoriam), pela vida e pelos ensinamentos de vida.

### ***O Caminho da Vida***

*O caminho da vida pode ser o da liberdade e da beleza, porém nos extraviamos.*

*A cobiça envenenou a alma dos homens... levantou no mundo as muralhas do ódio... e tem-nos feito marchar a passo de ganso para a miséria e morticínios.*

*Criamos a época da velocidade, mas nos sentimos enclausurados dentro dela. A máquina, que produz abundância, tem-nos deixado em penúria.*

*Nossos conhecimentos fizeram-nos céticos; nossa inteligência, empedernidos e cruéis. Pensamos em demasia e sentimos bem pouco.*

*Mais do que de máquinas, precisamos de humanidade. Mais do que de inteligência, precisamos de afeição e doçura. Sem essas virtudes, a vida será de violência e tudo será perdido.*

Charles Chaplin

## RESUMO

O trabalho desenvolvido pelas mulheres camponesas dos assentamentos rurais de reforma agrária dos municípios de Corumbá e Ladário, em Mato Grosso do Sul tem um sentido produtivo e/ou reprodutivo que se articulam desigual e contraditoriamente entre si. Os trabalhos produtivos desenvolvidos através das tarefas de produção no lote, e os trabalhos reprodutivos desenvolvidos através das tarefas domésticas e cuidados com a família, influenciam as relações vividas e o poder de decisão das mulheres no espaço familiar bem como se desdobram na vida fora do ambiente familiar. Foram estudados os sete assentamentos existentes nos municípios de Corumbá e um do município de Ladário. Para atender aos objetivos da pesquisa, foram realizadas 42 entrevistas com mulheres dos assentamentos estudados, além de levantamento bibliográfico, levantamento documental, visitas ao Incra, Agraer, às feiras livres de Corumbá. Após análise e interpretação de dados evidenciou-se que as mulheres camponesas têm poder de decisão dentro do lote, que as relações de poder vivenciadas, referentes à relação de gênero, nos lotes, propiciam companheirismo no desenvolvimento dos trabalhos produtivos e reprodutivos. Essas mulheres não têm participação política, mas participam ativamente das vendas e têm poder de decisão sobre elas.

**Palavras-chave:** Campesinato. Mulheres. Trabalho. Relações de gênero.

## ABSTRACT

The work developed by peasant women in rural agrarian reform settlements in the municipalities of Corumbá and Ladário in Mato Grosso do Sul has a productive and / or reproductive meaning that articulates unequally and contradictorily among themselves. The productive work developed through the production tasks in the lot, and the reproductive work developed through the domestic tasks and care with the family, influence the lived relations and the decision power of the women in the family space as well as unfold in the life outside the environment family. The seven settlements in the municipalities of Corumbá and one in the municipality of Ladário were studied. In order to meet the research objectives, 42 interviews were conducted with women from the settlements studied, as well as a bibliographical survey, a documentary survey, visits to Incra, Agraer, to the free fairs of Corumbá. After analyzing and interpreting data, it was evident that peasant women have decision-making power within the lot, that the lived power relations, related to the gender relation, in the lots, provide companionship in the development of productive and reproductive work. These women do not have political participation, but actively participate in sales and have decision-making power over them.

**Key-words:** Peasantry. Women. Job. Gender relations.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AGRAER</b>	Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
<b>APA</b>	Área de Preservação Ambiental
<b>ATER</b>	Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>BID</b>	Banco Interamericano de Desenvolvimento
<b>CDRU</b>	Concessão do Direito Real de Uso
<b>CELAC</b>	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
<b>CPLP</b>	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
<b>CPT</b>	Comissão Pastoral da Terra
<b>CRAS</b>	Centro de Referência de Assistência Social
<b>CUT</b>	Central Única dos Trabalhadores
<b>DOPS</b>	Departamento de Ordem Política e Social
<b>DPMR</b>	Documento de Políticas Públicas para Mulheres Rurais no Brasil
<b>EMBRAPA</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>FAO</b>	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
<b>FHC</b>	Fernando Henrique Cardoso
<b>FLV</b>	Frutas, Legumes e Verduras
<b>GERA</b>	Grupo Interministerial de Trabalho sobre a Reforma Agrária
<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
<b>IBRA</b>	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>INDA</b>	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
<b>INSS</b>	Instituto Nacional do Seguro Social
<b>LOA</b>	Lei Orçamentária Anual
<b>MDA</b>	Ministério do Desenvolvimento Agrário
<b>MMC</b>	Movimento das Mulheres Camponesas
<b>MMTR</b>	Movimento das Mulheres Trabalhadoras
<b>MMTR-NE</b>	Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste
<b>MRH</b>	Microrregião Homogênea Pantanal
<b>MS</b>	Mato Grosso do Sul
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra)
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho

<b>PA</b>	Projeto Assentamento
<b>PAA</b>	Programa Nacional de Aquisição de Alimentos
<b>PDA</b>	Projeto de Desenvolvimento do Assentamento
<b>PIN</b>	Programa de Integração Nacional
<b>PLADESCO</b>	Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro Oeste
<b>PRODEPLAN</b>	Programa Especial de Desenvolvimento da Região do Pantanal Matogrossense
<b>PLANAPO</b>	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
<b>PLOA</b>	Projeto da Lei Orçamentária Anual
<b>PLPT</b>	Programa Luz para Todos
<b>PNAE</b>	Programa Nacional de Alimentação Escolar
<b>PND</b>	Plano Nacional de Desenvolvimento
<b>PNDTR</b>	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
<b>PNRA</b>	Plano Nacional de Reforma Agrária
<b>POLAMAZONIA</b>	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
<b>POLOCENTRO</b>	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
<b>POPMR</b>	Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais
<b>PRA</b>	Projeto de Recuperação do Assentamento
<b>PROCERA</b>	Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária
<b>PRODEGRAN</b>	Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados
<b>PRODOESTE</b>	Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste
<b>PRONAF</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>PROTERRA</b>	Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
<b>REAF</b>	Reunião Especializada da Agricultura Familiar do Mercosul
<b>SEBRAE</b>	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
<b>SUDAM</b>	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
<b>SUDECO</b>	Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste
<b>SUPRA</b>	Superintendência de Política Agrária
<b>TODA</b>	Títulos da Dívida Agrária
<b>UDR</b>	União Democrática Ruralista
<b>UFMS</b>	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
<b>ULTAB</b>	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Localização dos Assentamentos dos Municípios de Corumbá e Ladário .....	20
<b>Figura 2:</b> Número de Ocupações em MS – 1988 a 2013 .....	46
<b>Figura 3:</b> Concentração Fundiária em MS – 2013 .....	48
<b>Figura 4:</b> Fazenda alagada pelas cheias no Pantanal .....	55
<b>Figura 5:</b> Retirada das famílias do Taquaral após Despejo – 1989 .....	58
<b>Figura 6:</b> Passeata realizada em Campo Grande após despejo dos assentados do Taquaral – 1989 .....	61
<b>Figura 7:</b> Famílias em frente à sede do Incra em Corumbá – 1991.....	63
<b>Figura 8:</b> Manifestação realizada pelas mulheres dos assentamentos de Corumbá – 1991...	63
<b>Figura 9:</b> Localização do Assentamento Tamarineiro I.....	68
<b>Figura 10:</b> Parcelamento do Assentamento Tamarineiro I .....	71
<b>Figura 11:</b> Afloramento de rochas no solo – Tamarineiro I.....	72
<b>Figura 12:</b> Posto de Saúde Tamarineiro I .....	75
<b>Figura 13:</b> Prédio da Escola no Tamarineiro I .....	75
<b>Figura 14:</b> Galpão Abandonado PA Tamarineiro I .....	76
<b>Figura 15:</b> Localização do Assentamento Urucum .....	78
<b>Figura 16:</b> Parcelamento do Assentamento Urucum.....	79
<b>Figura 17:</b> Posto de Saúde do Assentamento Urucum .....	81
<b>Figura 18:</b> Escola Municipal Polo Carlos Carcano - PA Urucum.....	81
<b>Figura 19:</b> Centro Comunitário e Escola do Assentamento Urucum .....	82
<b>Figura 20:</b> Armazém Para Grãos e Máquinas no PA Urucum.....	82
<b>Figura 21:</b> Localização do Assentamento Mato Grande.....	84
<b>Figura 22:</b> Parcelamento do Assentamento Mato Grande .....	85
<b>Figura 23:</b> Lote banhado pela Baía do Mato Grande.....	86
<b>Figura 24:</b> Posto de saúde do assentamento Mato Grande .....	87
<b>Figura 25:</b> Escola Municipal do Assentamento Mato Grande .....	87
<b>Figura 26:</b> Galpão Para Máquinas do PA Mato Grande .....	88
<b>Figura 27:</b> Construção Ocupada por uma Família do Assentamento .....	88
<b>Figura 28:</b> Localização do Assentamento Taquaral .....	91
<b>Figura 29:</b> Parcelamento do Assentamento Taquaral .....	92

<b>Figura 30:</b> Escola Municipal no PA Taquaral.....	94
<b>Figura 31:</b> Posto de Saúde no PA Taquaral .....	94
<b>Figura 32:</b> Localização do Assentamento Tamarineiro II .....	95
<b>Figura 33:</b> Parcelamento do Assentamento Tamarineiro II.....	97
<b>Figura 34:</b> Localização do Assentamento Paiolzinho.....	98
<b>Figura 35:</b> Parcelamento do Assentamento Paiolzinho .....	100
<b>Figura 36:</b> Escola Municipal PA Paiolzinho.....	103
<b>Figura 37:</b> Localização do Assentamento 72 .....	104
<b>Figura 38:</b> Parcelamento do Assentamento 72.....	105
<b>Figura 39:</b> Escola Municipal do Assentamento 72.....	108
<b>Figura 40:</b> Centro Múltiplo de atendimento no PA 72 .....	108
<b>Figura 41:</b> Produção de um lote do Projeto Bem-Estar na feira da UFMS .....	110
<b>Figura 42:</b> Feira de terça-feira no campus da UFMS .....	111
<b>Figura 43:</b> Qualidade dos Produtos de um dos lotes participantes do Projeto Bem-Estar..	112
<b>Figura 44:</b> Implantação de Horta Redonda .....	113
<b>Figura 45:</b> Criação de Galinhas em Associação com a Implantação de Horta Redonda.....	113
<b>Figura 46:</b> Localização do Assentamento São Gabriel.....	116
<b>Figura 47:</b> Parcelamento do Assentamento São Gabriel .....	117
<b>Figura 48:</b> Escola Abandonada no PA São Gabriel.....	118
<b>Figura 49:</b> Casa Abandonado PA São Gabriel.....	120
<b>Figura 50:</b> Barracão Abandonado no PA São Gabriel.....	121
<b>Figura 51:</b> Artesanato Produzido por assentada do PA 72 .....	184

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Estrutura Fundiária em MS (2006).....	47
<b>Tabela 2:</b> Concentração Fundiária nos Municípios de Corumbá e Ladário.....	53
<b>Tabela 3:</b> Quantidade de moradores no lote.....	148
<b>Tabela 4:</b> Culturas encontradas nos assentamentos .....	150
<b>Tabela 5:</b> Trabalho da mulher na lavoura .....	153
<b>Tabela 6:</b> Participação da mulher na comercialização de FLV .....	155
<b>Tabela 7:</b> Local de vendas dos produtos de FLV .....	156
<b>Tabela 8:</b> Criação de animais .....	158
<b>Tabela 9:</b> Trabalho da mulher na criação animal .....	158
<b>Tabela 10:</b> Produtos fabricados nos assentamentos.....	161
<b>Tabela 11:</b> Participação da mulher na agregação de valor.....	162
<b>Tabela 12:</b> Decisão da Venda do Produto com valor Agregado .....	163
<b>Tabela 13:</b> Local de Comercialização de Produtos com Valor Agregado .....	164
<b>Tabela 14:</b> Relação entre trabalho da mulher na lavoura e idade.....	165
<b>Tabela 15:</b> Realização de Tarefas Domésticas e Rotineiras no lote .....	167
<b>Tabela 16:</b> Poder de Decisão sobre a Renda do Lote .....	171
<b>Tabela 17:</b> Outras fontes de renda .....	173
<b>Tabela 18:</b> Decisão da Renda Gerada Fora do Lote .....	174
<b>Tabela 19:</b> Decisão de compra de produtos para Mulheres .....	176
<b>Tabela 20:</b> Trabalho Preferido da mulher .....	178
<b>Tabela 21:</b> Trabalho de que a mulher não gosta de realizar.....	179
<b>Tabela 22:</b> Tarefa considerada mais importante pelas mulheres.....	180
<b>Tabela 23:</b> Motivos para Falta de Cooperativismo/associativismo de Mulheres.....	183
<b>Tabela 24:</b> Participação das mulheres em Movimentos Sociais, Sindicato e Associação ....	185
<b>Tabela 25:</b> Atuação do INCRA no Assentamento .....	189
<b>Tabela 26:</b> Atuação da Agraer nos Assentamentos .....	190
<b>Tabela 27:</b> Atuação da Prefeitura nos Assentamentos.....	191
<b>Tabela 28:</b> Demanda de Políticas Públicas para os Assentamentos .....	194
<b>Tabela 29:</b> Demanda de Políticas Públicas para Mulheres .....	197
<b>Tabela 30:</b> Demanda de Lazer para Mulheres.....	198

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Assentamentos de Corumbá/MS e Ladário/MS .....	19
<b>Quadro 2:</b> Número de entrevistas por assentamento .....	23
<b>Quadro 3:</b> Número de Assentamentos Criados no Brasil e em Mato Grosso do Sul de 1995 a 2016 .....	39
<b>Quadro 4:</b> Dados dos assentamentos de Corumbá e Ladário.....	65
<b>Quadro 5:</b> Projetos do PRA Tamarineiro I (2009) .....	73
<b>Quadro 6:</b> Projetos do PRA Urucum (2009).....	83
<b>Quadro 7:</b> Projetos do PRA Mato Grande (2009).....	89
<b>Quadro 8:</b> Projetos do PRA Tamarineiro II e Paiolzinho (2009).....	101
<b>Quadro 9:</b> Projetos do PRA 72.....	107
<b>Quadro 10:</b> Políticas Públicas para Mulheres Rurais no Brasil. ....	142
<b>Quadro 11:</b> Comparativo de verbas orçamentária destinadas a reforma agrária e a políticas para mulheres no período de 2016 a 2018 .....	145

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO 1 - REFORMA AGRÁRIA E LUTA PELA TERRA.....</b>	<b>27</b>
<b>1.1 A Luta pela Reforma Agrária no Brasil.....</b>	<b>27</b>
<b>1.2 A Reforma Agrária e a Luta Pela Terra no Mato Grosso do Sul .....</b>	<b>40</b>
<b>1.3 A Concentração Fundiária em Corumbá e Ladário .....</b>	<b>49</b>
<b>CAPÍTULO 2 - OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA EM CORUMBÁ E LADÁRIO .....</b>	<b>65</b>
<b>2.1 Projeto Assentamento Tamarineiro I.....</b>	<b>67</b>
<b>2.2 Projeto Assentamento Urucum.....</b>	<b>76</b>
<b>2.3 Projeto Assentamento Mato Grande .....</b>	<b>84</b>
<b>2.4 Projeto Assentamento Taquaral.....</b>	<b>90</b>
<b>2.5 Projeto Assentamentos Tamarineiro II e Paiolzinho .....</b>	<b>94</b>
<b>2.6 Projeto Assentamento 72 .....</b>	<b>103</b>
<b>2.6.1 Projeto Bem-Estar nº 72 .....</b>	<b>108</b>
<b>2.7 Projeto Assentamento São Gabriel.....</b>	<b>115</b>
<b>CAPÍTULO 3 - O TRABALHO DAS MULHERES NOS ASSENTAMENTOS DE CORUMBÁ E LADÁRIO: AUTONOMIA E/OU SUBORDINAÇÃO .....</b>	<b>122</b>
<b>3.1 Gênero e classe social no campesinato.....</b>	<b>122</b>
<b>3.2 Gênero e Movimentos sociais.....</b>	<b>133</b>
<b>3.3 Políticas Públicas para Mulheres Camponesas.....</b>	<b>138</b>
<b>3.4 Mulheres Camponesas dos Assentamentos Rurais de Corumbá e Ladário.....</b>	<b>147</b>
<b>3.4.1 O trabalho produtivo das mulheres dos assentamentos.....</b>	<b>149</b>
<b>3.4.2 O trabalho reprodutivo das mulheres dos assentamentos.....</b>	<b>166</b>
<b>3.4.3 Poder de decisão da mulher sobre a renda.....</b>	<b>170</b>
<b>3.4.4 Satisfação e importância percebida dos trabalhos desenvolvidos no lote .....</b>	<b>177</b>
<b>3.4.5 Participação das mulheres em produções coletivas, cooperativas, associações, sindicatos ou movimentos sociais.....</b>	<b>181</b>
<b>3.4.6 Mulheres camponesas: demandas de políticas públicas e percepção sobre atuação de órgãos públicos.....</b>	<b>188</b>
<b>3.4.7 Impactos de fatores externos ao assentamento na vida das mulheres camponesas de assentamento.....</b>	<b>198</b>

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>205</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>211</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>218</b>

## INTRODUÇÃO

Os assentamentos de reforma agrária são criados a partir da luta dos sem-terra e como medidas do Estado para resolver conflitos no campo. Resultam, portanto, de reivindicações a partir da estratégia de ocupação de terra e montagem de acampamentos, principalmente. O movimento dos sem-terra é a mais importante organização de luta de resistência camponesa no Brasil.

Nos assentamentos ocorre a materialização e construção do território camponês, onde são criadas e recriadas relações camponesas de produção. Portanto, os assentamentos são territórios de produção e reprodução do campesinato.

Os camponeses assentados possuem caráter ativo e realizam ações políticas que visam garantir condições para que desenvolvam a produção, como luta por crédito financeiro, infraestrutura, assistência técnica etc. A posse da terra impõe, ao camponês assentado, uma nova condição: a organização da produção no assentamento.

A organização da produção agrícola é uma condição básica para garantir o progresso econômico, social e político das famílias “beneficiadas”, o que permite a manutenção do assentado na terra. A produção agrícola de mercadorias não é suficiente para garantir a existência do camponesa porque pode levá-lo à subordinação e expropriação. Nesse sentido, a existência camponesa está vinculada a lutas sociais, ou seja, a existência camponesa não se baseia exclusivamente na eficiência produtiva de mercadorias.

Com relação à questão camponesa, as principais teorias foram desenvolvidas por Kautsky (1998) e Lênin (1980), que apontavam o desaparecimento do campesinato diante do crescimento e desenvolvimento das relações capitalistas. Chayanov (1974), ao estudar a organização camponesa, apontou que sua existência está diretamente ligada ao seu objetivo principal de satisfação das necessidades familiares; em sua teoria, o autor defendeu a existência de um equilíbrio entre o consumo familiar e a força de trabalho. Uma outra linha de pensamento, esta recente, é aquela tratada por Abramovay (2012), que nega a existência do campesinato sem negar a família, ou seja, o autor afirma que atualmente existe Agricultura Familiar e não Agricultura Camponesa<sup>1</sup>. A linha de pensamento que acompanha este trabalho se baseia na concepção das obras de Oliveira (2001a), Fernandes (2000) e Fabrini (2003), que defendem a

---

<sup>1</sup> Esclarecimentos sobre Agricultura Familiar e Agricultura Camponesa na obra de Fernandes (2002).

recriação do campesinato como fruto das desigualdades e contradições criadas pelo sistema capitalista.

No contexto de ampliação das lutas pela reforma agrária e conquista da terra de assentamento é que emerge, dentre os movimentos camponeses, a preocupação com a participação da mulher e a questão de gênero. As mulheres são ativas nos acampamentos e participantes nos processos de luta pela terra. Uma vez conquistada, a luta das mulheres não cessa, tendo em vista que elas continuam a batalhar pela sobrevivência, na nova condição, para produzir os alimentos que garantam subsistência da família e produção agrícola para venda. Além dessas lutas, as mulheres ainda se preocupam com as tarefas reprodutivas, aquelas que desenvolvem no lar, e que envolvem os cuidados com a família.

Os assuntos relativos aos problemas de mulheres são tratados pela literatura por meio de diversas abordagens da questão de gênero. Nesses estudos de gênero ressaltam-se: Butler (2003), filósofa estadunidense, que em suas obras destaca a necessidade de separar a obrigatoriedade entre sexo, gênero e desejo. A autora é referência para os estudos *queer*<sup>2</sup> e de transexuais/travestis.

Beauvoir (2009), filósofa francesa, autora da obra “Segundo Sexo”, questiona o papel da mulher na sociedade, as formas tradicionais de criação dentro dos padrões religiosos, estabelecendo distinção entre gênero e sexo. Conclui que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 2009, p. 9).

Scott (1985), historiadora Norte-americana, trata, em um dos seus principais trabalhos - “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” –, o gênero como elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos. Nesse sentido, gênero é a forma primeira que dá significado às relações de poder, é o primeiro modo pelo qual o poder é articulado.

No Brasil, destaca-se Muraro (1983), pioneira das ideias feministas no país. Na década de 1970, dedicou-se à reflexão teórica sobre os direitos das mulheres, abrindo frentes de discussão sobre as relações de mulheres, homens e sociedade no Brasil. Sua obra “Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil” mostra como e até que ponto a dominação sexual é a base e o fundamento da dominação de classes no Brasil.

Saffioti (1976, 1992, 2004, 2013), outra pesquisadora brasileira, autora de “A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade”, entende que a sociedade está entrelaçada por um

---

<sup>2</sup> “*Queer* é o Sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transexuais, drags...é um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade” (LOURO, 2017)  
LOURO, G. L. Um corpo estranho: ensaios sobre a sexualidade e teoria queer. Editora Autêntica. 2017.

nó que abrange classe, etnia e gênero, que sustenta todo o sistema capitalista. Para a autora, o capitalismo não abre as portas para inclusão das mulheres; raça e sexo operam como marcas sociais, marcas de valores na sociedade, agindo segundo as necessidades desse “sistema”, alimentando, dessa forma, a competição entre os sexos. Essa autora não reconhece o feminismo como solução para os problemas das mulheres.

Apesar de entender a importância das contribuições de todas as autoras citadas, e de recorrer a todas, em algum momento deste estudo, é na obra de Saffioti (2013), principalmente, que se adquiriu base para ajuizar as discussões aqui utilizadas nas temáticas classe e gênero. Como já mencionado, essa autora utiliza classe, raça e gênero para entender a sociedade no modo de produção capitalista. Para fins desta pesquisa não serão abordados os estudos de etnia, tendo em vista os objetivos propostos para o estudo da mulher camponesa referentes aos trabalhos que realiza.

As ideias de Saffioti são consideradas pioneiras em termos de análise da situação das mulheres na sociedade de classes, segundo Gonçalves (2013). Ressalte-se, porém, que as análises de Saffioti são voltadas para as mulheres trabalhadoras de uma forma geral e não especificamente para as mulheres camponesas. Apesar de os pensamentos de Saffioti (2013) não serem suficientes para a discussão de classe e gênero no campesinato, eles abordam pontos importantes relativos ao ser mulher na sociedade de classes, que se refletem no ser mulher camponesa. Dessa forma, as obras de Paulilo (2004, 2013), Salvaro et al (2013), Martins e Almeida (2014) e Tedeschi (2013) amparam, aqui, a discussão da mulher camponesa.

Com base no exposto, busca-se verificar quais os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres camponesas dos assentamentos rurais de reforma agrária dos municípios de Corumbá e Ladário, em Mato Grosso do Sul. Assim, pretende-se identificar como os trabalhos produtivos e/ou reprodutivos influenciam as relações vividas e o poder de decisão das mulheres no espaço familiar e, ainda, se eles produzem algum impacto na vida dessas mulheres fora do ambiente familiar. Foram estudados sete assentamentos existentes nos municípios de Corumbá e um no município de Ladário, conforme delineado no Quadro 1.

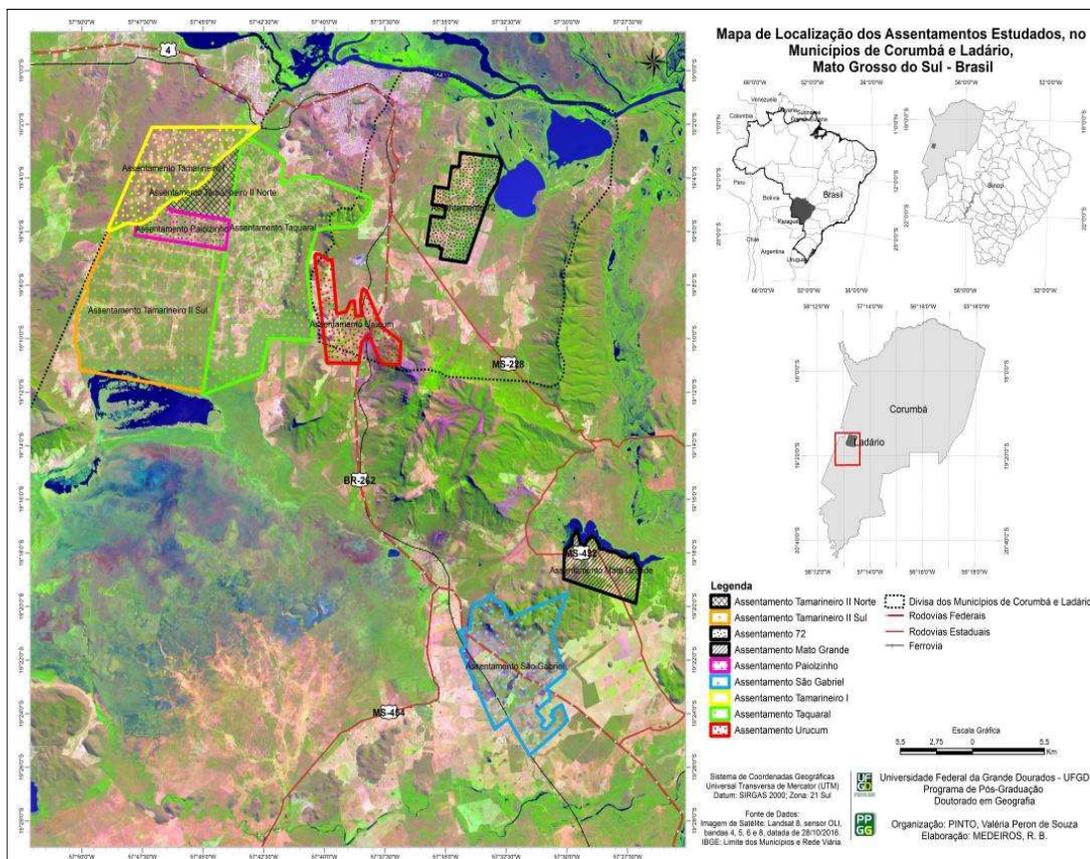
**Quadro 1:** Assentamentos de Corumbá/MS e Ladário/MS

Nome do Projeto	Município	Área	Número de famílias assentadas
PA TAMARINEIRO	Corumbá	3.812,1735	154
PA URUCUM	Corumbá	1.962,4649	78
PA MATO GRANDE	Corumbá	1.264,3543	36
PA TAQUARAL	Corumbá	10.013,9698	380
PA TAMARINEIRO II	Corumbá	10.635,5828	315
PA PAIOLZINHO	Corumbá	1.198,0329	66
PA 72	Ladário	2.343,4143	83
PA SÃO GABRIEL	Corumbá	4.683,8151	203
TOTAL		35.913,81	1.315

Fonte: Adaptado de Incra (2015)

Nota: PA = Projeto Assentamento

É possível visualizar, na Figura 1, a seguir, a localização dos assentamentos estudados na área dos municípios de Corumbá e Ladário. A proximidade ou a distância geográfica existente entre os assentamentos e entre estes e a cidade são fatores que podem influenciar a vida dos homens e mulheres assentados, afetar a dinâmica produtiva, a venda da produção, além de trazer impactos nos atendimentos à saúde, educação e opções de lazer.



**Figura 1:** Mapa de localização dos Assentamentos dos Municípios de Corumbá e Ladário

O município de Ladário possui um único assentamento - o 72 - que fica a 5Km do centro urbano. Os assentamentos São Gabriel e Mato Grande são os mais distantes do centro urbano de Corumbá, situam-se, respectivamente, a 52 km e 65 Km da sede do município. O assentamento Urucum fica a 25 Km de Corumbá, enquanto os Tamarineiro, Tamarineiro II, Paiolzinho estão a aproximadamente 15km do centro e o Taquaral, a 20 Km. O assentamento Tamarineiro II é dividido em Tamarineiro II Norte e Tamarineiro II Sul.

Em 1984 foi implantado o primeiro assentamento do município de Corumbá, o Tamarineiro I. Sua localização é próxima à fronteira com a Bolívia, faz divisa com os assentamentos Paiolzinho, Tamarineiro II Norte, Tamarineiro II Sul e Taquaral. O acesso a esses assentamentos é feito, principalmente, pela BR 262, que liga o Brasil ao país vizinho - a Bolívia.

O assentamento Urucum tem acesso direto pela BR 262, que o atravessa. Apesar de, geograficamente, uma parte do assentamento Urucum estar dentro dos limites do município de Ladário, todo o assentamento pertence ao município de Corumbá, em termos legais de jurisdição. Apesar da proximidade do assentamento Urucum e do Taquaral, não há estradas que liguem esses assentamentos.

O acesso ao assentamento Mato Grande poder ser feito através da estrada Parque Pantanal (MS 228), mas a rota mais utilizada pelos moradores do assentamento é pela estrada da BR 262, através do acesso ao Distrito de Albuquerque.

O assentamento São Gabriel é o assentamento mais distante do município de Corumbá. Localiza-se às margens da BR 262, que corta o assentamento. O assentamento 72, por sua vez, é o único assentamento do município de Ladário, fica próximo ao centro comercial do município. Alguns lotes têm acesso à APA (Área de Preservação Ambiental) Baía Negra.

Para atender ao objetivo principal desta pesquisa – compreender os trabalhos realizados pelas mulheres camponesas nos assentamentos de Corumbá e Ladário e as relações de poder vividas no âmbito familiar e fora dele -, a pesquisa se orientou pelos seguintes objetivos específicos:

- Identificar os trabalhos desempenhados pelas mulheres camponesas na família, no assentamento e na produção;
- Averiguar sobre a influência das tarefas diárias do lar na vida das mulheres camponesas e qual seu impacto na tomada de decisão familiar;
- Analisar as influências das funções desempenhadas pela mulher camponesa de assentamentos rurais, do ponto de vista pessoal, familiar e em seu grupo social;
- Verificar a participação das mulheres camponesas na produção e qual o impacto que essa participação traz à tomada de decisão financeira familiar;
- Verificar o conhecimento e acesso a políticas públicas voltadas para mulheres camponesas.

Inicialmente, foram levantadas as seguintes hipóteses: a) as mulheres dos assentamentos estudados têm pouca representatividade dentro e fora de seus lares; b) seus trabalhos produtivos são considerados invisíveis, desvalorizados por ela e pela família; c) os trabalhos reprodutivos são a única forma pela qual têm algum poder de manifestação dentro do espaço em que vivem. Essas hipóteses foram claramente derrubadas nas primeiras visitas do trabalho em campo, tendo em vista a constatação de que os trabalhos produtivos e reprodutivos desenvolvidos pelas mulheres camponesas retratam uma realidade muito mais complexa do que o pensado inicialmente. Essa complexidade encontrada na definição de responsabilidade de tarefas produtivas e reprodutivas entre o casal camponês, evidencia uma grande participação das mulheres nas decisões que são tomadas. A realidade vivida na distribuição das tarefas aponta para a independência da mulher e participação conjunta com o marido nas tarefas e nas decisões.

Para dar sustentação ao estudo foi realizada uma pesquisa qualitativa descritiva que empreendeu-se, inicialmente, um levantamento bibliográfico, a fim de se aprofundarem questões teóricas relativas ao campesinato, à luta pela terra, questões de gênero, e mulheres camponesas. O levantamento documental também foi uma técnica utilizada com o intuito de entender cada assentamento estudado. Visitas ao Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) de Corumbá e de Campo Grande e à Agraer (Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural), escritório de Corumbá, garantiram a obtenção de informações necessárias. Visitas às feiras livres de Corumbá foram realizadas com intuito de observar a participação das mulheres na venda de seus produtos agrícolas, principalmente. Instrumentalizou-se a pesquisa com entrevistas realizadas com os presidentes das associações dos assentamentos ou, na falta destes, com moradores, no intuito de levantar informações e dirimir dúvidas deixadas por documentos analisados. Além disso, entrevistaram-se, também, membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Corumbá.

Com vistas ao foco principal do estudo - os trabalhos das mulheres camponesas - foram realizadas entrevistas com questões semiestruturadas, previamente elaboradas, visando conduzir as “conversas” com as mulheres assentadas. Foram aplicadas 42 entrevistas consideradas válidas. Esse instrumento de pesquisa constituía-se de 85 questões abertas, divididas em quatro grupos.

No primeiro grupo buscaram-se informações sobre plantações realizadas e criações mantidas nos anos de 2015 e de 2016, bem como os trabalhos realizados pelas mulheres na produção e comercialização dos produtos *in natura* ou modificados. Ainda nesse grupo, constavam questões referentes ao acesso e conhecimento de financiamentos e/ou linhas de créditos específicas para mulheres.

O segundo grupo de questões buscou levantar a existência de atividades remuneradas fora do lote, tanto para homens quanto para mulheres, e qual o poder de decisão da mulher na renda originada no lote, e na renda obtida fora do lote. Esse segundo grupo destinou-se, ainda, a conhecer sobre como as mulheres percebem a questão dos trabalhos produtivos e reprodutivos realizados, sobre a existência de atividades coletivas produtivas entre mulheres, e sobre as melhorias esperadas pelas mulheres para o assentamento e para elas mesmas que poderiam ser trazidas através de políticas públicas.

O terceiro grupo de questões visou verificar sobre a participação de mulheres em movimentos sociais, no grupo do assentamento, fora dele ou em grupo específico de mulheres. Também visou saber se existe participação da Igreja, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e qual seria essa participação.

O quarto e último grupo buscou realizar levantamento acerca da compreensão das mulheres sobre a atuação do Incra, Agraer e Prefeitura Municipal no assentamento, além de procurar levantar quais as condições dos serviços de saúde e educação nesse local da pesquisa. Nesse grupo de questões procurou-se, ainda, conhecer as políticas públicas que as mulheres consideraram necessárias para o assentamento e para elas mesmas.

Destaque-se que foi aplicado um pré-teste para a pesquisa, desenvolvido no Assentamento 72, na cidade de Ladário/MS, nos meses de setembro e outubro de 2016. Esse instrumento visou à verificação de confiabilidade do instrumento de pesquisa: acessibilidade do vocabulário para as entrevistadas e levantamento de possíveis falhas em sua elaboração. O instrumento utilizado foi uma entrevista estruturada com questões previamente formuladas, conectadas ao objetivo proposto, a fim de servir de apoio ao andamento dos depoimentos.

Nessa fase de pré-teste, foram realizadas sete entrevistas com mulheres moradoras nos lotes do Assentamento 72, em Ladário/MS. As entrevistas tiveram duração de 40 minutos a 2 horas e 30 minutos. Todas foram realizadas pela pesquisadora. Das sete entrevistadas, quatro fazem parte de um grupo de sete famílias que estão no Projeto Bem-Estar, um projeto conjunto da UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) - *Campus* de Corumbá e Embrapa Pantanal para a introdução de hortas agroecológicas nesse assentamento. A escolha foi aleatória entre as sete famílias entrevistadas no pré-teste.

Após a verificação da validade do instrumento de pesquisa, procedeu-se à continuidade das entrevistas. Ao todo, nos oito assentamentos, foram realizadas 42 entrevistas, assim distribuídas: 72, sete entrevistas; Tamarineiro I, quatro; Tamarineiro II, seis; Taquaral, cinco; Paiolzinho, quatro; Mato Grande, três; Urucum, três; São Gabriel, dez (Quadro 2).

**Quadro 2:** Número de entrevistas por assentamento

<b>Assentamento</b>	<b>Número de entrevistas</b>
72	7
Tamarineiro I	4
Tamarineiro II	6
Taquaral	5
Paiolzinho	4
Mato Grande	3
Urucum	3
São Gabriel	10
Total	42

Fonte: pesquisa de campo

Destaca-se que em sete dessas entrevistas consideradas válidas os maridos das entrevistadas estiveram presentes e, em alguns casos, fizeram alguns comentários, sempre complementares, contudo, sem que houvesse interferência na opinião e fala das mulheres.

Para definição do número de entrevistas este trabalho baseou-se no conceito de ‘saturação’, de Bertaux (1993 p. 10): “*La saturación es el fenómeno por el que, superado un cierto número de entrevistas (biografías o no), el investigador o el equipo tienen la impresión de no aprender ya nada nuevo, al menos por lo que respecta al objeto sociológico de la investigación*”. Dessa forma, à medida que as narrativas se repetiam e não apresentavam dados novos ou diferentes do que já havia sido coletado nas entrevistas anteriores, a pesquisadora encerrava o número de entrevistas em cada um dos assentamentos

Alberti (2013) segue a mesma linha de pensamento de Bertaux (1993), no que se refere à definição no número entrevistas:

[..]. como não se pode estabelecer com precisão quais serão os depoentes de uma pesquisa de história oral no momento de elaboração de seu projeto, é também muito difícil definir de antemão, quantos entrevistados serão necessários para garantir o valor dos resultados de pesquisa. É somente durante o trabalho de produção das entrevistas que o número de entrevistados necessários começa a se descortinar com maior clareza, pois é conhecendo e produzindo as fontes de investigação que os pesquisadores adquirem experiência e capacidade para avaliar o grau de adequação do material já obtido aos objetivos do estudo. Esse processo ocorre em qualquer pesquisa: é o pesquisador, conhecendo progressivamente seu objeto de estudo, quem pode avaliar quando o resultado de seu trabalho junto às fontes já fornece material suficiente para que possa construir uma interpretação bem fundamentada (ALBERTI, 2013, p.46).

Esta tese utiliza a História Oral, como método de investigação. Segundo Alberti (2013), a história oral pode ser utilizada nas ciências humanas para estabelecer relação com os métodos quantitativos. Enquadra-se em várias abordagens, sendo, também, utilizada como método de investigação científica. Ainda segundo a autora “...a escolha dos entrevistados de uma pesquisa de história oral segue critérios qualitativos e não quantitativos” (ALBERTI, 2013, p. 45).

A história oral permite a participação do pesquisador na vida do entrevistado, por momentos definidos, através de recordações. Não foram raros os momentos, durante as entrevistas, em que as memórias reveladas através da história de vida contada traziam à tona toda a emoção da lembrança, um choro silencioso, lágrimas que escorriam pelos rostos, causadas, principalmente, pelas lembranças de um passado difícil e sofrido.

Assim, esse método foi utilizado para coletar depoimentos das mulheres camponesas dos assentamentos em respostas a perguntas previamente formuladas, com o intuito de extrair a história de vida das mulheres nos pontos específicos de interesse da tese e, também, com a delimitação do período temporal de interesse.

Inicialmente começou-se com sete entrevistas no Assentamento 72. Esse assentamento teve maior número de entrevistas pelo fato de ser lócus de aplicação do pré-teste e, também, por ser o único a possuir um “projeto ativo” com participação de mulheres. Estabeleceram-se dois grupos: um grupo em que se realizaram quatro entrevistas com participantes do projeto Bem-Estar e outro em que três não participantes do projeto foram entrevistados.

Na sequência, foram realizadas cinco entrevistas no Assentamento Tamarineiro I. No Tamarineiro II foram seis as entrevistas, sendo três no Tamarineiro II Norte e três no Tamarineiro II Sul. No Assentamento Taquaral foram realizadas cinco entrevistas; no Paiolzinho realizaram-se quatro entrevistas, no Mato Grande e Urucum foram três as entrevistas realizadas em cada assentamento. O número de entrevistas nesses dois assentamentos foi menor, levando-se em conta que, além do ponto de saturação, o número de moradores é mais reduzido – aproximadamente 25 moradores, em média, segundo informação dos próprios assentados, em cada assentamento.

No Assentamento São Gabriel foram realizadas nove entrevistas. O número de entrevistados no São Gabriel foi maior devido à existência de uma cooperativa de doces formada por moradores do assentamento; dessa forma, foram entrevistadas cinco mulheres que não participavam da cooperativa e quatro que participavam.

Não houve escolha prévia das entrevistadas. A escolha das assentadas foi feita aleatoriamente, tomando-se o cuidado de manter certo distanciamento geográfico entre cada mulher entrevistada. A definição do encerramento da quantidade de entrevistas em cada assentamento se deu a partir da repetição das informações coletadas, ponto aproximado de saturação, como destacado anteriormente. Dessa forma, o estudo aqui apresentado não teve a preocupação específica de aplicação de um percentual de entrevistas em cada assentamento, mas manteve o objetivo de captar informações para análise de ‘mulheres de assentamentos rurais’, sem, contudo, buscar um comparativo entre as mulheres desses espaços estudados.

Esta Tese está organizada em três capítulos. O Capítulo 1 se propõe a fazer um levantamento histórico da reforma agrária e da luta pela terra, no Brasil, Mato Grosso do Sul e nos municípios de Corumbá e Ladário. Os contextos políticos de reforma agrária ou de ‘não reforma agrária’, em nível nacional, apresentam-se de grande importância para o entendimento da situação em que se enquadram os assentamentos estudados e da condição feminina nesses

assentamentos, reflexos de uma política nacional que priorizou, a todo custo, a política dos grandes proprietários rurais em detrimento dos camponeses.

O Capítulo 2 apresenta a caracterização geral de cada um dos oito assentamentos estudados, no intuito de dar a conhecer as condições de formação, os problemas vivenciados e as potencialidades apontadas que podem influenciar a vida das mulheres. Para tanto, utilizou-se a documentação cedida pelo Incra (Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul). Esses documentos são os PRAs (Planos de Recuperação do Assentamento), no caso dos assentamentos Tamarineiro I, Taquaral, Mato Grande, Urucum e 72; já para os assentamentos São Gabriel, Paiolzinho e Tamarineiro II pesquisou-se o Plano de Desenvolvimento do Assentamento. Esses foram os únicos documentos conseguidos, nesse órgão, sobre essas localidades. Segundo informações do Incra, não havia documentos, nos arquivos, relativos ao assentamento Taquaral, razão por que foram reunidos outros trabalhos acadêmicos já realizados nesse assentamento que pudessem trazer as informações necessárias.

O Capítulo 3 aborda sobre as questões de gênero, partindo da compreensão de gênero como uma construção social, em que homens e mulheres definem o espaço com base nas experiências e vivências. As questões de gênero nos movimentos sociais são abordadas a partir do histórico dos movimentos de mulheres camponesas. Sendo fator crucial para o desenvolvimento dos assentamentos, as políticas públicas para mulheres camponesas são discutidas com base na cartilha “Políticas Públicas para Mulheres Rurais no Brasil”, lançada em 2015 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Após essa contextualização, são apresentados e analisados os resultados da pesquisa de campo realizada por meio das entrevistas com as mulheres camponesas dos assentamentos de Corumbá e Ladário. Os resultados demonstram como os trabalhos produtivos e reprodutivos afetam a vida familiar e o empoderamento dessas mulheres camponesas, bem como suas percepções acerca desses trabalhos, do espaço em que vivem e quais as expectativas de melhorias para os assentamentos e para a vida delas próprias.

## CAPÍTULO I

### LUTA PELA TERRA E REFORMA AGRÁRIA

Com o objetivo de registrar o levantamento que se fez acerca da trajetória de luta pela terra e reforma agrária no Brasil, este capítulo trata do assunto como ponto introdutório, estendendo-o para Mato Grosso do Sul, com a finalidade de se chegar ao ponto central do estudo, que são os assentamentos dos municípios de Corumbá e Ladário. Acrescenta-se que a existência dos assentamentos está relacionada ao contexto de luta pela terra e reforma agrária no Brasil.

#### 1.1 A Reforma Agrária e a Luta Pela Terra no Brasil

A questão agrária brasileira se define pela grande concentração de terras que existe nas mãos de poucos latifundiários, que, entretanto, têm o poder de influenciar as Leis a seu favor. Os caminhos lentos da história da reforma agrária, no País, testemunham essa realidade.

Com relação às marcas de desenvolvimento e do processo de colonização, Oliveira (2001, p.190) afirma que “o território capitalista, no Brasil, tem sido produto da conquista e destruição dos territórios indígenas”. Além dos povos indígenas, os escravos negros também travaram suas lutas contra os senhores fazendeiros rentistas e dessas lutas nasceram os quilombos, “verdadeiras terras da liberdade e do trabalho de todos no seio do território capitalista colonial” (OLIVEIRA, 2001b, p.190). O maior quilombo da história foi Palmares. No final do século XVII, em torno de 20 mil pessoas viviam nesse território de resistência, lutando contra a crueldade dos cativeiros (FERNANDES, 1999).

Os posseiros constituem outra parcela da população que luta contra a expropriação no campo brasileiro. Os movimentos Canudos, Contestado, Trombas e Formoso são histórias que revelam a capacidade de resistência de construções sociais e, também, a capacidade destruidora do capital (OLIVEIRA, 1999).

Segundo Fernandes (1999), a criação da propriedade da terra e, posteriormente, a libertação dos escravos fez com que estes, que antes eram mercadorias, se tornassem trabalhadores livres, porém sem terras; tiveram que vender, então, sua mão de obra ao

fazendeiro capitalista, ex-proprietário de escravos: “a terra tornara-se cativa” (FERNANDES, 1999, p. 2)

Dava-se, dessa forma, continuação à separação de trabalhadores e meios de produção, à base da formação econômica social brasileira em camadas sociais separadas com abismos que insinuam inferioridade social e submissão (PRADO JUNIOR, 1979).

Segundo Fabrini (2008), o tipo de ocupação e de colonização do território brasileiro definiram a concentração da posse de terras que se mantém e se intensifica, nos dias de hoje, gerando os conflitos de terra no campo, manifestando-se através da luta de camponeses.

No contexto nacional, na década de 1930, acontecia a “Marcha para o Oeste”. Esse movimento resultou de uma política desenvolvimentista criada no governo Vargas, com o discurso nacionalista de que se buscava ocupar, principalmente, regiões de fronteira do Norte e Centro-Oeste, visando a uma integração nacional. O Estado buscava diversificar e aumentar da política agrícola e industrial em uma lógica de acumulação e expansão do capitalismo nacional (SILVA, 2011).

O período compreendido entre o final da década de 1940 e o início da década de 1960 caracterizou-se como uma fase brasileira de reivindicação, organização e luta no campo. No Nordeste, essa fase ficou marcada com a criação das Ligas Camponesas, em 1945, que se organizaram sob iniciativa do Partido Comunista e camponeses. Foi através dessas Ligas que a luta de camponeses contra o latifúndio e pela reforma agrária no Brasil tomou dimensão nacional. A luta pela terra, pela reforma agrária e contra a exploração do trabalho foi o grande marco das Ligas.

Na verdade, as ligas surgiram no contexto mais amplo não só da expulsão de foreiros e da redução ou extinção dos roçados dos moradores de usina, mas também no contexto de uma crise política regional. Essa crise se particularizou numa tomada de consciência do subdesenvolvimento do Nordeste e particularmente numa ação definida da burguesia regional no sentido de obter do governo federal não mais uma política paternalista de socorros emergenciais nos períodos de seca grave, mas sim uma efetiva política de desenvolvimento econômico. Isso queria dizer, uma política de industrialização do Nordeste. O problema da miséria dos camponeses e do seu êxodo para o sul era explicado como resultado do latifúndio subutilizado, que impede a ocupação da terra por quem dela precisa. Uma política regional de desenvolvimento baseado na industrialização deveria sustar e inverter o círculo vicioso da pobreza. (MARTINS, 1981, p. 76).

No Brasil, as primeiras propostas de Lei para a Reforma Agrária vieram após a Constituição Federal de 1946, baseadas nos artigos 141 e 147, que apresentavam, em seu conteúdo, os termos: “desapropriação por interesse social” e “justa distribuição da propriedade”.

Para entender o contexto da inserção da desapropriação por interesse social na constituição de 1946, será tomada, como referência, a sequência das modificações ocorridas na legislação brasileira para desapropriação de terras.

A constituição de 1891 já contava com a garantia à propriedade; nela foram introduzidas cláusulas de desapropriação por necessidade e utilidade pública com indenização prévia. O texto de 1934 contemplou a garantia da propriedade, preconizando que esta não poderia se opor ao interesse social ou coletivo. Em 1946, além do ‘interesse social’, a Constituição previa que a indenização da desapropriação, além de “prévia e justa”, deveria ser paga em dinheiro. A desapropriação por ‘interesse social’ deveria atender o bem-estar social, visando ao interesse coletivo sobre o individual.

Segundo Silva (1952), a desapropriação por ‘interesse social’ foi uma modalidade inspirada no conceito de propriedade como função social. Sua inserção no texto constitucional deve-se ao Senador Ferreira de Souza, cuja fala, durante a reunião da Comissão Constitucional, em 1º de maio de 1946, em defesa dessa causa foi a seguinte:

Sr. Presidente, a egrégia Subcomissão definindo por assim dizer o direito de propriedade fê-lo nos termos clássicos das constituições anteriores: o direito de propriedade mantém-se em sua plenitude. Ora, se há conceito que vem sofrendo nos últimos tempos certas modificações aceitas por todos aqueles que se preocupam com os problemas da justiça social, é o da propriedade. Não estamos mais nos velhos tempos da propriedade quirritária nem naqueles em que ela se definia como direito de usar, gozar e abusar de uma coisa qualquer. Foram-se os tempos a época em que a propriedade era considerada um atributo individual destinado à satisfação de prazeres ou necessidades individuais. Hoje sociólogos e juristas estão de acordo em que a propriedade se não era uma necessidade social tem essa função. Sem se atentar nessa feição social ela se tornaria instituto quase injustificável. Eis as razões pelas quais a minha emenda evitou a expressão "em toda a plenitude", e que só compreenderia no regime anterior de propriedade absoluta. Por outro lado, Sr. Presidente, o anteprojeto da egrégia subcomissão só admitiu dois casos de desapropriação, os quais também vou chamar clássicos: a desapropriação por necessidade pública e a por utilidade pública. As expressões necessidade e utilidade pública têm sentido fartamente conhecido por todos os Senhores Representantes e absolutamente inalteráveis no campo do Direito. Diz-se de necessidade pública quando a desapropriação visa a possibilidade de um serviço público qualquer, um serviço do Estado, uma utilidade do Estado ou de que o Estado se encarregue para bem dos indivíduos. Essas restrições, inteiramente compreensíveis no regime anterior, não podem mais pretender o monopólio do instituto da desapropriação. Devemos estabelecer também a possibilidade de uma desapropriação que não seja nem por necessidade do Estado, em si, como órgão diretor da sociedade geral, nem mesmo por utilidade pública para qualquer serviço do Estado. Mas devemos também possibilitar a desapropriação sempre que necessária à ordem social, à vida social. Vamos citar dois casos: na sociedade puramente individualista, que compreende a propriedade como um direito absoluto, admite-se a propriedade dos bens que não produzem e recebem valorização do próprio Estado ou do

trabalho coletivo. Evidentemente, essa propriedade improdutiva, que o proprietário não explora no sentido de transformá-la numa utilidade geral, criando riqueza para a coletividade, é um peso para a sociedade. O proprietário tem, em seu favor, toda a proteção da lei e da autoridade, recebe as consequências do enriquecimento resultante do trabalho geral e da própria ação do Estado e nada lhe dá em virtude desse mesmo direito. Deve ser possível ao Estado em casos especiais, desapropriá-la, a fim de tornar a propriedade uma utilidade, uma riqueza social, seja porque vá dividi-la entre os que pretendem cultivá-la, seja para outro fim de ordem coletiva. Essas as razões por que, coerente com o velho ponto de vista, me coloco, há muito tempo, na posição chamada por alguns católicos de esquerda – velho ponto de vista que me levou a propor isso mesmo na Constituição de 34. Apelo assim, para a nobre Comissão, no sentido de compreender o problema e a situação que o mundo atravessa, dando ao instituto da propriedade feição social, que a justifica nos tempos atuais. (SILVA, 1952, p.6).

Era esperado que a articulação desses princípios gerasse nova proposta de reforma agrária, contudo, até a década de 1960, não houve propostas que fossem novas.

O avanço da luta camponesa promovido pelas Ligas deixou as elites latifundiárias do país em uma posição de confronto. A luta de classe ganhava contornos profundos com o avanço da organização dos camponeses. É nesse ponto que está a inflexão da luta de classe. Ela ganha sua dimensão maior: a luta contra o capital. E, com ela, a sua dimensão internacional. O avanço da luta camponesa estava na raiz das revoluções socialistas que ocorreram no pós-Segunda Guerra. (OLIVEIRA, p.110, 2007)

A ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), criada em 1954, visava coordenar as associações camponesas e se tornar uma ferramenta de articulação e preparo do Partido Comunista, unificando a luta camponesa no seio da luta dos trabalhadores assalariados, em geral, no país. Problemas de entendimento entre os membros do Partido Comunista, em 1961, acabaram por criar uma divisão entre a ULTAB e as Ligas, sendo que a primeira focou seus esforços na temática da sindicalização rural e a segunda se manteve em uma linha que propunha lutar por uma reforma agrária radical. (OLIVEIRA, 2007).

No ano de 1962, o Congresso Nacional aprovou a Lei n. 4132, que define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação. O artigo 1º dessa Lei estabelece que “a desapropriação por interesse social será decretada para promover a justa distribuição da propriedade ou condicionar o seu uso ao bem-estar social, na forma do art. 147 da Constituição Federal” (BRASIL, 1962). Ainda nesse ano foi criada a SUPRA (Superintendência de Política Agrária), primeiro órgão federal de execução de programas de colonização e reforma agrária no país.

Após a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, muitas Ligas se transformaram em sindicatos rurais. Em 1964 somavam-se, nas Ligas, entre 70 a 80 mil pessoas,

constituindo-se um movimento de articulação nacional nascido das tensões e injustiças a que eram submetidos os trabalhadores do campo assalariados e os camponeses, vítimas de condições desiguais geradas pelo desenvolvimento capitalista. Nesse mesmo ano, com o golpe militar, o movimento das Ligas Camponesas foi desarticulado.

O golpe militar de 1964 gerou uma grande repressão a todo o movimento das Ligas Camponesas. Os participantes das Ligas tiveram que fugir e mudar seus nomes, sendo que o projeto de reforma agrária existente, do presidente João Goulart, foi liquidado. Nesse ano foi assinado o Estatuto da Terra (Lei n. 4.504), frente às pressões externas estabelecidas. O governo militar extinguiu a SUPRA e criou dois órgãos de “contrarreforma agrária”, o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário), caracterizados por históricos de corrupção, grilagens e venda de terras para estrangeiros.

O governo militar nunca teve a intenção de realizar a reforma agrária. Somente em 1969, em uma visita de representantes da FAO (*Food Agricultural Organization*) ao Brasil, foi criado o GERA (Grupo Interministerial de Trabalho sobre a Reforma Agrária) e o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), este último da fusão entre o IBRA e o INDA.

Em contrapartida a todo o descaso dos governantes com relação à reforma agrária, existia um processo para o desenvolvimento do capitalismo nacional através de incentivo à modernização agrícola, à agroindustrialização com foco no aumento de exportações. Esse processo afetaria, também o estado do Mato Grosso do Sul, à época estado do Mato Grosso.

Na década de 1960, com o intuito de integrar a região Centro-Oeste à dinâmica de integração nacional, o governo federal criou a SUDECO (Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste), em 1967, e a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), em 1966. A partir da criação desses dois órgãos, esperava-se que o Centro-Oeste e a Amazônia recebessem investimentos do capital agropecuário e se potencializasse o mercado para o consumo de produtos industriais, centro de afirmação da soberania nacional, fator de integração nacional, além de ampliar a fronteira nacional (SILVA, 2011).

Em 1971, para ampliar o mercado nacional e interligar o Centro-Oeste aos centros fornecedores e consumidores de produtos industrializados, o Governo criou o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), a partir do qual criaram-se dois programas: o Programa de Integração Nacional (PIN), que oferecia recursos e incentivos fiscais para a Amazônia Legal, e o Programa de Desenvolvimento do Sudoeste, o PRODOESTE, que era responsável pela expansão do sul da fronteira agrícola do MT, GO e DF (SILVA, 2011).

Através do PIN (Programa de Integração Nacional), do INCRA e do PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste), o governo militar criou um esquema de desapropriação de terras com pagamento prévio, em dinheiro, favorecendo, mais uma vez, os latifundiários e contrariando o Estatuto da Terra.

O I PND (1972-1974) voltava-se ao aumento da atuação das multinacionais no Centro-Oeste através de novas estratégias de desenvolvimento agrícola, com vistas a consolidar, assim, a agricultura moderna para a exportação e agro industrialização de produtos agrícolas. Para realizar os estudos de viabilização agrícola de atividades como soja e minério, foi criado, no contexto do I PND, o I Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro Oeste (I PLADESCO), dividido em três áreas-programas de interesse nacional. Uma dessas áreas era o Corredor de Exportação, da qual faziam parte a linha Corumbá-Dourados, à época municípios do estado de Mato Grosso. O intuito era designar investimentos para criação de futuros polos de desenvolvimento (SILVA, 2011).

Em 1975 entrou em ação o II Plano Nacional de Desenvolvimento com programas especiais de investimento, quais sejam: Programa Especial de Desenvolvimento da Região do Pantanal Matogrossense (PRODEPLAN); Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZONIA); Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados (PRODEGRAN). Todos esses programas visavam proporcionar a integração ao mercado nacional ou servir de corredor à exportação de produtos agropecuários. O único programa que não teve atuação sobre o território que futuramente seria o estado de Mato Grosso do Sul foi o POLAMAZONIA. O PRODEPAN atuou na região do Pantanal e teve atuação direta em Corumbá, com obras para o setor de transporte das estradas: Estrada-Parque, BR 262, Corumbá-Paiaguás. Ainda para Corumbá, esse Programa destinou recursos para estudos de viabilidade técnica e assistência técnica para projetos de melhoramento da pecuária e implantação de frigorífico; além de projetos envolvendo a mineração (SILVA, 2011). Em meio a esse contexto nacional, em 1977 deu-se a emancipação do estado de Mato Grosso do Sul.

Em 1985, durante o governo Sarney, foi criado o I PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária), com a previsão de assentar 1.400.000 famílias em uma área de 43.090.000 hectares, entre 1985 e 1989. Essa previsão foi duramente combatida pela UDR (União Democrática Ruralista). O resultado foi que o I PNRA assentou apenas 89.950 famílias (6,4% da meta) e desapropriou 4,8 milhões de hectares (1,5% da meta inicial).

A essa época, no decurso do I PNRA, foram criados os primeiros assentamentos do município de Corumbá. Como bem expõe Menegat (2009), a reforma agrária em Mato Grosso

do Sul foi pensada, primeiramente, para solucionar ‘problemas’ criados em nível nacional, como o caso das usinas hidrelétricas. No município de Corumbá, os primeiros assentamentos instalados, o Assentamento Tamarineiro I (1984), o Assentamento Urucum (1986) e o Assentamento Mato Grande (1987) são parte dessa realidade que abrigou, nos projetos de assentamento, várias famílias desabrigadas, por meio da construção da Usina de Itaipu no Paraná.

A criação do novo estado não implicou em mudanças em sua estrutura fundiária, pois ela se manteve organizada a partir da grande propriedade. Se tomarmos por base o período que vai do ano de 1979 a 1985, que compreende a implantação do estado de Mato Grosso do Sul até a criação do Programa Nacional de Reforma Agrária, alguns poucos projetos de colonização foram criados, e o foram mais com o intuito de solucionar situações de famílias excluídas de áreas onde se implantaram usinas hidrelétricas. Esse quadro só ganhou outra dimensão em meados dos anos 1990, quando se intensificaram as políticas de divisão de terras, motivadas pelas pressões dos movimentos sociais organizados (MENEGAT, 2009, p. 41).

Os ruralistas conseguiram incluir, na Constituição de 1988, um impedimento à desapropriação de propriedades produtivas e fixar normas para os pontos relativos à função social da terra, estabelecendo caráter de prévia e justa indenização para propriedades desapropriadas com TDA (Títulos da Dívida Agrária).

De acordo com Fernandes (1994), houve um grande “retrocesso” na legislação brasileira. Mais uma vez a legislação foi a favor de uma minoria que detém a propriedade da terra no país:

[...] a grande derrota da luta pela reforma agrária aconteceu durante a elaboração da Constituição de 1988, onde o capítulo sobre a reforma agrária sofreu um enorme retrocesso, tendo como referência o Estatuto da Terra. Embora a sociedade organizada tenha apresentado uma emenda popular com mais de um milhão e duzentas mil assinaturas, acabou por prevalecer os interesses dos latifundiários. Interesses agora representados não apenas pelos "coronéis", mas também pelos empresários que se apropriaram de grandes extensões de terras durante os anos de ditadura militar. (FERNANDES, 1994, p. 51).

O primeiro presidente eleito pelo voto direto após o golpe militar, Fernando Collor de Mello, estabeleceu meta de assentamento de 500 mil famílias, entre 1990 e 1994. O governo se iniciou com o enfraquecimento das discussões sobre a reforma agrária, agravadas pela submissão do INCRA ao Ministério da Reforma Agrária. O Ministério era presidido por Antonio Cabrera, da ala ruralista. Após os dois primeiros anos de governo, menos de 30 mil

famílias haviam sido assentadas, “revelando, assim, também, a decisão política de não se promover a reforma agrária no Brasil” (OLIVEIRA, 2007).

Nesse contexto, a situação dos sem-terra se agravou, pois eram tratados pelo governo como criminosos:

As políticas de seu governo [Fernando Collor de Mello] para o campo caracterizaram-se pelo apoio e concessão de subsídios à agricultura empresarial e pela criminalização das lutas dos movimentos sociais agrários. Além de não dialogar com as entidades e organizações sociais, Collor criou uma delegacia especializada na Polícia Federal para monitorar e perseguir lideranças camponesas, especialmente do MST, visando sufocar as lutas por reforma agrária. (SAUER; SOUZA, 2007, p. 71).

Após o *impeachment*, cassação e renúncia de Collor, o vice-presidente Itamar Franco assumiu a presidência. Esse governo, por meio de reconhecimento e diálogo, imprimiu uma relação de respeito com os camponeses (SAUER; SOUZA, 2007). A nomeação de pessoas comprometidas com a luta pela reforma agrária para a direção do INCRA também foi ponto favorável do governo Itamar. Destaca-se, ainda, nessa fase, a aprovação da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que regulamenta os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, e a Lei Complementar nº 76, de 06/07/93, que regula sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóveis rurais, por interesse social, para fins de reforma agrária no Brasil (BRASIL, 1993). O presidente Itamar adotou uma postura mais branda com relação aos sem-terra, se comparada com a adotada por Fernando Collor. Houve abertura para o diálogo com os camponeses, nesse governo, quando se intensificou a luta pela terra e as ocupações. Em contrapartida, houve um retrocesso na criação de assentamentos (RAMOS FILHO, 2008).

Somados os dados dos governos de Collor e Itamar, foram assentadas menos de 50.000 famílias. (DATA LUTA, 2014)

O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) trouxe um aprofundamento das políticas neoliberais iniciadas nos dois governos anteriores. O governo anunciou um programa cuja meta seria de assentar 280 mil famílias. Nesse período, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) já havia se tornado o principal movimento social do Brasil. Os embates com governos anteriores já haviam mostrado que a reforma agrária só sairia mediante pressão política, “[...] o governo FHC foi marcado pela massificação da luta pela terra” (RAMOS FILHO, 2008).

A intensificação da luta pela terra, exercida pelo MST, CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e outros movimentos, trouxe resposta de violência, ferindo os direitos humanos, a exemplo dos casos de Pontal do Paranapanema; a violência

psicológica, através da perseguição política; a violência física da eliminação, que, em agosto de 1995 culminou com o Massacre de Corumbiara, no estado de Rondônia e, em abril de 1996, o Massacre de Eldorado dos Carajás, no sul do Pará.

Como bem destaca Ramos Filho (2008), após os ocorridos, a preocupação do governo era cuidar da imagem do país. As mortes e as graves infrações aos direitos humanos poderiam acabar por interferir nas negociações internacionais.

O governo, mais uma vez, havia que correr atrás do prejuízo. A repercussão dos massacres converteu-se em escândalo internacional, um descumprimento grave dos Direitos Humanos e, para o governo, mais que isso, a repercussão internacional dos fatos eliminava a confiança no Brasil por parte dos investidores internacionais, em particular do capital especulativo. (RAMOS FILHO, 2008).

A criação de medidas que proibissem a ocupação de terras foi uma estratégia do governo para evitar a principal ação dos camponeses. Note-se que as ações se deram no sentido de proteger a propriedade da terra, a fim de se evitarem novas ocupações; justificava-se, assim, que o objetivo era o de impedir novos conflitos, todavia, na realidade, protegiam-se os proprietários de terras, e não os “humanos” que entravam em conflitos por ela. A Medida Provisória 2.109-52 de 2001 impôs a proibição desse realizarem vistorias por um período de dois anos, em imóveis ocupados por invasão motivada por conflito agrário; o documento ditava, também, a suspensão de negociações em caso de ocupação de órgão público e a negativa de acesso a qualquer recurso público a entidades que, de alguma forma, apoiassem ou participassem de ocupações de terras.

Segundo Roos (2015), essas medidas tinham o intuito de proteger os latifundiários e tratar criminalmente os camponeses envolvidos em ocupações de terra. O desmonte do MST também era foco desse governo, que realizou uma “verdadeira *satanização* do MST” com intuito de desmoralizar o movimento perante o público.

Nesse contexto político foi criado o Projeto Cédula Rural, Projetos de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza Cédula da Terra (anunciado pelo governo em 1996); o Fundo de Terras e da Reforma Agrária (Banco da Terra) e o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - criado em 1994 a fim de substituir o programa PROCERA [Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária], criado em 1985, no governo Sarney).

Esses projetos eram considerados de ‘reforma agrária de mercado’ (SAUER, 2013), advindos de acordo financeiro entre o Estado brasileiro e o Banco Mundial, instituídos através de Leis Federais. Realizava-se, assim, um processo diferenciado da reforma agrária realizada pelo INCRA (de acordo com o artigo 17, da Lei 4.505, de 30 de novembro de 1964 e artigo 1º

do decreto 433, de 24 de janeiro de 1992). Na reforma agrária realizada pelo Incra, a implantação dos assentamentos se dava através da compra de imóvel rural de propriedades particulares; já no modelo de reforma agrária de mercado, o agricultor adquire a terra através de linhas de financiamento.

Nada mais conveniente para os latifundiários que esse modelo de reforma agrária implantado, em que receberiam a renda absoluta da terra, em dinheiro; some-se a supervalorização de terras que poderia ocorrer, ainda, em terras improdutivas mal localizadas ou de baixo poder produtivo. “Tal compreensão liberal do paradigma do capitalismo agrário é comandada pelo capital financeiro acarretando ainda em estímulo aos agentes deste (bancos) através da apropriação dos juros cobrados nos empréstimos” (ROOS, 2015).

Essa foi, portanto, uma política agrária que beneficiou os latifundiários através da possibilidade da venda de terras improdutivas a altos valores, mas que, em contrapartida, endividou o pequeno agricultor com um financiamento que, pelas condições da terra comprada, dificilmente conseguiria se livrar, com tranquilidade, dessa dívida adquirida. “Em outras palavras, aquecimento do mercado fundiário às custas do endividamento dos “beneficiários” (VECINA, 2012, p. 7).

No seu segundo mandato, FHC manteve-se na cartilha neoliberal, tentou transformar os assentados em agricultores familiares, empreendedores. Uma das medidas para tal seria a emancipação dos assentados em dois ou três anos após a demarcação de terras, após o que o INCRA não teria mais que atendê-los (ROOS, 2015).

Nesse segundo período de governo, foram criados 1.712 assentamentos de reforma agrária, sendo, a grande maioria, resultante dos processos de ocupação de terras, beneficiando 149.140 famílias e incorporando, à reforma agrária, 7.296.429 hectares. No caso da Reforma Agrária de Mercado, foram criados 3.431 empreendimentos, abrangendo 642.838 hectares adquiridos por 29.096 famílias, superando a reforma agrária tradicional em número de projetos e representando, respectivamente, 13,22% e 8,8% do número de famílias e em área da reforma agrária. (RAMOS FILHO, 2008).

Em 2003, a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), ex-líder sindical, trouxe um aumento no número de ocupações de terra e reacendeu as esperanças de que a reforma agrária sairia do papel. Motivadas pelo discurso de que a “a reforma agrária seria feita em uma canetada só”, as ocupações de terra passaram de 269, em 2002, para 539, em 2003 e 662, no ano de 2004. (DATALUTA, 2013).

Nesse contexto, foi elaborado o II PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária), devido à pressão dos movimentos sociais junto ao governo federal. Foi criado, para tal, um grupo de

trabalho que envolvia intelectuais das universidades brasileiras e de institutos de pesquisa ligados à causa agrária. Dentre outras metas, o Plano tinha previsão de assentar um milhão de novas famílias, pela reforma agrária. Mas frente às alianças políticas formadas pelo governo, essa proposta foi descartada e substituída por uma mais tímida, seguindo, ainda, os preceitos liberais (RAMOS FILHO, 2008).

A proposta aprovada para o II PNRA foi criada pela própria equipe de governo, com o título “II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural”; baseava-se em um conjunto de metas que deveriam ser cumpridas entre 2003 e 2006. As três primeiras metas objetivavam: meta I - assentar 400 mil novas famílias; meta II - regularizar a posse de outras 500 mil; meta III - financiar a 150 mil famílias o acesso à terra através do crédito fundiário (ROOS, 2015).

Um ano após a implantação do II PNRA verificou-se que as metas estabelecidas não haviam sido cumpridas. A divulgação de dados de novos assentamentos, de regularização de posses foi agrupada através da Relação de Beneficiários, resultando em números falsos que não condiziam com a realidade de cada meta. Foram contabilizadas, como novas famílias com acesso à terra, famílias que tiveram suas posses regularizadas, o direito sobre os territórios reconhecidos, famílias reassentadas devido à construção de obras, famílias reordenadas em assentamentos antigos, todas consideradas parte da meta I do II PNRA (ROOS, 2015).

Já ao fim do primeiro mandato de Lula, o INCRA divulgou que havia assentado, entre 2003 e 2007, o equivalente a 448.954 famílias, dados que suscitaram contestação dos estudiosos e dos movimentos de luta pela terra (VECINA, 2012).

Segundo Ross (2015), dados da reforma agrária do primeiro mandato do governo Lula mostram que 157.469 novas famílias foram assentadas, o equivalente a 39,36% da meta I do II PNRA. Para a regularização fundiária houve 139.486 reconhecimentos, abrangendo 28% da meta estabelecida. Os novos assentamentos, somados à regularização fundiária, chegaram a 296.955 famílias, perfazendo somente 33% de ambas as metas estabelecidas. Com o término do II PNRA, em 2006, nenhum plano de reforma agrária foi desenvolvido para o segundo mandato de Lula, o governo se retirou da discussão.

O governo Lula assumiu uma postura de defesa do agronegócio/latifúndio, não cumprindo as metas do II PNRA e legalizando a grilagem de terra com as Medidas Provisórias n. 422 e 458, transformadas nas leis n. 11.763 de 2008 e n. 11.952 de 2009; essa posição foi denominada de não reforma agrária e contrarreforma agrária do governo Lula (OLIVEIRA, 2010a).

No Governo Dilma seguiu-se a estagnação no processo de reforma agrária; mais uma vez os ruralistas são apoiados na sua luta contra a reforma agrária, como bem explica Ross (2015, p. 95):

A decisão tomada por este governo de priorizar o agronegócio em contrapartida ao enfrentamento dos problemas estruturais da questão agrária, tem aprofundado ainda mais as desigualdades no campo. Exemplar é o fato de que no plano de governo apresentado à sociedade, nem mesmo constaram metas de assentamentos. Além disso, o governo tem mudado o foco e a opção tem sido à “qualificação” dos assentamentos existentes. Ou seja, a reforma agrária como política pública central e estratégica sequer foi cogitada pelo projeto político do Estado. Acrescenta-se a este cenário os acordos e alianças políticas para eleição de Dilma com os setores ruralistas que combatem a reforma agrária (latifundiários e agronegócios) e os movimentos camponeses. Inscrevem-se neste contexto a fragilização da base dos movimentos socioterritoriais, como o MST, em vista da geração de empregos precários nas periferias urbanas e das políticas compensatórias levadas a cabo pelos governos Lula e Dilma. A opção política do governo “petista” de privilegiar a regularização fundiária também atingiu os movimentos, pois fez com que o tempo de acampamento aumentasse consideravelmente e a falta de perspectivas de conquistas desestimulou muitas famílias a permanecerem nos acampamentos. A estas dificuldades acrescentam-se mudanças na concepção das formas de enfrentamento ao capital, pois muitos movimentos consideram que na atual conjuntura agrária o principal inimigo dos camponeses é o agronegócio e o contexto em que este se fortalece e se impõe como modelo de desenvolvimento do campo brasileiro. Nesse cenário, o agronegócio não deve ser combatido com o mesmo “recurso” que se combatiam os latifúndios, ou seja, com as ocupações de terra.

Apesar do descaso do governo em realizar a reforma agrária, foram implantados alguns programas de auxílio que beneficiaram os camponeses. Segundo Fernandes (2012b), o governo do PT melhorou a relação com os movimentos socioterritoriais<sup>3</sup>, promovendo diálogos e dando atenção a situações de violência cometidas contra os camponeses. Citam-se os seguintes programas: Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Terra Forte, Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO); Programa Luz para Todos (PLPT).

---

<sup>3</sup>Para Fernandes (2012a), o entendimento de movimentos sociais abordado pela sociologia não é suficiente para o entendimento dos espaços e territórios construídos pelos movimentos, tendo em vista que essa abordagem foca nas relações sociais e nas formas de organização dos movimentos. O ator propõe uma análise geográfica dos movimentos, a partir da compreensão dos espaços e territórios produzidos ou construídos pelos movimentos. Para se entenderem os movimentos em uma perspectiva geográfica, são propostos os conceitos de movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Os movimentos socioterritoriais têm o território como parte de sua existência. O movimento dos camponeses são socioterritoriais quando esses sujeitos reivindicam um território. O conflito é fator constante nas ações dos movimentos socioterritoriais. O movimento dos camponeses também pode ser socioespacial quando criam relações sociais para tratarem de seus interesses e reivindicam espaço.

Os dados referentes ao número de assentamentos criados, no Brasil (Quadro 3), no período de 1995 a 2016, divulgados pelo Incra, revelam a redução na implantação de assentamentos no governo Dilma, em nível nacional e também para o estado do Mato Grosso do Sul, que, durante o governo dessa Presidente, teve somente um assentamento implantado. Esses números demonstram o quanto já era preocupante a situação da trajetória da reforma agrária, principalmente a partir de 2011, quando os números de assentamentos criados ‘despencaram’, sem que houvesse, por parte do governo, uma explicação plausível para tal situação, e nem mesmo preocupação em demonstrar soluções, a longo prazo, que revertissem esse cenário.

**Quadro 3:** Número de Assentamentos Criados no Brasil e em Mato Grosso do Sul de 1995 a 2016

	Assentamentos Criados no Brasil		Assentamentos criados no Mato Grosso do Sul	
	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)
1995 a dez/2002 Governo FHC	4.281	21.075.725	94	343.997
Jan/2003 a dez/2010 Governo Lula	3.544	48.291.179	86	213.159
Jan/2011 a ago/2016 Governo Dilma	612	3.190.162	1	2.492

Fonte: Adaptado de Incra (2017).

Com o impeachment da Presidente Dilma, assumiu governo o Presidente Michel Temer. A partir de 31 de agosto de 2016, data que em Temer tomou posse, diversas mudanças que afetam a reforma agrária têm sido implantadas. Houve a extinção do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). Com essa extinção, as cinco secretarias ligadas à Reforma Agrária, anteriormente vinculadas a esse Ministério, passaram à responsabilidade da Casa Civil, que, segundo as modificações realizadas pelo Presidente Michel Temer, também passara a responder pelo INCRA. A transferência das atribuições do MDA e do INCRA, ambos responsáveis pelo processo de reforma agrária e de elaboração de políticas para assentados de reforma agrária, transformam os focos das políticas públicas, antes voltadas para incentivo à produtividade rural dos assentados e à reforma agrária, em políticas sociais de combate à pobreza.

Ainda no Governo Temer, a Medida Provisória 759/2016, convertida na Lei nº 13.465 de 11/06/2017, dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, e institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos

procedimentos de alienação de imóveis da União. Essa Lei afeta diretamente a ‘alma’ da reforma agrária em seu ponto crucial - a manutenção das famílias na terra. Segundo Sauer e Leite (2017, p. 1) “a operacionalização de tal arcabouço legal afasta – se é que resta uma – a política agrária governamental do cumprimento da função socioambiental da terra”.

Quando em seu §1º do Art. 18, a Lei nº 13.465 determina que “os títulos de domínio e a CDRU (Concessão do Direito Real de Uso) são inegociáveis pelo prazo de dez anos, contado da data de celebração do contrato de concessão de uso ou de outro instrumento equivalente”, os prazos de titulação e emancipação das famílias contempladas pela reforma agrária são encurtados (BRASIL, 2017). O título de domínio poderá ser concedido a assentamentos com pelo menos 15 anos de criação. Dessa forma, um grande número de títulos, de assentamentos criados que já se enquadram dentro do período definido, serão emitidos, deixando em aberto a possibilidade da venda da terra que deveria ser mantida em sua função social, facilitando a venda de terras destinadas à reforma agrária.

Esse é um problema enfrentado nos assentamentos estudados, um ponto marcante, principalmente nos Assentamentos Urucum e Mato Grande. A venda de lotes emancipados acontece na região, há muito tempo, antes, ainda, da influência dessa lei. A Legislação em vigor tende a facilitar e acelerar esse processo. Outro ponto que contempla essa medida é que, com a emancipação dos assentamentos, a responsabilidade de assistência do Incra é encerrada, o que deixa que assentamentos ainda jovens e sem infraestrutura fiquem sem nenhum tipo de auxílio governamental. Nesses termos, as terras de famílias de assentamentos que não tiverem condições de se manter poderão rapidamente voltar ao mercado de terras, desmantelando, assim, todo o processo de reforma agrária criado até agora.

Em nível nacional, a história revela uma realidade política de promessas não cumpridas, de uma frente de opressão contra todos que tentaram de alguma forma mudar a realidade brasileira de distribuição de terras, em que prevaleceu, sobretudo, o interesse dos grandes proprietários capitalistas. História em que a violência sempre esteve presente nas estatísticas de demanda de distribuição de terras, situação que se reflete em todo território nacional.

## **1.2 A Reforma Agrária e a Luta Pela Terra no Mato Grosso do Sul**

No Mato Grosso do Sul há 5 milhões de hectares de terras devolutas e 8.5 milhões de hectares de latifúndio improdutivo, segundo Oliveira (2008). Essas terras não cumprem sua

função social e, de acordo com a Constituição de 1988, deveriam ser destinadas à reforma agrária.

Esta é uma parte fundamental da realidade agrária no Mato Grosso do Sul e no Brasil, onde a maior parte das terras não são ocupadas de forma produtiva, mas, ao contrário, são terras improdutivas. É desta forma que o capitalismo se desenvolve no campo sul mato-grossense e brasileiro, revelando seu caráter rentista. (OLIVEIRA, 2008, p.13).

Com a economia baseada na agropecuária, o estado de Mato Grosso do Sul tem o seu principal ponto de tensão causado pela alta concentração de terras em posse de poucos e um grande número de trabalhadores sendo expulsos da terra. Através dos movimentos sociais esses trabalhadores buscam reivindicar condições dignas de trabalho e sobrevivência (AVELINO JUNIOR, 2008).

Correa (2006) explica que, como reflexo dessas tensões pela posse da terra, a história de Mato Grosso do Sul sempre foi marcada pela presença de um povo armado, caracterizada pelo uso da violência extrema, refletindo-se na esfera política sul mato-grossense, herança do período colonial que se estendeu até o século XIX.

[...] mesmo após o término do conflito com o Paraguai, permaneceu, na região mato-grossense, um clima de instabilidade e violência. Isso vale dizer que, no instante da reocupação e reconstrução das áreas fronteiriças, as leis de um modo geral passaram a ser sistematicamente violadas, ou simplesmente ignoradas, dando continuidade ao *clima de guerra* e impunidade da região. Apareceram, assim, os primeiros focos de banditismo na região sul, às vezes perfeitamente delimitados pela concentração em determinadas fazendas, abandonadas ou arrasadas pela guerra, ou através de constantes ataques a boiadeiros, mascates a aos fazendeiros que tentavam reconstruir suas propriedades (CORREA, 2006, p. 34).

O desenvolvimento da atividade pecuária no estado acentuou essas relações; a alta concentração de terras promovida pela atividade ampliava as condições de vulnerabilidade do homem do campo, como bem coloca o mesmo autor:

O banditismo rural em Mato Grosso desenvolveu-se com mais intensidade nas zonas de pecuária (pantanal e sul do estado), onde assumiu características do *modus vivendi* típico dessa atividade, assim como manifestou as mais diversas formas de relacionamento com o latifúndio pastoril, com os coronéis fazendeiros e com a população sertaneja.[...] a pecuária mato-grossense (dos fins do século XIX ao começo do XX), apresentou uma tendência à concentração de terras, mesmo em sua fase inicial de abertura de fazendas, quando havia muita terra disponível. Essa atividade caracterizou-se ainda pela produção extensiva e primitiva, com baixa absorção de mão-de-obra, marginalizando muitos homens do trabalho e da terra e tornando-os mais vulneráveis ao domínio dos coronéis (constituindo no *batalhão de reserva* nas lutas coronelistas), e estreitamento das opções do sertanejo que, ou agregava-se ao latifúndio como jagunço, capanga e bandido à disposição de um grande senhor de terras, ou caía no mundo do crime por sua própria conta e risco.(CORREA, 2006, p. 187).

A grande propriedade destinada à pecuária de corte, devido à sua formação e estrutura de “grande” propriedade, gera diferenças sociais e priva o trabalhador do campo de possuir a terra, razão por que ele se empenha em lutar por ela, pela propriedade, pela reforma agrária. Aumentam os conflitos e a violência no campo gerados pela busca dos direitos à vida e à cidadania, usurpados pela estrutura agrária concentrada (AVELINO JUNIOR, 2008).

Dentro desse contexto, nem o passar dos anos, nem o advento da república trouxeram mudanças nas relações socioeconômicas; na realidade, o advento da república consolidou o cenário de lutas pelo poder, em nível local e regional, aumentando o clima de violência e abrindo espaço para atuação do coronelismo, reforçando o desenvolvimento do banditismo (CORREA, 2006).

Com a Proclamação da República, a política fundiária passou a ser de competência dos estados. As oligarquias regionais passaram a ter o poder de decidir sobre a propriedade da terra. Em Mato Grosso do Sul, a burguesia passou a ter poder de decidir, segundo sua conveniência, sobre o destino da propriedade da terra em nível estadual. Dessa forma, o monopólio de posse de terras firmou-se como reflexo de uma política de concentração que transfere, aos grandes fazendeiros e a empresas capitalistas, grandes porções de terras devolutas através de arrendamento ou venda. Foi nesse contexto que a Cia. Mate-Laranjeira monopolizou a exploração dos ervais no sul do estado, cuja expansão impediu o desenvolvimento de pequenas propriedades, como também não possibilitou que os pequenos proprietários locais trabalhassem como mão-de-obra nas plantações da erva (FABRINI, 2008).

A expansão das fazendas de gado no Mato Grosso do Sul, na segunda metade do século XIX, trouxe a ocupação das terras do Estado. A construção da Ferrovia Noroeste do Brasil contribuiu para a expansão da atividade pecuária e para a valorização das terras por onde os trilhos passavam. A frente de colonização que tomou e ocupou as áreas não ocupadas de Mato Grosso do Sul, no século XIX e início do século XX, buscava grandes áreas de terras para a criação de gado ou áreas de ervais, como o caso da Cia. Mate Laranjeira, demarcando novas áreas e marcando um modelo de estrutura predominantemente latifundiária. A aquisição de grandes propriedades de terras - áreas devolutas do Estado - pela frente pioneira foi, muitas vezes, motivada pela intenção de especulação imobiliária, de compra da terra com expectativa de valorização, para que, posteriormente, fosse parcelada ou vendida. (FABRINI, 2008).

Nesse contexto, a posse da terra para pequenos produtores tornou-se praticamente impossível, tendo em vista o avanço da empresa monopolista ou dos grandes proprietários capitalistas. Os motivos para a existência de trabalhadores camponeses despossuídos da terra,

no sul do Mato Grosso do Sul, devem-se, principalmente, à concentração fundiária formada no processo de ocupação e colonização do estado. A modernização da agricultura também contribuiu, conquanto de forma secundária, para o aumento do número de trabalhadores sem-terra. “De modo geral, no sul do Mato Grosso do Sul, os trabalhadores rurais sem terra que se organizam nos movimentos sociais não são pequenos proprietários expropriados, mas trabalhadores que nunca possuíram terra” (FABRINI, 2008, p.71)

Nas décadas de 1950 e 1960 o estado recebeu novas frentes de colonização, com o surgimento de cidades e abertura de estradas para expansão da agricultura. Em 1970, fazendeiros e granjeiros vindos da região sul e sudeste, atraídos pelo baixo valor das terras e pelos incentivos de financiamentos bancários, ocuparam as terras do estado com o intuito de trabalhar com culturas mecanizadas de soja e milho. Ocorreu, então, nesse período, a expropriação do pequeno produtor voltado para produção de subsistência, que se vê obrigado a vender suas terras. Houve, dessa forma, um aumento da concentração fundiária baseada na monocultura, principalmente no plantio de soja e criação de gado nas terras do Mato Grosso do Sul (MENEGAT, 2009).

O estado, a partir da década de 1970, passou por um período de intensificação e modernização da agropecuária movida, dentre outros motivos, à possibilidade de entregar a terra como garantia aos bancos, para obtenção de financiamentos. A monocultura da soja, associada à criação do gado, passou a ser a base da economia do estado. Cresceu, contudo, o número de excluídos da terra, que “engrossam as fileiras de desempregados urbanos” e, como consequência, surgiram os conflitos no campo, as lutas pela posse e uso da terra. (AVELINO JUNIOR, 2008).

O marco inicial da luta dos sem-terra, em Mato Grosso do Sul, foi o movimento de arrendatários em Naviraí, no sul do estado. Nessa região, entre as décadas de 1970 e 1980, intensificaram-se conflitos pela posse de terra (FABRINI, 1996, p.86).

A CPT (Comissão Pastoral da Terra), ao final de 1978, realizou vários encontros intermunicipais entre líderes de sem-terra, na região de Dourados. Essa Comissão contribuiu para o surgimento da base do MST em Mato Grosso do Sul. Criaram-se, também, Comissões Municipais de Sem Terra, organizadas em 11 municípios. Em 1982 foi formada a Comissão Estadual dos Sem Terra, buscando direcionar e organizar a luta dos sem-terra. Como estratégia de luta, a CPT tentou, em um primeiro momento, organizar um abaixo assinado com 3.600 assinaturas, a fim de convencer o governo da necessidade de implantação da reforma agrária no estado, uma tentativa de resolver a situação por vias legais. Em 1983 a CPT rompeu com as

estratégias amigáveis, quando da ocorrência do despejo de famílias de arrendatários na Fazenda Jequitibá (FABRINI, 1996, p. 86).

Em 1984 foi utilizada uma nova estratégia na luta dos sem-terra, tendo em vista que as negociações baseadas em documentos e correspondências não haviam dado resultado. Os sem-terra perceberam que as ocupações de terra seriam uma maneira mais eficiente de organização e representariam um ataque ao inimigo. A primeira ocupação de sem-terra aconteceu em 1984, em Ivinhema, em terras do grupo SOMECO. De acordo com Fabrini (1996, p. 86),

As ocupações ocorrem geralmente, após várias negociações com o governo, para desapropriação de alguma área de terra; mas o governo se mostra incapaz. Devido ao seu comportamento político, ou mesmo por falta de vontade, não procura resolver a questão. Assim, o movimento parte para as ocupações, que são feitas com grande número de trabalhadores rurais, vindos de várias partes e sempre levando em consideração a facilidade de acesso e de desapropriação do latifúndio a ser ocupado, mesmo que a área não seja suficiente para assentar as famílias. O mais importante é criar o fato político e que a sociedade, através da imprensa principalmente veja o problema do sem-terra.

Em 1986 surgiu, no Mato Grosso do Sul, o MST. A primeira ocupação liderada pelo Movimento aconteceu na Fazenda Itasul, no município de Itaquiraí, em 1989. Em 1991 houve uma divisão na atuação do MST e da CPT: a CPT/MS passou a direcionar suas ações aos assentamentos e o MST ficou à frente da organização dos trabalhadores sem-terra na conquista pela terra e, também, desenvolvendo trabalhos nos assentamentos (FABRINI, 1996).

No período compreendido entre os anos de 1970 e 2005 houve um grande êxodo rural no estado. Em 1970 a população urbana representava 45% da população total do MS e a rural, 55%. Em 2000 a população urbana passou a representar 84% da população total e a rural, 16%. Esses dados provocaram a “favelização das periferias”, o aumento do número de conflitos pela posse de terra, o aumento de acampamentos e ocupações de terras (AVELINO JUNIOR, 2008).

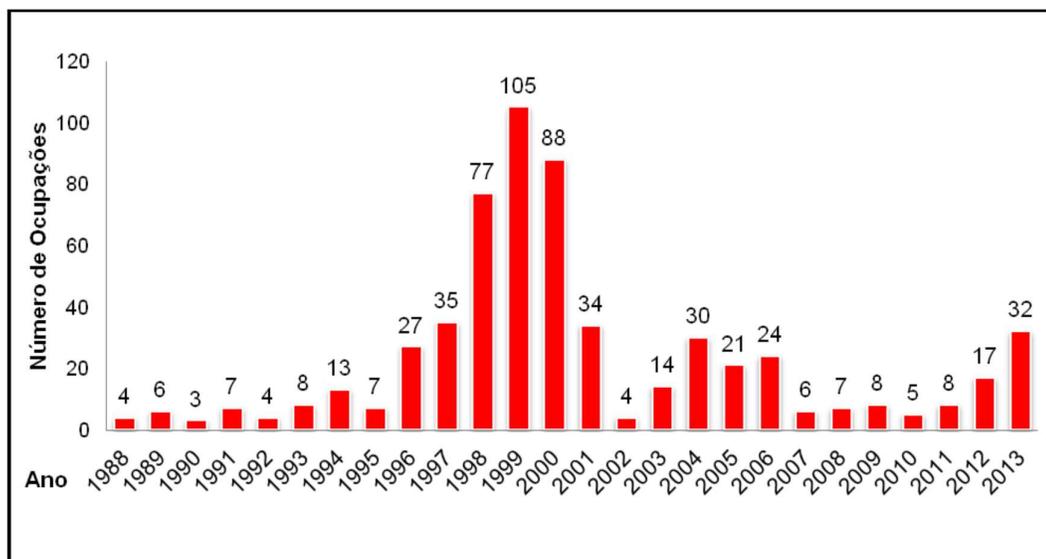
A concentração de terras, de modo geral, não é somente resultado da aglutinação de pequenos lotes de camponeses expropriados no processo de modernização conservadora. É resultante principalmente de uma política de ocupação e apropriação concentrada da terra promovida pelo Estado. No Mato Grosso do Sul, foi o próprio Estado que promoveu a venda e titulação de terras devolutas em grandes propriedades. [...] a estrutura fundiária no Mato Grosso do Sul “nasceu” concentrada. (FABRINI, 2008).

O aumento dos conflitos pela posse de terra e das ocupações de terra acabaram por provocar uma onda de violência e de impunidade que marcou a luta pela terra, em Mato Grosso do Sul. No período de 1995 a 2005 os números da violência no campo contra a pessoa, no estado, mostraram a ocorrência de 11 assassinatos envolvendo posse e uso da terra. Em alguns casos são apontados, como autores ou mandantes, latifundiários de Mato Grosso do Sul. Nesse período registraram-se 565 conflitos, 19 tentativas de assassinato, 8 ameaças de morte, 5

pessoas torturadas, 14 agressões física, 102 presos, 45 lesões corporais. Já a violência contra a posse/propriedade, em Mato Grosso do Sul, trouxe 520 conflitos que envolveram 113.015 famílias, das quais 996 foram expulsas, 21.033 despejadas judicialmente, 17.606 sofreram ameaça de despejo, 2.816 foram ameaçadas de expulsão e 416 famílias tiveram suas casas destruídas. (AVELINO JUNIOR, 2008).

Os números da violência na luta travada pela posse da terra não são exclusivos do Mato Grosso do Sul. Além da criação do “DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) Rural”, dentro da estrutura da Polícia Federal, com o objetivo de reprimir e apurar ocupações de terras, o governo FHC caracterizou um novo perfil da violência no campo: “por meio de atos administrativos, de Medidas Provisórias e projetos de lei, consagrou a base legal que transforma, aprioristicamente, em meliantes os trabalhadores que lutam pela terra, o que, de forma ostensiva, favorece o latifúndio” (AVELINO JÚNIOR, 2008, p.133). Assim, frente à inoperância do governo e dos órgãos responsáveis em realizar uma reforma agrária, e frente à criação de ações de repreensão dos sem-terra, os camponeses se organizam e resistem, ocupando terras e áreas griladas ou improdutivas.

O número de ocupações no Mato Grosso do Sul, de 2000 a 2013, foi se reduzindo gradativamente (Figura 2), resultado de mudanças, na economia, que promoveram aumento na renda dos brasileiros, reduzindo o número de participantes de movimentos sociais e luta pela terra. A redução das pressões realizadas pelo MST sobre o governo também é um fator que contribuiu para a redução do número de ocupações. A nova vertente do movimento focava estratégias de busca, de acesso a políticas públicas, crédito e vendas diretas. Em Mato Grosso do Sul, em 2013, houve aumento significativo de ocupações (32), sendo 31 delas por indígenas em busca das terras tradicionais, principalmente na região de Dourados e ao sul, na fronteira com o Paraguai (DATA LUTA/MS, 2014).



**Figura 2:** Número de Ocupações em MS – 1988 a 2013  
 Fonte: DATALUTA/MS, 2014.

Fruto da acumulação capitalista concentrada da renda, da terra e do capital, os conflitos pela posse da terra surgiram como forma de reivindicar melhores condições de vida e relações igualitárias nas condições de trabalho. O modelo concentrador de propriedade da terra existente em Mato Grosso do Sul resulta da falta de iniciativas governamentais para uma distribuição de terras que contemplasse pequenos produtores e que fosse voltada para a realidade de vida desses que são a grande maioria produtiva da população do estado.

A atual concentração de terras de Mato Grosso do Sul pode ser conferida na Tabela 1. Se somados os estabelecimentos de 0 a 10ha, percebe-se que representam 20,65% dos imóveis em uma área correspondente a 0,21% da área total de imóveis do MS. Os estabelecimentos de 10 a 100ha representam 45,14% do total, em uma área de 2,88% da área total desses imóveis. Já os estabelecimentos de mais de 100ha representam 33,75% do total e ocupam 96,90% da área toda. Existem, no estado, 2.491 propriedades (3,84%) com mais de 2.500ha, ocupando mais da metade das terras. Esses dados demonstram a desigualdade no domínio de terras no estado, resultante da alta concentração de terras.

**Tabela 1: Estrutura Fundiária em MS (2006)**

Classes em Área (há)	Nº de Estab.	% Estab.	Área dos Estab. (Ha)	% (Ha)
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	108	0,17	6	0
De 0,1 a menos de 0,2 ha	82	0,13	11	0
De 0,2 a menos de 0,5 ha	152	0,23	45	0
De 0,5 a menos de 1 ha	387	0,6	225	0
De 1 a menos de 2 ha	1.234	1,9	1.416	0
De 2 a menos de 3 ha	1.326	2,04	3.028	0,01
De 3 a menos de 4 ha	1.049	1,62	3.413	0,01
De 4 a menos de 5 ha	2.481	3,82	10.723	0,04
De 5 a menos de 10 ha	6.579	10,14	45.952	0,15
De 10 a menos de 20 ha	11.476	17,69	171.809	0,57
De 20 a menos de 50 ha	13.354	20,59	391.627	1,29
De 50 a menos de 100 ha	4.447	6,86	310.264	1,02
De 100 a menos de 200 ha	4.053	6,25	562.701	1,86
De 200 a menos de 500 ha	6.486	10	2.113.298	6,98
De 500 a menos de 1000 ha	4.689	7,23	3.315.350	10,95
De 1000 a menos de 2500 ha	4.170	6,43	6.443.714	21,28
De 2500 ha e mais	2.491	3,84	16.901.395	55,83
Produtor sem área	300	0,46	0	0
<b>Total</b>	<b>64.864</b>	<b>100</b>	<b>30.274.975</b>	<b>100</b>

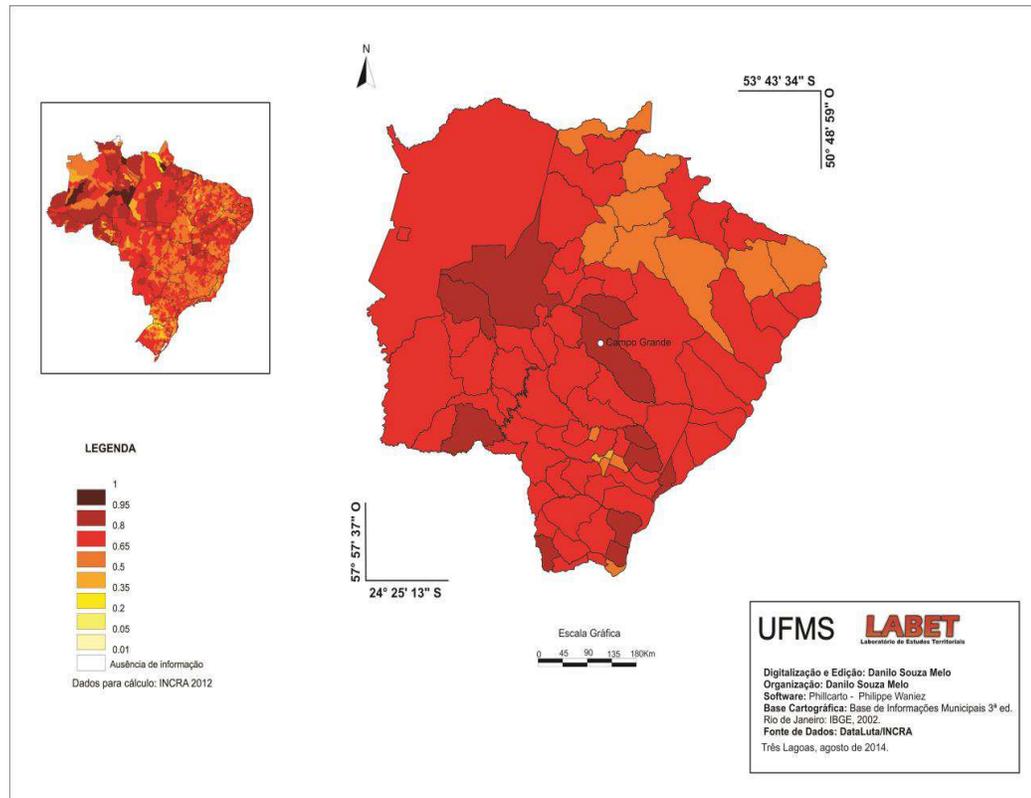
Fonte: IBGE (2006).

De acordo com os pesquisadores da rede Dataluta, a região do Pantanal, onde se localizam os assentamentos estudados, tem os maiores índices de concentração fundiária do Mato Grosso do Sul.

O Estado de Mato Grosso do Sul tem estrutura fundiária concentrada, justamente pelo processo histórico de apropriação capitalista da terra, fortemente ligada ao latifúndio da pecuária extensiva e, nos últimos tempos, ao avanço do agronegócio da soja, da cana e do eucalipto. No mapa 1, pelo Índice de Gini<sup>4</sup>, nota-se o maior índice de concentração fundiária no Oeste do Estado, justamente no Pantanal, região tradicional de criação de bovinos. Também, no Centro-Sul do Estado a concentração fundiária é expressiva, justamente nas áreas de conflitos fundiários entre os latifundiários, os camponeses e os indígenas, região ocupada via transformação de terras tradicionais em capitalistas desde as primeiras décadas do século XX. No Centro-Sul do Estado encontra-se a maior concentração de assentamentos e de reservas indígenas e, nos últimos anos, lócus de conflitos pela retomada dos territórios tradicionais, entre estes últimos e os latifundiários. O Leste do Estado há, também, forte concentração fundiária, região de avanço da monocultura de eucalipto e da instalação de indústrias de celulose, como Fibria e Eldorado, modificando a estrutura econômica, substituindo as pastagens e expulsando os trabalhadores do campo. (DATALUTA/MS, 2014).

<sup>4</sup> Índice de Gini é um coeficiente utilizado para medir grau de concentração. Numericamente varia de 0 a 1, onde 0 representa situação de igualdade na concentração analisada, no caso exposto, quanto mais próximo de 0 menor a concentração de terras e no extremo oposto, o 1 representa o nível máximo de concentração.

A distribuição da terra e estrutura fundiária concentrada de Mato Grosso do Sul também pode ser verificada, ainda, através da Figura 3. O mapa da rede Dataluta apresenta, segundo o índice de Gini, dados de 2013 que demonstram as altas concentrações de terras observadas em todo o estado.



**Figura 3:** Concentração Fundiária em MS – 2013  
Fonte: DATALUTA/MS, 2014.

A alta concentração fundiária presente nos municípios de Corumbá e Ladário é conferida pelas características locais apresentadas pelo bioma Pantanal. Essas características devem ser levadas em consideração para a destinação de terras para a reforma agrária e, também, para investimentos locais para as famílias assentadas.

### 1.3 A Concentração Fundiária em Corumbá e Ladário

Os municípios de Corumbá e Ladário localizam-se na mesorregião dos Pantanaís Sul Mato-grossenses e microrregião Baixo Pantanal do Mato Grosso do Sul. A área total é de cerca de 64.960 km<sup>2</sup> para Corumbá e cerca de 340 km<sup>2</sup> para Ladário. (PEREIRA et al., 2011)

Um dos seis biomas que formam o país, o Pantanal está presente na Bolívia, Paraguai e Brasil. No Brasil, representa 1,8% do território nacional, sendo o menor bioma em extensão do país. Possui 11,5% de sua área antropizada, principalmente pela pecuária extensiva. A vegetação natural remanescente corresponde a 86,8% da área desse bioma. (GIRARDI, 2008).

A presença de Corumbá e Ladário no bioma Pantanal lhe conferem característica de região turística, principalmente Corumbá, que é conhecida como capital do Pantanal e tem se voltado cada vez mais para a exploração do turismo pesqueiro, de aventura e de contemplação do meio ambiente. A distância do centro das duas cidades é de aproximadamente 6 km; são ligadas por uma avenida na qual não se nota um referencial que defina onde termina uma cidade e onde começa a outra.

A região de Corumbá e Ladário começou a ser ocupada em 1524, com a exploração portuguesa em busca de ouro (MATO GROSSO DO SUL, 2008). Com a fundação do Forte Coimbra, em 1775, montado como reduto militar para defesa e militarização das fronteiras Norte e Sul, houve a necessidade da instalação de um posto fortificado no qual fossem erguidos um povoado e uma guarnição militar para conter o avanço castelhano em Mato Grosso, deter a entrada de espanhóis e os ataques de índios Paiaguás e Guaicurus. Para tal tarefa foi nomeado o sertanista João Leme do Prado que escolheu o “morrote” como local para plantio de roças e criação de gado, deu nome de Albuquerque a esse local, hoje, um distrito de Corumbá. (PROENÇA, 2003).

Corumbá foi criada como um local tático de defesa. Em 1785 havia, na cidade, uma população de 130 pessoas. O nome Corumbá tem vários significados como “local onde as aroeiras eram abundantes”, “banco de cascalho”, “lugar esquecido, desprezado”. (PROENÇA, 2003). Registra-se o nome originário do tupi-guarani *curupah*, que significa “lugar distante”. A cidade é conhecida, também, como Cidade Branca, devido à cor clara de seu solo, rico em calcário (MATO GROSSO DO SUL, 2008).

Ladário foi fundada em 2 de setembro de 1778, quando o Capitão-general Luís de Albuquerque de Melo e Cáceres escolheu esse local para iniciar a vida com a família. Durante muito tempo foi distrito de Corumbá. Somente em 1953 tornou-se município independente. O nome Ladário é uma homenagem à pequena Vila portuguesa de Ladário, onde nasceu Luís de Albuquerque, fundador da cidade (PROENÇA, 2003).

Esse mesmo autor relata que Corumbá foi fundada em 21 de setembro de 1778 para defender e consolidar a posse da fronteira sul mato-grossense à Coroa Portuguesa. O povoado de Albuquerque, como era chamada a região onde inicialmente fora fundada, só se desenvolveu a partir da abertura da navegação fluvial, que se deu em 1853. Em 1856 houve a abertura do

trânsito de barcos estrangeiros e brasileiros pelo rio Paraguai. Em 1861 foi instalada a alfândega. A abertura da navegação e posterior início do funcionamento dessa alfândega foram propícios ao comércio de importação e exportação que se desenvolvia através do rio Paraguai, no qual era realizado, livremente, o trânsito de barcos brasileiros e estrangeiros, o que atraiu, para a região, estrangeiros com alto poder aquisitivo. O comércio portuário e a ação dos mascates fluviais trouxeram riqueza e prestígio aos comerciantes locais; em contrapartida, a população menos abastada sofria com os reflexos do alto custo de vida do local. Ao auge de sua época, em Corumbá funcionavam 25 bancos internacionais e a moeda corrente era a libra esterlina (IPHAN, 2014). É possível verificar que já no início de sua ocupação a cidade foi alvo de um sistema capitalista, voltado para o comércio internacional que implantou, na cidade, condições de vida totalmente desiguais, desfavorecendo a população local.

Seguindo a trajetória histórica, em 1862 o nome Corumbá foi registrado em documento oficial quando se transformou na Vila de Santa Cruz de Corumbá. Em 1865 a vila foi invadida e ocupada pelas tropas paraguaias. Com essa ocupação, a navegação fluvial internacional foi suspensa. Somente em 13 de junho de 1867 houve a retomada de Corumbá pelo contingente militar brasileiro, possibilitando a volta da atuação da Companhia de Navegação. (PROENÇA, 2003)

Após dez anos de reconstrução houve total revitalização da vila e novos negociantes estrangeiros foram atraídos por melhores perspectivas de vida.

Da mesma forma que outras regiões do estado, Corumbá também foi palco do coronelismo. A grande dimensão de terras disponíveis decorrente do avanço dos estrangeiros ocasionou uma distribuição de terras para poucos proprietários, porém com muitos hectares (CORREA, 2006).

As disputas dos coronelistas envolviam, não raras vezes, lutas político-partidárias, com o envolvimento de ‘bandidos’ a seu favor. Esse relacionamento entre coronéis e bandidos tornou-se comum, a partir de 1891. Destacam-se, na região de Corumbá, os conflitos armados de 1892 contra o governo estadual, em que foram depostas as autoridades ligadas à administração estadual, inclusive o presidente do estado e o conflito armado de 1906, em Corumbá e Cuiabá, contra o governo estadual, em revolução liderada pelo Cel. Generoso Ponce, na qual o Presidente Antônio Paes de Barros foi deposto e assassinado (CORREA, 2006).

As lutas coronelistas acabaram por gerar um meio de vida para a mão-de-obra ociosa dos despossuídos de terra. Sem outras opções de trabalho, esses indivíduos se submetiam a trabalhar para os coronéis em troca de remunerações, indenizações e privilégios, ao mesmo tempo em que os enriqueciam. Com a posse da terra como principal fonte de riqueza, essas

relações de trabalho firmavam-se em obrigações pessoais do trabalhador para com o patrão. Formou-se, assim, um monopólio de posse de terras, uma concentração nas mãos da elite, colocando à margem um grande número de trabalhadores que, para sobreviver, teve que vender sua força de trabalho, não sob forma de contrato de trabalho, mas como um agregado da terra e do dono da terra, tendo que realizar todo tipo de serviço, inclusive o de “bandido” (CORREA, 2006).

Enquanto isso, a preocupação política local era com a manutenção da economia baseada no comércio internacional, e na manutenção e aumento da riqueza dos estrangeiros que tomavam posse das terras brasileiras.

Após a guerra do Brasil com o Paraguai havia grande preocupação em recuperar a economia e facilitar a entrada e saída de mercadorias pela Alfândega de Corumbá. Foi então que o Visconde de Rio Branco, político, diplomata e jornalista, chefe da política externa brasileira como Ministro dos Negócios Estrangeiros firmou vários acordos com o Paraguai, Argentina e Uruguai, abrindo a navegação do Rio Paraguai. Como senador do Mato Grosso, em 1866, esse Visconde formulou a Lei n. 1.352, que continha o seguinte texto: “Fica o governo autorizado para reduzir, como for possível, as taxas da tarifa especial da Alfândega de Corumbá, Província de Mato Grosso, podendo conceder pelo espaço de cinco anos, depois de terminada a guerra atual, completa isenção dos direitos de consumo e de exportação.” Mais tarde, o mesmo autor dessa lei fez sancionar uma prorrogação de mais três anos para a mesma (PROENÇA, 2003).

A partir desse feito, a atividade comercial teve um extraordinário impulso. Importavam-se produtos de Lisboa, Havre, Liverpool, Viena, Paris, Amsterdam, desde perfumes, joias, louças, tintas, remédios, ferragens, maquinaria. Exportava-se borracha, pena de aves, couro de gado, sebo, madeira, erva-mate, ipecacuanha ou poia – planta medicinal de alto valor no mercado internacional farmacêutico (PROENÇA, 2003).

As principais empresas comerciais de exportação e importação que se instalaram em Corumbá foram: Manoel Cavassa, Filhos & Cia. (agente do Banco do Brasil e da Brasil Land, Castle and Packing Co. agropecuária); Wanderley, Bais & Cia. (agente de bancos nacionais e estrangeiros); Pereira, Sobrinho & Cia.; Stofen, Müller & Cia (representante do Deustch Bank of London); Vasques, Filhos & Cia.; Monaco, Piñon & Cia.; Feliciano, Simon & Cia (ligada aos maiores bancos da Europa); Josetti & Cia. (PROENÇA, 2003)

Frente a uma política claramente liberalista, voltada especificamente para o crescimento econômico, a facilidade de exportação de itens naturais fez história na cidade de Corumbá, avançando, indiscriminadamente, contra o meio ambiente, a fauna e a flora. Essas práticas

criaram, na região, costumes e mercados que permaneceram até poucos anos atrás. É comum, ainda hoje, ouvir-se contar, na cidade, que até meados da década de 1980 a ação dos “coureiros” era frequente, realizando a venda de peles de animais como de onça pintada e couro de jacaré.

Dessa forma, os trabalhos que eram oferecidos à população local baseavam-se nas atividades de extração de recursos naturais, na caça de animais silvestres ou em trabalhos nas grandes propriedades de terra como peões ou jagunços dos coronéis. Enquanto isso, a alta elite da cidade trazia, através do rio, os itens importados para seu consumo.

Durante esse “grande” passado de comércio fluvial, diversos países possuíam representações consulares na cidade, a exemplo da Bélgica, Portugal, Espanha, Itália, França, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia (PROENÇA, 2003).

Em 1910 foi fundada a Associação Comercial de Corumbá e em 1914 foi instalada, na cidade, a 14ª agência do Banco do Brasil (PDA São Gabriel, 2011). Até 1930 Corumbá possuía um porto de grande representatividade para América Latina. Os comerciantes do porto, voltados exclusivamente ao extrativismo, tiveram que enfrentar a nova ordem econômica, com a entrada de empresas vinculadas ao capital financeiro internacional que visavam à produção. Além disso, a Primeira Guerra Mundial e a chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que ligou o sul do estado de Mato Grosso do Sul a São Paulo, afetaram a navegação fluvial (PROENÇA, 2003).

A chegada da estrada de ferro deslocou o eixo comercial para Campo Grande. Grandes comerciantes locais mudaram-se e Corumbá voltou suas atividades para a exploração mineral e a pecuária. O Grupo Itaú estabeleceu-se na cidade, em 1950; a Urucum Mineração S/A e a Companhia Vale do Rio Doce, em 1975. No final dos anos 1970 iniciou-se a exploração do turismo e Corumbá passou a ser chamada de Capital do Pantanal, constituindo-se o principal portal para o santuário ecológico (PDA São Gabriel, 2010).

Em 1986 a BR 262, que liga Corumbá a Campo Grande (distância de 434Km) foi asfaltada, mas somente na década de 1990 foi construída a ponte sobre o rio Paraguai (70KM de Corumbá e de Ladário), que dá acesso aos municípios. Até então, o percurso sobre esse rio era realizado de balsa.

Essa história da região em que se encontram as cidades de Corumbá e Ladário, aqui abordada, é de extrema importância para se entender como aconteceu o processo de ocupação de terras da região, que se reflete atualmente em uma altíssima concentração fundiária (Tabela 2).

**Tabela 2:** Concentração Fundiária nos municípios de Corumbá e Ladário – 2006.

Grupos de área total	Corumbá				Ladário			
	Nº de Estab.	%	Área dos Estab. (ha)	%	Nº de Estab.	%	Área dos Estab. (ha)	%
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	1	0,06	X	X	1	0,45	X	X
De 0,1 a menos de 0,2 há	3	0,18	0	0	-	-	-	-
De 0,2 a menos de 0,5 ha	4	0,24	1	0	1	0,45	X	X
De 0,5 a menos de 1 ha	3	0,18	2	0	-	-	-	-
De 1 a menos de 2 ha	4	0,24	4	0	2	0,9	X	X
De 2 a menos de 3 ha	4	0,24	8	0	-	-	-	-
De 3 a menos de 4 ha	3	0,18	9	0	3	1,35	9	0,06
De 4 a menos de 5 ha	117	7,08	469	0,01	1	0,45	X	X
De 5 a menos de 10 ha	14	0,85	95	0	5	2,24	37	0,23
De 10 a menos de 20 ha	583	35,27	9.377	0,19	108	48,43	1.740	11,08
De 20 a menos de 50 ha	256	15,49	7.475	0,15	63	28,25	1.583	10,08
De 50 a menos de 100 ha	71	4,30	4.406	0,09	7	3,14	462	2,94
De 100 a menos de 200 ha	23	1,39	2.978	0,06	10	4,48	1.431	9,11
De 200 a menos de 500 ha	44	2,66	14.884	0,3	14	6,28	4.105	26,15
De 500 a menos de 1000 ha	30	1,81	19.527	0,39	7	3,14	4.488	28,59
De 1000 a menos de 2500 ha	86	5,20	145.321	2,91	1	0,45	X	X
De 2500 ha e mais	396	23,96	4.796.425	95,91	-	-	-	-
Produtor sem área	11	0,67	0	0	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.653</b>	<b>100</b>	<b>5.000.982</b>	<b>100</b>	<b>223</b>	<b>100</b>	<b>15.700</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE (2006).

Nota: o IBGE identifica, com o caractere X, os dados das Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes.

A concentração fundiária no município de Corumbá é ainda maior que a de nível estadual. Se somados os estabelecimentos de 0 a 10ha, os mesmos representam 9,25% do total de estabelecimentos da cidade de Corumbá, e estão localizados em uma área equivalente a 0,01% da área total de terras. Os estabelecimentos de mais de 10ha a 100 ha representam 55,06% do total de unidades e ocupam uma área de 0,43% do total de terras, enquanto 35,02% do total de estabelecimentos ocupam uma área de 99,57% das terras. O percentual quase total da área de terras, 95,91%, está distribuído em 23,96% de estabelecimentos com mais de 2500 hectares. No município de Ladário a concentração se mostra menor, quando comparada aos níveis de Corumbá, mas ainda assim é possível notar a alta concentração de terras na posse de poucos estabelecimentos, 63,85% das terras de Ladário estão concentradas nas mãos de 14,35% de estabelecimentos que possuem mais de 100ha; em contrapartida, 0,29% da área total de terras pertence a 5,84% de estabelecimentos que possuem até 10ha.

Do total de estabelecimentos de Corumbá, 82,09% desenvolvem atividade pecuária. Desses estabelecimentos, a grande maioria, 96,31%, possui área superior a 10 ha. Das propriedades com mais de 2.500 ha, 99,24% dedica-se à atividade pecuária. A lavoura temporária é desenvolvida em 11,25% dos estabelecimentos, a horticultura em 3,09%, e a lavoura permanente em 0,54% dos estabelecimentos, todas predominantemente em unidades que possuem menos de 20 ha de terra.

No município de Ladário, a distribuição das atividades desenvolvidas nos estabelecimentos é bastante parecida com a do município de Corumbá. A pecuária é a atividade principal em 72,20% dos estabelecimentos, sendo que 95,65% dos que desenvolvem essa atividade possuem área superior a 10 ha. Os demais estabelecimentos de Ladário se dedicam a culturas temporárias (16,59%), horticultura (6,28%) e culturas permanentes (4,48%).

Caracterizada pela distribuição de terras em grandes propriedades, a região ainda possui uma grande quantidade de terras devolutas e improdutivas. Oliveira (2008) cita dados do cadastro do INCRA, de 2003, em que Corumbá apresentava 2.610.359,21ha de terras devolutas, equivalente a 40% de seu território total, apresentando um total de 2571 imóveis cadastrados em uma área total de 6.333.329,3ha, com um montante de 308 grandes imóveis improdutivos em 2.005.220,50 hectares improdutivos. Em todo o estado do MS, nessa época, apresentavam-se 3.547 grandes imóveis improdutivos em uma área de 8.545.942,20 hectares.

A Figura 4 mostra o alagamento em uma fazenda no Pantanal Sul Mato-grossense. Esse cenário é bastante comum nas épocas de cheia do Pantanal. Nessas regiões, geralmente, o gado é retirado do local aos primeiros sinais de aumento dos níveis das águas e levado pelas comitivas pantaneiras para regiões mais altas.



**Figura 4:** Fazenda alagada pelas cheias, no Pantanal

Fonte: Chileno (2011)

Segundo Santos *et al* (2011), uma das características principais do Pantanal são as inundações sazonais que acontecem na região, um fator ecológico fundamental na região. O município de Corumbá desenvolve, como principal atividade econômica, a pecuária, em alternância de períodos climáticos em que ocorre excesso ou falta de água (GARCIA,1981).

Essas características climáticas dificultam a implantação da agricultura em terras pantaneiras. Para desenvolver a criação de gado os produtores têm que se adaptar e se preparar para as constantes mudanças do gado de regiões sujeitas a alagamentos para áreas mais altas e secas.

Apesar da alta concentração fundiária na região de Corumbá e Ladário, poucas são as terras propícias à agricultura, conforme o estudo de Pereira (2011). Esse fator pode ser constatado em algumas das áreas dos assentamentos estudados, em que períodos definidos de seca e alagamento acabam por desestruturar as famílias que ali residem. Já marcados pela falta constante de água doce, alguns lotes dos assentamentos sofrem mais nos períodos de seca; em contrapartida, em épocas de alagamento, devido também à qualidade de alguns solos, todas as plantações são perdidas pelo excesso de água. As criações de animais, nos assentamentos, também sofrem pelo excesso ou falta de água. Criadores de cabritos dos assentamentos 72 e Taquaral relataram que os cascos desses animais começam a rachar pelo excesso de umidade, deixando os animais doentes e levando-os a óbito.

Apesar da grande quantidade de terras nas mãos de poucos pecuaristas, deve-se registrar que elas não são totalmente utilizadas para a produção durante todos os períodos do ano. Os períodos de alagamentos vão de outubro a março e, dependendo do nível da cheia ou do local onde se encontram, as propriedades rurais podem chegar a ter até 80% de sua área alagada. Dessa forma, a utilização dessas áreas para outros fins que não a pecuária torna-se inviável. Apesar da grande concentração fundiária em Corumbá e Ladário, deve-se considerar que nem todas as terras estão livres de serem alagáveis, dificultando a criação de novas áreas para reforma agrária.

Foi na década de 1980 que se iniciaram os projetos de assentamentos rurais de reforma agrária, em Corumbá. Primeiramente foi o Projeto de Assentamento Tamarineiro (1984), seguindo-se o Projeto de Assentamento Urucum (1986), Projeto de Assentamento Mato Grande (1987), Projeto de Assentamento Taquaral (1989), Projeto de Assentamento Tamarineiro II - norte e sul (1995), Projeto de Assentamento Paiolzinho (1996) e Projeto de Assentamento São Gabriel (2005), todos na cidade de Corumbá. A cidade de Ladário possui um único assentamento, o 72 (1998).

Para a implantação desses assentamentos não houve ocupações de terras e conflitos com proprietários delas ou força policial nos municípios de Corumbá e Ladário. Parte dos assentados vieram de outras localidades e só chegaram à cidade quando já haviam sido feitas as demarcações dos locais dos assentamentos, dessa forma houve a formação de acampamentos até a implantação dos assentamentos.

Um tipo de conflito surgiu após a implantação dos assentamentos, o conflito com moradores locais, um reflexo da luta das famílias para se manterem e subsistirem nos lotes. As mulheres assentadas se destacaram, nesse período, pela força e determinação demonstrados nos momentos difíceis que enfrentaram.

#### **1.4 A participação das mulheres na luta pela manutenção das famílias nos assentamentos**

Durante a implantação desses assentamentos surgiram conflitos com a população urbana do município de Corumbá, principalmente nos primeiros tempos após a criação do Assentamento Taquaral.

À época, havia no município outros três assentamentos - o Tamarineiro I, o Mato Grande e o Urucum, que, ao todo, possuíam 268 famílias. Essas famílias, segundo depoimento do Padre Pascoal (membro da CPT), foram colocadas na terra sem nenhum tipo de auxílio. A CPT

forneceu maquinários e sementes para que eles pudessem realizar desde o preparo da terra, a produção, até a venda.

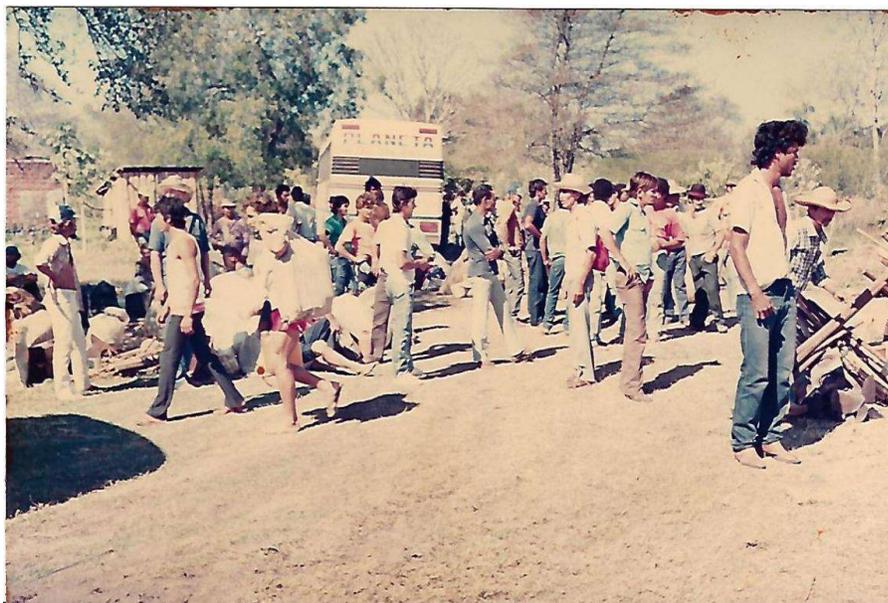
Com a instalação do Taquaral a cidade recebeu mais de 300 novas famílias, que seriam assentadas em Corumbá, porém a implantação desse assentamento não ocorreu de forma tranquila. Em julho de 1989 o Ministério Público Federal impetrou uma ação contra a instalação do assentamento, alegando que a implantação de assentamentos no local feria o Código Florestal e a Constituição Federal. A justificativa era de que se tratava de área de preservação permanente, local em que, até aquele momento, só havia criação de gado e com a possibilidade da exploração agrícola e uso de defensivos poderia ser colocado em risco o meio ambiente ali existente. Em agosto de 1989 realizou-se o despejo das famílias, 305 vindas do acampamento Santo Inácio, para onde foram enviadas de volta. As famílias de Corumbá foram colocadas em um campo de futebol do município.

Em resposta a essa decisão judicial, no dia 3 de agosto de 1989 os trabalhadores que seriam assentados no Taquaral demonstraram seu descontentamento, realizando uma caminhada, iniciando-a na entrada da capital do estado, Campo Grande, indo até a Governadoria Estadual, perfazendo um percurso de 22 quilômetros. Após essa manifestação, a área do Taquaral foi entregue novamente aos cuidados do INCRA; a partir daí, as famílias que estavam no Santo Inácio tiveram a promessa de transferência para a área do Taquaral. Sua transferência foi efetuada em três etapas: a primeira ocorreu ao final do mês de setembro, a segunda, no início do mês de novembro, e a terceira, ao final da última quinzena do mês de novembro de 1989. Em face da longa distância, cerca de 400 quilômetros que separava Corumbá e o lugar onde as famílias encontravam-se acampadas, o Santo Inácio, o INCRA decidiu transferi-las por meio do transporte ferroviário, que na ocasião fazia o percurso Corumbá–Bauru, o que barateou o traslado, custeado pelo INCRA. Usando esse meio de transporte, além de transportar a mudança, foi possível carregar também os animais que cada família possuía. Na chegada a Corumbá, as famílias acamparam em área coletiva do Taquaral até a entrega dos lotes definitivos. Essa situação perdurou por dois longos anos e as expôs a uma série de dificuldades de sobrevivência: durante aquele período, puderam plantar somente pequenas roças em áreas coletivas, mas, por exigência do IBAMA, sem derrubar árvores, o que resultava numa produção que não atendia a todas as necessidades de sustento das famílias, tornando a fome um dos grandes problemas enfrentados no acampamento de Corumbá. Mesmo as notas publicadas nos jornais, que a princípio mostravam o lado negativo da criação de assentamentos no município, passaram a divulgar notícias que mostravam a situação de penúria das famílias instaladas em área coletiva no Taquaral (MENEGAT, 2009, p. 58).

É possível verificar a difícil situação pela qual passaram as famílias. Para chamar atenção sobre as dificuldades enfrentadas, fizeram manifestações na cidade e realizaram ocupação da sede do Incra, o que causou desconfiança da parte da comunidade local, passando, os manifestantes, a ser tratados como desordeiros, inclusive pela mídia. Um ponto importante

a ser ressaltado é que nessas manifestações participavam assentados de todos os assentamentos ali existentes até então, e não somente do Taquaral.

Na Figura 5 pode-se visualizar um retrato do momento em que as famílias foram retiradas da área destinada ao assentamento Taquaral, após ordem de despejo emitido pela Justiça. Ao fundo, divisa-se um barraco de uma das famílias que ali estiveram acampadas e o ônibus que as levaria de volta para o acampamento Santo Inácio, no município de Anastácio.



**Figura 5:** Retirada das famílias do Taquaral após Despejo – 1989  
Fonte: Arquivo CPT- Corumbá/MS

Na entrevista com a Sra. Amélia, membro da Comissão Pastoral da Terra, que acompanhou todo o processo de criação do Taquaral, a mesma relatou as dificuldades enfrentadas pelos assentados. Além do despejo, de volta ao assentamento de origem, enfrentaram várias outras dificuldades: falta de água, alimento, infraestrutura para as casas e, ainda, o descaso e o medo da população local que passou a tratá-los como os assentados bandidos. Confira-se este depoimento:

*As famílias vieram de ônibus, e animais e mudança vieram de trem, houve greve de ferroviários e a mudança e os animais ficaram parados em Miranda. As famílias chegaram de ônibus e caminhão, mas sem a mudança, o Incra não tinha preparado nenhuma estrutura para levar as famílias para o assentamento. A CPT que deu assistência e alimentação. As famílias ficaram na estação 5 dias sem alimento sem local para dormir. O que gerou medo na população local. A população não ajudou em nada, os comerciantes tinham muito temor. A população aqui (referindo-se aos moradores de Corumbá) não ajudou em nada, o poder público também não. Os comerciantes tinham muito*

*temor, muito temor mesmo! Eles não conviviam com isso, e como foi tudo desorganizado assim, eles (os assentados) tiveram muitas vezes que vir para a cidade reivindicar, porque eles foram jogados ali, literalmente jogados. As mulheres, coitadas, e as crianças sofreram demais! Por que vem da região sul do estado (referindo-se à origem das famílias), não tem mosquito, é bem fresquinho, o clima é ameno, aí chegou aqui numa época que tinha muito mosquito, chuva, lama, atoleiro, lama gruda em tudo! No assentamento não tinha nada, aí quem tinha alergia começou a ficar cheio de ferida. Foi um período de muita chuva! As mulheres, nossa... queriam voltar, queriam voltar, mais não tinha como. Se eles tivessem na época condições de voltar, muitos teriam voltado porque foi muito sofrimento. Depois que liberaram a mudança deles (parada na greve dos ferroviários), que chegou no assentamento de noite e muitos não tinham terminado a estrutura de madeira do barraco porque haviam sido despejados, não tinha água, a água era salobra, mosquito, lama. Ninguém tinham costume de tomar água salobra, e a água ainda era racionada, quente, não tinha energia, foi muito sofrido! Quem teve força de permanecer foi uma vitória! Mas muitos ficaram porque não aguentavam mais ficar acampados, foram seis anos de acampamento, então ninguém aguentava mais, luta, embate, ocupação do INCRA. E ir para onde? Não tinha nenhuma outra terra para ser desapropriada então tiveram que se sujeitar ao sofrimento daqui. Aqui Corumbá é diferente do Sul, também porque lá tinha oferta de trabalho, lá tinha colheita de algodão, tinha colheita de feijão, braquiária, tinha os canaviais por causa das usinas. Então enquanto eles estavam acampados eles saíam para trabalhar para trazer os alimentos para casa. Chegou aqui em Corumbá não tinha nada, não tinha trabalho. Fazenda é tudo no pantanal, é tudo longe, não absorvia mão-de-obra, não tinha, na cidade não tinha. Começaram a passar fome, não tinha de onde tirar, aí tinha que ir para cidade reivindicar do INCRA. Então quantas vezes as famílias vinham para cidade para ocupar o Incra para pressionar para conseguir alguma coisa, para conseguir uma cesta básica era muita luta, muita luta mesmo! (AMÉLIA – entrevistada, 2017).*

Nesse depoimento é possível verificar que foram várias as situações difíceis vividas pelos assentados do Taquaral. Quando famílias acampadas são designadas para o assentamento surge a esperança de uma nova etapa de vida, finalmente a conquista da terra. Não foi o que aconteceu com os assentados do Taquaral. Quando vieram para formar os barracos no assentamento para a recepção das famílias, foram despejados através de uma ação proposta pela justiça ambiental, que considerou a implantação do assentamento uma ameaça ambiental ao Pantanal. As famílias tiveram que permanecer no acampamento Santo Inácio por mais um ano até que pudessem voltar para o Taquaral. Para se mudarem da cidade de Anastácio até o assentamento em Corumbá, as famílias não dispunham de condições para pagar transporte rodoviário; tiveram que utilizar o trem, inclusive para o transporte de animais da família. Justamente nesses dias da realização da mudança aconteceu uma greve de ferroviários que provocou a parada do trem carregado com a mudança dos assentados, na cidade de Miranda. Com a greve, os assentados chegaram à cidade de Corumbá sem nada, somente com poucos pertences pessoais trazidos pelas famílias nos ônibus ou em caminhões disponibilizados para

terminarem a viagem. Ainda segundo o relato, durante cinco dias essas famílias ficaram na estação de trem, aguardando a chegada de seus bens, sem água, sem comida, sem local para ficar.

Quando a greve dos ferroviários terminou e as mudanças chegaram, os assentados foram para seus lotes, mas a situação de abandono e as condições de miséria que tiveram de enfrentar os levava a realizar passeatas pelas ruas da cidade e até mesmo a ocupar a sede do Incra para reivindicarem ajuda e chamarem a atenção do poder público. Durante essas manifestações os comerciantes fechavam as portas de seus estabelecimentos, com medo de serem roubados ou de serem alvo de vandalismo por parte dos assentados.

Ainda segundo Amélia, esse preconceito da população local para com os assentados se manifestou, principalmente, na fase de instalação do Taquaral, tendo em vista que até então havia pouco contato da população local com os demais assentados. Apesar disso, os problemas eram os mesmos para todos: falta de água, períodos de inundação e de seca, adaptação ao clima, falta de opções de trabalho para complementar a renda etc., problemas que seriam enfrentados também nos assentamentos instalados posteriormente. Depois da luta para conseguir a terra, seguiu-se a luta para se manter nela.

Segundo o Pe. Pascoal, da CPT, em nenhuma das manifestações feitas pelos assentados houve qualquer tipo de vandalismo. Para reverter a visão que a população local tinha deles, na primeira colheita, depois de assentados, eles desceram em passeata pelas ruas principais da cidade e distribuíram seus produtos. “Eles queriam mostrar que não eram delinquentes, assaltantes!” (Pe. PASCOAL, 2016).

A Figura 6 mostra uma imagem da passeata realizada pelos assentados de Corumbá, após o despejo das famílias do Taquaral. Tratou-se de uma grande passeata, na cidade de Campo Grande, em que carregavam cartazes com os seguintes dizeres “Sou de Santo Inácio, acampeí dois anos lá e dois anos em assentamento provisório. Fui expulso de Corumbá pela Justiça. Para onde vou?” Outro cartaz trazia as seguintes palavras: “Taquaral e Piraputanga representam a ocupação da fronteira para produzir. Acabar com tráfico de drogas e carros roubados, não é isso que as autoridades querem?” Essas palavras fazem alusão à ocupação da área do futuro Assentamento Taquaral e a de Piraputanga (área que não foi destinada a assentamentos, mas manteve-se como área de preservação ambiental), sendo uma forma de inibir o tráfico de drogas e roubos que aconteciam pelas estradas dessas regiões através do acesso à fronteira com o país vizinho, a Bolívia.



**Figura 6:** Passeata realizada em Campo Grande após despejo dos assentados do Taquaral - 1989  
 Fonte: Arquivo CPT- Corumbá/MS

As mulheres assentadas tiveram um papel primordial na luta pela sobrevivência e pela manutenção das famílias nos assentamentos, conforme é possível verificar no depoimento a seguir da Sra. Amélia, membro da CPT em Corumbá.

*A gente fazia as reuniões a noite, amanhecia o dia na cidade, são 15, 16 quilômetros, as primeiras vezes a gente chegava cedo na cidade, vinha a pé, não tinha condução, não tinha transporte, então vinha a pé. Saía de lá 3 ou 4 horas da manhã pra 6 horas estar na cidade. Quando eles (o INCRA) abriam a porta de manhã a gente já estava lá, já entrava e ocupava. E o comércio (referindo-se aos comerciantes da cidade), eles ficavam apavorados, quando sabiam que tinha sem terra na cidade eles não abriam as portas. E aí quando conseguia uma cesta básica ou auxílio fomento para comprar sementes para cada um ir organizando seu pedacinho, para ter o que comer. Conseguiam uma cesta básica a cada dois ou três meses. E aí o que aconteceu, chegou a situação que os homens não conseguiam trabalho e aí as mulheres arregaçaram as mangas e vieram para cidade, não tinha jeito. E as mulheres começaram a trabalhar de diaristas, de serviços domésticos. Aí houve uma mudança nas relações porque os homens tiveram que ficar cuidando dos filhos em casa, o que pra eles foi duro, muito difícil. E as mulheres saíam seis horas da manhã de casa, lotavam os coletivos e vinham para cidade, voltavam seis, sete horas da noite. Então os homens passaram a fazer os serviços domésticos, e as mulheres começaram a ser provedoras para levar o mínimo para casa. E com o trabalho doméstico, aqui não tinha muita gente para trabalhar (referindo-se a dificuldade de encontrar mulheres para trabalho doméstico). As mulheres do assentamento são muito caprichosas, a maioria então começaram (referindo-se às empregadoras da cidade) a gostar, e uma ia falando para outra. E quando o ônibus atrasava, ou queria mudar de*

*horário, e eles começaram a não querer a ir mais todos os dias no assentamento. Elas lotavam o ônibus iam na empresa (referindo-se à empresa de ônibus responsável pelo transporte coletivo municipal que faz o trajeto dos assentamentos para a cidade)...(risos)...” não ..nós queremos duas vezes por dia o ônibus”, e elas conseguiam. As mulheres foram muito guerreiras! As mulheres tiveram um papel fundamental na luta! E quando ia ocupar nós tínhamos uma estratégia assim, colocar mulheres e crianças na frente, porque a polícia não é que não batia, mais tinha mais receio de bater em mulheres e crianças então a gente tinha a estratégia assim: mulheres e crianças na frente e os homens atrás, quem entrava no INCRA era nós e os homens ficavam na retaguarda mesmo. O papel das mulheres nessa parte inicial do assentamento foi questão de sobrevivência, foi fundamental (AMÉLIA – entrevistada, 2017).*

Por causa principalmente da falta de comida e água potável, várias ocupações foram feitas na sede do Incra. Ao todo vinte ou mais ocupações, segundo a mesma depoente. Como não havia resolução dos problemas, as famílias passavam necessidades e os homens não encontravam trabalho; “as mulheres arregaçaram as mangas”, começaram a trabalhar como diaristas domésticas, na cidade, enquanto os homens ficavam em casa cuidando dela e dos filhos. Essa situação em que os papéis eram trocados provocou uma mudança nas relações de gênero; o papel tradicionalmente assumido pelo marido de sustentar a casa foi assumido pela mulher e a função de cuidar dos filhos e da casa, tradicionalmente exercida pela mulher, passou a ser incumbência dele. Esse movimento de troca de papéis, contudo, não aconteceu com tranquilidade; estas palavras “o que pra eles foi duro, muito difícil” sugerem que a aceitação dessa troca de papéis aconteceu apenas porque não existia outra forma para sustento da família.

Através da manutenção das necessidades da família através do trabalho da mulher foi possível que as famílias continuassem a viver nos assentamentos. A luta delas foi além do sustento da casa; por exemplo, através de manifestações e ocupações realizadas na sede da empresa de ônibus que fazia o trajeto dos assentamentos até a cidade, conseguiram um número maior de opções de horários para esse transporte. Quando das ocupações realizadas no Incra seguiam na linha de frente junto com as crianças, como estratégia para evitar represálias de órgãos policiais. “As mulheres foram muito guerreiras! As mulheres tiveram um papel fundamental na luta”, afirma a entrevistada Amélia. Elas retratam a força e a coragem de ir à luta, uma disposição de mudar conceitos pré-concebidos, patriarcais e androcêntricos, para manter o bem-estar da família.

A Figura 7, a seguir, ilustra o momento em que os assentados aguardavam a abertura da sede do Incra, em fevereiro de 1991, para realizarem uma ocupação. É possível verificar que à frente estão mulheres e crianças, que aguardavam para entrar primeiro.



**Figura 7:** Famílias em frente à sede do Inbra em Corumbá - 1991  
 Fonte: Arquivo CPT- Corumbá/MS

As mulheres sempre presentes não somente nas ocupações ao Inbra, também realizavam manifestações. A exemplo do que se vê na Figura 8, em março de 1991, como parte das comemorações pelo dia internacional da mulher, elas realizaram, nas ruas do centro de Corumbá, um ‘pedágio’ para entregar panfletos explicando o motivo das ocupações ao Inbra de Corumbá e a realidade vivida pelas famílias ali assentadas. Entre as faixas penduradas nas árvores, uma delas que diz: “Mulher Gerando Revolução”. Participavam mulheres do Tamarineiro I, Urucum, Mato Grande e Taquaral, todos os assentamentos instalados na época.



**Figura 8:** Manifestação realizada pelas mulheres dos assentamentos de Corumbá – 1991  
 Fonte: Arquivo CPT- Corumbá/MS

A chegada a Corumbá dos assentados de outros assentamentos alvos deste estudo aconteceu sem conflitos. Atualmente, apenas o assentamento de São Gabriel tem realizado manifestações. Esse é também o único que possui uma mulher como presidente de associação de moradores de assentamento. As manifestações realizadas pelos moradores do São Gabriel são organizadas com o fechamento da BR 262. De acordo com o depoimento prestado, em entrevista, por dona Vera, a presidente da Associação de Moradores desse assentamento, a última manifestação realizada foi em 2017, com o objetivo de pressionar o Incra a comparecer no assentamento para resolver problemas no atendimento à saúde.

Para chegar ao objeto principal desta pesquisa, que é compreender os trabalhos realizados pelas mulheres camponesas nos assentamentos e as relações de poder vividas no âmbito familiar e fora dele, apresentam-se, no próximo capítulo, as peculiaridades de cada assentamento, seu histórico, dificuldades e vantagens. A apresentação das peculiaridades de cada assentamento serve para verificar o espaço em que essas mulheres estão inseridas.

## CAPÍTULO II

### OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA EM CORUMBÁ E LADÁRIO

Segundo dados do INCRA (2017), em todo o território brasileiro existem 9.277 projetos de assentamento, em uma área correspondente a 88.250.576,1668 hectares, comportando 1.174.451 famílias. O estado do Mato Grosso do Sul possui 204 projetos de assentamento, o equivalente a 2,19% do total nacional; em hectare, o estado possui 0,81% da área de assentamentos nacional. Corumbá e Ladário juntas possuem um total de terras destinadas a assentamentos que representam 5,01% do total do estado; menos de 1% da área total de assentamentos criados no Brasil está no MS. Do total de famílias assentadas no Brasil, 2,87% estão em MS. Confirmam-se esses dados no Quadro 4.

**Quadro 4:** Dados dos assentamentos de Corumbá e Ladário

Nome	área	Número de famílias - capacidade	Número de famílias - assentadas	Ano de Criação	Obtenção
PA TAMARINEIRO I	3.812,1735	157	154	1984	Doação 03/07/1984
PA URUCUM	1.962,4649	87	78	1986	Desapropria 03/07/1984
PA MATO GRANDE	1.264,3543	50	36	1987	Desapropria 27/07/1986
PA TAQUARAL	10.013,9698	416	378	1989	Desapropria 21/02/1989
PA TAMARINEIRO II	10.635,5828	319	309	1995	Arrecadação 03/01/1994
PA PAIOLZINHO	1.198,0329	72	65	1996	Desapropria 20/12/1993
PA 72	2.343,4143	85	83	1998	Desapropria 14/07/1998
PA SÃO GABRIEL	4.683,8151	312	198	2005	Compra e 29/06/2005
TOTAL	35.913,81	1.948	1.301		
TOTAL MS	716.212,19	32.144	27.764		
TOTAL BRASIL	88.250.576,166	1.174.451	969.296		

Fonte: adaptado de INCRA (2017)

O maior assentamento em extensão é o Projeto de Assentamento Tamarineiro II, com área de 10.635,5828 há; o menor, em área, é o Projeto Assentamento Paiolzinho, com 1.198,0329 ha (Quadro 4). Em número de famílias assentadas, o maior é o Projeto

Assentamento Taquaral, com 378 famílias; o menor assentamento em quantidade de famílias é o Projeto Assentamento Mato Grande, com 36 famílias assentadas. A disparidade existente entre o tamanho da área e a quantidade de famílias assentadas é responsável pela grande diferença do tamanho dos lotes, já que existem assentamentos que possuem lotes de 4 hectares, como o São Gabriel, e assentamentos com lotes de 25 hectares, como o Mato Grande.

O único assentamento criado através de doação de terras foi o PA Tamarineiro I. Esse é o mais antigo da região, criado em 1984. O PA Tamarineiro II foi criado por arrecadação de terras e o PA São Gabriel, pela compra de terras. Os outros cinco PAs surgiram por desapropriação de terras. O assentamento mais novo é o PA São Gabriel, criado em 2005.

Neste capítulo, descreve-se cada assentamento em uma sequência de ordem por data de criação. Para tanto, utilizou-se a documentação cedida pelo INCRA – Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul. Esses documentos são os Planos de Recuperação do Assentamento (PRA), no caso dos assentamentos Tamarineiro I, Mato Grande, Urucum e 72. Para os assentamentos São Gabriel, Paiolzinho e Tamarineiro II tomou-se por base o Plano de Desenvolvimento desses assentamentos (PDA), uma vez que constituem os únicos documentos oficiais conseguidos desses locais. Segundo informações fornecidas pelo INCRA, em outubro de 2016, não havia documentos impressos ou em CD do PA Taquaral, razão por que foram reunidos outros trabalhos já realizados nesse assentamento que pudessem trazer as informações necessárias.

Todos os planos de recuperação (PRA Tamarineiro I, PRA Mato Grande, PRA Urucum e PRA 72 [2009]) foram realizados em uma só época, entre os anos de 2008 e 2009, através de um convênio entre INCRA e AGRAER. Por essa razão, contêm as mesmas definições, caracterizações e propostas. A proposta central de todos eles era verificar a situação econômica dos assentados, com o intuito de “construir políticas e ações para o desenvolvimento das atividades produtivas, ambientais e sociais que fazem parte da comunidade em questão” (PRA Tamarineiro I, PRA Mato Grande, PRA Urucum e PRA 72 [2009]). Esses mesmos documentos se referem, ainda, a “um chamamento dos agricultores para pensarem juntos como poderão participar desta grande mudança em suas vidas” (PRA Tamarineiro I, PRA Mato Grande, PRA Urucum e PRA 72 [2009]). Assim, o objetivo dos Planos era “planejar concretamente a resolução dos problemas observados buscando o envolvimento de todos os agentes responsáveis no processo de desenvolvimento” (PRA Tamarineiro I, PRA Mato Grande, PRA Urucum e PRA 72 [2009]), e destacam meio acadêmico e instituições que se mantiveram ausentes dessas discussões e que consideram, dessa forma, os assentados, como produtores de

saberes “sem voz e vez” (PRA Tamarineiro I, PRA Mato Grande, PRA Urucum e PRA 72 [2009]).

Como constituem instrumentos que visam “resolver os problemas encontrados” nos assentamentos, os Projetos de Recuperação dos Assentamentos e os Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos partem, inicialmente, de um levantamento das condições ambientais, estruturais, sociais e produtivas para, então, elaborarem propostas de soluções. Os documentos de PRA e PDA estudados recomendam diversos projetos produtivos para cada um dos respectivos assentamentos. Apontam-se, neste capítulo, juntamente com a descrição de cada assentamento, as propostas produtivas que foram contempladas com mais ênfase para cada um deles.

Alguns desses documentos continham descrições mais pormenorizadas de como foram implantados, sobre o responsável pelos investimentos financeiros, prazos de desenvolvimento e retorno de investimento. Outros contêm rápidas descrições do objetivo proposto em cada plano, sem maiores detalhamentos referentes à sua execução. Por esse motivo, alguns projetos são aqui comentados e outros não, por falta de informações suficientes para tal. De forma geral, não constam, nos projetos, propostas de incentivos externos ou parcerias, já que os custos de investimentos, majoritariamente, ficam a cargo dos assentados.

Não houve na elaboração dos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos preocupação específica com as mulheres, não foram realizados levantamentos que apresentassem dados relativos a elas, nem mesmo abordadas ações produtivas, sociais ou políticas direcionadas .

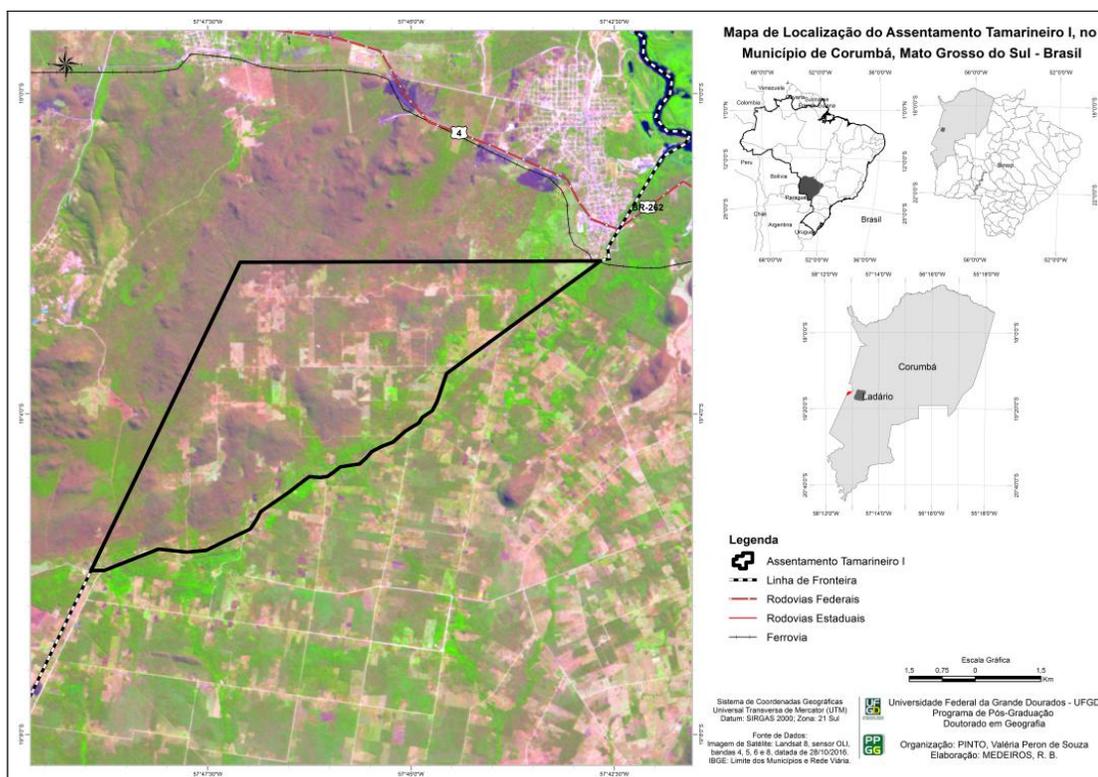
## **2.1 Projeto Assentamento Tamarineiro I**

Criado pela Resolução INCRA n.142 de julho de 1984, através de obtenção de terras oriundas de parte das Fazendas Taquaral e Tamarineiro, algumas delas doadas ao INCRA e outra parte adquirida, pelo Governo Federal, do Grupo Chama, mediante acordo que legalizava para o suposto proprietário, o restante da área da fazenda que estava em litígio.

O PA Tamarineiro I situa-se a sudoeste de Corumbá, aproximadamente a 2 km do posto aduaneiro Esdras, acompanhando a fronteira Brasil-Bolívia (Figura 9). Com capacidade para 157 famílias, o assentamento possui atualmente 154 famílias assentadas (INCRA, 2017), conforme distribuição demonstrada na Figura 10. Possui uma área de 3.812,1735 hectares, dividida em duas seções: Seção I - com área de 3.325,2734 hectares e 126 lotes de 24,50 ha, um núcleo social com 4,7863 hectares, três áreas de Preservação Permanente A, B e C com área

total de 222,0722 hectares; Secção II - com área de 461,0835 hectares e oito lotes que formam uma única área pertencente a um único proprietário, que, entretanto, não se enquadra no público da reforma agrária. As estradas vicinais, com 27.8678 hectares, estão distribuídas nas duas secções (MATO GROSSO DO SUL, 2009a).

As famílias assentadas vieram de várias regiões do estado, sendo 63 de posseiros e arrendatários das Fazendas Taquaral e Tamarineiro, 33 famílias do município de Corumbá e 39 posseiros e arrendatários das Fazendas Jequitibá e Entre Rios, do município de Naviraí – MS. Uma dificuldade encontrada pelos assentados foi a grande quantidade de rochas que afloram, o solo raso que dificulta a utilização de máquinas, a falta de água e as condições desfavoráveis para perfuração de poços. As famílias foram distribuídas na área do assentamento sem critério algum; a única restrição foi um acordo com os ex-proprietários para que houvesse a retirada das famílias que se encontravam em terras não doadas ao INCRA, com a intenção de eliminar a área de tensão social.



**Figura 9:** Localização do Assentamento Tamarineiro I



Os solos do PA Tamarineiro I, de maneira geral, apresentam elevado nível de fertilidade natural e boa reserva de nutrientes, mas as limitações ao cultivo agrícola são expressivas devido à deficiência hídrica marcada pelas características de alguns solos (OLIVEIRA, 2002).

A dificuldade desses solos se deve, em alguns casos, pelo afloramento de rochas (Figura 11), pela textura cascalhenta; em outros casos, o solo tem consistência dura, quando seco, firme, quando úmido e plástica e pegajosa, quando molhado.



**Figura 11:** Afloramento de rochas no solo – Tamarineiro I  
Fonte: Mato Grosso do Sul (2009a).

A escassez de água se constitui no maior problema físico que afeta todos os assentamentos de Corumbá e Ladário. Apesar do PA Tamarineiro I estar localizado na Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai, e essa ser a principal fonte de abastecimento das duas cidades, o assentamento sofre com a falta de água. O abastecimento dos lotes é feito somente através de poços artesianos, que possuem água salobra. (MATO GROSSO DO SUL, 2009a).

O PRA Tamarineiro I apresenta, em seu conteúdo, propostas de projetos produtivos para possível implantação no local, conforme se descreve no Quadro 5.

**Quadro 5: Projetos do PRA Tamarineiro I (2009)**

<b>Projeto</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Custo R\$</b>	<b>Responsável financeiro</b>
Projeto de Recuperação de Área Degradada de APP em parcelas individuais	Isolar a área de preservação permanente com cercas.	Variável de acordo com área	Assentados
Projeto de Recuperação de Área Degradada de APP em área coletiva	Recuperar Área Degradada de APP em área coletiva	40.644,00 (materiais)	INCRA
		18.111,80 (mão-de-obra)	Assentados
Projeto para Isolamento, Restauração e Averbação da Reserva Legal	Proteger, isolar e averbar em cartório a Reserva Legal	Da Solicitação do termo	Assentados
		Do Projeto	Assentados ou Agraer
Projeto Implantação de Viveiros de Mudanças Nativas	Oferecer segurança alimentar; recuperar áreas degradadas; comercializar as mudas excedentes	48.612,00	Assentados – 50% Parcerias – 50% (Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário, IBAMA, e mineradoras do município.)
Projeto de Bovinocultura de Leite	Ajustar o modelo produtivo leiteiro existente; diversificar atividades na propriedade; oferecer maior renda e sustentabilidade dos sistemas produtivos.	589.981,00	Assentados (50 famílias)
		36.000,00	AGRAER
Projeto de Comercialização e Resfriamento de Leite	Adquirir resfriadores para a produção leiteira do Projeto de Bovinocultura de Leite	36.000,00 (refrigerador para 3000 litros) em comodato	Assentados
Projeto de Ovinocultura para Pequenos Produtores	Formar Associação para Produção de ovinos	9.500,00 mais custo anual de 2.957,47 (20 famílias)	Assentados
Projeto de Hortas Caseiras	Atender o consumo da família; agregar valores a renda familiar	2.353,50	Assentados
Projeto de Pastoreio Racional	Evitar degradação de pastagens; Melhorar a rentabilidade do produtor; aumento da produtividade de leite	2.264,00	Assentados
Projeto de Pomares Caseiros	Fortalecer a segurança alimentar; desenvolvimento da fruticultura no local	270,00 (somente mudas)	Assentados
Projeto de Apicultura	Complementar alimentação, aumentar a renda familiar, aumentar a autoestima do produtor.	15.998,00 (10 famílias)	Assentados
Projeto da Cultura da Mandioca	Oferecer segurança alimentar; aumentar a renda; alimentar animais; transformar subprodutos	3.165,00 (para plantio de 1 ha)	Assentados

Fonte: Adaptado de Mato Grosso do Sul (2009a).

Conforme o quadro verifica-se que houve um Projeto Implantação de Viveiros de Mudanças Nativas com intuito de fornecer, aos parceiros, mudas em condições adequadas de espécies nativas, frutíferas e árvores para obtenção de madeira, visando torná-los autossuficientes nesse aspecto. Seriam utilizados, para o projeto, R\$48.612,50, sendo 50% das fontes desse recurso obtidos em parcerias que deveriam arcar com 24.306,25 e os outros 50% seriam dos assentados (valores de 2009).

O Projeto de Bovinocultura de Leite tinha o objetivo de recuperar a pecuária leiteira. Seriam gastos R\$625.971,00, para implantá-lo em 50 propriedades; um convênio com a AGRAER cobriria o montante de R\$36.000,00 e R\$589.971,00 seria de responsabilidade dos 50 assentados participantes. Segundo os dados informados, o projeto traria uma Renda Bruta média de 600,00 por mês, já contabilizada a venda do leite e dos bezerros para cada um dos 50 participantes, considerando uma produtividade contínua do leite e que, invariavelmente, as matrizes tivessem uma média de prenhez de 80%. Em um cálculo simples, cada assentado teria de investir R\$11.799,42.

Se toda renda recebida fosse utilizada para arcar com o pagamento de um eventual empréstimo realizado para esse investimento, o assentado demoraria no mínimo 24 meses para quitar o empréstimo, sem considerar, ainda, os juros, e levando-se em conta uma renda líquida bastante otimista de 80% da renda bruta.

Seria necessário, também, por parte do grupo de produtores, um investimento de 36.000,00 em resfriadores de leite. Desse modo, e como se pode deduzir, a proposta parece bastante irreal para a realidade dos assentados. Todos os 50 produtores teriam que ter o montante para investimento ou condições de consegui-lo via financiamento e com condições especiais de carência e juros, para que pudessem aderir a ideia.

Para verificar, neste estudo, se existiam projetos produtivos ativos, atualmente, constantes nos PRAs e PDAs, foram realizadas entrevistas com os presidentes das associações ou com assentados, em casos da não existência se associação de moradores. De acordo com os entrevistados, não existe, hoje, nenhum desses projetos em andamento, indiciando, desse modo, que as ideias propostas nos projetos não foram efetivamente colocadas em prática.

Com relação à infraestrutura do assentamento, existe, atualmente, um posto de saúde (Figura 12) que atende os assentados do Tamarineiro I, Tamarineiro II e Paiolzinho e uma escola Municipal (Figura 13), a Escola Municipal Rural Eutrópia Gomes Pedroso, a qual oferece apenas o Ensino Fundamental.



**Figura 12:** Posto de Saúde Tamarineiro I  
Fonte: Acervo da pesquisadora.



**Figura 13:** Prédio da Escola no Tamarineiro I  
Fonte: Acervo da pesquisadora.

Nesse assentamento existe, ainda, um galpão de máquinas que era utilizado somente para guardar os tratores, na época em que trabalhavam nos lotes próximos ao núcleo. Hoje, conforme se pode conferir pela imagem registrada na Figura 14, esse espaço está abandonado.



**Figura 14:** Galpão abandonado no PA Tamarineiro I  
Fonte: Acervo da pesquisadora.

São frequentes as reclamações e os relatos de moradores do assentamento, relativos à falta de segurança no Tamarineiro I. Queixas diversas de furtos de máquinas, motos, carros, animais, objetos domésticos e assaltos são comuns (MATO GROSSO DO SUL, 2009a). A localização na divisa de fronteira Brasil-Bolívia acaba por facilitar a ação de meliantes, que atravessam por estradas vicinais para o país vizinho, levando o fruto do roubo. A falta de patrulhamento policial é outra deficiência que facilita a ação de bandidos no local.

Várias são as causas que comprometem o desenvolvimento do assentamento, que é considerado um dos mais pobres do estado: as condições de acesso por estradas que possuem pontos intransitáveis; o afloramento de rochas que acontece em 60% da área total e, também, as áreas de preservação permanente e de reserva legal que impedem a exploração da área; 80% dos lotes só conseguem fazê-lo em apenas 5 a 6 hectares dessa área. Destaque-se, ainda, a má qualidade da água que agrava e acelera os problemas de saúde; a escassez de água que dificulta o cultivo de horticultura e fruticultura e que, conseqüentemente, inibe o consumo. O estado de conservação das casas, muitas de madeira e cobertas de palha, propiciou a proliferação do barbeiro *Triatoma sordida*, transmissor da doença de chagas, detectada pela equipe técnica do Programa de Chagas em 15 imóveis do assentamento. Considerem-se, finalmente, problemas de manejo das pastagens, que dificultam a obtenção de renda (MATO GROSSO DO SUL, 2009a).

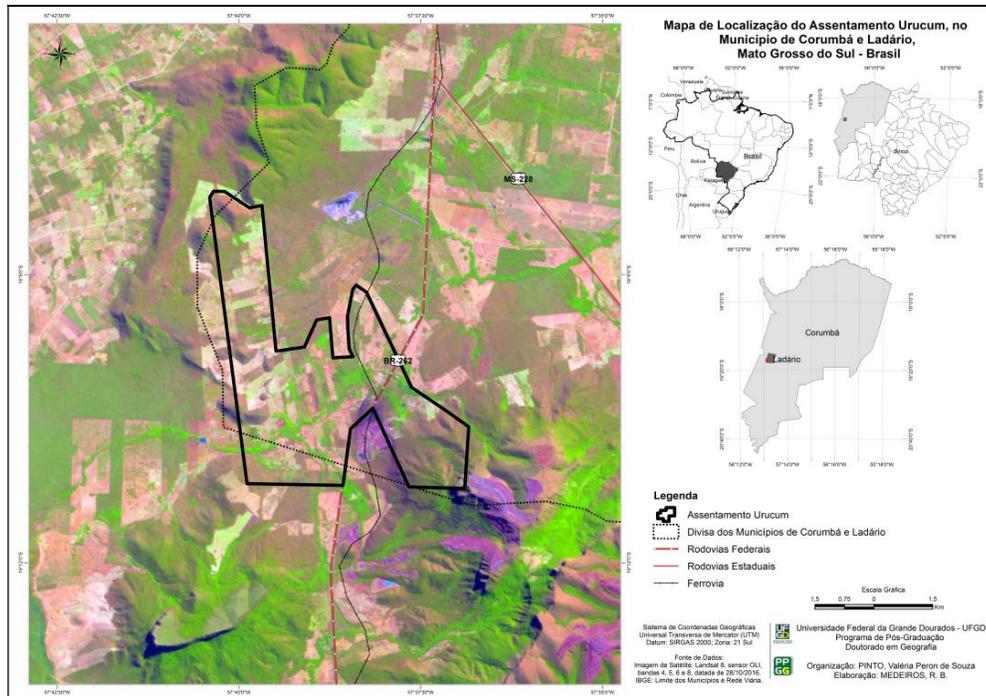
## **2.2 Projeto Assentamento Urucum**

O Projeto Assentamento Urucum foi criado através da Resolução INCRA nº. 1, de oito de novembro de 1986. A Fazenda Urucum foi declarada prioritária para fins de reforma agrária através do Decreto 89.898 e desapropriada através do Decreto 89.899, ambos de 03 de julho de 1984. Esse assentamento está localizado próximo à BR 262, 16 km ao sul de Corumbá, (Figura 15). O PA é cortado pela BR 262, distante 400 km de Campo Grande, a capital do estado. Completou 30 anos de existência, em 2016.

Com área de 1.962,465ha, foram assentadas 87 famílias em uma área média de 20 ha por família (EMBRAPA, 2000). O assentamento possui atualmente 78 famílias assentadas, Figura 16 (INCRA, 2017).

A formação inicial do Assentamento Urucum se fez com assentados vindos, em sua maioria, do Noroeste do Paraná, oriundos de famílias que tiveram suas casas atingidas pelas enchentes provocadas pela construção das barragens da Itaipu Binacional (MATO GROSSO DO SUL, 2008).

Segundo dados do Projeto de Recuperação do Assentamento Urucum (2008), à época do levantamento feito para montagem desse PRA, das 87 famílias originalmente assentadas havia apenas 28 famílias (32,18%); os outros lotes (67,82%) já não tinham os mesmos moradores do início do assentamento, por causa da evasão ou venda de lotes. No início do assentamento existiam 58 famílias atingidas por barragens e 29 famílias que pertenciam à região de Corumbá. À época do levantamento, permaneciam, no assentamento, 27 famílias (das 58) atingidas por barragem e duas famílias (das 29) originárias da região, além de quatro compostas de filhos de parceiros oriundos das áreas atingidas por barragens. Verificou-se que 18 parcelas pertenciam a Urucum Mineração e nove pertenciam a um único proprietário.



**Figura 15 – Localização do Assentamento Urucum**

De acordo com o PRA Urucum (2008), a qualidade dos solos e das águas que abastecem o município de Corumbá foram prejudicadas, a partir da década de 1980, com a formação dos assentamentos.

O Assentamento Urucum está situado na Bacia do Rio Paraguai e sub-bacia do Rio Taquari. É cortado pelo Córrego do Urucum e seu afluente denominado Arigolândia. Quando o assentamento foi formado existia grande vazão de água no córrego Urucum, assim como era visível a existência de peixes. Consta, no PRA Urucum (2008), que com a utilização da água para atividades produtivas dentro do assentamento, para cujo fim houve até mesmo o desvio do leito do rio e o uso indiscriminado das mineradoras, o córrego Urucum e seu afluente Arigolândia começaram a secar. As fontes de abastecimento de água, à época da montagem do PRA, vinham do bombeamento na nascente no Morro do Urucum para um reservatório e de um poço semi-artesiano. O assentamento apresenta sérios problemas de abastecimento de água, devido ao baixo índice pluviométrico e condições climáticas da região, além da redução ao mínimo da vazão do córrego Urucum, causada pela utilização de suas águas para lavagem de minério pela Companhia Vale do Rio Doce.



Alguns registros constantes no PRA Urucum, referentes ao Córrego Urucum e seu afluente Arigolândia, sugerem que os assentados são culpados pela redução da vazão de água e pelo sumiço dos peixes, um registro lamentável pelo fato de ter partido do próprio órgão que acompanhou e foi responsável pela instalação do assentamento Urucum. A realidade do uso indiscriminado da água pelas mineradoras existentes no município de Corumbá e seus reflexos no entorno do espaço que ocupam já foram documentados em Da Costa (2014). As mineradoras da região têm sido alvo de ações, devido à poluição da água com metais pesados, como é o caso da empresa Mineradora Vale do Rio Doce, que, em 2012, foi condenada pelo IBAMA a pagar uma multa de 5 milhões de reais por poluir o córrego Arigolândia. Existem, ainda, ação individual de morador do assentamento Urucum por danos à saúde e meio ambiente causados pelas ações da mineradora.

Há uma grande discrepância entre o número de assentados e carência hídrica local bem como a distribuição dos solos. Cerca de 23 lotes não apresentam qualquer possibilidade de suprimento hídrico, superficial ou subterrâneo, por situar-se em área de substrato calcário aflorante ou raso, e pouca recarga hídrica subterrânea e retenção de água. A metade leste do assentamento apresenta melhores possibilidades de uso de águas subterrâneas, por localizar-se em área de recarga hídrica profunda, sob matas assentada sobre substratos de rochas de embasamento e grupo Jacadigo fraturadas e profundamente alteradas, representando excelentes áreas para prospecção hídrica. Contudo, mesmo essas áreas talvez não possuam volume hídrico subterrâneo suficiente para atender à demanda dos lotes aí localizados, denotando um sério problema hídrico enfrentado. (MATO GROSSO DO SUL, 2008).

Como item de infraestrutura, no PA Urucum constava uma Mini Usina de Beneficiamento de leite, obtida com recursos do PRONAF, como primeira demanda coletiva do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural do ano de 1997. Essa Mini usina foi ampliada em 2008 com recursos da Urucum Mineração e coletava um volume de 2000 litros/dia, 25% da capacidade total. Depois de algumas dificuldades, a Cooperativa que administrava a usina passou essa administração para a Prefeitura de Corumbá. Em 2012, a prefeitura realizou algumas ações, na tentativa de revitalizar e reativar o local, como a compra de um caminhão refrigerado para o transporte do leite dos assentamentos até a usina, mas, sem sucesso.

Atualmente a Mini Usina encontra-se fechada. Em entrevistas com os assentados e membros da CPT (Comissão Pastoral da Terra) em Corumbá foi possível constatar que os baixos preços pagos aos produtores de leite que abasteciam a usina foi o principal motivo de seu fechamento. A usina remunerava os produtores com valores muito abaixo dos conseguidos com a venda do leite *in natura* nas cidades de Corumbá, Ladário e até mesmo no país vizinho, a Bolívia.

O posto de saúde do assentamento e a escola municipal, de ensino fundamental, Escola Municipal Pólo Carlos Carcano, no PA Urucum, aparecem, respectivamente, nas Figuras 17 e 18.



**Figura 17:** Posto de Saúde do Assentamento Urucum  
Fonte: Acervo da pesquisadora.



**Figura 18:** Escola Municipal Pólo Carlos Carcano, no PA Urucum.  
Fonte: Acervo da pesquisadora.

Na figura 19, é possível visualizar três construções; a da esquerda é o posto de saúde, à direita está a escola e ao centro localiza-se o Centro Comunitário do assentamento, que é pouco utilizado pela comunidade, sendo seu uso restrito a reuniões com técnicos da assistência técnica. Devido à pequena quantidade de moradores que permanece no PA Urucum, esse local raramente é usado.



**Figura 19:** Centro Comunitário e Escola do Assentamento Urucum  
Fonte: Acervo da pesquisadora.

Existe, ainda, nesse assentamento, um Armazém de grãos e máquinas (Figura 20) que foi implantado no início do assentamento para guardar a produção agrícola e maquinários. Em 2008 estava alugado para uso de uma oficina de soldas. Atualmente esse imóvel está fechado.



**Figura 20:** Armazém para grãos e máquinas no PA Urucum  
Fonte: Acervo da pesquisadora.

As propostas para desenvolvimento produtivo constantes do PRA Urucum estão elencadas no Quadro 6. Muitas propostas elaboradas para um assentamento acabam servindo para os outros. Não há informações acerca de especificações que diferenciem a proposta feita para um assentamento e reapresentada com os mesmos dados para outro. É o caso, por exemplo, do Projeto de Bovinocultura de Leite, já descrito no Quadro 5, quando apresentado para o assentamento Tamarineiro I. Em relação a esse assentamento e os demais em que consta o

referido projeto, nas propostas de desenvolvimento produtivo muda-se, basicamente, o número de famílias assentadas envolvidas.

**Quadro 6: Projetos do PRA Urucum (2008)**

Projeto	Objetivo	Custo R\$	Responsável financeiro
Projeto Recuperação de Reserva legal e sua averbação	Recuperar e averbar a área da Reserva Legal	Não informado	Assentados
Projeto Restauração de Áreas de Preservação Permanente	Recuperar a área de Preservação Permanente – as margens do Córrego do Urucum e do afluente Arigolândia	Não informado	Assentados
Programa de conservação dos solos e da água e recuperação de áreas degradadas.	Implantar Sistemas de Pastagens Rotacionado com manejo e cronograma recomendado pela Assistência Técnica	Não informado	Não informado
Projeto de Abastecimento de Água	Captar água de chuvas em forma de Cisterna de Placa	1.250,00	Não informado
Projeto de Bovinocultura de Leite*	Ajustar o modelo produtivo leiteiro existente; diversificar atividades na propriedade; aumentar a renda e a sustentabilidade dos sistemas produtivos.	572.223,90	Assentados (45 famílias)
		36.000,00	AGRAER
Projeto de Industrialização e Venda direta do Leite	Não especificado	Não especificado	Não especificado
Projeto de Pastoreio Racional*	Evitar degradação de pastagens; Melhorar a rentabilidade do produtor; aumentar a produtividade de leite	2.264,00	Assentados

Fonte: Adaptado de Mato Grosso do Sul (2008)

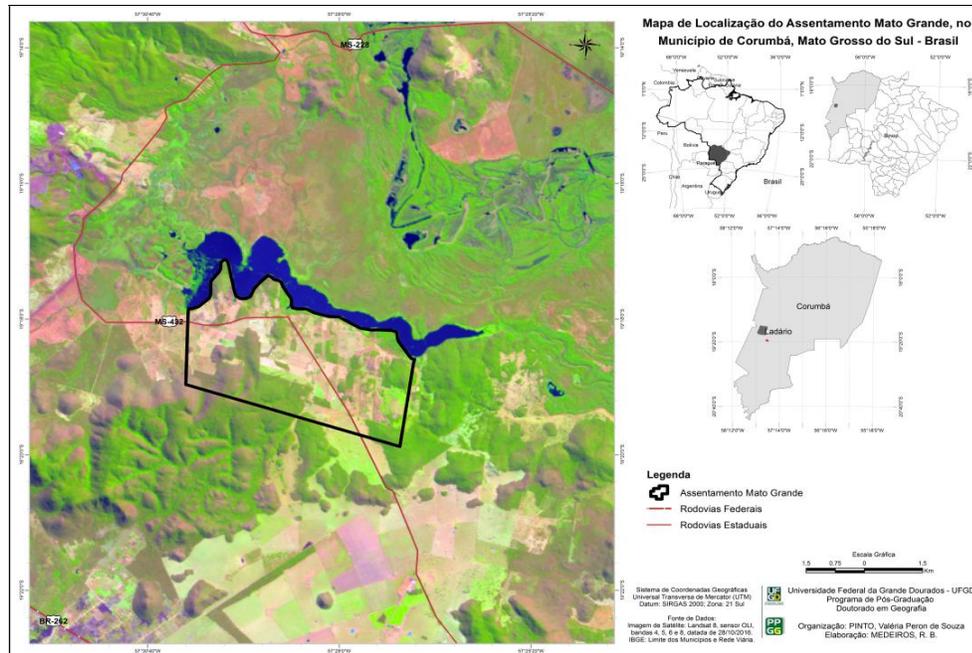
\*O mesmo apresentado para os PRAs Tamarineiro I e Mato Grande

O ideal seria que os órgãos responsáveis pela idealização e implantação desses projetos contemplassem reais oportunidades de produção de subsistência e/ou venda. Esses projetos deveriam ser detalhados em suas fases, desde a elaboração, perspectivas de implantação e dificuldades a serem enfrentadas em curto e longo prazos. Seria de muito valor que, além de elaborar um projeto, de implantá-lo, de preparar as pessoas com as qualificações necessárias, houvesse um acompanhamento de longo prazo, visando à superação das dificuldades que viessem a surgir.

### 2.3 Projeto Assentamento Mato Grande

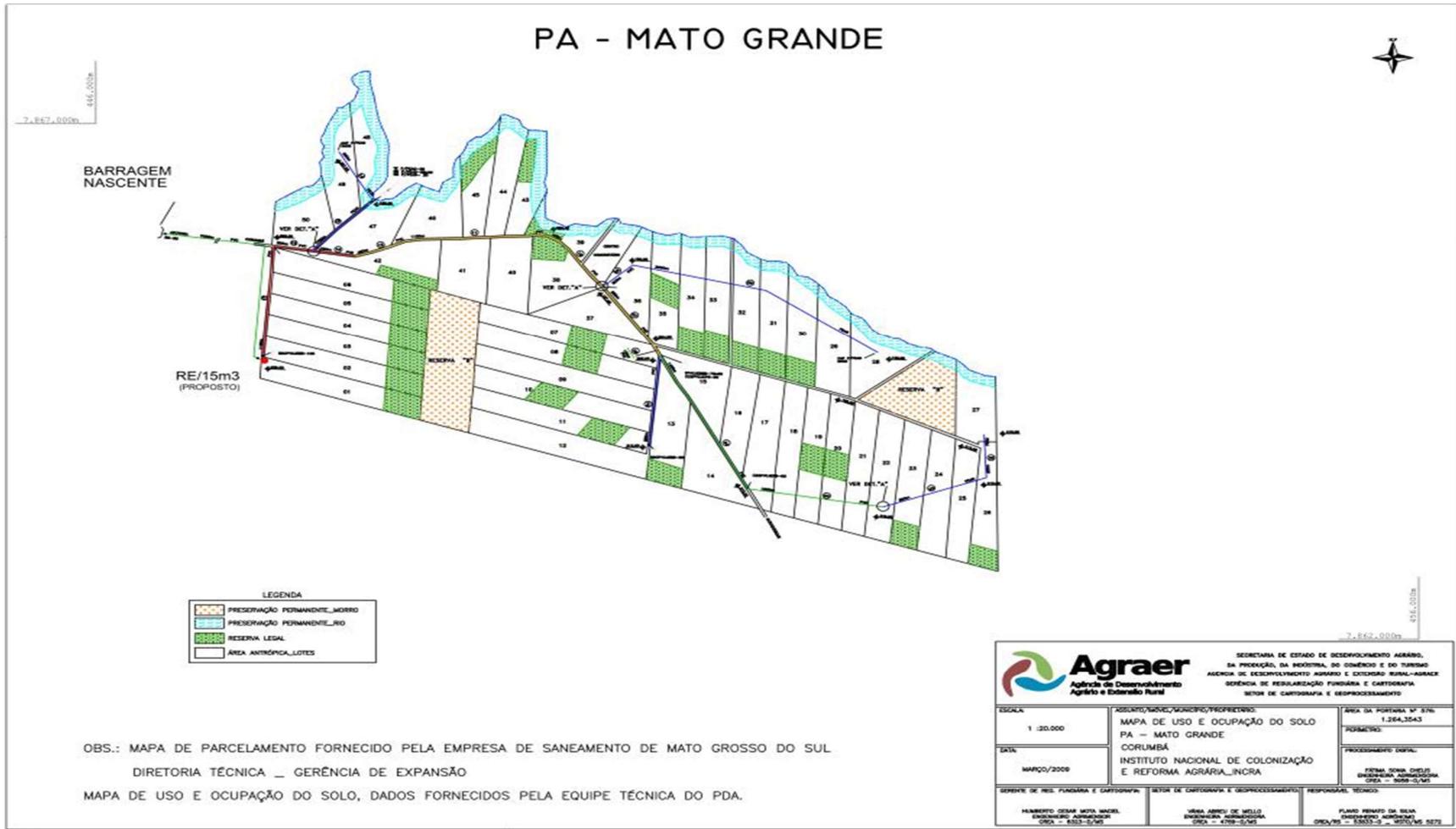
Criado a partir da Portaria INCRA nº 576, de 1987, e resultante de área desapropriada, pelo Decreto INCRA n. 92.621, em 1996, assentamento Mato Grande possui, atualmente, 36

famílias assentadas (INCRA, 2017). Localizado na borda Oeste do Pantanal, no distrito de Albuquerque, município de Corumbá, na microrregião homogênea Pantanal (MRH338), a 41 km da sede do município e a 364 km da Capital Campo Grande, tem como acesso principal a estrada vicinal para o Distrito de Albuquerque (Figura 21). O assentamento possui área total de 1.264,3543 hectares, subdividida em 50 lotes com aproximadamente 25 hectares (Figura 22).



**Figura 21:** Localização do Assentamento Mato Grande

O PA Mato Grande é cortado por estrada municipal não pavimentada que liga Corumbá a Albuquerque. Essa estrada é conservada por mineradoras da região. Já no interior do assentamento, as estradas podem ficar interditadas em período de chuvas, devido ao grande número de atoleiros formados, situação em que todo serviço de transporte é interrompido (MATO GROSSO DO SUL, 2009b).



**Figura 21:** Localização do Assentamento Mato Grande

Conforme consta no Projeto Definitivo de Aproveitamento Econômico da Gleba Mato Grande (EMPAER, 1989), o assentamento foi formado com oito produtores, antigos posseiros que ocupavam a área, 16 famílias cadastradas e selecionadas pelo INCRA (Projeto Fundiário de Corumbá) e 26 famílias selecionadas de acampamentos dos municípios de Mundo Novo e Naviraí.

Segundo o PRA Mato Grande, os recursos hídricos do assentamento são quatro poços semi-artesianos e uma mina localizada na propriedade vizinha, Fazenda Monjolinho, que abastece as 11 famílias do assentamento. (MATO GROSSO DO SUL, 2009b)

O PA Mato Grande é geograficamente banhado, em todo seu limite Norte, pela Baía do Mato Grande, cuja capacidade volumétrica é de aproximadamente 3.000.000 m<sup>3</sup> (PRA MATO GRANDE, 2009). Ao todo, 23 lotes são banhados pela baía. A Figura 23 traz a imagem de um dos lotes banhados pela Baía do Mato Grande, uma paisagem de extrema beleza, composta pela morraria e pelas belezas das proximidades da estrada parque Pantanal. Esse diferencial paisagístico é um dos motivos que acaba facilitando a venda dos lotes.



**Figura 23:** Lote Banhado pela Baía do Mato Grande  
Fonte: Mato Grosso do Sul (2009b)

A infraestrutura local é constituída de um prédio da associação dos moradores, um posto de saúde, uma escola municipal e um galpão para maquinários. O posto de saúde (Figura 24) encontra-se desativado, os moradores recebem atendimento de saúde em seus lotes.



**Figura 24:** Posto de saúde do assentamento Mato Grande  
Fonte: Mato Grosso do Sul (2009b)

A escola do assentamento Mato Grande atende estudantes de ensino fundamental (Figura 25). Utiliza as instalações da escola e da associação, que cedeu o espaço para salas de aula.



**Figura 25:** Escola Municipal do Assentamento Mato Grande  
Fonte: Mato Grosso do Sul (2009b)

O galpão existente no assentamento é de uso coletivo e é utilizado para guardar maquinários dos assentados (Figura 26).



**Figura 26:** Galpão para máquinas do PA Mato Grande  
Fonte: Acervo da pesquisadora

A construção apresentada na Figura 27, era, originalmente, destinada a atender necessidade de hospedagem de famílias do assentamento. Atualmente está ocupada por uma família, como residência.



**Figura 27:** Construção ocupada por uma família do assentamento  
Fonte: Acervo da pesquisadora

O levantamento do PRA apontou dificuldades para que o Projeto fosse elaborado, devido à grande desmotivação das famílias ali assentadas. Desde a implantação do PA os assentados sofrem com problemas crônicos de falta de água, estradas e condições precárias de acesso ao assentamento, além de problemas no atendimento à saúde que nunca foram resolvidos.

Os projetos de melhoria econômica e de subsistência citados no PRA Mato Grande estão elencados no Quadro 7 a seguir:

**Quadro 7: Projetos do PRA Mato Grande (2009)**

<b>Projeto</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Custo R\$</b>	<b>Responsável financeiro</b>
Projeto Recuperação de Reserva legal e sua averbação	Recuperar e averbar a área da Reserva Legal	Não informado	Assentados
Projeto Restauração de Áreas de Preservação Permanente	Recuperar a área de Preservação Permanente – área da Baía do Mato Grande	Não informado	Assentados
Projeto de Bovinocultura de Leite*	Ajustar o modelo produtivo leiteiro existente; diversificar atividades na propriedade; aumentar a renda e a sustentabilidade dos sistemas produtivos.	373.281,37	Assentados (25 famílias)
		18.000,00	AGRAER
Projeto de Comercialização e Resfriamento de Leite*	Adquirir resfriadores para a produção leiteira do Projeto de Bovinocultura de Leite	54.000,00 (refrigerador para 3000 litros) em comodato	Assentados
Projeto de Ovinocultura para Pequenos Produtores*	Formar Associação para Produção de ovinos	9.500,00 mais custo anual de 2.957,47 (20 famílias)	Assentados
Projeto de Irrigação do Assentamento Mato Grande	Montar sistema de captação e bombeamento de água – 50 famílias	462.348,24	Não discriminado
Projeto de Implantação de Unidades Modelo de Fruticultura	Explorar fruticultura irrigada	72.768,68 – através do FCO	Assentados
Projeto de Pastoreio Racional*	Evitar degradação de pastagens; melhorar a rentabilidade do produtor; aumentar a produtividade de leite	2.264,00	Assentados
Projeto da Cultura da Mandioca*	Oferecer segurança alimentar; aumentar a renda; oferecer alimentação animal; transformar subprodutos	3.165,00 – para 1 há	Assentado

Fonte: Adaptado de Mato Gross do Sul (2009b).

\*O mesmo apresentado para PRA Tamarineiro I

O Projeto de Bovinocultura de leite é o mesmo apresentado para o PA Tamarineiro I. Para o PA Mato Grande a projeção era de atender 25 produtores.

O Projeto de Irrigação do Assentamento Mato Grande visa ao desenvolvimento de projeto de Fruticultura Irrigada, em que são sugeridos cultivos de abacaxi, melão, melancia, manga, maracujá, banana, mamão, citrus de mesa e coco verde.

As culturas de citros de mesa, coco, melão e melancia são alternativas mais pobres e só devem ser estudadas em hipótese muito remotas. Entretanto, o melão e melancia encontram na região de Corumbá um nicho de mercado que

deve ser considerado, porém com cautela no que se refere à produção de maiores volumes. Deve-se considerar a possibilidade de enviar frutas tropicais para Argentina pelo rio Paraguai e da Prata e trazer frutas de clima temperado. Colocando este estudo de mercado, diante da situação atual, dificilmente se aplicaria ao PA Mato Grande por vários fatores isolados, ou conjuntamente, onde destacamos: venda de lotes, falta de água, mão de obra insuficiente, baixo nível de organização da comunidade entre outros. Vale lembrar que, isoladamente, um ou outro produtor poderá se dedicar a fruticultura de pequena escala visando principalmente abastecimento do comércio local de Corumbá e Ladário especialmente as feiras livres (MATO GROSSO DO SUL, 2009b).

Aqui, a proposta seria realizada através da instalação de bombas para retirada da água da Baía de Mato Grande. Esse projeto beneficiaria 50 famílias, levando água para o plantio de mudas frutíferas.

O Projeto de Ovinocultura para Pequenos Produtores, o Projeto de Pastoreio Racional e o Projeto da Cultura da Mandioca são os mesmos apresentados no PRA Tamarineiro I.

Assim como nos demais assentamentos, esses projetos não foram implantados.

#### **2.4 Projeto do Assentamento Taquaral**

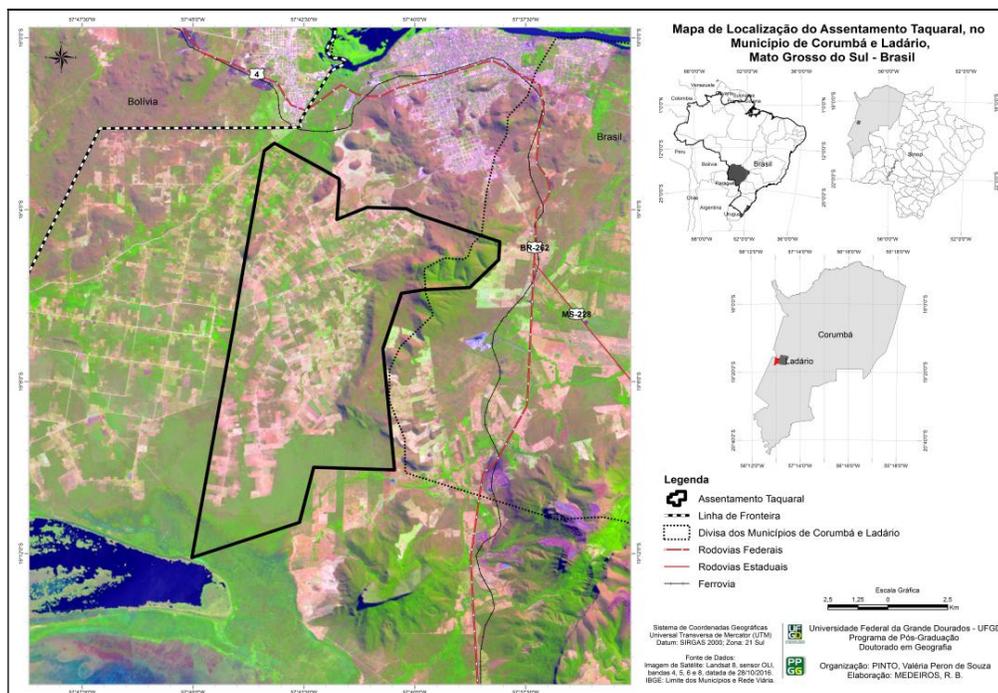
O PA Taquaral foi implantado em uma área total de 10.013,24ha divididos em 416 lotes de aproximadamente 16ha. O assentamento se localiza a aproximadamente 15 Km da cidade de Corumbá (Figura 28) e abriga, atualmente, 378 famílias assentadas (INCRA, 2017), conforme se pode conferir nos dados registrados na Figura 29.

O PA Taquaral foi criado pelo INCRA, em 1989, através de desapropriação de área devoluta de terras que estavam sob a posse da família Chama, antiga proprietária das terras dos assentamentos Taquaral, Tamarineiro I, Tamarineiro II e Paiolzinho. As negociações das terras foram feitas com a indenização, por parte do INCRA, à família, pelas benfeitorias realizadas. Chama, em contrapartida, concedeu a legalização de outras áreas.

A criação desse assentamento se fez por meio da Portaria nº 576, de 13/7/89. A infraestrutura inicial consistia de agrovilas rurais. Foram instaladas três agrovilas, divididas em lotes de meio hectare; desse modo, os parceiros teriam direito a dois lotes de terra, um na agrovila, que seria destinado à moradia e outro lote que teria, em média, 16 ha, destinado à produção agrícola.

Esse sistema não foi bem aceito pelos assentados, que preferiam ter a moradia e a produção em um só local. Das famílias que ocuparam inicialmente o assentamento, 89 eram da

região de Corumbá e 305 foram selecionadas em outras regiões do estado, a maioria do acampamento Santo Inácio, atual assentamento Marcos Freire (MENEGAT, 2009)<sup>5</sup>.



**Figura 28:** Localização do Assentamento Taquaral

<sup>5</sup> Em relação ao Assentamento Taquaral não se identificou documento de PDA ou PRA. Dessa forma, a fim de se descrever e caracterizar esse assentamento, utilizaram-se informações e dados obtidos em outras fontes diversas.



Com relação aos solos do assentamento, existem diferentes classes, em geral com boa reserva de nutrientes. Há expressivas limitações para agricultura devido à grave deficiência hídrica da região (CARDOSO et al., 2002). Essa falta de água na região não é causada pela falta de chuvas, mas pela distribuição delas, já que existem duas épocas distintas: a época das chuvas, que vai de outubro a março, em que a precipitação pluviométrica atinge a média de 1120mm, e a época das secas, que vai de abril a setembro (CAMPOLIN et al., 2010).

Da Conceição et al. (2016), em pesquisa realizada no Taquaral, em 16 propriedades que possuíam cisternas de placas, analisaram as formas de utilização e manejo, junto aos agricultores, dessas cisternas; nove delas haviam sido construídas em projeto de grande porte, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e sete haviam sido construídas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), estas últimas construídas em sistema educativo (sistema que discutia junto aos assentados vantagens, ensinava as formas de utilização e manejo das cisternas) de médio prazo. Os resultados demonstraram que 70% dos agricultores que obtiveram as cisternas através do sistema educativo utilizam as cisternas para o objetivo inicialmente proposto, que é o armazenamento de água das chuvas. Porém, 70% dos proprietários, que obtiveram a cisterna pelo projeto BID, utilizam as cisternas para armazenar água salobra, o que não era o objetivo inicial.

Esse estudo demonstra a importância dos investimentos realizados, não somente pelos recursos envolvidos, mas pelo preparo dos executores dos projetos que devem conhecer a realidade local e também o preparo das pessoas que utilizariam esses investimentos. Os assentamentos reúnem, em um mesmo espaço, famílias de culturas e aprendizados diversos e, muitas vezes, também de locais distantes, cujos costumes e métodos de plantio tendem a ser diferentes daqueles que terão de adotar; prepará-las, portanto, para as adversidades dessas mudanças poderia ser a chave para a melhoria da qualidade de vida nos assentamentos.

Os projetos apresentados nos outros assentamentos, como propostas constantes nos PDAs ou nos PRAs, como projetos de desenvolvimento produtivo, não serão aqui abordados, devido ao fato de não haver PDA ou PRA do PA Taquaral disponíveis para consulta, conforme já mencionado.

Quanto à infraestrutura, o assentamento Taquaral possui uma escola, a Escola Municipal Rural Polo Monte Azul e um posto de saúde, conforme se pode visualizar nas Figuras 30 e 31.



**Figura 30:** Escola Municipal do PA Taquaral  
Fonte: Acervo da pesquisadora.



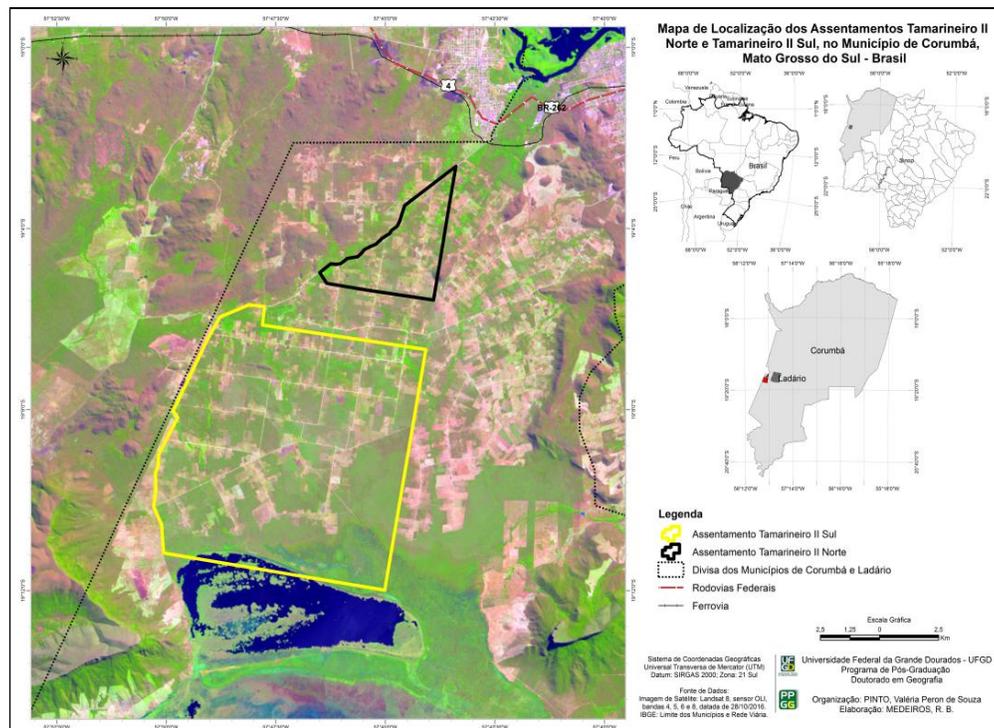
**Figura 31:** Posto de Saúde PA Taquaral  
Fonte: Acervo da pesquisadora.

## 2.5 Projeto Assentamento Tamarineiro II e Projeto Assentamento Paiolzinho

Descrevem-se, agora, os assentamentos Tamarineiro II e Paiolzinho. A opção por apresentá-los juntos decorre do fato de que foram implantados à mesma época em territórios vizinhos, o que lhes garantiu o compartilhamento de aspectos comuns, na história de sua implantação.

O Projeto Assentamento Tamarineiro II foi adquirido através de arrecadação sumária (art. 28, Lei n. 6383/76); a transferência de titularidade se fez através de

incorporação ao patrimônio público. Criado em 15 de dezembro de 1995, o Tamarineiro II possui área total de 10.635,5728 ha e capacidade para 319 lotes (Figuras 32 e 33), possui atualmente 309 famílias assentadas (INCRA, 2017). O Projeto Assentamento Paiolzinho foi adquirido através de desapropriação; foi criado em 11 de março de 1996, com área total de 1.198,0329 ha e capacidade para 72 lotes (Figuras 34 e 35). Abriga, atualmente, 65 famílias assentadas (INCRA, 2017). Ambos os projetos estão localizados na cidade de Corumbá, na região do Jacadigo. O Tamarineiro II está localizado a uma distância de 40 Km da sede do município e o Paiolzinho, a uma distância de 30 Km. Ambos estão limitados ao Sul pela estrada municipal Corumbá-Jacadigo, na fronteira com a Bolívia e com o assentamento Tamarineiro I. Ao norte fazem divisa com o PA Taquaral e a leste com a Lagoa do Jacadigo.



**Figura 32:** Localização do Assentamento Tamarineiro II

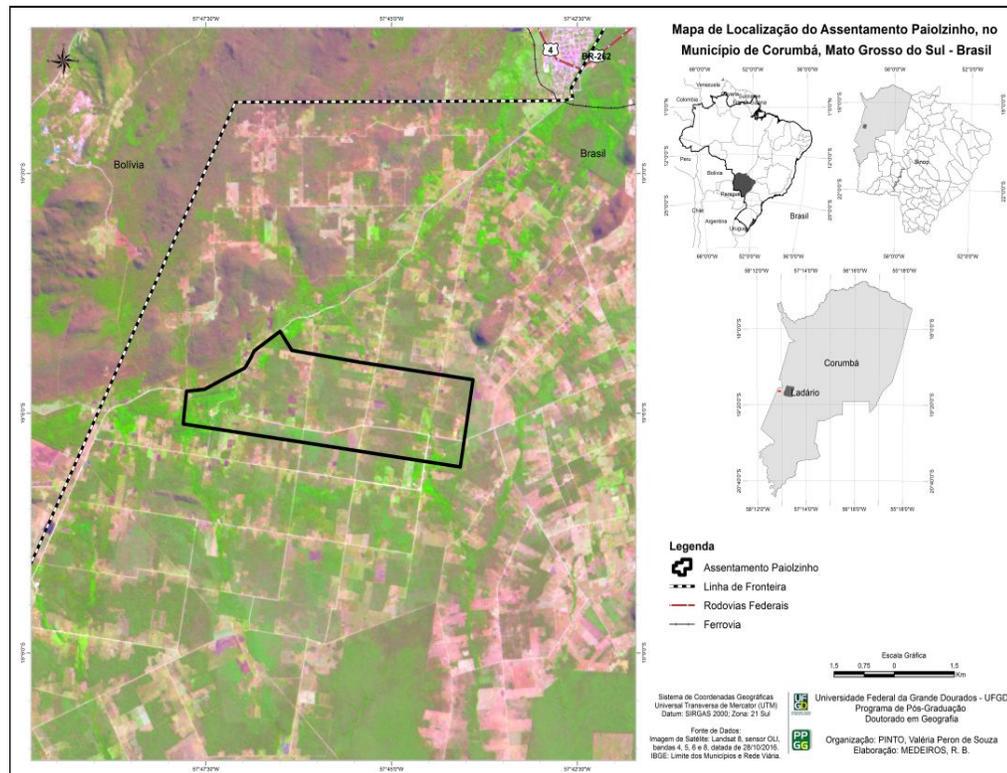
Os Projetos de Assentamentos Tamarineiro II e Paiolzinho foram criados, respectivamente, através das Portarias nº 117 de 15/12/1995 e nº 009 de 11/03/1996. Surgiram da incorporação de terras ao patrimônio da União, decorrentes da Arrecadação Sumária de duas áreas: a primeira de 9.385,8847 ha e a segunda com 1.289,6881 ha -

além de uma área desapropriada por interesse social, com 1.196,7523 ha. O PA Tamarineiro II foi criado para alocar 400 famílias e o PA Paiolzinho, para 50 famílias de trabalhadores rurais sem-terra, cadastradas e selecionadas em acampamentos dos municípios de Corumbá, Itaquiraí e Tacuru.

O PA Tamarineiro II é dividido em Tamarineiro II Sul e Tamarineiro II Norte. A parte Sul possui 9.371 ha, distribuídos em 319 parcelas rurais com tamanho médio de 20 há; a parte Norte possui 1.248 ha, distribuídos em 76 parcelas rurais com tamanho médio de 16 ha.



O PA Paiolzinho foi implantado em 1999 (Figura 34). Os lotes possuem, em média, 15,88 ha (CARDOSO *et al.*, 2002).



**Figura 34:** Localização do Assentamento Paiolzinho.

Em abril de 1998 ocorreu uma forte chuva no município de Corumbá; em um único dia foram registrados 100mm em 5 horas, ocasionando danos significativos aos dois assentamentos - Tamarineiro II e Paiolzinho. A defesa civil decretou estado de emergência do município devido à perda de utensílios domésticos, sementes, produtos estocados, materiais de construção, pequenos animais e lavouras.

Ante a grave situação do Projeto Assentamento Tamarineiro II e Paiolzinho, a Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul SR-16, entendeu que seria necessário um estudo técnico detalhado e criterioso, para avaliação das potencialidades dos projetos, sendo contratada para isso, a empresa Toposat Engenharia Ltda., apresentando outras soluções para as famílias assentadas. Os estudos realizados pela empresa apontaram que a viabilidade econômica dos Projetos de Assentamento só seria possível após o redimensionamento dos lotes, e conseqüente remanejamento de algumas famílias assentadas. Ou seja, a quantidade de lotes do assentamento inicial, exigência dos próprios agricultores, foi um dos fatores que prejudicaram o êxito do projeto (INCRA, 2002).

O texto sugere que a responsabilidade dos problemas causados pela inundação seria atribuída aos assentados, tendo em vista as “exigências” dos mesmos em definir a divisão no loteamento dos assentamentos, causando prejuízos ao êxito do projeto.

O fato demonstra a fragilidade da forma como são realizadas as políticas de reforma agrária. Estudos de viabilidade deveriam ser ferramentas que apontassem as melhores formas de distribuição da terra e indicassem implicações positivas e negativas do modo como a terra é usada. Potencialmente, esses estudos devem ser preventivos e realizados antes da destinação da terra, e não posteriormente, como forma de resolver um problema que poderá ser evitado.

Após a nova divisão de lotes, o número de famílias nos dois projetos passou a ser de 391, restando 111 famílias para serem remanejadas (42 para Sidrolândia/MS; 08 para Nioaque/MS; 14 para Aral Moreira/MS e 1 para Maracaju/MS). O PA Tamarineiro II passou a ter, ao norte, 76 lotes e ao sul, 243 lotes; o PA Paiolzinho passou a ter 72 lotes (Figura 35).

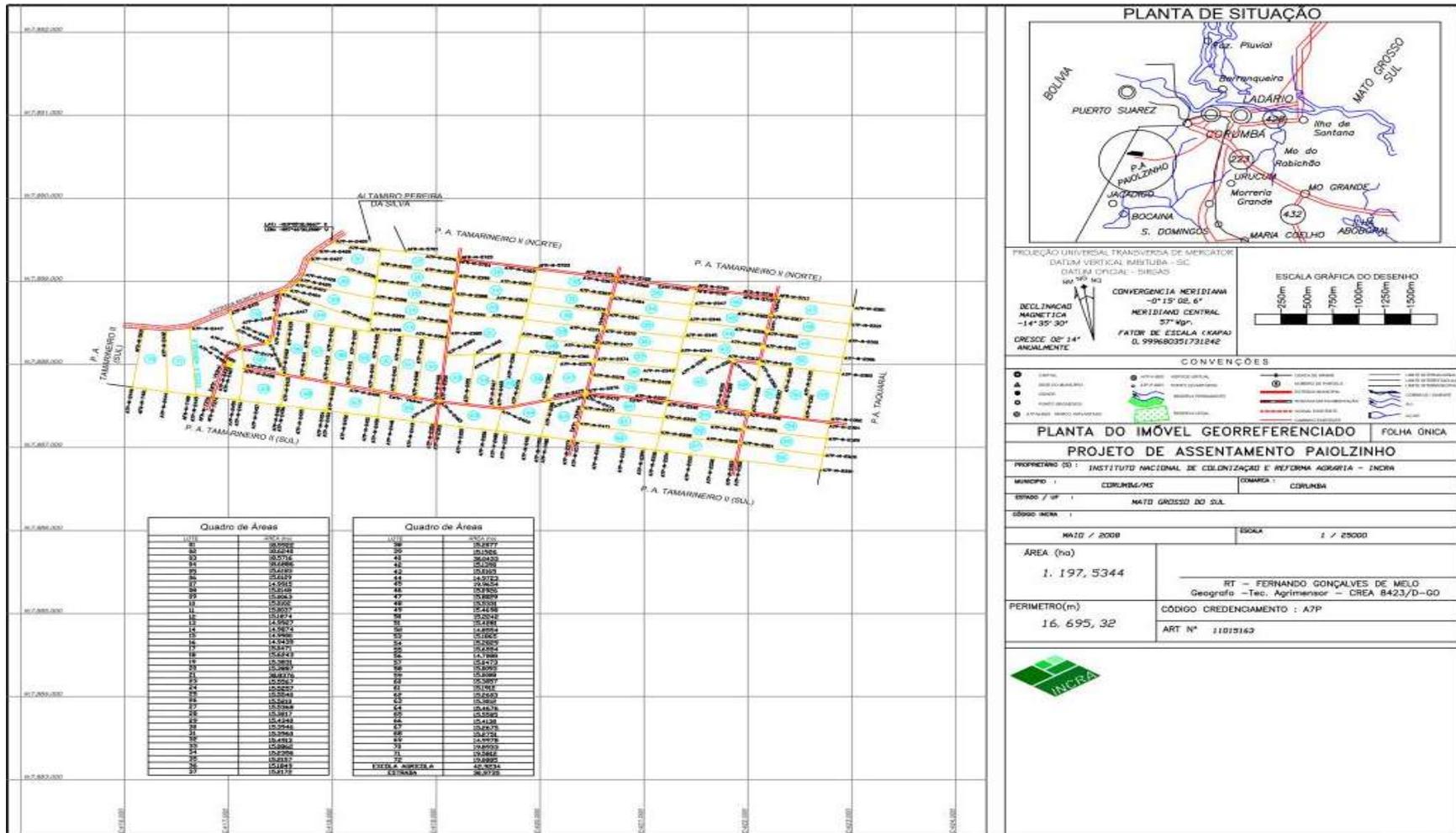


Figura 35: Parcelamento do Assentamento Paiolzinho

Os solos do PA Tamarineiro II possuem “razoável fertilidade natural e expressam em seus atributos físicos as principais limitações ao aproveitamento agrícola”. É necessária assistência técnica para melhor aproveitamento dos solos e a criação de alternativas para os processos restritivos ao plantio (CARDOSO et al., 2002). Grande parte dos solos apresenta aptidão para pastagem natural e nas áreas agrícolas é possível o uso de equipamentos com tração animal. Plantios de espécies com raízes profundas devem ser analisados, tendo em vista que os solos apresentam profundidade de 0,7m e 1,20m (INCRA, 2002).

A aptidão dos solos dos assentamentos é distribuída da seguinte forma: 20% para subsistência e pecuária; 4% para subsistência e fruticultura (experimental); 6% para preservação e 43% para pecuária (INCRA, 2002).

Quanto ao abastecimento de água da região de ambos os assentamentos, os recursos são “extremamente escassos”. A Baía do Jacadigo se constitui no único reservatório de água doce da região. As águas subterrâneas, assim como os córregos temporários da Aguada, Morrinhos e Fundo têm elevado teor de carbonatos, o que restringe a utilização para consumo. Juntos, os PAs possuem sete poços artesanais para abastecimento dos lotes.

O PDA Tamarineiro II e Paiolzinho traz uma abordagem conjunta para o desenvolvimento de projetos de produtividade. As propostas visam instalações nos dois assentamentos; apesar da proximidade, não se fala em junções de parceleiros de assentamentos diferentes em uma única iniciativa, cada unidade produtiva instalada para os projetos visa somente elementos de um único assentamento (Quadro 8).

**Quadro 8: Projetos do PRA Tamarineiro II e Paiolzinho (2009)**

<b>Projeto</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Custo R\$</b>	<b>Responsável financeiro</b>
Projeto de Bovinocultura de Leite	Melhorar a qualidade de vida do rebanho; implantar melhoria de pastos para complementação alimentar; melhorar o serviço sanitário; utilizar laticínio do PA Urucum; instalar refrigeradores para coleta de leite.	Não informado	Assentados deverão buscar fontes financiadoras
Horticultura e Fruticultura	Instalar cinco unidades para produção de frutas, verduras e legumes.	Não especificado	FIS ; BID ou assentados
Subsistência	Plantar frutas, verduras, legumes, cereais e criar animais para subsistência	Não especificado	Assentados
Apicultura	Produzir mel; melhorar a alimentação e possibilitar a melhoria na renda	705,00	Assentados
Produção de ovos	Desenvolver a produção de ovos de galinha para melhoria na renda	14.580,00- grupo de 20 assentados	Buscar no FIS; BID <sup>6</sup> ; outros ou assentados
Adubação Verde	Implantar um banco de sementes e realizar o plantio de espécies de plantas de crescimento rápido	Não informado	assentados
Agroindústria	Incentivar a produção de melado, rapadura, farinha de mandioca, doces	Não informado	INCRA/BID
Irrigação	Sistema de captação, adução e irrigação. Captar no canal do Tamengo para irrigação de 2500ha	Não informado	A buscar no BNDES
Captação de água	Perfurar poços artesianos no Tamarineiro II. Construir cisterna, açude e barragens.	2.413,75 – custo parcial para cisterna, e açude.	Assentado
Construção de viveiros de mudas nativas e exóticas	Construir viveiro para mudas nativas, exóticas e frutíferas	Não informado	Assentado
Propostas de Desmatamento*	Cada família pode tirar até 35m <sup>3</sup> /ha de madeira, sendo 5m <sup>3</sup> de aroeira	Plantio de 30 mudas nativas a cada m <sup>3</sup> retirado e de 15 mudas de aroeira a cada m <sup>3</sup> retirado.	Assentado
Recuperação e replantio	Coletar sementes, produzir mudas e realizar replantio de espécies nativas	Não informado	Assentado
Sinalização da área de reserva legal	Proteger a área de reserva legal, oferecer educação ambiental	Não informado	Assentado
Brigadas de incêndio	Formar e treinar brigadas de incêndio. Adquirir matérias de proteção contra incêndio nos assentamentos	Não informado	Não informado

Fonte: Adaptado de PDA Tamarineiro II e Paiolzinho (2009)

\*consta no PDA como proposta em discussão

Quanto à infraestrutura, há somente uma escola municipal no Paiolzinho (Figura 36). Não há postos de saúde nesses assentamentos.

<sup>6</sup> FIS - Fundo de Investimento Social; BID -Banco Interamericano de Desenvolvimento.

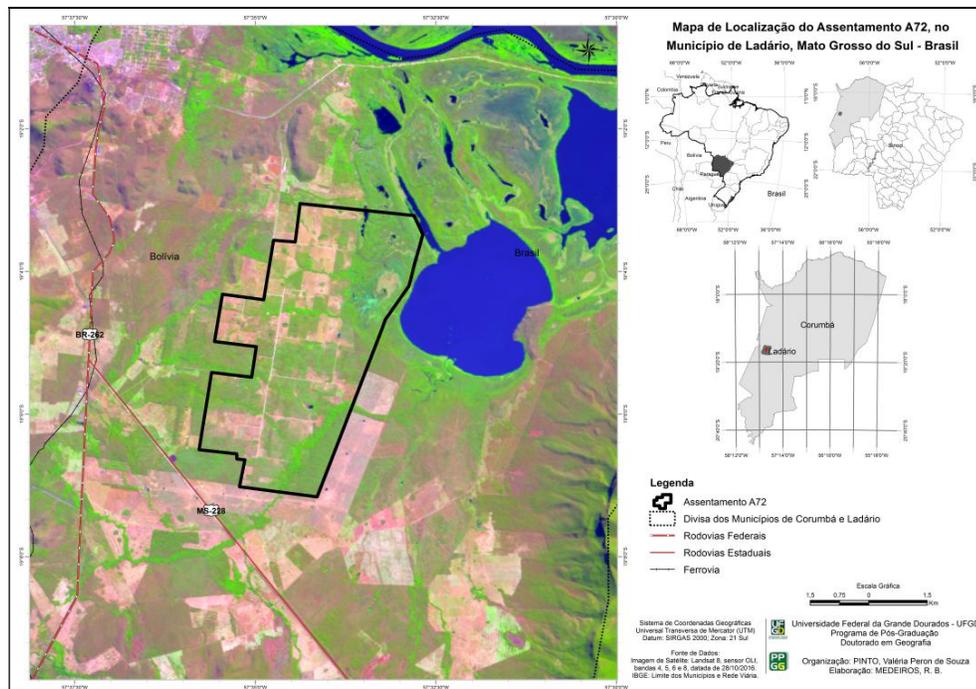


**Figura 36:** Escola Municipal PA Paiolzinho  
Fonte: Acervo da pesquisadora.

## 2.6 Projeto Assentamento 72

Criado em fevereiro de 1999, o Projeto Assentamento 72 possui área total de 2.341,2996 ha, com capacidade para 85 famílias assentadas; atualmente existem 83 famílias assentadas (INCRA, 2017). A área média por família é de 18,5 há (Figuras 37 e 38). O PA 72 está localizado no município de Ladário, nas terras da borda oeste do Pantanal, área limitada ao norte pelo Rio Paraguai, a oeste pela fronteira com a Bolívia e ao sul e leste pelas áreas de inundação do Pantanal. O assentamento está distante 5 Km do centro comercial do município, 440 km de Campo Grande, 223 km de Miranda, 293 km de Anastácio e 296 km de Aquidauana.

O Assentamento 72 foi criado pela desapropriação da Fazenda Primavera, recebeu esse nome porque a antiga fazenda possuía 72 invernadas e tinha como base a produção agropecuária.



**Figura 37:** Localização do Assentamento 72.

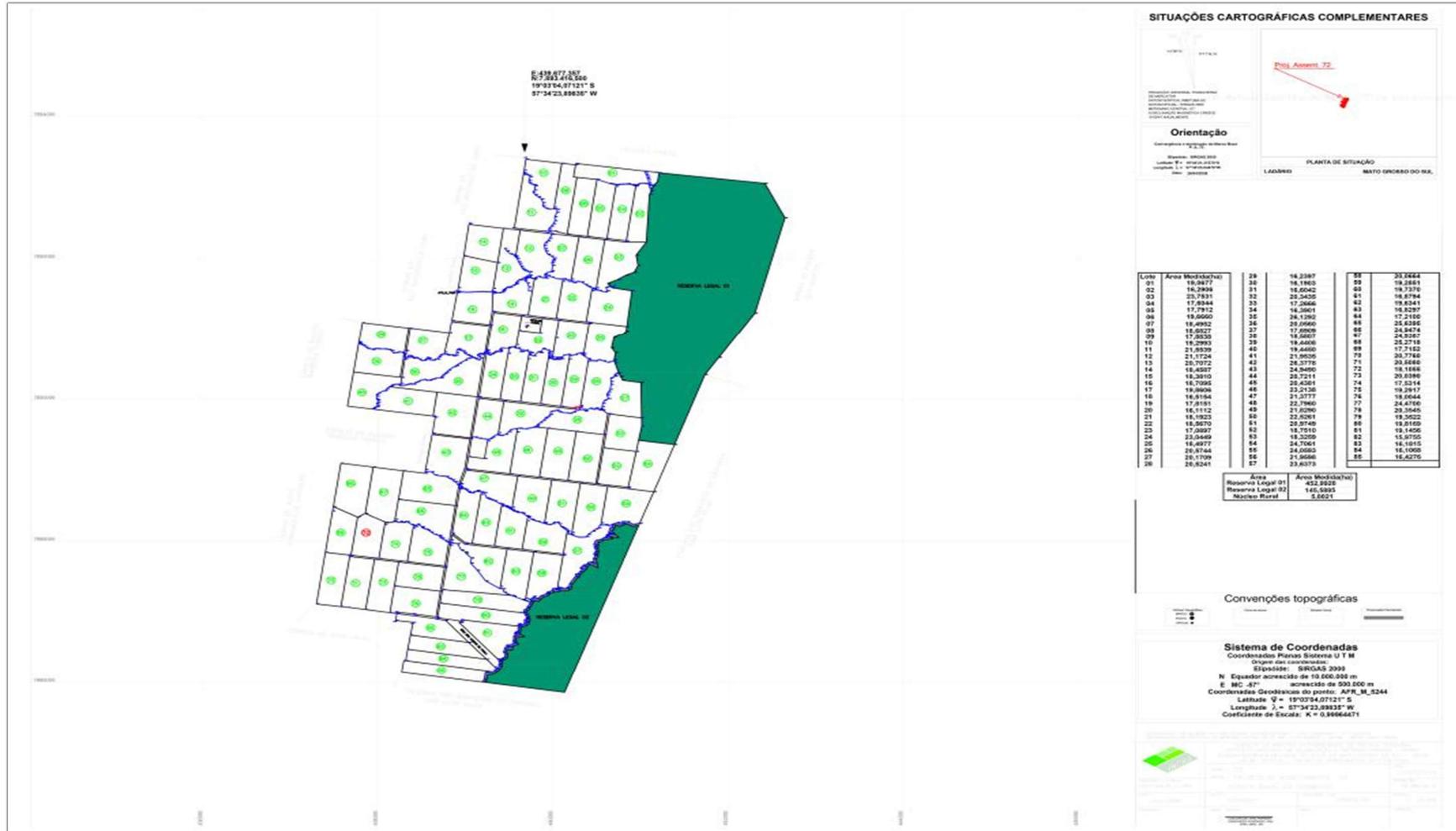


Figura 38: Parcelamento do Assentamento 72

O levantamento feito pelo PRA do 72, em 2008, mostrou que a maioria das famílias (aproximadamente 70%) permanece no assentamento desde sua implantação. Trata-se de parceiros primitivos e 27% são reassentados pelo INCRA. Esses assentados, em sua maioria (74%), são originários da região de Corumbá e Ladário; 12% são oriundos da região do Rio Taquari, 8% de outras regiões do estado de Mato Grosso do Sul e 6% de outros estados.

O Assentamento 72, localizado na borda oeste do Pantanal, em razão das diversidades geomorfológicas e geológicas locais, apresenta solos de diferentes tipos e graus de limitações ao uso agrícola. Devido à marcante deficiência de água na região e das características físicas de alguns solos, as limitações ao uso agrícola podem ser severas e comprometer a produção. De maneira geral, os solos locais, por serem formados de matéria relativamente rica, apresentam boa reserva de nutrientes (MATO GROSSO DO SUL, 2009c).

Esse assentamento está inserido na Bacia Hidrográfica do rio Paraguai, sub-bacia do rio Taquari e na microrregião do Baixo Pantanal. As águas superficiais são restritas à extremidade noroeste do assentamento, em áreas sob a influência do extravasamento do rio Paraguai, de escoamento superficial das morrarias circundantes e do Córrego Banda Alta. A área úmida localizada a noroeste do assentamento permanece alagada por longo período, intercalando-se 2 a 3 anos de seca. O principal recurso hídrico do Assentamento 72 é a Baía Branca, a qual se encontra em bom estado de conservação e constitui um prolongamento da Baía Negra (MATO GROSSO DO SUL, 2009c).

Existem, atualmente, três poços artesianos que abastecem os lotes do assentamento. Vários lotes possuem poço próprio perfurado na propriedade.

Os projetos propostos para o desenvolvimento produtivo do 72 são demonstrados no Quadro 9 a seguir.

**Quadro 9:** Projetos do PRA 72

Projeto	Objetivo	Custo R\$	Responsável financeiro
Bovinocultura de Leite*	Ajustar o modelo produtivo leiteiro existente; diversificar atividades na propriedade; oferecer maior renda e sustentabilidade dos sistemas produtivos.	871.723,90	Assentado
		84.000,00	AGRAER
Comercialização e Resfriamento de Leite*	Adquirir resfriadores para a produção leiteira do Projeto de Bovinocultura de Leite	102.000,00 (refrigeradores para 12.000 litros em comodato)	Assentado
Agroindústria Caseira	Processar FLV. Formar indústrias de pães e doces.	Não informado	Buscar junto a órgãos governamentais ou assentados
Ovinocultura para Pequenos Produtores*	Formar Associação para Produção de ovinos	9.500,00 mais custo anual de 2.957,47 (20 famílias)	Assentados
Cultura do melão e melancia.	Formar área para cultivo de melão e melancia	9.825,00	Assentados Apoio da AGRAER e Prefeitura
Hortas caseiras	Produzir para consumo e venda de excedente	2.353,50	Não especificado
Pastoreio Racional*	Evitar degradação de pastagens; Melhorar a rentabilidade do produtor; aumentar a produtividade de leite	2.264,00	Assentado
Pomar caseiro*	Fortalecer a segurança alimentar; desenvolver a fruticultura no local	270,00 (somente mudas)	
Avicultura de Corte	Incentivar a criação de aves para consumo e comercialização	R\$ 4.000,00, custo de produção de R\$ 8.125,00/ano- 4 lotes de 250 frangos	Não especificado
Avicultura de postura	Consumir e vender	R\$ 2.000,00, e custo de produção de R\$ 11.800,00 para um ciclo de produção de 20 meses- 200 animais	Não especificado
Apicultura*	Incrementar a renda; introduzir novas espécies de melonídeos;	15.998,00 - 10 famílias	Assentado
Mandioca*	Oferecer segurança alimentar; aumentar a renda; oferecer alimentação animal; transformar em subprodutos	3.165,00 – para 1 há	Assentado

Fonte: Adaptado de Mato Grosso do Sul (2009c)

\* O mesmo apresentado para PRA Tamarineiro I e Mato Grande

O assentamento 72 possui um Núcleo Social no qual estão construídos a Escola (Figura 39) e o Centro Múltiplo de Atendimento (Figura 40). O centro múltiplo de atendimento possui duas salas, um salão de múltiplo uso, dois banheiros, uma copa/cozinha (com geladeira), uma dispensa. O espaço é utilizado para capacitações, reuniões e atendimentos médicos.

A escola rural municipal funciona em dois prédios. No prédio menor há duas salas e no prédio maior, uma sala, uma cozinha e dois banheiros.



**Figura 39:** Escola Municipal do 72  
Fonte: Mato Grosso do Sul (2009c)



**Figura 40:** Centro Múltiplo de atendimento no PA 72  
Fonte: Mato Grosso do Sul (2009c).

#### 2.6.1 Projeto Bem-Estar no Assentamento 72

Existe, no assentamento 72, um projeto desenvolvido em conjunto por duas instituições, a UFMS e a Embrapa Pantanal. Destaca-se que este é o único projeto estruturado encontrado

dentro dos assentamentos e que envolve a participação de famílias assentadas, incluindo o trabalho das mulheres. Nesse sentido, voltado ao objetivo deste trabalho, buscou-se estudar mais atentamente esse projeto, a fim de se verificar qual a participação do trabalho das mulheres e se os trabalhos por elas desenvolvidos afetam seu poder de decisão, comparando-se os resultados com aqueles que terão sido observados com as mulheres participantes dos outros assentamentos e cujas famílias não são participantes desse tipo de projeto.

O projeto foi iniciado em 2011, com o intuito de contribuir para melhoria da qualidade de vida dos assentados e para a segurança e soberania alimentar e nutricional. Acabou por potencializar a produtividade dos lotes e ampliar a autoestima dos produtores. Como consequência, com o aumento quantitativo e qualitativo da produção, os assentados conseguiram aumentar o rendimento de seus lotes através das vendas dos produtos.

Para dar continuidade ao projeto a partir das ações desenvolvidas em 2011, a UFMS e a Embrapa Pantanal, no ano de 2012, estenderam a parceria por meio dos projetos “Incubadora tecnológica de cooperativas populares do pantanal e da fronteira” (UFMS) e “Ações para otimização da apropriação do conhecimento e fortalecimento das redes de agroecologia no MS e regiões vizinhas” (Embrapa Pantanal).

Em novembro de 2016 foi realizada, na sede da Embrapa Pantanal, em Corumbá, uma reunião aberta a todos os interessados, para divulgar os resultados até então alcançados pelos projetos citados, uma “Apresentação dos resultados alcançados por meio de pesquisa e transferência de tecnologia em benefício dos moradores do Assentamento 72”.

O pesquisador da Embrapa Pantanal, Alberto Feiden, descreveu que a primeira reunião, que era um chamado para que os assentados participassem do projeto, conseguiu reunir 60 agricultores, em 2011. Quando foi divulgado que não havia recursos para distribuir sobraram 15 interessados em participar; em 2014 o projeto chegou a ter 5 agricultores (FEIDEN, 2016).

Esse pesquisador salienta que o projeto possuía poucos recursos e que de nada adiantaria investir muitos recursos em “coisas erradas”; então, foram aplicados poucos recursos em coisas certas “no gargalo de produção” dos assentados, que é a água. Foram instalados ou revitalizados alguns poços que já existiam e que não funcionavam: “a primeira garantia foi água, o que é fundamental para qualquer assentamento de Corumbá e Ladário, sem isso não adianta investir em nada” (FEIDEN, 2016). Além disso, os recursos foram investidos em sombrites e algumas sementes de hortaliças; a partir daí os agricultores multiplicaram suas próprias sementes, utilizando tecnologias com adubação verde e consórcio com plantas medicinais.

Em 2015 foi criado o projeto Bem-Estar com um grupo de agricultores que fazia parte das ações da parceria da UFMS e da Embrapa, com a proposta de produção agrícola

agroecológica e finalidade de produção orgânica para venda direta ou para o governo. Atualmente esse grupo é formado por sete famílias do 72.

Ainda segundo informações do mesmo pesquisador, existem, hoje, 37 produtos diferentes que são produzidos nas hortas (Figuras 41 e 43), sem contar com variedades como a alface, que já chega a quatro espécies diferentes. A qualidade é outro ponto forte dos produtos, que são de boa aparência e visivelmente saudáveis. Os agricultores chegam a ter um rendimento médio bruto de 1,88 salários mínimos mensais, variando de R\$ 600,00 a mais de R\$ 2.000,00, sem contar o autoconsumo.



**Figura 41:** Produtos de um lote do Projeto Bem-Estar na feira da UFMS  
Fonte: Acervo da pesquisadora – abril/2016

Os participantes do grupo Bem-Estar trabalham somente com os membros da família, em seus lotes para a produção e venda, não havendo trabalho conjunto entre os lotes. Além das vendas nas feiras das cidades de Corumbá e Ladário, esse grupo tem um espaço dentro do *campus* da UFMS, onde todas as terças-feiras pela manhã expõem seus produtos para venda (Figura 42). Quando da apresentação dos resultados, na sede da Embrapa, anunciou-se, também, que todas as primeiras sextas-feiras de cada mês esses agricultores estariam vendendo seus produtos na sede dessa instituição.



**Figura 42:** Feira de terça-feira no campus da UFMS  
Fonte: Acervo da pesquisadora – abril/2016.

Veja-se, a seguir, o depoimento de um assentado do 72, Felipe, participante do Projeto Bem-Estar:

*O assentamento 72 na época nós tinha até perdido a esperança...o pessoal chamava todo mundo lá de vagabundo, mas não sabia porque nós não produzia, o problema era água, e faltava uma pessoa incentiva a gente produzir ali, porque é uma terra tomada de arumita. Aí chegou o professor Edgar (se referindo ao professor Edgar Costa responsável pelo projeto da UFMS) e o professor Alberto (se referindo ao pesquisador da Embrapa Alberto Feiden) lá, eu cheguei pra eles e perguntei: “você vieram para ajudar ou vieram para mentir para gente também?”, porque vários passaram por lá com promessas e não resolviam o problema pra nós. Depois eu pedi desculpa pra eles, porque realmente aconteceu o que eles falaram. Hoje a vida das pessoas lá mudou bastante, antes chegava na época da seca a gente tinha três litros de leite para vender e comprar um pacote de arroz e meio quilo de salsicha para enganar o estômago das crianças lá em casa. E hoje não,...eu tenho oportunidade de ter um carro na porta da minha casa, antes andava mais a pé que de bicicleta, porque não tinha dinheiro nem para comprar uma câmara de bicicleta....A gente só tem a agradecer a esse pessoal por se interessar a ajudar nós. Hoje você vê para todo lugar no assentamento terra preparada para plantar (FELIPE - entrevistado).*

Como se verifica, o entrevistado relata as mudanças que a iniciativa da parceria da UFMS e da Embrapa Pantanal promoveu na vida dos assentados. Nesse depoimento é possível perceber a discriminação de que os assentados são vítimas, advinda da população urbana. A descrença dos próprios assentados em relação a qualquer tipo de ação é resultante do histórico de outras iniciativas que não tiveram continuidade, ou sequer começaram, e que ficaram apenas como promessas. É o caso de reuniões, propostas produtivas e ideias levadas aos assentados que não passavam das reuniões iniciais, criando expectativas e, posteriormente, frustrações nos

assentados. As reuniões realizadas pelo Inca e Agraer para a montagem do documento Plano de Recuperação do Assentamento 72 constituem exemplo disso. Essa realidade foi verificada pela autora desta tese, quando do início dos trabalhos de pesquisa e extensão nesse assentamento, em 2011. À época, para que a pesquisa fosse realizada de lote em lote, foi necessário que a equipe que a desenvolvia se submetesse a uma entrevista com o presidente da associação dos moradores do assentamento 72, a fim de que se constatasse que não se tratava de funcionários do Inca ou da Agraer, tamanha a rejeição dessas instituições, naquele período. Somente depois de retiradas as dúvidas e suspeitas tornaram-se possíveis as visitas aos lotes do assentamento.



**Figura 43:** Qualidade dos Produtos de um dos lotes participantes do Projeto Bem Estar  
Fonte: Acervo da pesquisadora – abril/2016.

Existem, ainda, dentro do grupo Bem-Estar, dois lotes que receberam um projeto do Sebrae para implantação de ‘hortas redondas’ ou PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável). Tratava-se de um projeto que implantaria esse modelo de horta em dois lotes de cada assentamento nos municípios de Ladário e Corumbá. Segundo as assentadas dos lotes que receberam o projeto, o responsável pelo SEBRAE não terminou os trabalhos em nenhum dos lotes e sequer voltou para fazê-lo; os assentados fizeram as adaptações do modo como puderam. Esses relatos reiteram as falas e as desconfiâncias dos assentados de promessas não cumpridas.

Horta redonda ou Mandala é uma horta com canteiros circulares e um galinheiro no centro (Figura 44 e 45), onde se trabalha com a diversidade de plantas e se utiliza o adubo produzido pelos animais, na plantação.



**Figura 44:** Implantação de Horta Redonda  
Fonte: Acervo da pesquisadora - – abril/2016.



**Figura 45:** Criação de Galinhas em Associação com a Implantação de Horta Redonda  
Fonte: Acervo da pesquisadora – abril/2016.

Os caminhos seguidos pelo Projeto Bem-Estar apontam alguns pontos, passíveis de serem considerados quando da implantação de ações dentro de assentamentos: a) o planejamento prévio e o acompanhamento de todas as fases da ação, ou seja, ir além do planejamento no papel; b) o fator tempo é também essencial para o sucesso das ações; vinculado à necessidade de acompanhar a ação, esse fator pode ajudar a corrigir problemas que aparecem ao longo do desenvolvimento dessa ação e que seriam imprevisíveis no planejamento; c) outro ponto de grande importância são as parcerias de Instituições e/ou pessoas. A multidisciplinaridade e os vários conhecimentos decorrentes dessas parcerias trazem força estrutural à ação; d) por fim, considerado aqui como o mais importante, principalmente em se tratando de campesinato, a atenção à realidade local, às vontades, no sentido do que se deseja

ou não produzir; atentar para o modo de vida desses camponeses é um aspecto essencial para o envolvimento e participação desses sujeitos na ação.

Em entrevista com cinco mulheres participantes do Bem-Estar, foram citados os seguintes itens produzidos para consumo ou venda: milho, abóbora, mandioca, quiabo, couve, alface, tomate, cebolinha, salsa, coentro, pimentão, rúcula, maxixe, rabanete, mostarda, repolho roxo, repolho verde, pepino, jiló, agrião, chicória, brócolis; melancia, melão, mamão, banana, goiaba, poncã, laranja lima, acerola, carambola, jabuticaba, maracujá, manga, graviola, caju, fruta do conde, seriguela, bocaiuva, abacate e fumo do Amazonas. Algumas espécies possuem variedades, como a alface, que é produzida em quatro variedades, ou o repolho, com duas variedades.

Algumas plantas medicinais como o boldo e a erva cidreira são encontradas em todos os lotes. Em dois casos, especificamente, as entrevistadas relataram o cultivo de diversos tipos de plantas medicinais. Quando indagadas sobre o nome das plantas, elas mencionaram os nomes de medicamentos, em lugar dos nomes das ervas medicinais, relacionando, desse modo, os efeitos do uso ao nome fantasia de alguns medicamentos. Foram citados, como “ervas medicinais”: anador, dipirona, terramicina, pronto *alivium* e novalgina. Essa associação do nome de medicamentos às ervas é decorre da ação esperada de cada planta, uma prática observada, também, nos outros assentamentos. Segundo os produtores, as mudas foram oferecidas pela Embrapa ou pela Comissão Pastoral da Terra.

As mulheres participam ativamente das atividades de produção e venda dos produtos, mas sempre com ações individuais. Não há grupos formados entre mulheres, no 72 ou dentro do Projeto Bem-Estar. Todas as cinco entrevistadas participam das vendas em feiras livres e se mostraram muito satisfeitas com a participação de suas famílias no projeto. Informaram que atualmente os rendimentos do lote tiveram um aumento de mais de 100%, comparados ao tempo em que não faziam parte do projeto. Os aumentos na renda mudaram a vida das famílias, de forma geral, proporcionando melhores condições de vida e de alimentação, levando a que essas mulheres se sintam beneficiadas com essas melhorias.

Ressalte-se, contudo, que, em termos gerais, os resultados da participação dessas mulheres no projeto junto com os maridos não afeta os resultados da pesquisa quando comparado às mulheres dos demais assentamentos estudados. Dessa forma, os resultados serão apresentados em conjunto, no Capítulo 3.

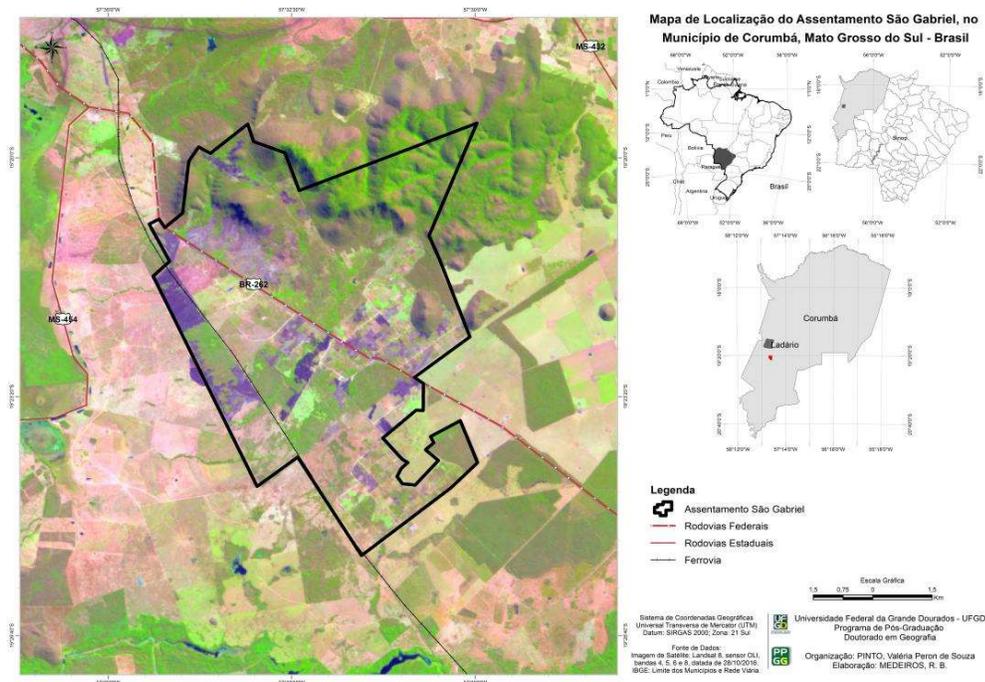
## 2.7 Projeto Assentamento São Gabriel

Criado em área desapropriada, pelo Decreto Incra nº 5.011 de 11/03/2004 e Portaria de criação n. 329 de 29/06/2005, o Assentamento São Gabriel possui uma área demarcada de 4.683,8151 ha, com capacidade para 312 lotes de 4 há e abriga, atualmente, 198 famílias assentadas (INCRA, 2017). A área média por família, de acordo com o Sistema Socioproprietário de Assentamento, é de 16 há, fica distante 50 Km do município de Corumbá, e é cortado pela BR 262, que liga esse município à capital, Campo Grande (Figuras 46 e 47). O assentamento foi formado com as famílias excedentes dos assentamentos mais antigos do município, como Tamarineiro I e II, Paiolzinho e Taquaral, que se organizaram no acampamento “Maria Coelho”, reivindicando posse de terras através da Reforma Agrária. Após dois anos de acampamento, acompanhados de atos de protestos na BR 262, o INCRA providenciou a formação do assentamento na Fazenda São Gabriel (INCRA, 2010).

Segundo o PDA São Gabriel (2010), o assentamento foi desenvolvido com base na implantação do “Programa de Reforma Agrária de Mato Grosso do Sul – TERRAVIDA”, montado pelo governo do estado e pelo INCRA SR-16/MS, em um novo modelo de ocupação de terra chamado Sistema Socioproprietário de Assentamento, um modelo de exploração misto, com áreas de exploração individual (sítio familiar) e coletiva (área societária). Baseado em uma ótica de produção socialmente integrada, prevendo organização conjunta dos proprietários para facilitar o acesso a inovações tecnológicas, esse modelo é diretamente ligado ao comprometimento dos assentados, dos profissionais de Assistência Técnica, Social e Ambiental e dos demais órgãos e instituições responsáveis pela Reforma Agrária.

O Sistema Socioproprietário nunca funcionou, no São Gabriel. Após 12 anos de criação do assentamento as famílias só tiveram acesso à área de 4 hectares; o restante da terra destinada aos assentados é utilizado por poucos assentados. A distância da área societária do sítio familiar é um empecilho para que isso aconteça.

Veja-se, a seguir, a imagem da área de localização do assentamento São Gabriel (Figura 46) e a planta de uso do solo e parcelamento desse assentamento (Figura 47).



**Figura 46:** Localização do Assentamento São Gabriel

A divisão dos lotes em área familiar e área societária não agradou os assentados e tornou-se uma barreira à utilização da área societária, devido à distância entre as áreas. Sendo o assentamento dividido pela BR 262, na divisão de terras os assentados poderiam ter a área familiar de um lado da rodovia e o restante das terras do outro lado. A fala de Vera -presidente da associação dos moradores do assentamento São Gabriel -, em entrevista para a pesquisa, relata essa situação:

*Essa é a briga minha com o Incra, como que vai funcionar? Ai eles falam assim: “Não Dona Vera, vai dar certo, vai cortar lá, vai ter 10 hectares, e 2 é reserva.”. Mas onde que é a minha? Vai ser por sorteio? Eu não sei onde é a minha. Ai eles falaram assim, que lá vai ter que abrir estrada, por água, luz. Mais a gente quer. Falou: não, corta! Nós propomos pro Incra, vai lá cortar, a gente ajuda, igual nós fizemos quando chegamos aqui. Porque aqui todo mundo ajudou, foi regime de mutirão. Ai tá assim ainda, pro Incra ainda esse ano fazer isso aí ... Como vai fazer se meu lote cair lá do outro lado da rodovia?... A liderança que tava na época não soube trabalhar junto com o INCRA, quando a gente veio para cá . O líder já tinha que ter batido o pé e dito não, nós não queremos assentamento modelo, nós queremos que seja 12 hectares, ou que seja 10 para cada um , corta e pronto, cada um já vai pegar o seu! Mas não brigou para acontecer, aí ficou assim a situação” (VERA – entrevistada).*

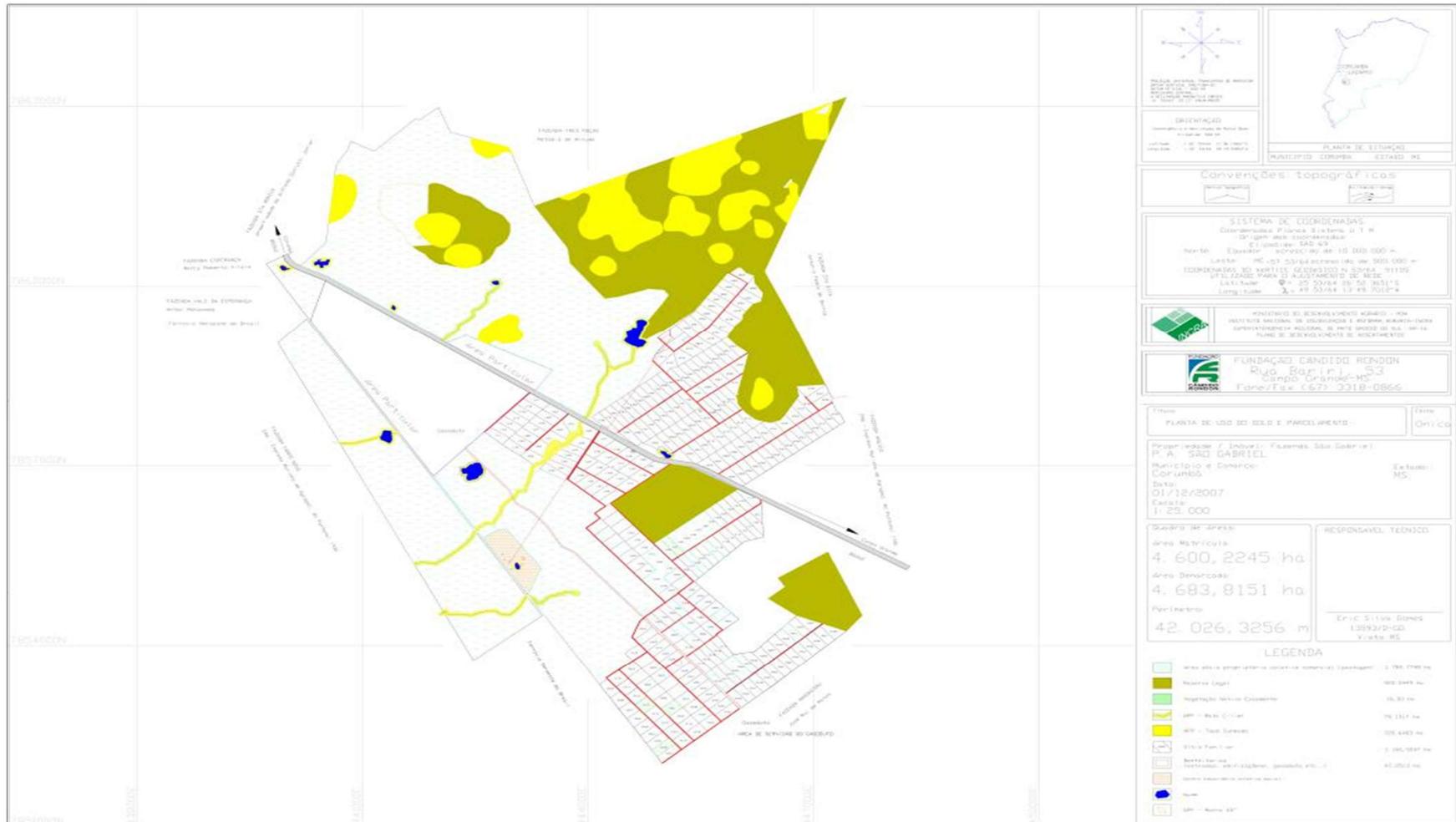


Figura 47: Parcelamento do Assentamento São Gabriel

Com relação aos solos do PA São Gabriel, estes são, em geral, rasos e possuem afloramento rochoso, de textura argilosa com média e alta fertilidade natural. As produções agrícolas da região sofrem perdas em decorrência do excesso ou da falta de água de chuvas. Em geral, a produção agrícola é considerada boa, mas de alto risco, se não houver a irrigação suplementar. O principal recurso hídrico do assentamento é o rio Paraguai, que é o receptor de praticamente todos os cursos de água da região. O Assentamento São Gabriel fica próximo desse rio, à sua margem direita. Há um córrego, no interior do assentamento, sem denominação, onde foi construída uma pequena barragem para armazenamento de água. Não há leitos fluviais perenes; por causa da deficiência de água foram perfurados poços freáticos para abastecimento do assentamento, mas as águas subterrâneas são, em grande parte, salobras (PDA SÃO GABRIEL, 2010).

O PDA São Gabriel não contempla propostas de desenvolvimento de projetos produtivos, como foi observado nos outros assentamentos.

O assentamento não apresenta infraestrutura para escola ou para posto de saúde ativos. Existe, no entanto, uma construção (Figura 48) onde funcionou uma escola, nos anos de 2007 e 2008, logo após a criação desse projeto. Há, ainda, uma casa abandonada (Figura 49), localizada em frente a essa escola, que fazia parte da sede da fazenda desapropriada para a criação do assentamento e, também, um barracão (Figura 50).



**Figura 48:** Escola Abandonada no PA São Gabriel  
Fonte: Acervo da pesquisadora – abril/2016.

Todas essas construções estão abandonadas. Segundo os moradores locais, logo no início, quando o assentamento foi implantado, essas estruturas funcionavam, contudo, posteriormente, deixaram de ser utilizadas.

Conforme já mencionado anteriormente, o São Gabriel é o único assentamento que tem, como presidente da associação de moradores, uma mulher. Em entrevista, essa participante da pesquisa relatou os acontecimentos que levaram ao abandono dessas construções.

De acordo com Vera, presidente da Associação de Moradores do Assentamento São Gabriel, no ano de 2007 funcionavam um posto de atendimento do INCRA e um posto de saúde e, nesse mesmo ano e espaço começou a funcionar a escola (Figura 48). Cada aluno, nessa época, tinha que levar sua própria cadeira de casa. Em 2008, a prefeitura do município de Corumbá fez melhorias e construiu um terceiro prédio para uso efetivo da escola e o equipou com móveis que propiciaram melhores condições de funcionamento. Ainda no ano de 2008, o então presidente da associação dos moradores do assentamento fez uma reunião com as mães dos alunos dessa escola e recolheu assinaturas para um documento por meio do qual elas concordavam em transferir seus filhos para outras escolas do município, a fim de que fosse possível realizar uma reforma no espaço que a escola utilizava. As mães assinaram e as crianças foram transferidas para a escolas dos assentamentos Mato Grande e Urucum, uma situação que perdura até os dias de hoje; os estudantes têm que esperar às margens da BR, às 5 horas da manhã, o ônibus que os leva para escolas em outros assentamentos.

Os atendimentos no posto de saúde deixaram de ser feitos, nesse local, por desentendimentos entre o Incra e a Prefeitura Municipal. Desde 2010 os atendimentos de saúde são realizados no lote de Vera, a presidente da associação de moradores, que cede um espaço em sua casa para essa causa.

A imagem constante na Figura 49 é da casa localizada em frente a área da construção na qual funcionava a escola. Essa área fazia parte da sede da fazenda onde foi instalado o assentamento. Foi nesse local de 4 hectares que as famílias do São Gabriel ficaram acampadas durante três anos, desde a criação do assentamento até o sorteio dos lotes. Essa casa, à época, era ocupada pelo líder dos acampados. Todos os barracos ficavam à volta dessa estrutura.

Segundo Vera, está em tramitação, na Prefeitura de Corumbá, um projeto que contempla a reforma e ampliação desse prédio que abrigou a antiga escola, com vistas à sua reativação e ao funcionamento do posto de saúde nesse mesmo local. Esse projeto se iniciou no mandato anterior, do Prefeito Paulo Duarte, porém, com a mudança no governo municipal foram exigidas novas adequações ao projeto para que ele tivesse continuidade.



**Figura 49:** Casa Abandonada PA São Gabriel  
Fonte: Acervo da pesquisadora – abril/2016.

Em uma área próxima às estruturas anteriores (Figuras 48 e 49), existe um barracão abandonado (Figura 50). Esse barracão era utilizado pelos moradores, na época do acampamento, para realização de reuniões e missas. Com o sorteio dos lotes os moradores acabaram por não utilizar mais esse local.



**Figura 50:** Barracão Abandonado PA São Gabriel  
Fonte: Acervo da pesquisadora – abril/2016.

Após o levantamento e identificação das peculiaridades de cada assentamento pesquisado, foi possível evidenciar um conjunto de fatores comuns a todos eles, quais sejam: a) infraestrutura precária; b) difíceis condições das estradas de acesso; c) deficiências no

atendimento da educação - falta de escolas, falta da possibilidade de dar continuidade aos estudos; d) precariedade do atendimento à saúde; e) o aspecto mais gritante - a falta de água doce para consumo e produção. A vantagem de solos potencialmente produtivos não é suficiente para que as famílias possam se manter em boas condições na terra. O desenvolvimento de atividades agrícolas e pecuárias é comprometido, a saúde, também, uma vez que a água não é de boa qualidade para consumo ou que restringe uma produção variada para dieta alimentar, o que gera implicações não só na produção para venda, mas, principalmente, na produção para subsistência.

Além das dificuldades físicas observadas em todos os assentamentos, somem-se outras adversidades, a saber: existem aqueles que foram designados a locais em que não podiam reproduzir as culturas, produções ou métodos de criação a que estavam acostumados e foram obrigados a se voltar para outras atividades, como a criação de gado; há, também, os que perderam tudo ou quase tudo em inundações decorrentes da falta de planejamento para instalação dos assentamentos e ainda foram culpados por isso; mencionem-se, ainda, aqueles que protestaram contra a fome e dificuldades pelas quais suas famílias passavam e foram considerados desordeiros e tiveram as portas dos estabelecimentos comerciais da cidade fechadas por medo de sua presença. Alguns tiveram que mudar as dinâmicas de suas famílias, tendo, as mulheres, que ir à luta, em busca de empregos domésticos no meio urbano, enquanto os maridos cuidavam da casa e dos filhos.

Diante de tantas situações desanimadoras encontradas nesses assentamentos, as famílias se mantiveram no campo e ainda lutam, muitas delas, para se manterem nos lotes. As condições físicas e estruturais pouco mudaram, desde a elaboração dos documentos de recuperação ou do desenvolvimento desses assentamentos. Essa visão geral das condições e a história de cada PA ajuda a entender como se organizam as mulheres dentro dos assentamentos. Verificar quais os trabalhos desenvolvidos, o que produzem, como produzem, como se organizam, como definem os trabalhos que serão realizados, qual o poder de decisão que possuem são alguns dos pontos que poderão ser entendidos não só a partir da visão de ser mulher, mas também a partir do conhecimento do meio em que vivem, das histórias que partilham.

## CAPÍTULO III

### O TRABALHO DAS MULHERES NOS ASSENTAMENTOS DE CORUMBÁ E LADÁRIO: AUTONOMIA E/OU SUBORDINAÇÃO

A mulher camponesa de assentamento rural não está alheia às condições que afetam a vida das mulheres de forma geral. Apesar do “modo de vida” camponês, elas sofrem os efeitos da sociedade de classes, da subordinação que o modo de produção capitalista impõe e das desigualdades das relações de gênero. Essas condições articulam-se umas às outras.

Para a melhor compreensão de como se configura o trabalho das mulheres camponesas estudadas, este capítulo está organizado em cinco itens. O primeiro trata das questões relativas a gênero e classe social, no campesinato. O uso da categoria gênero, aqui, trata especificamente da relação entre homens e mulheres, com foco no sujeito mulher.

O segundo item traz como foco a participação das mulheres em movimentos camponeses e especificamente o movimento de mulheres camponesas, buscando demonstrar a importância desses movimentos para as lutas que envolvem questões de classe e de gênero.

A existência de políticas públicas para mulheres camponesas é abordada no terceiro subcapítulo, que traz um comparativo dos investimentos do Governo Federal nos últimos três anos (2016-2018) para programas voltados para mulheres camponesas de assentamentos rurais.

O quarto subcapítulo tem como foco a apresentação dos resultados obtidos nas entrevistas realizadas com as mulheres camponesas nos assentamentos de reforma agrária dos municípios de Corumbá e Ladário.

O último subcapítulo faz discussão sobre como a vida das mulheres camponesas de assentamentos é influenciada pelo meio externo ao que vivem, e qual a ação da dinâmica capitalista nesse contexto.

#### 3.1 Gênero e classe no campesinato

A mulher camponesa, não está alheia à forma como todas as mulheres viveram ao longo da história da humanidade. Discussões de gênero sempre foram um marco que em diferentes contextos de diferentes épocas foram alimentados por posições androcêntricas e patriarcais, fixando desigualdades. Dessa forma, entender a mulher na sociedade de classes é essencial para entender como se refletem as questões de classe na vida da mulher camponesa.

A imagem da mulher como ser submisso foi construída, ao longo dos tempos, por uma concepção masculina. O discurso masculino que pregava a inferioridade das mulheres acabou por fixar a invisibilidade feminina como se fosse uma verdade. Nesse sentido, a abordagem dos conceitos de Patriarcado e Androcentrismo são necessários ao entendimento das desigualdades sociais e de gênero. Os efeitos do sistema patriarcal e do androcentrismo são responsáveis pela formação de um contexto que promove as ‘invisibilidades’ vistas nos trabalhos das mulheres.

A História sempre foi uma profissão de homens que escreveram a história dos homens, apresentada como universal, na qual o “nós” é masculino e a história das mulheres desenvolve-se à sua margem. Estes homens descreveram as mulheres, foram seus porta-vozes, e com este procedimento as enclausuraram, tornando-as invisíveis. Esta maneira androcêntrica de identificar a humanidade com os homens e de fazer das mulheres seres menores, a meio passo dos homens e das crianças, é muito antiga – remontando à cultura grega. É uma história hierarquizada em que os dois sexos assumem valores diferentes e o masculino aparece sempre como superior ao feminino. Foram os homens os autores das grandes construções conceituais. Este universalismo que negou a diferença entre os sexos, ou melhor, que estabeleceu uma divisão simbólica dos sexos, mascarou o privilégio do modelo masculino sob a pretensa neutralidade sexual dos sujeitos (COLLING, 2015, p. 12).

Segundo Vázquez (2013), o patriarcado se refere a um sistema social ou de governo baseado na autoridade de homens de maior idade ou de homens que sejam pais. O patriarca, dessa forma, é a máxima autoridade familiar que exerce o domínio central da família. O autor considera que o patriarcado só existe dentro de um sistema androcêntrico, em que a autoridade é baseada no princípio do domínio do homem sobre a mulher. Nesse sistema, o homem, o masculino e a masculinidade são considerados como fonte única de saberes, autoridade e normas. Ele é reforçado por representações e estereótipos como sexismo, machismo, repressão, violência física e simbólica.

As relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, pois o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna o Estado. É uma ideologia que tornou natural a dominação-exploração, através do direito patriarcal sobre as mulheres (SAFFIOTI, 2004, p.56)

Segundo Colling (2015), as representações da mulher através do tempo determinaram a diferença entre os sexos; nessa separação, ao homem eram destinados os espaços de poder, os domínios públicos e políticos, enquanto à mulher cabia o espaço privado, o lar e seu coração. A autora lembra Olympe de Gouges, a escritora do primeiro manifesto público em favor dos direitos da mulher – Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã-, que foi guilhotinada por lutar, na Revolução Francesa, por seus ideais, que eram contra os valores patriarcais. Foi acusada de “querer ser um homem”, por escrever, ultrapassando as barreiras do privado e “trair a natureza de seu sexo”, por não se manter exclusivamente nas tarefas do lar, sendo esposa, cuidando da casa e da maternidade.

Assim, durante muito tempo, somente os diferenciais biológicos do binômio homem x mulher eram considerados; a partir deles se definiam os espaços de poder, público *versus* privado, em que cada sexo deveria permanecer. O sistema patriarcal garantia ao homem os espaços de poder público e restringia a participação da mulher aos espaços privados. Com base nos diferenciais biológicos, a mulher, através da maternidade, tornava-se a responsável pela geração de novos membros da família. Dessa forma, ela se mantinha cativa da maternidade, das responsabilidades e cuidados com os filhos, o que acabava por levá-la ao recolhimento no ambiente privado do lar. Tedeschi (2009, p. 49), nesse sentido, sugere um conceito de poder na história das mulheres: “As mulheres sempre foram representadas como portadoras de ‘poderes’ restritos ao campo da vida privada, cujo significado desses poderes esteve associado aos seus atributos”.

Os estudos de gênero no campesinato são uma ferramenta importante em busca do entendimento da realidade vivida pelas mulheres camponesas, seus trabalhos, sua participação na família, sua participação no âmbito público e privado e, também, para a compreensão da desigualdade das relações vividas no meio rural.

Alguns autores como Gallego (2000) descrevem sobre a invisibilidade e desvalorização dos trabalhos produtivos e reprodutivos femininos. Entendendo a amplitude territorial e a diversidade espacial, cultural, econômica e social que existe em nosso país é possível entender as diferentes relações sociais e de gênero encontradas. Muraro (1983), em sua pesquisa cujo objetivo era estudar as classes sociais a partir da sexualidade através dos diferenciais de gênero, realizada em diferentes locais do país com diferentes classes sociais, encontrou resultados que apontam para uma diversidade de compreensões e comportamentos de homens e mulheres influenciados pela região em que vivem e pelo segmento da sociedade em que se encontram. Nesse sentido, a linha de pensamento aqui trabalhada entende que a ‘invisibilidade da mulher’, como colocado, de forma geral, em alguns trabalhos, não é, e nem deve ser vista como regra

para todas as mulheres camponesas. Os resultados que serão apresentados no item 3.4 deste trabalho vão ao encontro de uma mulher camponesa que vem alcançando sua independência, participa das decisões familiares, que valoriza seu trabalho e é valorizada pelo marido.

Contudo, tendo em vista as diversas realidades constatadas na vida das mulheres camponesas e a importância do conhecimento sobre realidades encontradas em outras pesquisas sobre a invisibilidade femininas, submissão das mulheres, a influência do androcentrismo e do patriarcado, considera-se pertinente que se abordem essas temáticas que fizeram parte da história da vida das mulheres, ao longo dos anos.

Em Gallego (2000), o trabalho dos homens é visto como um trabalho de produção, reconhecido e remunerado pelo mercado; já os trabalhos concebidos como tarefas da mulher são considerados como trabalhos reprodutivos, não remunerados e não reconhecidos como importantes, trabalhos para grupo doméstico, para a família. A mulher pode participar nas tarefas do homem, desde que seja para o bem dele e desde que não interfira em sua tarefa.

A autora continua dizendo que o trabalho que as mulheres desenvolvem no seio da família, considerado como reprodutivo, é invisível, não tem valor no âmbito das trocas mercantis, não pode ser mensurado, não tem começo nem fim e, por isso, não é possível lhe atribuir valor, só é considerado necessário para o bom andamento da vida doméstica. É, portanto, inevitável para as mulheres. Negar-se a desenvolver tais tarefas acarreta altas penas no campo afetivo, em nível moral e social; não confere, à mulher, nenhum prestígio social, remuneração, identidade profissional ou autoestima.

É importante que aqui se ressaltem alguns pontos identificados na pesquisa realizada nos assentamentos de Corumbá e Ladário. As mulheres consideram o trabalho reprodutivo repetitivo e invisível, mas essa invisibilidade não é relacionada à falta de reconhecimento pelo tempo e trabalho dispensados em sua realização. A invisibilidade das tarefas reprodutivas é relativa à sua natureza repetitiva, tendo em vista que uma vez feita a tarefa ela logo deve ser realizada novamente, sem que alguém sequer tenha notado que ela já fora feita anteriormente. A visibilidade dessas tarefas dentro do âmbito familiar influencia na distribuição das tarefas produtivas realizadas no lote. A visibilidade ou invisibilidade das tarefas reprodutivas não devem ser analisadas somente comparando-as a produtos que podem ser vendidos e negociados, pois, apesar de não negociáveis, elas têm poder de influenciar a distribuição das tarefas produtivas e, conseqüentemente, afetam a produção de mercadoria.

Paulilo (1987) faz um relato de depoimentos de mulheres trabalhadoras rurais de diferentes locais do país, no qual demonstra a discriminação com relação ao trabalho dessas mulheres, que é desvalorizado, quando comparado ao trabalho dos homens, chefes de família;

na concepção dos patrões, eles realizam o trabalho pesado e, por isso, devem ter remuneração mais alta. A mulher, segundo esses mesmos empregadores, realiza um trabalho mais leve; ela e os filhos recebem, então, um valor menor, ainda que trabalhem o mesmo número de horas que o homem, pois o salário daqueles é somente uma complementação da renda familiar. Quem realmente deve sustentar a casa são os maridos, na visão desses empregadores.

A autora continua expondo que os trabalhos desenvolvidos por mulheres, no meio rural, são considerados “leves” não por sua natureza, não por serem agradáveis ou porque demandam menor tempo ou esforço. Esses trabalhos podem ser desgastantes, demorados e nocivos à saúde, porém, são considerados trabalhos leves porque podem ser desempenhados por mulheres e crianças. O que define a remuneração não é a natureza do trabalho em si, mas quem o realiza e qual seu papel na hierarquia familiar.

A mulher camponesa possui um modo de vida diferenciado das mulheres que vivem sob o modo de produção capitalista. Os trabalhos produtivo e reprodutivo das mulheres, no campesinato, são voltados para sustento e manutenção da família. Através do primeiro, produzem alimentos para consumo, vendem o excedente e têm como principal fonte de mão-de-obra a família. O trabalho reprodutivo é parte do cotidiano em suas vidas, são as tarefas domésticas, preparo de refeições e cuidado com os filhos, sendo elas as principais responsáveis por essas tarefas.

Já a mulher capitalista vive outro contexto. O trabalho produtivo por ela desenvolvido não necessariamente tem como único foco o sustento e manutenção da família, já que a finalidade principal é a geração de riquezas. O trabalho reprodutivo, apesar de existir como tarefas cotidianas em suas vidas, nem sempre é de sua responsabilidade. Preocupadas com o tempo que deve ser destinado às tarefas produtivas, é comum a contratação de serviços domésticos para o qual repassam a obrigação das tarefas reprodutivas.

Para entender as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na sociedade de classes é importante ter uma visão de como o passado influenciou a realidade atual. Saffioti (1976) retrata que na Inglaterra e França do século XVII as mulheres podiam participar do comércio atacadista e varejista, mas havia uma liberdade aparente, tendo em vista que essa liberdade se limitava apenas às suas atividades como negociantes. Em qualquer área, fosse referente ao trabalho ou à vida pessoal, elas eram consideradas menores e incapazes, dependentes da tutela de um homem, fosse o marido ou não. Sua “felicidade” estava vinculada ao casamento; através dele era possível adquirir estabilidade social e econômica. A obediência da mulher ao marido era uma regra imposta pela tradição. Dessa forma, na família patriarcal, a mulher, considerada

frágil, deveria ser submissa e colaborar no trabalho, em troca da proteção oferecida pelo homem, considerado o chefe da família (SAFFIOTI, 1976).

Assim, no surgimento do capitalismo a mulher encontra-se em desvantagem social, seja pelo fato de ter suas capacidades subavaliadas pela “supremacia masculina”, seja por ter sido colocada à margem do sistema produtivo (SAFFIOTI, 1976).

A submissão da mulher ao marido, ressaltada pelas desigualdades de gênero e de poder, é uma realidade encontrada em muitas pesquisas cujo lócus é o meio rural: Melo (2001); Paulilo (2004; 2013); Salvaro *et al* (2013); Tedeschi (2013); Martins e Almeida (2014). Segundo Tedeschi (2013), desde o início da colonização do Brasil o sistema patriarcal foi instrumento de controle social sobre a família, exercido pelo Estado e pela Igreja. No meio rural o estereótipo feminino, marcado pela submissão e dominação masculina, foi consequência da cultura familiar europeia trazida pelos imigrantes.

A unidade de produção familiar camponesa tende a manter o homem como chefe da família, o responsável pelo sustento, pelas tarefas produtivas, e para mulher são designadas as tarefas reprodutivas, casa-quintal (MARTINS e ALMEIDA, 2014). Quando a mulher camponesa participa das tarefas produtivas, a estas se somam as tarefas reprodutivas já desenvolvidas. Quando assume outras tarefas, estas também são somadas àquelas já realizadas, formando a dupla ou tripla jornada (MARTINS e ALMEIDA, 2014). Assim, realizam os trabalhos domésticos, trabalham na roça a fim de contribuir para o orçamento familiar e, quando ingressam na militância, cumprem uma terceira jornada de trabalho (MELO, 2001, p. 1)

Para Saffioti (1976), a “situação da mulher na sociedade capitalista é encontrável através da análise das relações entre o fator natural sexo e as determinações essenciais do modo de capitalista de produção” (SAFFIOTI, 1976, p.367). A discriminação da mulher no sistema capitalista de produção é decorrente do fato de não haver possibilidade de o sistema absorver toda a mão-de-obra disponível na sociedade de classes. Dessa forma, lança para a mulher as funções reprodutoras e socializadoras.

A responsabilidade das mulheres camponesas pelas funções reprodutoras e socializadoras, tema abordado por Paulilo (2013) e Tedeschi (2013), é reflexo das diferenças biológicas entre homens e mulheres, que garantem unicamente à mulher o período gestacional da reprodução. Melo (2001, p. 1) observa que “[...] a maternidade e a obrigação de cuidados com os filhos é atribuída somente à mulher; isso não é natural e nem explica as diferenças biológicas”. A autora se refere ao período pós-nascimento dos filhos de mulheres de assentamentos rurais; segundo ela, não há justificativa para que a mulher seja considerada como

única responsável pela criação dos filhos, tendo em vista que o homem deveria compartilhar dessa obrigação.

Nesse sentido, Saffioti (2013) observa que existem problemas de ordem natural e de ordem social, vinculados às mulheres na sociedade de classes. Os de ordem natural são os relativos à maternidade, mais propriamente ao período de gestação, parto e amamentação, que é marcado por uma condição biológica que acarreta, para a mulher camponesa, um excedente de trabalho, uma vez que essas mulheres dificilmente deixam as outras tarefas, produtivas ou reprodutivas, somente para cuidar dos filhos.

Já para a mulher assalariada, segundo Saffioti (2013), essa condição biológica permite que se afaste do trabalho, por meio da licença maternidade, que minimiza esse efeito da natureza na atividade produtiva dessa mulher (SAFFIOTI, 2013). No caso da mulher camponesa, o acesso a esse benefício não significa que ela deixará de realizar suas atividades rotineiras por todo esse período. Os trabalhos produtivos e reprodutivos que fazem parte de sua rotina poderão ser reduzidos, logo após o nascimento, mas não durante todo o período coberto pela licença. Isso se deve ao fato de que a licença para a camponesa é um auxílio monetário, não representa mão-de-obra que a substitua em suas tarefas.

Os problemas de ordem social são advindos das faltas das mulheres no trabalho causadas por doenças, doenças dos filhos e também dos maridos (SAFFIOTI, 2013). Para as mulheres camponesas, a doença de filhos e maridos, quando acarreta impossibilidade de desenvolverem os trabalhos produtivos, acaba por sobrecarregá-las, pois muitas vezes elas não têm opção senão realizar as tarefas que seriam de responsabilidade deles e que não podem ser deixadas para depois, como o trato de animais.

O capitalismo pode permitir mudanças, alguma integração da mulher ao mercado de trabalho, mas não permite uma integração social plena da mulher. O modo de produção capitalista reforça as diferenças de classe, raça e gênero. E ainda se utiliza das características naturais sexo e raça, que atuam convenientemente para manter a estrutura de classes através de um processo competitivo. Nesse sentido, não será a emancipação financeira feminina atrelada a seu desenvolvimento econômico a responsável por ultrapassar a desigualdade de sexo (GONÇALVES, 2013; SAFFIOTI, 2013).

Segundo Gonçalves (2013), as previsões feitas por Saffioti, em 1969, quando do lançamento de seu livro *A Mulher na Sociedade de Classes*, continuam atuais. O capitalismo se expandiu e se renovou, sem que houvesse um avanço qualitativo para emancipação feminina. Em termos gerais, a mulher continua aprisionada pela degradação de suas condições de trabalho

e pelo encarceramento causado pela ausência de definição de papéis entre homens e mulheres no ambiente familiar.

A inserção da mulher no sistema capitalista acontece desde que seja interessante, ou melhor, vantajoso de alguma forma para esse modo de produção. As questões biológicas que definem o sexo garantiram, para a mulher, direitos especiais, como a licença maternidade, mas são as mesmas questões que cerceiam sua contratação pelos inconvenientes trazidos ao sistema por essa condição. Inserir a mulher no mercado de trabalho não é o mesmo que tratá-la com igualdade. Nesse sentido, Saffioti (2013) adverte que raça e sexo operam “como marcas sociais que permitem hierarquizar segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada” (SAFFIOTI, 2013, p.60). O modo de produção capitalista não introduz a mulher no mercado de trabalho, mas alija a força de trabalho feminina (SAFFIOTI, 2013; GONÇALVES, 2013).

Já no campesinato, o trabalho da mulher como de colaboração ou de ajuda ao trabalho do homem é encontrado em várias pesquisas realizadas no meio rural, como as de Paulilo (2013) e Martin e Almeida (2014), em que se trata de trabalho que não gera renda monetária e, portanto, não tem valor dentro do contexto familiar e fora dele. Martins e Almeida (2014) relatam que mesmo quando a mulher, através da venda de mercadorias por ela produzidas, conseguem colocar dinheiro em casa, esse trabalho custa a ser reconhecido em decorrência da construção social que veiculou ser o papel da mulher o de “rainha do lar” (MARTINS e ALMEIDA, 2014, p. 169).

Segundo Tedeschi (2009), o estudo das questões de gênero contribui para tirar as mulheres da invisibilidade em que viviam no passado e traz novas questões e reflexões acerca do assunto. Para esse mesmo autor, há necessidade de estudos que promovam a visibilidade do trabalho das mulheres, não por considerá-lo invisível, mas porque a visibilidade ou invisibilidade é decorrente de uma percepção de quem avalia a situação. Nesse sentido, são necessários novos olhares, novas avaliações. Os trabalhos das mulheres tornam-se visíveis ou invisíveis dependendo de dois fatores: quem avalia e o foco ou finalidade da avaliação. No estudo aqui apresentado, o intuito é avaliar a percepção das próprias mulheres para os trabalhos que elas desenvolvem, reprodutivos ou produtivos, com a finalidade de verificar como essa avaliação afeta o poder de decisão delas.

É importante salientar que os resultados da pesquisa que foi realizada para o desenvolvimento desta tese, apresentados no item 3.4, não caminham na direção da invisibilidade dos trabalhos da mulher camponesa, tampouco para a dominação do homem sobre seus atos. O trabalho aponta para uma mudança no comportamento das relações de gênero

nas famílias camponesas estudadas, assim como demonstra o empoderamento<sup>7</sup> das mulheres através da redução das desigualdades de gênero.

Com relação às desigualdades de gênero, Colling (2014) expõe que elas são de interesse do sistema capitalista, pois através das diferenças entre homens e mulheres é que se controla o que é mais proveitoso para manutenção do sistema. Dessa forma, os problemas da mulher não podem ser considerados fora dos problemas da sociedade. Por sua vez, não devem ser considerados somente ‘problemas de mulher’, pois os homens devem ser chamados a participar dessa discussão, uma vez que, na relação de gênero, tudo que afeta a mulher afeta, mesmo que indiretamente, o homem, e vice-versa. “[...] a história das mulheres não diz respeito somente à metade da humanidade, mas à totalidade desta” (COLLING, 2014, p.15)

Nesse sentido, compartilham-se as ideias de Scott (1995), que entende o gênero como uma construção social, em que homens e mulheres definem o espaço baseado nas experiências e vivências. “O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre dois sexos e um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 14). A autora descarta as explicações de gênero que levam em consideração o determinismo biológico, pois a diferença entre homens e mulheres é social, e não biologicamente, construída. Gênero é uma construção social em que homens e mulheres definem o espaço baseado nas experiências e vivências.

Considera-se a ideia de Foucault (2003), de que as relações de poder existentes nessa construção estão suscetíveis a constantes mudanças na relação existente entre os domínios estabelecidos entre as partes.

As relações de poder existem entre um homem e uma mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe, entre pais e as crianças, na família. Na sociedade, há milhares e milhares de relações de poder, por conseguinte, relações de forças de pequenos enfrentamentos, micro lutas, de algum modo....as relações de poder são relações de força, enfrentamentos, portanto, sempre reversíveis. Não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável....as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência (FOUCAULT, 2003, p. 232-233).

---

<sup>7</sup> A palavra empoderamento utilizada neste trabalho não significa que o empoderar mulheres implica na submissão dos homens, também não indica transferência de poder. O empoderamento delas indica compartilhamento de poder.

Para Saffioti (1992), o conceito de poder formulado por Foucault permite analisar os espaços de poder da mulher em nível macro e micro, principalmente em micro, no qual mais se destacam esses espaços de poder:

[...] as relações sociais de sexo ou as relações de gênero travam-se também no terreno do poder, onde tem lugar a exploração dos subordinados e a dominação dos explorados, dominação e exploração sendo faces de um mesmo fenômeno (SAFFIOTI, 1992, p. 185).

De encontro a essa teoria vêm as relações vividas pelas mulheres nos assentamentos estudados. O alto nível de participação das mulheres na tomada de decisão, a percepção e o reconhecimento do trabalho delas, relatados na fala de alguns homens, remetem a reflexos decorrentes das situações vividas historicamente por algumas famílias, principalmente as do PA Taquaral, que, conforme relatado anteriormente (item 1.4 deste trabalho). Devido às grandes dificuldades passadas por falta de condições mínimas de sobrevivência nos lotes, as mulheres dispuseram-se a trabalhar de domésticas na cidade, enquanto os homens cuidavam da casa e dos filhos.

As relações de gênero vivenciadas entre casais, construídas através de uma história de dificuldades em que as mulheres tiveram que assumir, em determinados momentos da vida, o sustento da casa, são histórias de vida travadas em períodos nos quais os papéis sociais tradicionalmente tidos como de homens ou de mulheres foram se transformando. Dessa forma, aconteceram alterações relacionadas ao poder, na relação de gênero vigente, que culminaram em alta participação da mulher nos níveis decisórios, levando à valorização de seus trabalhos, por parte dos maridos e também delas mesmas. A cedência do poder de um dos lados da relação oferece a chance de aumentar o poder do outro lado. Ou seja, o homem, quando passou a cuidar da casa e dos filhos enquanto a mulher era responsável pelo sustento da família trabalhando fora, gerou, na relação de gênero, uma mudança nas forças de poder, dando condições para que a mulher assumisse espaços no processo decisório antes não pensados, ou pensados, mas que estariam fora de alcance dentro dos padrões de relação anteriores.

Para entender a mulher camponesa, suas relações com o trabalho e os impactos desse trabalho, é necessário que se analisem as relações de gênero existentes na família camponesa. Essas relações entre homens e mulheres definirão a realização do trabalho reprodutivo no espaço familiar e as relações produtivas no lote. Os reflexos delas atingem diretamente as mulheres, na definição das tarefas desenvolvidas, nas relações de poder travadas no espaço familiar e nas relações sociais.

Assim, também como Saffioti (1992), este trabalho não considera a família como fonte de opressão ou exploração da mulher. Deve-se atentar para a presença de diferenças/semelhanças de gênero nas relações de produção, bem como para as diferenças/semelhanças de classe nas relações de gênero. As relações de gênero trazem concepções pré-concebidas de homens e mulheres. Por isso é comum verificar que o machismo não é encontrado somente em homens; mulheres também podem assumir esse tipo de comportamento, que foi percebido durante as entrevistas realizadas nos assentamentos. Evidenciou-se, por exemplo, que não é raro que as mulheres falem de outras mulheres do assentamento, em uma referência machista. Quando se questionou sobre quais cursos deveriam ser implementados para as mulheres no assentamento, uma das participantes respondeu: “*Corte e costura, né, para sair da casa dos outros. Corte, costura, bordado para preencher o vazio delas...só cuidar da vida dos outros é feio.*” (ELISETE, PA 72).

Essa fala remete a concepções machistas, no sentido de que a mulher, ao invés de ficar na casa dos vizinhos, deveria ficar na sua casa, costurando e bordando, que são tarefas conceitualmente vinculadas ao universo feminino. Essa fala partiu de uma mulher independente, que trabalha em seu lote sozinha. Portanto, pensamentos e comportamentos machistas não fazem parte somente do universo masculino, já que são identificados, também, entre as mulheres, não apenas entre aquelas que são submissas, dependentes de seus maridos, mas em mulheres independentes.

É necessário que haja conhecimento dos direitos e responsabilidades de cada ser envolvido na relação de gênero, não como um aspecto complementar que leve a uma concepção de macho e fêmea que se complementam para procriação, mas como forma de superar as contradições das concepções de gênero. Entender as diferenças entre homens e mulheres não é aceitar as desigualdades existentes entre gêneros na sociedade; é, sim, uma forma de minimizá-las. Nesse sentido, Saffioti (1992) explicita: “quando não se concebe o gênero como relação social que é, mas como oposições decorrentes de traços inerentes aos distintos seres, não se é capaz de perceber os diferentes poderes detidos-sofridos por homens e mulheres” (SAFFIOTI, 1992, p.192).

Ao se analisarem as relações de poder entre mulheres e homens no meio rural, pôde-se observar que não são provenientes de uma única fonte, nem de uma única manifestação; ao contrário, têm uma extensa gama de formas e naturezas. Quando as mulheres rurais são capazes de se apoderar dos mecanismos que regulam uma dessas manifestações através do seu movimento social, coloca-o a seu serviço (TEDESCHI, 2009).

O movimento das mulheres trabalhadoras sem-terra têm suscitado discussão sobre a realidade dessas mulheres do campo em suas lutas, sejam de classe ou de gênero. Essas duas frentes, classe e gênero, entrelaçam-se perante as demandas existentes por reconhecimento de direitos trabalhistas, direito das mulheres, direitos que preservem condições dignas de vida, inclusão social, econômica e política. Na luta de classe, as mulheres procuram seus direitos enquanto classe trabalhadora rural, unidas por um movimento maior, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST); na luta de gênero, elas buscam direitos, enquanto mulheres, mães, esposas.

### 3.2 Gênero e Movimentos Sociais

Esse tópico discute a importância da participação das mulheres nos movimentos sociais a partir das lutas de gênero desenvolvidas nesses movimentos, especialmente no Movimento das Mulheres Camponesas (MMC).

O MMC surgiu a partir do Movimento das Mulheres Trabalhadoras (MMTR). Criado em 1989, o MMTR foi o primeiro movimento de mulheres agricultoras e camponesas do país, e se transformou em dois outros, o Movimento das Mulheres Camponesas do Brasil (MMC-Brasil), como parte da Via Campesina<sup>8</sup>, e o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE).

Foi na década de 1980 que se deu o crescimento, em muitos estados, do movimento autônomo de mulheres rurais, o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural (MMTR). Em 1985, no Quarto Congresso da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), as questões das mulheres rurais foram tratadas com seriedade, primeiramente no fórum nacional do movimento dos trabalhadores (DEERE, 2004). O gatilho veio da primeira reunião oficial do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) do Sertão Central, em Pernambuco. Em 1986 foi preparado um documento pelo grupo conhecido como MARGARIDAS (em homenagem a Margarida Alves<sup>9</sup>, líder nordestina assassinada), o qual propunha que o título de

---

<sup>8</sup> Via Campesina é uma organização internacional cujo objetivo é mobilização social de camponeses a nível internacional. Seus focos de luta são: soberania alimentar, agroecologia e sementes de camponeses; terra, água e território; direito dos camponeses; justiça ambiental; solidariedade internacional; dignidade para migrantes e trabalhadores remunerados. O movimento está presente na América Central, Caribe, América do Sul, América do Norte, África do Sul e do Leste, África Ocidental e Central, Sul da Ásia, Leste Asiático e Europa.

<sup>9</sup> Margarida Alves foi a primeira mulher a presidir o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba. Foi assassinada em 12 de agosto de 1983, na porta de casa, em frente ao marido e o filho pequeno. Tornou-se conhecida por sua luta para reconhecimento de direitos dos trabalhadores do campo e por denunciar os abusos cometidos por fazendeiros da região. Sua história e luta inspiraram a criação da Marcha das Margaridas, em 2000.

propriedades fosse emitido em nome do casal, e que os direitos à propriedade e à reforma agrária da mulher chefe de família fossem reconhecidos, independentemente do estado civil dessa mulher.

A Constituição de 1988 incluiu a mulher na reforma agrária, além de estabelecer direitos para homens e mulheres rurais em relação à legislação do trabalho e aos benefícios de previdência social, tais como: seguro desemprego e por invalidez, 120 dias de licença-maternidade remunerada para as mulheres, a idade de aposentadoria para mulheres rurais estipulada em 55 anos e para os homens rurais em 60 anos, ou após 30 anos de serviço para mulheres e 35 para homens. As questões de obtenção de benefícios específicos para mulheres na previdência social e no direito à obtenção à terra foram os fatores que uniram todas as mulheres, independentemente da classe, na luta de gênero. A CONTAG, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e os MMTRs foram os maiores participantes na luta pelo reconhecimento da profissão das mulheres rurais. Mas foi o MST o principal movimento, durante todo esse período, que ditou o ritmo e a essência da reforma agrária, “e o que teve o discurso mais silencioso sobre gênero [...], o qual, especialmente, considerava classe e gênero questões incompatíveis” (DEERE, 2004, p.195).

Deere (2004, p.176) apresenta duas razões pelas quais pode se dar o reconhecimento dos direitos da mulher à terra:

[...] o reconhecimento da importância dos direitos das mulheres à terra geralmente acontece por duas razões, pelos argumentos produtivistas e de empoderamento. A abertura do MST às questões de gênero, no final da década de 1990, está relacionada com a crescente aceitação do argumento produtivista, ou seja, que o não reconhecimento dos direitos da mulher à terra é prejudicial ao desenvolvimento e à consolidação dos assentamentos e, portanto, ao movimento. Agora se reconhece que a distribuição e a titulação conjuntas da terra para casais são uma pré-condição para a participação das mulheres nas assembleias dos assentamentos, nas associações e cooperativas, e que sua participação leva a melhores resultados tanto para a comunidade como para as mulheres. Há também uma consciência crescente de que os direitos à terra fortaleceram a posição de barganha das mulheres e, portanto, sua habilidade em defender e perseguir seus próprios interesses de gênero práticos e estratégicos. Dado o compromisso do MST com a igualdade social e de gênero, há uma aceitação crescente do argumento do empoderamento: ou seja, que as relações de gênero devem mudar, o que por sua vez requer um crescimento no poder de barganha das mulheres dentro da família e da comunidade como medidas interativas e complementares.

Discussões e publicações específicas que tratavam de gênero foram implantadas no MST, a partir da década de 1990. A construção de um novo sujeito social tem sido destacada nas falas e publicações do MST. Nessa construção, são constantes as questões que envolvem as

mulheres, mesmo sem a direta discussão de gênero. A desigualdade entre os gêneros ou as preocupações em torno das mulheres não são o foco da luta do MST. A igualdade, a desigualdade, o homem e a mulher são concepções com categorizações binárias que muito mais fixam do que eliminam as hierarquias, principalmente quando se fala de gênero (SILVA, 2004).

As questões de gênero eram praticamente nulas, na visão do MST, quando de sua formação, a exemplo do que dizia o artigo 45 do documento básico de 1993: “considerar as questões específicas das mulheres e sua participação como parte integrante das reivindicações e da organização, tratando como classe e não enquanto gênero” (MST, 1993); já no artigo 152, esse documento preconizava: “sobre a produção – temos que garantir a participação das mulheres e todos os níveis da cooperação agrícola e sobretudo estimular sua participação no trabalho produtivo, como também combater as desigualdades e o tradicionalismo que existe no meio camponês” (MST, 1993). As preocupações, aqui, são explícitas, no sentido da luta da mulher pela classe; mesmo quando se fala em estímulo à participação produtiva, ao combate de desigualdades, a conotação é de defesa da classe trabalhadora e não dos problemas específicos relacionados a gênero.

Segundo documento criado pelo MST após o Encontro Nacional de Mulheres Militantes do MST, realizado em maio de 1996, para as mulheres, nos acampamentos e assentamentos, reproduzem-se os mesmos problemas que existem fora desses contextos – discriminação e falta de condições para participar. No MST, lutam, mas não têm representatividade. Há diferenças entre a teoria pregada pelo movimento com relação à sua participação e a prática aplicada, em que a participação de mulheres é tida como secundária. Como causa desses problemas, as mulheres apontam três focos: a sociedade, pelo preconceito pré-existente contra o homem e a mulher do campo, decorrente do atraso das relações sociais no campo; o MST, onde a maioria dos participantes acha que o problema não existe, não há interesse na criação de mecanismos de incentivo de participação das mulheres dentro do movimento, falta preparo na formação dos membros do Movimento; e o último foco, as próprias mulheres, que têm medo de enfrentar o problema.

Segundo Deere (2004), a formação dos MMTRs estaduais se deu por mulheres membros dos sindicatos filiados à CONTAG ou à CUT, pela necessidade de criar um espaço próprio que tratasse dos interesses delas, tais como lidar com questões específicas de gênero. Mesmo que algumas dessas mulheres chegassem a posições de liderança dentro dos sindicatos rurais e em outros movimentos, como o MST, elas frequentemente se frustravam quando suas pautas de reivindicações específicas de questões de gênero eram tidas como irrelevantes ou deixadas em

segundo plano, trocadas por reivindicações de classe e econômicas que motivavam essas organizações.

A criação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), em 2003, foi resultado da união de diversos Movimentos autônomos de mulheres, existentes à época. Segundo dados disponíveis no site do MMC, o intuito da união dos diversos MMTRs foi o fortalecimento da luta das mulheres, através da unificação, para potencializar um movimento autônomo de caráter nacional. Nesse sentido, a utilização do termo “camponesas” na denominação do movimento é uma mudança não somente conceitual, mas também política para criação de uma identidade comum para as mulheres camponesas, ampliando o espaço de discussão de questões específicas de gênero e da participação dessas mulheres. (SALVARO e WOLF, 2013). Remete, assim, ao fortalecimento da luta dos trabalhadores e trabalhadoras sob uma ótica feminista e camponesa (MMC-Brasil, 2005).

As demandas por igualdade nas lutas de gênero refletem-se em uma busca por identidade política, e são decorrentes da falta de acesso das mulheres a direitos socioeconômicos e do não reconhecimento das mesmas como camponesas. Já a luta por direitos sociais por meio de determinada identidade permite a produção de um novo sujeito político (SALVARO e WOLF, 2013). Nesse sentido, a criação do Movimento de Mulheres Camponesas traz uma nova identidade política, a de “mulher camponesa”, que faz surgir um novo sujeito político através da participação dessas mulheres no movimento. São “outras formas de existência”, que permitem a fuga de determinações historicamente impostas a elas, como: do lar, esposa de agricultor e dona de casa (SALVARO e WOLF, 2013, p. 87). Esse marcador identitário “mulher camponesa” permite unir lutas de classe e gênero através de uma identidade política comum (SALVARO e WOLF, 2013).

A diferença nos focos de luta abordados pelo MST e pelo MMC podem ser analisados sob o pensamento de Fernandes (2001; 2005), que coloca a necessidade de se realizar uma leitura geográfica dos movimentos sociais, analisando não só os processos por eles desenvolvidos, mas também os espaços que constroem e os territórios que dominam. “Os movimentos sociais constroem estruturas, desenvolvem processos, organizam e dominam territórios das mais diversas formas” (FERNANDES, 2001, p. 50).

Fernandes (2005) propõe um entendimento geográfico dos movimentos sociais a partir dos conceitos de movimento socioterritorial e movimento socioespacial. O autor considera movimentos socioespaciais os que envolvem as distintas concepções do espaço geográfico como social, político, geográfico etc. e movimentos socioterritoriais aqueles que possuem como trunfo o território, como exemplo, o MST.

Os movimentos sociais como MST lutam pela territorialização<sup>10</sup>, pela conquista da terra, que acontece pela ocupação da terra. “A ocupação se desenvolve nos processos de espacialização e na territorialização”, como um “processo socioespacial e político complexo, que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do campesinato para sua recriação e criação” (FERNANDES, 2001, p.52). Nos movimentos socioterritoriais, quando a ocupação atinge seu fim - que é a conquista da terra -, os processos de espacialização e territorialização podem diminuir ou cessar. Na territorialização, o movimento diminui ou cessa quando não há mais terras a serem conquistadas na região da ocupação e a “espacialização da luta por meio da ocupação da terra é sempre um devir” (FERNANDES, 2001, p.73), pois sempre haverá mudanças e conquistas a serem realizadas.

Nesse contexto, as mulheres camponesas lutam por território e por espaço. Em um movimento socioterritorial como o MST elas lutam por território, por terra de trabalho; é uma luta de classe. Nos movimentos de mulheres como o MMC lutam por espaço, é um movimento socioespacial, por “dimensões, recursos ou estruturas do espaço geográfico” (FERNANDES, 2001, p.52), através do qual efetivam-se lutas de gênero.

Os movimentos através da ação política constroem os espaços, especializam-se e produzem espacialidades<sup>11</sup>. As marchas e caminhadas são formas de espacialização produtoras de espacialidades (FERNANDES, 2005). As mulheres, através dos movimentos como MMC, lutam por dimensões, recursos, estruturas, criação de espaços através de ações políticas que valorizem as questões de gênero. O MMC coloca como centro da frente de luta a contrariedade ao modelo capitalista e patriarcal. Seu foco é a igualdade de direitos, defendendo o Projeto de Agricultura Camponesa Ecológica como principal bandeira do movimento:

A luta central do MMC é contra o modelo capitalista e patriarcal e pela construção de uma nova sociedade com igualdade de direitos. Nesse sentido, assumimos como principal bandeira de luta o Projeto de Agricultura Camponesa Ecológica, com uma prática feminista, fundamentado na defesa da vida, na mudança das relações humanas e sociais e na conquista de direitos. (MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, 2017).

O MMC (2017) coloca as seguintes demandas como foco de luta:

---

<sup>10</sup> A territorialização representa ações concretas de expansão e ou a criação de territórios (FERNANDES, 2005, p.25). A espacialização é movimento concreto das ações e sua reprodução no espaço geográfico e no território. Dois exemplos de espacialização são: o comércio, com a circulação de mercadorias ou as marchas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) (FERNANDES, 2005, p.29).

<sup>11</sup> A espacialidade é o movimento contínuo de uma ação na realidade ou o multidimensionamento de uma ação. A espacialidade carrega o significado da ação. Na espacialidade a ação não se concretiza como é o caso da espacialização. A espacialidade é subjetiva e a espacialização é objetiva. Dois exemplos de espacialidade são as propagandas e as lembranças da memória (FERNANDES, 2005, p.29).

- Reforma Agrária com o acesso à terra e produção de alimentos; educação do campo com o princípio da construção da consciência emancipatória, valorizando e incentivando o saber popular.
- Previdência Pública Universal e Solidária com a garantia da condição de seguradas especiais e dos direitos adquiridos (salário maternidade, aposentadoria, auxílio doença, acidente de trabalho, auxílio reclusão), bem como, sua ampliação.
- Saúde pública, integral com qualidade para as mulheres e as famílias do campo com efetiva participação popular.
- Subsídio público para investimento na agricultura camponesa, garantido o acesso às mulheres, com autonomia na administração desse recurso e seguro agrícola que garanta reposição nas perdas dos produtos atingidos.
- Documentação, a fim de facilitar o acesso de documentos pessoais e profissionais a camponesas e camponeses.
- Garantia de moradia digna, saneamento, luz e estradas para facilitar as condições de vida no campo, bem como lazer, com direito ao acesso de atividades culturais nas comunidades rurais (cinema, teatro esportes...).
- Investimento público na pesquisa, ciência e tecnologias a serviço da vida, adequadas às necessidades da agricultura camponesa agroecológica e que facilitem o trabalho humano.
- Garantia de políticas públicas de combate à violência e proteção de mulheres e crianças.
- Política de comercialização e aquisição direta de alimentos e produtos da agricultura camponesa, para os trabalhadores da cidade e entidades públicas (escolas, creches, hospitais...) (MMC, 2007).

É importante que o MMC se mantenha como um espaço político para a construção da mulher camponesa enquanto sujeito político. A participação delas deve ser voltada especialmente para as questões específicas de gênero, no sentido de gerar um contexto de lutas para mulheres, um espaço para participar, discutir, implementar ideias a partir da força da demanda de questões de gênero que apoie as lutas de classe.

Cada palavra da designação ‘mulheres trabalhadoras rurais camponesas’ traz um componente de luta, mas para a luta no MMC a força deve prevalecer a partir da mulher. É partindo das questões de gênero em direção à luta de classe que acontecerá o fortalecimento da mulher como sujeito político.

O direcionamento para pauta de discussões voltadas para questões de classe e questões econômicas, nos movimentos sociais, acaba por causar um desvio no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para mulheres camponesas. Dessa forma, na criação dessas políticas, a preocupação com questões de gênero acabam por ser abrangidas de forma secundária e sombreadas pela força das questões econômicas e de classe.

### **3.3 Políticas Públicas para Mulheres Camponesas**

A construção de políticas públicas para as mulheres camponesas deve levar em consideração as relações de gênero vividas. É necessário o desenvolvimento de ações que atendam às necessidades específicas e diferenciadas das mulheres, ponderando as especificidades e a realidade local do território na qual a política será implementada.

O termo ‘política’ aqui tratado refere-se à dimensão mais concreta de política, o que tem relação com orientações para decisão e ação. Segundo Secchi (2013), ‘política pública’ (*public policy*) trata “do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões” (SECCHI, 2013, p.1). Nesse sentido é que as políticas de reforma agrária e políticas para mulheres camponesas, aqui apresentadas, encaixam-se nas discussões de políticas públicas.

Segundo Secchi (2013), existem dois tipos de abordagens quanto ao protagonismo para estabelecimento de políticas públicas - a estatista e a multicêntrica. Para a abordagem estatista, a política pública tem origem somente no ator estatal. Nesse caso, atores não estatais podem elaborar ou implantar, mas não podem decidir ou liderar qualquer processo de política pública. A abordagem multicêntrica considera que também podem ser protagonistas de elaboração de políticas públicas, além dos atores estatais, organizações privadas, organizações não governamentais. Para essa abordagem, o que define esse tipo de política é a questão de ser considerado público.

Várias políticas públicas têm sido desenvolvidas, nos últimos anos, com o intuito de reduzir a desigualdade social. As que são voltadas para camponeses são ainda insuficientes, diante da grande demanda e do grande diferencial das desigualdades existentes em todo território nacional. Políticas públicas formuladas para camponeses são necessárias para a manutenção das famílias no campo e para a melhora das condições de vida no meio rural. Já as políticas públicas para mulheres camponesas devem abarcar o contexto de gênero, colocando essas mulheres como beneficiárias diretas dos resultados gerados por essas políticas.

Para Menegat (2016), políticas públicas para mulheres de assentamento devem ser iniciativas específicas para causas específicas. Deve-se levar em consideração as condições de produção dos assentamentos. “É preciso encaminhar políticas de empoderamento das mulheres promovendo situações de visibilidade como gestoras de empreendimento” (MENEGAT, 2016, p.43)

Para o desenvolvimento desse tipo de políticas públicas, faz-se necessário que se considerem as especificidades determinadas pela condição de gênero e pela condição de campesinato. É preciso conhecer os sujeitos alvo dessas iniciativas.

Para melhorar a vida das famílias estudadas e de tantas outras famílias camponesas assentadas é primordial que as políticas públicas a serem desenvolvidas para camponeses e para mulheres camponesas tenham conhecimento do modo de vida camponês. Nesse sentido, Oliveira (2001) coloca que a família camponesa trabalha para a manutenção das necessidades de subsistência da família. Quando ela não consegue cumprir todos os trabalhos dentro da unidade, no campo, poderá estabelecer outras relações, como o trabalho assalariado, a ajuda mútua e a parceria. Essas relações não descaracterizam a unidade camponesa, tendo em vista serem formas de a família camponesa conseguir realizar todos os trabalhos no lote ou de manter as necessidades da família; “essa complexidade de relações estabelecidas é primeiro e fundamentalmente articulada a partir da família, a partir da hegemonia que o trabalho familiar exerce nessa unidade de produção e consumo” (OLIVEIRA, 2001, p. 56).

Ainda segundo o autor, a família camponesa a terra é instrumento de trabalho pertencente ao próprio trabalhador, é a fonte de subsistência da família, e não de exploração de trabalho alheio, como é o caso da propriedade capitalista. Além da propriedade da terra, a propriedade dos meios de produção também se configura como um elemento da produção camponesa. Para acesso aos meios de produção, chamados de mercadorias pelo fato de terem que ser adquiridos, os camponeses devem dispor de parte da renda camponesa que vai para o setor industrial ou bancário em troca dessas mercadorias. Assim, o camponês pode utilizar empréstimos tanto para adqui-las, como para conseguir produtos de necessidade básica (OLIVEIRA, 2001).

Essas características do contexto camponês sugerem que o dinheiro recebido pela venda das mercadorias produzidas é utilizado para aquisição de outras mercadorias não produzidas pela família camponesa, diferente do ciclo de reprodução capitalista, cuja expectativa é de que haja um retorno do dinheiro. A produção camponesa é voltada, primeiramente, para a manutenção da família; somente o excedente é vendido, diferentemente do mercado capitalista, que tem como prioridade a produção para venda.

Woortmann (1990, p.12) explicita seu posicionamento com relação ao camponês desta forma:

[...] não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorizações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria.

A família é a prioridade, no campesinato, e também a base da unidade produtiva. A mulher, nesse sentido, desenvolve os trabalhos produtivos e reprodutivos, sempre tendo como prioridade o bem-estar da família. Os resultados da pesquisa realizada ratificam essa postura dela nos assentamentos estudados. Ainda segundo esses dados, que são apresentados no item 3.4 deste trabalho, a grande maioria das mulheres gostaria que houvesse políticas públicas de incentivo a projetos ligados à culinária, como fazer doces e queijos, ou, ainda, relativos ao artesanato, corte e costura. Trata-se de tarefas reprodutivas que seriam desenvolvidas pelas mulheres em suas casas, em seus lotes. O incentivo a essas tarefas, especificamente nesses assentamentos, não reforça a desigualdade de gênero; elas são pensadas como uma forma de melhorar a renda familiar. Esse dado reforça a teoria apresentada da importância da família dentro da unidade camponesa.

Políticas públicas voltadas para mulheres camponesas deveriam dar enfoque, ao mesmo tempo, às concepções de gênero e às características do campesinato, pois os benefícios advindos dessas políticas devem dar destaque ao sujeito mulher, ao mesmo tempo em que o faz em relação ao sujeito camponês. Nos assentamentos estudados, a mulher camponesa tem seus objetivos voltados para atender primeiramente à família. Dessa forma, as iniciativas de políticas públicas voltadas unicamente para a introdução da mulher no mercado capitalista e seu consequente empoderamento através de independência financeira feminina não terão o efeito desejado.

No intuito de verificar quais as políticas públicas que existem para as mulheres camponesas de assentamentos rurais, analisou-se o documento intitulado Políticas Públicas para Mulheres Rurais no Brasil (DPMR), elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) através da Diretoria de Políticas Públicas para as Mulheres, em março de 2016, que reúne o conjunto de políticas públicas voltadas para mulheres rurais. As abordagens são as seguintes: mulheres da agricultura familiar, assentadas da reforma agrária, assentadas do crédito fundiário, mulheres extrativistas, mulheres das águas, pescadoras artesanais, indígenas, mulheres quilombolas, quebradeiras de coco, geraizeiras, mulheres faxinalenses, mulheres caiçaras, pantaneiras, mulheres pertencentes às populações de fundo e fecho de pasto, mulheres catadoras de mangaba, ciganas, pomeranas e retireiras do Araguaia. Acompanhe-se este registro no Quadro 10, a seguir.

**Quadro 10:** Políticas Públicas para Mulheres Rurais no Brasil

<b>Programa</b>	<b>Função</b>
Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)	Acesso à documentação civil básica, previdenciária e trabalhista para mulheres rurais.
Reforma Agrária com Igualdade	Garantia do direito das mulheres a serem beneficiárias da reforma agrária em situação de igualdade aos homens, através da emissão da inscrição para Relação de Beneficiários, para Concessão Real de Uso e para Titulação dos lotes da reforma agrária .
Inclusão Produtiva na Reforma Agrária	Recadastramento das famílias por meio da Sala da Cidadania, para operacionalização das novas modalidades de crédito na Reforma Agrária.
Inclusão Produtiva na Reforma Agrária	<u>Fomento Mulher</u> : Crédito Instalação para mulheres. <u>Programa Terra Forte</u> : criação ou a modernização de empreendimentos de cooperativas ou associações agroindustriais. <u>Programa Terra Sol</u> : visa à agroindustrialização e comercialização de produtos, também de atividades não agrícolas, prioridade de jovens e mulheres de famílias de assentamento.
Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)	Financia a aquisição de imóveis rurais que não podem ser desapropriados para exploração em regime de economia familiar por trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra ou com pouca terra. Apresenta benefícios para mulheres.
Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR)	Fortalece as organizações produtivas das trabalhadoras rurais. Há três modalidades de apoio: Redes, Grupos Produtivos de Mulheres e Feiras.
Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	Oferta serviços e assessoria técnica destinados à orientação da produção agrícola e não agrícola diretamente nas comunidades rurais e assentamentos da reforma agrária. Orienta o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e/ ou Programa de Alimentação Escolar (PNAE), entre outros. Modalidades existentes: ATER Mista e ATER Mulheres .
Pronaf Mulher	Linha de Pronaf específica para mulheres rurais na agricultura familiar e nos assentamentos da reforma agrária. A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) tem dupla titularidade para homens e mulheres em situação de casamento ou união estável.
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Fortalecer e garantir a comercialização de produtos da agricultura familiar, estabelecendo regras diferenciadas para a sua participação nas compras públicas. A participação das mulheres deverá ser considerada prioridade na seleção e execução de propostas. No mínimo, cinco por cento (5%) da dotação orçamentária do PAA seja para as organizações de mulheres ou organizações mistas com participação mínima de setenta por cento (70%) de mulheres em sua composição.
Mulheres e Agroecologia	O reconhecimento e a valorização do protagonismo das mulheres na produção orgânica e de base agroecológica foram consolidados no Plano Brasil Agroecológico – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo).
Apoio a estudos e pesquisas	Estímulo à produção e difusão de pesquisas e estudos que visam refletir sobre a promoção dos direitos igualitários entre mulheres e homens no meio rural.
Articulação Internacional	Participação na agenda de Cooperação Internacional: Reunião Especializada da Agricultura Familiar do Mercosul (REAF), Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP); Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribe e relação com a Centro América (CELAC).

Fonte: Adaptado de Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais – DPMR/MDA. Políticas Públicas para Mulheres Rurais no Brasil.

Verifica-se que, de quatorze iniciativas listadas como Políticas Públicas para mulheres rurais, configuram-se efetivamente como política de crédito ou de oportunidade de geração de renda apenas os de Inclusão Produtiva na Reforma Agrária através do Fomento Mulher, Terra Sol e Terra Forte, o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR), o Pronaf Mulher, o PAA e o Programa Mulheres e Agroecologia. Os demais constituem-se em auxílio à documentação, acesso a direitos e incentivo à pesquisa, que, entretanto, não se configuram como de menor importância, tendo em vista que, no contexto, esses programas podem melhorar a autoestima das mulheres, como também fortalecer a luta de gênero e a abertura a novas políticas específicas.

Os programas de crédito e facilitadores de geração de renda proporcionam incentivo para o trabalho das mulheres nos assentamentos, podendo, inclusive, auxiliar na manutenção da família no lote, através da geração de renda. Esses programas podem evitar que haja deslocamento de mão-de-obra de membros da família assentada para o meio urbano, que visem garantia de subsistência, dando oportunidade de que essa mão-de-obra seja aplicada no próprio lote.

Os Programas citados anteriormente não são voltados unicamente para mulheres camponesas de assentamentos rurais. Não há especificidade na formação dessas políticas, elas atendem à demanda da falta de políticas voltadas para gênero, nesse caso para as mulheres rurais citadas anteriormente em sua ampla diversidade. Esses programas encontram-se em risco de extinção, haja vista as decisões tomadas pelo atual governo de reduzir verbas destinadas a ações para programas que beneficiem de alguma forma as mulheres ou a reforma agrária, além da transferência das atribuições do MDA e do INCRA para a Casa Civil, conforme já mencionado anteriormente.

Outra mudança ministerial que afeta diretamente as mulheres e, também, as mulheres camponesas, foi a subordinação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres ao Ministério da Justiça e Cidadania, por meio da qual a Secretaria perde *status* de Ministério. Essa mudança impacta as ações realizadas anteriormente como políticas públicas para mulheres. Um exemplo é a Casa da Mulher Brasileira que integra em um único espaço atendimento de saúde, de justiça, e psicológico para mulheres vítimas de violência, um atendimento especializado atuante em várias frentes de apoio às mulheres. Após as mudanças realizadas pelo atual governo as situações de violência passam a ser tratados em uma vertente de ‘problema policial’.

Em um discurso<sup>12</sup> oficial, o atual Presidente da República, Michel Temer, resumiu a participação das mulheres na economia ao controle de preços realizados em supermercados e destacou, também, a importância dos papéis desenvolvidos pelas mulheres no cuidado do lar e dos filhos.

Tenho absoluta convicção, até por formação familiar e por estar ao lado da Marcela, do quanto a mulher faz pela casa, pelo lar. Do que faz pelos filhos. E, se a sociedade de alguma maneira vai bem e os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada formação em suas casas e, seguramente, isso quem faz não é o homem, é a mulher [...] ela é capaz de indicar os desajustes de preços em supermercados e identificar flutuações econômicas no orçamento doméstico (MICHEL TEMER - INFORMAÇÃO VERBAL).

As ideias patriarcais contidas no discurso se refletiram no destino das políticas anteriormente criadas e implantadas para mulheres e também para mulheres camponesas de assentamentos, como apresentado no Quadro 11, com a redução ou até mesmo eliminação de verbas destinadas a essas políticas. As verbas destinadas à reforma agrária também sofreram grandes reduções. Os números apresentados são referentes às verbas orçamentárias utilizadas em programas da reforma agrária e políticas públicas para mulheres, em 2016 e 2017, e o projetado para 2018. O quadro é um demonstrativo da variação da destinação de verbas da Lei Orçamentária Anual de 2016 (LOA 2016), Lei Orçamentária Anual de 2017 (LOA 2017) e Projeto da Lei Orçamentária Anual de 2018 (PLOA 2018).

---

<sup>12</sup> Palavras proferidas pelo Presidente Michel Temer em seu discurso, no dia 08 de março de 2017, Dia Internacional da Mulher.

**Quadro 11:** Comparativo de verbas orçamentária destinadas a reforma agrária e a políticas para mulheres no período de 2016 a 2018.

<b>Destino da Verba Orçamentária</b>	<b>LOA 2016</b>	<b>LOA 2017</b>	<b>% 2016-2017</b>	<b>PLOA 2018</b>	<b>% 2016-2018</b>
Reforma Agrária e Governança Fundiária	694.101.664,00	640.489.292,00	-7,72	145.193.432,00	-79,0
Obtenção de Imóveis Rurais para Criação de Assentamento da Reforma Agrária	425.501.883,00	274.440.000,00	-35,5	34.291.986,00	-91,9
Assistência Social e Pacificação no Campo	2.958.241,00	2.911.753,00	-1,5	788.503,00	-73,3
Concessão de Crédito – Instalação às Famílias Assentadas	946.000.000,00	266.000.000,00	-71,8	266.000.000,00	-71,8
Promoção de Educação no Campo	27.027.196,00	14.800.000,00	-45,2	2.053.682,00	-92,4
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária	209.571.831,00	108.470.000,00	-48,2	12.636.521,00	-93,9
Programa de Aquisição de Alimentos	17.102.753,00	9.998.536,00	-41,53	3.294.750,00	-80,7
Políticas Para Mulheres: Geração de Igualdade e Enfrentamento à Violência	126.882.142,00	96.543.174,00	-23,9	24.774.650,00	-80,4
Construção da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimentos	15.156.826,00	19.400.000,00	28,0	1.121.750,00	-92,6
Central de Atendimento a Mulher - 180	26.564.727,00	36.179.688,00	36,1	0,00	-100,0
Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra às Mulheres	56.486.118,00	16.856.278,00	-70,1	23.652.900,00	-58,1

Fonte: adaptado pela autora - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (LOA 2016, LOA 2017 e PLOA 2018)

É possível evidenciar que todas as verbas destinadas aos programas e políticas listados tiveram significativa redução. O Programa de Reforma Agrária apresentou redução de verbas de 34,3%, de 2016 para 2017, e de 63,3%, de 2016 para 2018. Dentro desse programa as ações destinadas à Obtenção de Imóveis Rurais para Criação de Assentamento da Reforma Agrária, Assistência Social e Pacificação no Campo, Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas e Promoção de Educação no Campo tiveram redução de verbas no montante de

91,9%, 73,3%, 71,8% e 92,4%, respectivamente, no período de 2016 a 2018. Verbas destinadas às ações junto à ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária e ao Programa de Aquisição de Alimentos tiveram redução de 93,9% e 80,7%, respectivamente, de 2016 para 2018. O Programa de Políticas Para Mulheres: Geração de Igualdade e Enfrentamento à Violência teve redução de verbas de 80,4%, nesse mesmo período, e as ações realizadas dentro desse programa: Construção da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento, tiveram redução de 92,6% das verbas; Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra às Mulheres sofreu redução de 58,1% e a Central de Atendimento à Mulher – 180 foi extinta, nesse mesmo período.

A redução dessas verbas, dos investimentos em políticas para a reforma agrária e das ações desenvolvidas dentro desse programa afeta diretamente as mulheres camponesas de assentamento em suas lutas de classe e gênero, atingindo-as como mulheres e como trabalhadoras rurais, tendo em vista que algumas ações desses programas são desenvolvidas em linhas específicas para elas, conforme já observado no Quadro 10, anteriormente. Já a redução dos investimentos em políticas públicas para mulheres voltada para geração de igualdade e enfrentamento à violência afeta as mulheres camponesas em sua luta de gênero. Políticas públicas que invistam em igualdade de gênero e enfrentamento à violência são necessárias para todas as mulheres, é uma demanda na qual não há distinção de classe ou raça.

A quase extinção dos valores destinados à obtenção de imóveis e criação de assentamentos rurais aponta para a intenção do Governo de estagnar o Projeto de Reforma Agrária. Do mesmo modo, a redução das verbas destinadas a assentados aponta para a falta de interesse do governo em apoiar a manutenção dos assentamentos já existentes, além do descaso para com as famílias assentadas demonstrado pela falta de crédito, de apoio à produção, de apoio a educação no campo, entre outros.

O corte de verbas do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) afeta diretamente a vida de muitos assentados que produzem contando com a entrega das mercadorias para esse programa. Nesta pesquisa, foi possível verificar que nos assentamentos localizados em Corumbá e Ladário, 55% dos assentados entrevistados entregam suas mercadorias para o PAA.

Ao se analisarem, nessas políticas públicas relatadas, os componentes de luta de classe e de luta de gênero, embora seja difícil separá-los, fica evidente que existem preocupações relativas ao desenvolvimento de políticas que beneficiem, ao mesmo tempo, classe e gênero; são ainda muito poucas as políticas voltadas especificamente para as mulheres camponesas de assentamentos rurais. A vasta abordagem com que são tratadas as “camponesas”, pelos

programas governamentais, inclui uma ampla relação de sujeitos com diferentes necessidades, fato que, por si só, inibe o sucesso dessas políticas.

Há que se desenvolverem políticas públicas voltadas para a preocupação de gênero, para a valorização da mulher camponesa, que atentem para a sua ligação com a terra, com a família, com o trabalho que desenvolvem; há que se valorizá-la como mulher, como produtora rural, como trabalhadora, como mãe, como esposa. Há que se pensar em políticas que contemplem as diferentes jornadas de trabalho enfrentadas e que, acima de tudo, partam das demandas apontadas por essas mulheres; políticas que não sejam impostas sem conhecimento da real necessidade local e baseadas tão somente em componentes econômicos e de classe.

### **3.4 Mulheres Camponesas dos Assentamentos Rurais de Corumbá e Ladário**

Para atingir o objetivo principal da pesquisa, que é compreender os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres camponesas dos assentamentos rurais de reforma agrária nos municípios de Corumbá e Ladário, serão apresentados e analisados, a seguir, os resultados das entrevistas realizadas com as mulheres dos oito assentamentos. O intuito é entender como os trabalhos produtivos e/ou reprodutivos influenciam as relações vividas e o poder de decisão das mulheres no espaço familiar e, ainda, se esses trabalhos produzem algum impacto na vida dessas mulheres fora do ambiente familiar.

Os resultados obtidos com a realização deste estudo tomaram forma e conteúdo oposto ao que fora pensado inicialmente - que o caminho seria da invisibilidade e subordinação feminina - para mostrar uma relação de companheirismo que vai além da relação homem *versus* mulher, passa pelas relações de distribuição de tarefas no lote, na casa e na tomada de decisão. Nesse sentido, são necessários novos olhares para o meio rural, que visualizem as relações de gênero partindo da realidade local encontrada.

Segundo Tedeschi (2009), há evidências “no sentido do estabelecimento da construção de um poder compartilhado de papéis sociais diferentes no meio rural”. O autor faz referência, aqui, da contribuição de novos estudos que analisem a transformação das relações de gênero e poder, demonstrando a valorização da diferença. Apesar de o autor se referir aos papéis sociais, o estudo aqui apresentado sobre as mulheres assentadas de Corumbá e Ladário demonstra um compartilhamento não só dos papéis sociais, mas indica, também, uma transformação no compartilhamento dos trabalhos realizados pelos casais, sejam eles produtivos ou reprodutivos.

Conforme exposto anteriormente, para o desenvolvimento da pesquisa foram realizadas 42 entrevistas em oito assentamentos nos municípios de Corumbá e Ladário - sete entrevistas

no assentamento 72, quatro no Tamarineiro I, seis no Tamarineiro II, cinco no Taquaral, quatro no Paiolzinho, três no Mato Grande, três no Urucum e dez no São Gabriel.

Foram encontrados lotes com 2 a 10 moradores; a maior frequência é de lotes com 4 moradores (27%). Na sequência, têm-se os lotes com dois moradores (26,1%), com cinco moradores (16,6%), três moradores (14,2%), seis moradores (9,5%); os lotes com oito, nove e dez moradores são representativos de 2,4% da amostra (Tabela 3).

A formação familiar dos lotes se faz, majoritariamente, com o casal e filhos menores de idade ou, também, com o casal e netos menores de idade. Foram três os casos em que há, no lote, filhos maiores de idade que moram juntos com o casal e que trabalham no lote; nesses casos, especificamente, havia desenvolvimento melhor das condições do lote e produção, o que seria o diferencial para que esses jovens permaneçam na área rural, ou seja, a possibilidade de se manterem por meio do que ali produzem.

**Tabela 3 - Quantidade de moradores no lote**

<b>Nº de moradores</b>	<b>%</b>
2	26,1%
3	14,2%
4	27%
5	16,6%
6	9,5%
8	2,4%
9	2,4%
10	2,4%

Fonte: pesquisa em campo.

Os fatores apontados pelas entrevistadas como motivação para a saída dos filhos dos assentamentos foram a falta de oportunidade de estudos e as dificuldades para se manterem com a renda do lote.

Os jovens permanecem na cidade em virtude das melhores oportunidades de trabalho, e voltam ao lote para “ajudar” nos períodos de folga do trabalho na cidade. Dona Elisete, do assentamento 72, comenta sobre essa realidade em relação aos seus filhos: “*Meus filhos tem que estudar... não é que não quiseram ficar aqui, é que não tem condições precisa estudar, trabalhar. Final de semana ele vem pra fazer as coisas pra mim, pra ajudar*” (ELISETE, PA 72). Segundo essa participante, os filhos gostariam de viver no lote, caso a renda fosse suficiente

para se manterem. Mas casados, e também com filhos, não há condições de tirarem do lote renda suficiente para o sustento de todos.

A saída dos jovens do assentamento acaba por afetar a dinâmica de trabalhos desenvolvidos nesses espaços. É o caso de Dona Elisete, que declara fazer de tudo no lote, aos 66 anos, com diversos problemas de saúde; ela mora no lote somente com um irmão que possui diversos problemas de saúde e de mobilidade, e não pode ajudá-la. A assentada assume, dessa forma, todos os trabalhos do lote, deixando os mais pesados e que exigem grande força física para os filhos realizarem aos finais de semana, quando visitam a mãe.

Com base na pesquisa realizada, os resultados das entrevistas com as mulheres camponesas serão apresentados e analisados em sete itens: o trabalho produtivo das mulheres dos assentamentos; o trabalho reprodutivo das mulheres dos assentamentos; poder de decisão da mulher sobre a renda; satisfação e importância percebida nos trabalhos desenvolvidos no lote; participação das mulheres em produções coletivas, cooperativas, associações, sindicatos ou movimentos sociais; mulheres camponesas: demandas de políticas públicas e percepção sobre atuação de órgãos públicos.; impactos da dinâmica capitalista na vida das mulheres camponesas de assentamento.

#### 3.4.1 O trabalho produtivo das mulheres dos assentamentos

Entender como se dá a participação das mulheres nos trabalhos produtivos e na venda das mercadorias produzidas no lote é essencial para que se possa compreender como se desenham as relações de poder existentes dentro das relações de gênero, nesses trabalhos, e qual o poder da mulher nas decisões que são tomadas para a produção e venda de mercadorias.

Nessa direção, realizou-se um levantamento das lavouras cultivadas e dos animais criados em cada lote dos assentamentos que fizeram parte desta pesquisa. Verificou-se que não há, por parte dos assentados, um controle contábil da produção, nem mesmo da renda. Não são feitas anotações do que é produzido ou vendido. Não há preocupação com esse tipo de informação.

A maioria dos lotes, ou seja, aproximadamente 70% plantam para consumo e para venda e 30% possuem cultivares exclusivamente para consumo. Com relação à área utilizada para cultivo de frutas, legumes e verduras (FLV), na maioria dos lotes (42,8%) essa área é de um hectare ao redor da casa; 29,3% possuem área de plantio de dois hectares; 7,4%, de três hectares. Um participante declarou ter área plantada de 4 hectares e um declarou plantar 5 hectares, 2,4%, respectivamente.

A Tabela 4 registra os percentuais das lavouras cultivadas, nos lotes correspondentes aos assentamentos pesquisados. Destacam-se as culturas de mandioca, 78,5%; manga, 73,8%; acerola, 66,6%; abóbora, 59,5%; banana, 59,5%; limão, 52,4%; cebolinha, 50 %, entre outras. A abóbora, a mandioca, a banana e o mamão têm um bom mercado de venda local e são mercadorias entregues nos programas do governo como o PA.

**Tabela 4:** Culturas encontradas nos assentamentos

Lavouras cultivadas	%
Mandioca	78,5%
Manga	73,8%
Acerola	66,6%
Abóbora; Banana	59,5%
Limão	52,4%
Cebolinha	50%
Goiaba	47,2%
Ervas medicinais	45,2%
Mamão; Milho; Pimentão; Salsa	45,2%
Melancia	40,5%
Alface; Ata; Couve;	38,0%
Laranja; Tomate	38,1%
Seriguela	31%
Cenoura, Cana; Melão	26,2%
Almeirão; Coentro	23,1%
Beterraba	20,1%
Caju; Feijão; Romã; Tamarindo	16,6%
Berinjela; Quiabo	14,3%
Cebola; Maracujá; Poncã; Rúcula	11,9%
Batata; Maxixe	9,5%
Abacate; Brócolis; Coco; Espinafre; Graviola; Moranga	7,1%
Abacaxi; Rabanete; Tomate cereja	4,7%
Alho; Ameixa; Amora; Bociuva; Cacao; Carambola; Feijão Catador; Salsão; Fruta do conde; Ingá; Jabuticaba; Jamelão; Morango; Noni; Pêssego; Pimenta	2,4%

Fonte: pesquisa em campo.

Não existe, em Corumbá e Ladário, grandes produtores de FLV (frutas, verduras e legumes); além da produção dos assentamentos e outros pequenos produtores locais a cidade recebe produções de fora da região para atender a demanda. Os principais pontos de venda para

essas mercadorias são os supermercados e as feiras livres. Essas tem se mostrado uma oportunidade para a venda dos produtos dos assentamentos, especialmente para hortaliças, por serem altamente perecíveis. As mercadorias vindas de fora são oriundas, principalmente, da capital do estado e acabam por chegar na cidade com altos custos devido à distância percorrida. Outra questão desvantajosa é o calor da região, que impossibilita o transporte de alguns produtos ou o restringe a caminhões refrigerados.

Em entrevista com a Sra. Amélia da CPT, esta revelou que antes da instalação dos assentamentos a cidade possuía pouca produção de FLV. A maioria das frutas, legumes ou verduras vendidos nos supermercados da cidade vinham de outras cidades, principalmente da capital, Campo Grande, existiam poucos produtores locais. A viagem até Corumbá prejudicava a qualidade dos produtos e os tornava mais caros. Com os assentamentos, essa situação mudou, e a produção dos lotes passou a ser vendida nas feiras, possibilitando a venda de produtos frescos, de melhor qualidade e preço mais baixo.

Dessa forma, as feiras livres se transformaram numa possibilidade para a venda dos produtos dos assentamentos e a população urbana das cidades de Corumbá e Ladário tiveram acesso a uma produção de FLV que não possuíam antes da instalação dos assentamentos. Ambos os lados ganharam com a situação: os assentamentos, porque tinham possibilidade de comercializar seus produtos e os moradores da cidade, porque tinham produtores próximos a eles, facilitando o acesso às mercadorias.

Para verificar sobre os trabalhos que são desenvolvidos pelas mulheres na produção agrícola, nos lotes, e como eles se classificam, serviu-se da teoria de Paulilo (1987, p.4), para quem “trabalho ‘leve’ e ‘pesado’ são categorias que variam segundo o sexo do trabalhador e as condições de exploração da terra”, como destacado anteriormente. Trabalho leve seria aquele que utiliza pouca força física, por isso, é relacionado a mulheres e crianças, e é pouco remunerado. Já os trabalhos pesados seriam os que utilizam mais força física, desenvolvidos por homens e mais bem remunerados. A autora chama atenção para o fato de que um trabalho considerado leve nem sempre é agradável, desnecessário ou utilizaria pouca força física e pouco tempo de realização. Os trabalhos realizados pelas mulheres são considerados leves, não pelo esforço que dispõem, mas pela condição hierárquica que elas ocupam dentro da família (PAULILO, 1987).

Com base no trabalho de Paulilo (1987), buscou-se entender as tarefas diárias desenvolvidas pelas mulheres dentro do lote de assentamento: destacar, roçar, fofar a terra, plantar, limpar para garantir o plantio e a colheita, o que seria considerado como ‘trabalho leve’ e ‘trabalho pesado’. Assim como no estudo de Paulilo, houve um consenso, nas respostas, no

sentido de classificar como pesado trabalhos como roçar, fofar a terra e destocar; os outros, como plantar, limpar e colher foram considerados como leves. Nesse sentido, nota-se que a diferença entre trabalho leve e pesado, conforme considerado pelas mulheres, é relativo ao esforço físico necessário para realizá-los. Em contrapartida, em relação à concepção de trabalho pesado, evidenciou-se que este nem sempre é realizado apenas pelo homem, já que as mulheres também, em alguns casos, realizam-no; da mesma forma, o trabalho leve não é feito somente pela mulher, já que em alguns casos o homem também o realiza.

Assim, na busca de se verificar quais os trabalhos desenvolvidos e levando em consideração as respostas obtidas, foram estabelecidas as seguintes categorias: ‘trabalho leve’ - em que foram identificadas mulheres que trabalham na lavoura, mas nunca realizam as tarefas consideradas pesadas; ‘trabalho pesado’ - relacionado às mulheres que realizam todo trabalho pesado; ‘não há distinção’ - quando não há uma separação de tarefas, ambos trabalham em todas as tarefas; ‘não trabalha’ - categoria que abrangeria mulheres que não realizam nenhum tipo de tarefa na lavoura; ‘trabalha em tudo, mas o mais pesado é para o homem’ - categoria na qual as mulheres trabalham nas tarefas leves e, às vezes, ajudam nas tarefas pesadas, sendo o pesado responsabilidade dos homens; a categoria ‘administra’ seria em relação às mulheres que não trabalham na lavoura como mão-de-obra, mas administram quem trabalha. Ressalte-se que o termo ‘ajuda’ é indicativo de auxílio em determinada tarefa, mas sem realizá-la por completo e sem comprometer o mérito de quem a realiza.

Os resultados (Tabela 5) mostram que 16,6% realizam somente trabalhos leves. Uma mulher (2,4%) apontou que realiza todo trabalho pesado; 21,4% disseram não haver distinção entre trabalho leve e pesado; 19,5% declararam não trabalhar no lote; 38,1% desenvolvem todos os tipos de serviços, sendo que o mais pesado fica para os homens. Atenção seja dada ao fato de que “homens”, aqui, não representam necessariamente os maridos ou companheiros, mas podem ser filhos que moram na cidade e vêm para realizar as tarefas pesadas aos fins de semana, ou, ainda, pode se tratar de pessoas contratadas para a realização desses trabalhos. Uma única depoente declarou que somente administra a propriedade; ela possui 66 anos e o marido tem mais de 70; devido à idade eles contratam mão-de-obra para realizar as tarefas de plantio e cuidado com animais no lote. Já a assentada que realiza todo o trabalho sozinha possui 58 anos e o marido, com mais de 70, não possui boas condições de saúde, razão por que ela assume as tarefas.

**Tabela 5:** Trabalho da mulher na lavoura

<b>Mulher trabalha na lavoura</b>	<b>%</b>
Leve	16,6%
Pesado	2,4%
não há distinção	21,4%
não trabalha	19,5%
trabalha em tudo mas o pesado é para homem	38,1%
Administra	2,4%

Fonte: pesquisa em campo.

Foi possível verificar, nas respostas durante as entrevistas, que a divisão de tarefas, na visão das mulheres, decorre de um companheirismo com os maridos e deve ser ajustada não só em função da carga física das tarefas, mas também em função do tempo, das habilidades de cada um e do tempo necessário para o cuidado com os filhos.

A palavra ‘companheirismo’ é utilizada para explicar a situação encontrada nos lotes, em que se configura uma divisão de trabalhos entre homem e mulher, que, contudo, nem sempre é igualitária, mas representa o acordo do casal em relação à forma como os trabalhos devem ser realizados. Não é um acordo formal, escrito ou pré-formulado. É simplesmente uma concordância entre os dois a respeito da forma como as coisas funcionam.

A fala de Marilda, do PA Tamarineiro I, exemplifica esse companheirismo entre o casal camponês: "*Eu chego a noite e vou lavar roupa, ele vai lavar vasilha, ele ajuda, estamos junto em tudo, por enquanto tá beleza...(risos)*". Segundo a assentada, ela ajuda o marido durante o dia nas tarefas do lote e, à noite, ele a ajuda nas tarefas de casa. A ‘ajuda’, nesse sentido, não significa desvalorizar o trabalho, não significa que seja de menor importância ou, ainda, que exija menor força física, mas representa a complementação dele. Significa que existe alguém responsável pela tarefa e quando outro auxilia na realização da mesma, dá-se a ‘ajuda’.

Para Maria Juvelina, do PA São Gabriel, a divisão dos trabalhos é importante para que não haja sobrecarga de tarefas:

*Os dois é a mesma coisa, se é pra carpir carpe, se é para plantar planta. Fica eu e ele, se eu tô fazendo uma coisa ele faz outra, para não ficar tudo pra mim. A farinha de mandioca ele ajuda, porque tem que torcer a massa na mão né, enquanto eu lavo e ralo, e na hora de torcer ele que torce. Na hora de torrar ele também ajuda a torrar (MARIA JUVELINA, PA SÃO GABRIEL).*

A assentada explica a divisão de tarefas como uma forma de não se sobrecarregar “senão fica tudo pra mim”, tanto nas tarefas de produção do lote, como na produção de farinha de mandioca. Nesse sentido, ela deixa claro que a “ajuda” do companheiro se dá não só pela necessidade da força física, necessária para torcer a massa, mas também nas tarefas em que não

é necessário força física, como no momento de torrar a farinha. Dessa forma se desenvolve o companheirismo na dinâmica de trabalhos produtivos no lote.

A carga física das tarefas é distribuída não só em função de ‘homens fazem o pesado e mulheres o leve’; as questões de saúde afetam essa decisão para ambas as partes, a idade agrava esse fator. O tempo acaba por ser um fator que define as tarefas em segundo plano, depois de definidas pelas outras variáveis. Um exemplo da utilização das habilidades para a distribuição de tarefas é o que ocorre em um lote no PA 72: a esposa e o marido, ambos na faixa de 20 a 25 anos de idade, praticam uma divisão de trabalhos em que ela define o que plantar, colhe e vende; ele é responsável por preparar a terra e trabalha como professor na escola do assentamento e, quando chega em casa, cuida da filha para que a mulher realize os trabalhos na horta que faz parte do projeto Bem-Estar. Na feira, ele vai para ajudar, mas quem conhece tudo sobre os produtos é ela.

Observando os assentados na venda dos produtos na feira, foi possível acompanhar situações em que os clientes perguntam a um determinado marido o nome de uma hortaliça e ele se dirige à esposa para obter a informação. Esse casal também utiliza recursos da internet para comprar sementes e diversificar a produção.

Os assentamentos estudados não fogem à regra geral de que as mulheres trabalham muito e desempenham vários trabalhos; contudo, existem diferenças na forma como conduzem essa relação entre o trabalho do homem e o trabalho da mulher, ou o trabalho do campo e o trabalho da casa. A fala de Fátima, do Tamarineiro I, remete a um controle adotado pelas mulheres para não haver sobrecarga de serviço, tendo em vista o tempo livre do homem. Fátima também adota esse controle:

*Eu poderia ajudar mais no campo, mas eu não ajudo mais no campo por causa dessa situação, porque depois que eles fazem o serviço do campo, muitas vezes sentam, vai tomar uma cerveja, um suco, vai ver TV ou conversar e a mulher fica desempenhando o resto das tarefas. Eu costumo dizer que não sou soldado raso, sou general...(risos)...esse é meu segundo marido, e com as coisas da vida eu fui aprendendo a dizer não, porque se não diz não, quem sofre é você (FÁTIMA, TAMARINEIRO II).*

A assentada deixa claro que impõe um equilíbrio entre as tarefas que tem que desempenhar em casa e as do campo, com o intuito de não se sobrecarregar.

A participação das mulheres na tomada de decisão para venda dos produtos FLV, negociação de preços e participação no ponto de venda (local onde se comercializam as mercadorias produzidas no lote) mostrou-se elevada (Tabela 6). Das entrevistadas que vendem os produtos agrícolas produzidos em seus lotes, apenas 13,7% declararam não participar em nenhuma decisão, que seria, nesse caso, tomada exclusivamente pelo homem. Considerando-se

a opção de múltipla escolha, 51,7% das mulheres declararam ter poder de decidir preço; 55,1% têm poder de decidir o que vai ser vendido e onde vai ser vendido; 58,6% trabalham nos pontos de venda. Das famílias que entregam produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em 27,5% dos casos as mulheres têm poder de decidir sobre a venda e em 7,1% é o marido quem decide. Do total de entrevistadas, 37,9% declararam que quaisquer decisões relativas à venda de produtos são tomadas em conjunto, pelo casal.

**Tabela 6:** Participação da mulher na comercialização de FLV

<b>Mulher participa da comercialização</b>	<b>%</b>
ela decide preço	51,7
ela decide o que vai ser vendido	55,1
ela trabalha no ponto de venda	58,6
ela não participa	13,7
decide no PAA	27,5
não decide no PAA	6,8
Ambos decidem	37,9

Fonte: pesquisa em campo.

O trabalho da mulher no ponto de venda se efetiva com o poder nas decisões entre o que vender e a que preço vender. A maior participação das mulheres se dá quando a venda ou decisão sobre esta acontece na porta no lote ou nas feiras livres. As vendas para o PAA têm uma participação menor das mulheres, se comparado às outras formas. Esse resultado foi justificado, pelas mulheres, pelo fato de os maridos terem maior conhecimento de como funcionam as regras de participação dos Programas e mercados institucionais.

O depoimento de Luana (PA 72) evidencia a importância que ela dá à participação nas vendas dos produtos do lote, o que remete ao poder de decisão das mulheres: “*Só eu coloco preço nas coisas. Até pra tirar verdura eu que tiro, a não ser que eu esteja doente, mas isso é raro. Eu que decido o que vender, onde vender, e que preço vender*” (LUANA, PA 72). Apesar de o marido de Luana participar nas vendas, ela considera que tem um entendimento melhor do processo e toma essa tarefa para si, escolhendo o que vender, como retirar a verdura da terra, onde vender e a que preço.

Laudenice, do PA Paiolzinho, fala da importância de decidir junto com o marido: “*Em alguns lugares o homem decide tudo, aqui não, aqui é os dois! Se tem alguma coisa para vender ele vem fala comigo, resolve os dois, os dois faz junto aqui, então os dois tem que se decidir*”. A assentada considera a decisão de venda uma sequência do plantio; se os dois, marido e

mulher, trabalham juntos, decidem juntos, no plantio e na colheita, devem tomar a decisão sobre o comércio da produção também em conjunto.

É possível verificar, nos depoimentos das duas assentadas, o empoderamento no processo de decisão de venda dos produtos, seja no caso de Luana, que decide sozinha, seja no de Laudénice, que não abre mão de participar das decisões. A participação no processo de decisão em ambos os casos não é um convite ou concessão do marido, ou uma opinião esporádica emitida por elas; Luana decide porque gosta do que faz e se mostra ativa, relatando todos os conhecimentos sobre o processo de venda. Laudénice demonstra que participar das decisões é uma situação que acontece naturalmente na vida do casal.

Quanto ao local de comercialização de FLV (Tabela 7), considerando múltiplas respostas, 29,2% dos lotes produzem unicamente para consumo e não vendem produtos agrícolas (nesses casos a renda dos lotes é proveniente de outras fontes como criação de animais, aposentadorias, trabalhos externos); 55,1% entregam para programas do governo; 62,0% vendem nas feiras livres de Corumbá e/ou Ladário; 82,7% vendem os produtos no próprio lote; 37,9% entregam seu produtos na cidade de Corumbá e/ou Ladário no sistema de venda de porta a porta.

**Tabela 7:** Local da venda dos produtos FLV

<b>Onde são comercializados FLV</b>	
Programas governo	55,1%
Feiras	62,0%
no lote	82,7%
de porta em porta na cidade	37,9%

Fonte: pesquisa em campo.

O elevado percentual de vendas na porta do próprio lote decorre da preferência por vender para os próprios vizinhos parceiros, para pessoas da cidade que vão até os lotes do assentamento para comprar FLV, podendo, nesse caso, ser para consumo próprio ou para feirantes e mercadistas da região, que vão em busca de mercadorias para revender, ou, ainda, de feirantes bolivianos que buscam mercadorias, principalmente nos assentamentos Tamarineiro I, Tamarineiro II e Paiolzinho, por causa da proximidade com a fronteira, para revenderem nas próprias feiras das cidades brasileiras. Alguns fazem essa opção levando em conta as dificuldades de levarem seus produtos até a cidade, a falta de transporte próprio, as condições das estradas do assentamento, a falta da regularidade das linhas de ônibus e o difícil acesso até os pontos.

O segundo local mais citado para as vendas é a feira, o que se justifica pela grande quantidade de feiras que existem nas cidades de Corumbá e Ladário, com funcionamento em todos os dias da semana, em diferentes pontos dessas cidades.

Apesar de as feiras livres serem uma boa opção para venda dos produtos dos assentamentos, uma assentada do Taquaral, Maria, chamou a atenção para as restrições de estrutura nos locais onde são realizadas, que se torna uma situação difícil para as mulheres que decidem participar como feirantes nas cidades: *“Pensa, como que uma mulher daqui do assentamento consegue ir para a feira quando está menstruada? Não tem um banheiro, nas feiras, tem que sair daqui cedinho, às vezes de ônibus, passar o dia fora...”* (MARIA, TAQUARAL). Considere-se que, apesar de ser uma condição fisiológica normal na vida das mulheres, o período menstrual condiciona cuidados de higiene regular. A situação exposta por Maria constitui um impedimento para que possam participar da feira, não por causa da menstruação, mas por falha de organização das feiras, que é realizada pelo poder público municipal; não se levam em conta, no planejamento, as questões de gênero. Ressalte-se que as feiras que acontecem nas cidades de Corumbá e Ladário são de grande porte e em alguns dias da semana chegam a ter mais de 300 barracas de feirantes.

Os programas de governo e as vendas de porta a porta são outras opções de venda. No caso do primeiro, a não adesão aos programas se deve às dificuldades que existem para se efetivar a documentação do próprio lote, ou por não saberem exatamente como funciona. As vendas de porta a porta têm uma representatividade menor; para essa modalidade, necessita-se de veículo próprio ou de parcerias, a fim de que os produtos sejam levados às cidades, o que, para alguns, constitui uma impossibilidade.

Nos assentamentos estudados, o plantio de FLV para consumo e venda acontece em 70% dos lotes; quando analisada a criação de animais esse número sobe para 95%. As dificuldades encontradas no início da implantação dos assentamentos, como a falta de água e especificidades do solo, levaram a que, em muitos lotes, a opção fosse a criação de gado, em lugar da plantação de culturas agrícolas. Como poucas foram as mudanças acontecidas nesse sentido, essa opção se mantém.

Das criações animais destinadas para venda ou para consumo (Tabela 8) destaca-se a criação de galinhas em 83,3% do total de lotes visitados; cria-se gado em 70% dos lotes e porcos, em 45,2%. Outras criações como de abelhas, cabrito, carneiro, cavalo gansos e patos também foram encontradas. Já 4,7% dos lotes declararam não possuir nenhum tipo de criação animal para venda ou consumo.

**Tabela 8:** Criação de animais

<b>Criação Animal</b>	<b>%</b>
Galinha	83,3%
Gado	70%
Porcos	45,2%
Carneiro	19%
Cavalo	19%
Pato	16%
Abelhas	7%
Ganso	7%
Não há	4,7%
Cabrito	2,4%

Fonte: pesquisa em campo.

A análise do envolvimento das mulheres com os cuidados na criação de animais mostrou que 23% das entrevistadas que possuem criações no lote (Tabela 9) dividem todo o trabalho com o homem, não havendo distinção entre trabalhos leves ou pesados nessa categoria; 15,3% relataram que seu trabalho é uma ajuda ao homem e, nesse contexto, elas realizam as tarefas mais leves, que são os cuidados e trato das aves, porcos e carneiros, enquanto o homem é responsável pelo cuidado e trato do gado e retirada do leite, que seriam consideradas as tarefas mais pesadas. Das mulheres que relataram cuidar sozinhas das criações (10,2%), quatro casos, uma única assentada possui uma cabeça de gado, as demais possuem aves e porcos. Essa situação reforça a abordagem anterior sobre a divisão de tarefas leves e pesadas na criação de animais. Considerando os 82,9% dos lotes que criam galinhas, em 47% deles a responsabilidade é exclusiva da mulher. Em 17,9% dos lotes criadores as mulheres não desenvolvem nenhuma atividade relativa ao cuidado com os animais.

**Tabela 9:** Trabalho da mulher na criação animal

<b>Mulher trabalha na criação animal</b>	<b>%</b>
trato de todos os animais dividido com homem	23,0%
trato de galinhas	41,0%
ajuda no trato de todos	15,3%
não trabalha	17,9%
cuida sozinha das criações	10,2%
trato de porcos	5,1%
trato de carneiros	5,1%

Fonte: da pesquisa em campo.

A fala de Fátima, do Tamarineiro I, evidencia uma situação em que a mulher, além de realizar os trabalhos produtivos de igual para igual com o homem, possui o reconhecimento

dos maridos nessas tarefas, mas o preconceito de outros homens, na visão da assentada, é decorrente de considerarem que homens e mulheres não possuam a mesma capacidade intelectual. O entusiasmo, na fala da assentada, demonstrou o orgulho que sente pelos trabalhos que desenvolve, com destaque para o apoio do marido, que, estando presente no momento da entrevista, concordou com as colocações feitas pela esposa.

*Eu não acredito que a mulher faça menos, que nem meu marido fala para mim que sou o melhor capataz que ele poderia ter arrumado na vida. Mas eu vejo assim, ele pode até reconhecer isso, mas muitos outros homens não. ...Outros homens me veem fazendo as coisas e falam : você vai cair, esse animal vai te dar um coice, você vai se quebrar. Mas porque eu não posso ? Os homens fazem e não se quebram, porque eu vou é um preconceito. Eles não dão o devido valor, veem é uma diferença na mulher. Tá certo que a gente pode ser mais fraca, como se diz, na força...mas a inteligência do homem e da mulher devia ser comparada igual (FÁTIMA, TAMARINEIRO II).*

Fátima se mostra orgulhosa das conquistas relativas ao lote e à criação de animais que possuem, mais de 100 cabeças de gado. Apesar de em sua fala utilizar a palavra “capataz”, ela considera um elogio feito pelo marido diante da capacidade que ela tem para montar, trabalhar com o gado e administrar as finanças do lote, essa última, uma tarefa que faz sozinha, demonstrando, assim, que as mulheres não se envolvem no processo de decisão apenas com opiniões esporádicas, mas com o poder de decidirem sozinhas.

Considerando que 69% dos lotes têm criação de gado, o volume da comercialização de cabeças, por ano, é de até 2 cabeças em 37,9% dos casos; 37,9% vendem de 3 a 6 cabeças e 24,1 % vendem quantidade superior a 6 cabeças. Em 68,9% dos lotes criadores de gado não há consumo desses animais. Nos depoimentos, as mulheres declararam que preferem comprar a carne de gado nos açougues e supermercados da região a matar os animais do lote.

O volume de venda de galinhas é, em sua maioria (73,5%), de menos de 10 cabeças por mês. Considerando que 80,9% do total de entrevistados são criadores, 8,8% vendem entre 11 a 20 unidades por mês e somente um criador vende mais de 60 unidades por mês (2,9%). Segundo os relatos, 52,9% dos criadores consomem 1 a 2 cabeças por mês, 29,4% chegam a consumir de 5 a 8 animais e 17,6% consomem mais de 9 unidades por mês.

Levando em conta que 45,2% do total são criadores de porcos, 52,6% vendem uma a duas cabeças por ano, 21% dos criadores vendem de 3 a 6 cabeças e 15,7% vendem mais de 12 cabeças. No consumo, 36,8% utilizam um animal, por ano, para consumo; 57,8% consomem de 3 a 6 cabeças por ano. Apenas um assentado declarou consumir o equivalente a 1 animal por mês.

Dos 19% lotes criadores de carneiros, 92,7% vendem até 2 animais por ano; em 87,8% dos lotes criadores não há consumo desses animais.

Do total de criadores de animais, 30,7% declararam não os vender pelos seguintes motivos: alguns estavam iniciando a criação; possuíam a criação somente para consumo; a criação era de estimação. Quando comercializados, a venda acontece em 74,3% dos casos na porta do lote; 5,1 % das vendas são realizadas de porta a porta, na cidade e 5,1% são feitas nas feiras livres. A venda na feira e de porta em porta é referente a pequenos animais, como as aves, ou, no caso de animais de porte maior, ela é feita das partes desses animais já mortos.

Dos criadores de gado, 24,1 % declararam não ter produção atual de leite pelo fato de o rebanho ser ainda novo; 24,1% declararam ter uma produção inferior a 10 litros de leite por dia; 24,1% possuem produção entre 11 a 20 litros, 20,6% produzem entre 22 a 40 litros diários. Um assentado declarou produzir 60 litros por dia e um declarou produzir 100 litros.

Levando-se em consideração que 75,8% dos criadores de gado são produtores de leite, a venda do leite *in natura* é realizada por 59% dos lotes produtores de leite. As vendas na porta do lote ocorrem em 51,7% dos casos; em 15,3% dos casos são realizadas de porta a porta, na cidade, ou em feiras; em um lote, o produtor entrega o leite *in natura* na Bolívia. Em 40,9% dos lotes produtores o leite é usado somente para consumo, nas formas *in natura* ou de derivados.

Os problemas com a venda do leite *in natura* são constantes; os assentados evitam, por exemplo, a venda na cidade, devido à fiscalização sanitária. Em alguns assentamentos, como já foi exposto, houve iniciativas para formação de uma cooperativa de laticínios, como o que funcionava no PA Urucum, em que o projeto não foi para frente e as instalações encontram-se abandonadas. A principal causa apontada pelos assentados para a falta de sucesso da cooperativa de leite no PA Urucum foi o baixo preço pago aos produtores frente ao preço pago para venda *in natura* na cidade.

São poucas as mulheres que trabalham regularmente com a ordenha; nos lotes produtores de leite, foi possível verificar que 22,7% realizam ou participam dessa tarefa com regularidade; 22,7% ajudam, se necessário. As demais não participam da retirada do leite. Considerando que, entre as assentadas, a retirada do leite é tarefa pesada “mais para homens” e, ainda, que muitas justificaram a não participação por medo de levar coices, o depoimento de Valéria, do PA Mato Grande, destaca-se, tendo em vista que considera prazeroso, o trabalho com animais, além de ‘desestressante’:

*Eu gosto de trabalhar com os animais...(risos)...eu gosto de trabalhar dentro de casa, eu gosto muito de cozinhar, fazer meus doces, meus pães, eu adoro.*

*Mas aqueles minutos que eu tô lá com aqueles bichos, é um período que me distrai e me desestressa, a gente brinca com os bezeros, conversa com as vacas, e isso é uma coisa assim, isso eu já fiz hoje e não vou fazer mais, porque eu lavo prato o dia inteiro e a noite o desgramado do prato tá lá na pia pra mim lavar de novo, mexer com os animais é o que eu mais gosto, me desestressa (VALÉRIA, MATO GRANDE).*

O depoimento de Valéria demonstra sua alegria de trabalhar com os animais no lote e compara esse trabalho com os trabalhos desenvolvidos dentro de casa; a preferência pelo trabalho com os animais se dá pelo fato de considerar os trabalhos domésticos repetitivos; desse modo, ela prefere o trabalho mais cansativo, fisicamente, ao trabalho mais leve, porém repetitivo.

Essa fala condiz com o dado apresentado adiante relativo às tarefas de preferência da mulher, onde a maioria prefere os trabalhos de produção e cuidado com animais aos desenvolvidos na casa.

Além da produção agrícola e da criação de animais, 76,1% dos lotes fabricam produtos caseiros a partir de matérias primas produzidas, no lote, para consumo e venda, conforme se pode conferir na Tabela 10. Foram registradas as seguintes produções: queijo (em 46,3% dos lotes), doces de frutas diversas (43,9%), pães (7,3%), requeijão (7,3%), artesanato (12,2%), farinha de mandioca (7,3%), mel (4,9%), polpa de bociuva (2,4%), cachaça artesanal (2,4%) e manteiga (2,4%), conforme apontado na Tabela 9.

**Tabela10:** Produtos fabricados nos assentamentos

<b>Produtos</b>	<b>%</b>
Queijo	46,3%
Doces	43,9%
Não há	21,9%
Artesanato	12,2%
Requeijão	7,3%
Pães	7,3%
Farinha de mandioca	7,3%
Mel	4,9%
Polpa de bociuva	2,4%
Cachaça artesanal	2,4%
Manteiga	2,4%

Fonte: pesquisa em campo.

A maioria da produção com valor agregado é feita a partir do leite; fazem parte desses produtos o queijo, o doce de leite, doces de frutas com leite, requeijão e manteiga. A polpa da

bocaiuva é retirada e vendida *in natura*. Existe um grupo, no assentamento São Gabriel, que retira a polpa para a venda. Esse grupo, composto por cinco mulheres e um homem, se reúne somente para a coleta da fruta, que é feita às margens da BR 262 ou nas adjacências dos morros localizados próximos ao assentamento. Segundo uma assentada entrevistada, que faz parte do grupo, “é somente para fazer companhia”, não há qualquer tipo de cooperação ou união de trabalhos depois dessa fase.

A cachaça artesanal é fabricada em um lote do assentamento Mato Grande, em um alambique caseiro; atualmente produzem aproximadamente 70 litros por ano, somente para atender encomendas, mas já chegaram a fazer 5000 litros ao ano, uma produção feita pela participante e o marido, que, entretanto, para retirada e preparo da cana recrutam mão-de-obra externa. Devido à grande dificuldade de encontrar mão-de-obra para trabalho na colheita da cana, a produção está parada, atualmente.

A participação da mulher na produção de mercadorias com valor agregado pode ser conferida na Tabela 11. É considerada como mercadoria de valor agregado toda produção que transforma a matéria-prima em novos produtos, garantindo, assim, um valor superior, no momento da venda, se comparado à venda da matéria-prima. Considera-se, aqui, toda a produção descrita na Tabela 10. A participação da mulher nessa produção é de 78,1% como única responsável pela produção; em 21,8% da produção a responsabilidade é do casal, não havendo diferenciação de tarefas; em 12,5% dos casos o marido ajuda, mas a responsabilidade pela fabricação ou modificação dos produtos é da mulher.

**Tabela 11:** Participação da mulher na agregação de valor

<b>Mulher faz o produto com valor agregado</b>	<b>%</b>
Somente ela faz	78,12%
Ambos fazem	21,87%
Marido ajuda	12,50%

Fonte: pesquisa em campo.

A produção de queijo, requeijão, doces, pães e outros produtos citados estão ligados aos afazeres domésticos, principalmente ao de “cozinhar”, tarefa que sempre foi atribuída à mulher. Contudo, o percentual referente à divisão dessa tarefa “ambos fazem” demonstra um comprometimento dos homens em participar e auxiliar nas tarefas antes considerados exclusivamente femininas. Os casos relatados, em que o marido “ajuda” nessa tarefa, são relacionados também à parte pesada, por exemplo, na fabricação de doces para a qual é necessário mexer grandes tachos, o que se torna pesado, ou, quando é preciso, “bater” o doce, uma tarefa para a qual a utilização de força física é essencial. Esse tipo de ajuda também foi

mencionado em relação a quando a mulher fica doente. Portanto, na agregação de valor, a ajuda se faz presente principalmente nas tarefas para as quais a mulher tem dificuldade (força física) ou para aquelas que ela não tem condições de executar (por problemas de saúde).

Ao mesmo tempo que são responsáveis, em grande parte, pela fabricação desses produtos, essas mulheres demonstram orgulho de sua produção e do ganho relativo às vendas, relatam a possibilidade de comprar coisas para família, para casa e para si mesmas. Mesmo com ganho próprio, domínio de decisão sobre o dinheiro essas mulheres colocam sempre a família em primeiro lugar. A fabricação de produtos realizada através de matéria-prima, produzida nos lotes, é ressaltada, nos discursos, como demonstração de amor pela terra, pelo que nela produzem e pelo retorno que ela lhes traz.

*“Na feira eu me garanto, posso até não vender todos os produtos da horta, mas meus produtos que eu faço, meus queijos, meus pães, meu requeijão, eu vendo tudo, isso eu garanto”* (ADALGISA, PA 72). Essa assentada se orgulha do que faz e da freguesia que conquistou ao longo dos anos; sua fala evidencia não apenas o orgulho que sente por causa da sua produção, mas também do retorno da venda dos produtos, que contribui financeiramente para as despesas.

Sobre as vendas desses produtos (Tabela 12), as mulheres apontam, em 71,8% dos casos, que elas decidem sobre isso; em 84,3% essas mulheres são responsáveis por negociar o preço; em 81,2%, elas trabalham na venda; somente em um caso as decisões de venda e preço são tomadas pelo marido e em 25% dos casos, a decisão de venda e preço é tomada pelo casal.

**Tabela 12:** Decisão da Venda do Produto com valor Agregado

<b>Venda do produto de valor agregado</b>	<b>%</b>
mulher decide	71,8%
mulher negocia preço	84,3%
mulher trabalha na venda	81,2%
mulher não decide	3,1%
não há produção	9,3%
Ambos	25%

Fonte: pesquisa em campo.

O poder de decisão está ligado ao fato de serem elas, em sua maioria, as responsáveis pela fabricação desses produtos. Dessa forma, são as mulheres, em sua grande maioria, as responsáveis pela fabricação, venda e negociação dos produtos com valor agregado. Mesmo sendo elas as grandes responsáveis pelo feitiço, e não existindo produtos agregados feitos exclusivamente por homens, em 25% dos casos a decisão de venda é de ambos, reiterando a ideia do companheirismo entre o casal.

Dos lotes onde são fabricados os produtos com valor agregado, 9,3% não realizam a venda desses produtos, utilizando-os somente para consumo (Tabela 13). Do total de assentados que fabricam e vendem produtos com valor agregado, a maioria, 72,41%, vende os produtos no próprio lote; 51,7% vendem nas feiras; 41,3% vendem de porta a porta na cidade; 6,8% vendem na casa do artesão (local no centro da cidade de Corumbá onde muitos artesões levam seus produtos para serem vendidos), 6,8% declararam realizar as vendas em festas municipais e 3,4% levam os produtos para vender para colegas de trabalho que possuem fora do lote.

**Tabela 13: Local de Comercialização de Produtos com Valor Agregado**

No lote	72,4%
Feiras	51,7%
Porta a porta na cidade	41,3%
Casa do artesão Corumbá	6,8%
Festas municipais	6,8%
Homem vende no trabalho externo dele	3,4%

Fonte: pesquisa em campo.

Nas feiras, de porta a porta e na porta do lote são vendidos todos os tipos de produtos com valor agregado; na casa do artesão são vendidos produtos não alimentícios e nas festas municipais são vendidos, principalmente, os artesanatos, doces e pães.

A preocupação com a venda é constante nas conversas com os assentados; as dificuldades no processo de venda dos produtos vão além do transporte, estão também na abertura de oportunidades de formas e locais de venda. Alguns assentados, de início, mostravam-se acanhados com a possibilidade da venda na feira, mas, com o tempo, acabam orgulhosos por mostrar o que produzem. É o caso de Adalgisa e Raimundo, casal do PA 72, que declaram realizar todas as tarefas em conjunto, mas a iniciativa de ir vender os produtos na feira foi dela:

*No começo ele não gostava muito não de vender, ficava acanhado no canto, mas depois aprendeu, perdeu a vergonha como diz o outro...(risos)...fazer o que, vai acostumando. Quando a gente chegou aqui, plantou por plantar, não tinha a intenção de vender, mas depois começou a produzir, aí os vizinhos começaram a falar: tem a feira, vamos para feira, tem um lugarzinho lá, tem uma banquinha lá, a gente põe lá perto; aí eu falava pra ele: “vamos”; aí começamos ir, fomos no começo meio acanhados, meio sem jeito, fomos até de carrocinha, depois aprendemos a ir, vai pegando conhecimento, acostuma (ADALGISA, 72).*

Percebe-se, nessa situação, que a insistência da mulher foi fundamental para que o casal passasse a vender seus produtos na feira. Além de insistir em ir à feira, Adalgisa teve de dar os primeiros passos com relação à comercialização, pois o marido aceitou ir, mas “ficava acanhado

no canto”. Levar os produtos na feira e aí vendê-los foram iniciativas dela, demonstrando uma maior facilidade de interação com o processo de vendas e facilidade de comunicação com o público.

No levantamento de tarefas realizadas pelas mulheres evidenciou-se uma relação direta entre o trabalho realizado na lavoura e a idade das entrevistadas: 83,3% das mulheres que declararam realizar apenas os trabalhos leves da propriedade têm mais de 50 anos de idade. Isso se deve ao fato de a maioria ter relatado problemas de saúde que impedem uma maior participação nas tarefas. A média de idade dessas mulheres se mostra mais alta (Tabela 14); em contrapartida, a média da idade das mulheres que declaram realizar todas as tarefas junto com os homens se mostra a mais baixa de todas, comprovando que a idade, uma boa saúde e a disposição das mais novas é fator chave para a distribuição de tarefas no lote. A mais nova das entrevistadas possuía 21 anos e a mais velha, 72 anos. A maioria das entrevistadas 46,3%, possui mais de 50 anos; 36,5% têm entre 30 e 49 anos; e 17% possuem idade entre 20 a 30 anos.

**Tabela 14:** Relação entre trabalho da mulher na lavoura e idade

<b>Mulher trabalha na lavoura</b>	<b>Média de idade</b>
Leve	54,3
Pesado	-
não há distinção	44,7
não trabalha	46,8
trabalha em tudo mas o pesado é para homem	47,1
Administra	61

Fonte: pesquisa em campo.

Maria Aparecida, do PA Urucum, quando questionada sobre sobre sua profissão, a assentada relaciona os problemas de saúde decorrentes da idade para justificar que atualmente se considera ‘do lar’ e que não tem mais forças para atuar nos trabalhos do campo, mas que a vida toda foi ‘agricultora’:

*[...] do lar e agricultora, os dois, trabalhei muito na roça, trabalhei na roça desde criança desde que tava com meus pais trabalhava na roça, aí formei moça e conheci ele (referindo-se ao marido), casei com ele, aí ele trabalhava com negócio de pedreiro com o pai dele, e eu já achei que não tava certo, e que tinha um negócio faltando, falei para ele: “ ah, vamos arrumar uma terra pra nós trabalha”. Nós fomos lá para o país estrangeiro, para o Paraguai. Ficamos lá 3 anos e meio, quase quatro anos tocando roça, isso pra mim era tudo, até hoje eu gosto, só que eu não aguento mais, sofro de pressão alta, de*

*diabete, não aguento mais mexer com roça não, a gente faz um pouquinho e já fica cheia de dor no corpo (MARIA APARECIDA, PA URUCUM.)*

O fato de se declarar do lar relaciona-se ao sentimento de não poder realizar todas os trabalhos no lote, como quando era mais jovem. Considera-se ‘do lar’ porque atualmente a maioria das atividades desenvolvidas são dentro de casa devido às condições de saúde.

Os trabalhos produtivos no lote não são os únicos desenvolvidos pelas mulheres. Elas também são responsáveis ou participam de uma série de outras tarefas que não geram renda, ou seja, os trabalhos reprodutivos. Os trabalhos chamados reprodutivos são desenvolvidos no lar e envolvem os cuidados com a limpeza e organização da casa, cuidados com os filhos e o preparo das refeições. Além dos trabalhos produtivos e reprodutivos a mulher pode auxiliar ou até mesmo ter sob sua responsabilidade outras tarefas realizadas na vida cotidiana da família, como fazer compras para a casa, para o lote, realizar pagamento de contas etc.

#### 3.4.2 O trabalho reprodutivo das mulheres dos assentamentos

Para entender os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres assentadas e seu poder de decisão na família, é preciso olhar para todos os trabalhos que elas desenvolvem. Nesse sentido, foi feito um levantamento, ainda na fase de pré-teste, para verificar quais seriam, além das atividades produtivas, os outros trabalhos que elas desenvolvem. Em questão aberta, as mulheres eram convidadas a citar quais as responsabilidades, trabalhos e tarefas que desenvolviam no dia a dia. Com base nesse levantamento foram agrupadas e relacionadas essas tarefas, conforme se vê na Tabela 15, e confrontadas com os responsáveis por sua realização, no sentido de demonstrar a divisão de responsabilidades no lote em tarefas do dia a dia, como resolver assuntos de banco e pagamento de contas, organizar e limpar a casa, fazer a comida, cuidar dos filhos, comprar mantimentos, comprar móveis e eletrodomésticos, comprar material para o lote.

A nomenclatura com que se identificam essas tarefas abarca um conjunto de trabalhos realizados. Na tarefa ‘assuntos de banco e pagamento de contas’ estão incluídos todos os trabalhos relativos a resolver assuntos bancários, sejam quais forem, e pagamento de todo tipo de conta, pagas em bancos ou não. A tarefa ‘Organização e limpeza da casa’ é referente a todo e qualquer trabalho realizado para limpeza do imóvel de moradia, limpar chão, lavar banheiro, limpar áreas. A tarefa ‘fazer comida’ refere-se ao preparo das refeições para a família. A tarefa ‘cuidar dos filhos’ envolve todo cuidado com os filhos e o controle escolar. A tarefa ‘compra de mantimentos’ é

referente ao ato de ir ao supermercado e fazer as compras de itens de alimentação, higiene e limpeza para a casa e para família. ‘Comprar móveis e eletrodomésticos’ engloba toda compra realizada de qualquer tipo de móvel, eletrodoméstico ou eletroeletrônico para a casa e família. Já a tarefa ‘comprar material para o lote’ refere-se à compra de materiais produtivos para o lote, como o sal mineral, ração animal, sementes para plantio, materiais para manutenção ou construção de benfeitorias produtivas no lote etc.

A Tabela 15 considera as respostas da responsabilidade de cada tarefa levando-se em consideração que essa tarefa pode ser de responsabilidade do homem, da mulher ou de ambos.

**Tabela 15** : Realização de Tarefas Domésticas e Rotineiras no lote

<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>Mulher</b>	<b>Homem</b>	<b>Ambos</b>
<b>TAREFA</b>	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>
Assuntos de banco e pagamento de contas	38,0	33,3	23,8
Organização e limpeza da casa	83,3	-	16,6
Fazer comida	80,9	-	19,0
Cuidar dos filhos	65,4	8,6	26,0
Comprar mantimentos	28,5	7,1	61,9
Comprar móveis e eletrodomésticos	59,4	4,7	35,7
Comprar materiais para o lote	14,2	50	35,8

Fonte: pesquisa em campo.

Quando a tarefa é resolver assuntos de banco e pagamento de contas, há uma pequena diferença na responsabilidade de homens (33,3%) e mulheres (38%), conforme se constata na Tabela 15, indicando que a maior responsabilidade, nessa tarefa, é delas; em 23,8% o casal resolve junto. Essa atividade mostrou-se muito direcionada a quem se desloca para a cidade, tendo em vista que é lá que teria que ser desempenhada, como ressalta Laudénice, do PA Paiolzinho: “*Se a conta cai no dia que ele vai ele paga, se cai no dia que eu vou eu pago, depende*”. O deslocamento até a cidade para o pagamento de contas e resolução de assuntos bancários estão vinculados à disposição de tempo para ir à cidade; a falta de conhecimento do funcionamento do sistema eletrônico bancário e o nível escolar das assentadas também se mostraram fatores relacionados a essa escolha.

As tarefas domésticas, a organização da casa, cozinhar e cuidar dos filhos, conhecidamente femininas, nos assentamentos mostram-se, majoritariamente, de responsabilidade das mulheres, respectivamente com 83,3%, 80,9% e 65,4% (desconsiderando-se 43,9% que não possuem filhos menores de idade). Destaque-se que a ajuda dos maridos

registrada é cumulativa à responsabilidade da mulher, ou seja, ela se considera a responsável pelas tarefas, a participação deles é esporádica, muito citada quando as mulheres viajam, estão doentes, ou sobrecarregadas. Apesar dessa participação aleatória os homens realizam tarefas como cozinhar, lavar roupa, limpar casa. Quando questionada sobre a ajuda do marido nessas tarefas, Luana, do PA 72, respondeu : “*Difícil, hein? A não ser quando eu estava gestante, ele ajudava bastante, lavava a roupa. E ele é uma pessoa que ajuda. Não é uma pessoa que fala assim, ‘ah, vou fazer’ (risos)*” (LUANA, PA 72).

É muito comum, nas falas das assentadas, vincular a ajuda do marido nas tarefas domésticas à impossibilidade de elas as realizarem, ou seja, se estão doentes, viajando ou impossibilitadas de fazer, então ele as ajuda. É possível verificar que os homens também escolhem quais tarefas querem realizar: “*...limpeza da casa é mais eu, mas ele cozinha, varre, lava louça*” (LAUDENICE – PA PAIOLZINHO).

A assentada declara que o marido ajuda em tudo, mas não gosta de limpar a casa. Dessa forma ele escolhe o que faz, e o que ele não quer ou não gosta de fazer é a mulher que faz. Isso não descaracteriza o fato de esses homens estarem envolvidos nessas tarefas, pois conforme demonstra a Tabela 15, nas tarefas de organização e limpeza da casa, em 16,6% dos casos, as entrevistadas declararam que ambos são responsáveis por esse trabalho; na tarefa de fazer comida, 19% declararam que ambos são responsáveis; no quesito cuidar dos filhos elas declararam, em 26% dos casos, que ambos são responsáveis. Ajudar, ou até mesmo assumir os trabalhos domésticos em determinadas situações aponta para uma aceitação do homem em se envolver em assuntos anteriormente considerados tão somente ‘de mulher’.

Há um controle na divisão de tarefas, não revelado explicitamente pelas partes, mas subentendido, nas entrelinhas, por meio de um companheirismo que se demonstra satisfatório, por parte dessas mulheres. Elas estruturam seu ritmo em função do que querem ou não fazer, daquilo que acham ou não importante realizar, sem perder de vista seu foco principal - o bem-estar da família.

A compra de mantimentos é uma tarefa que, majoritariamente (61%), é realizada pelo casal. Praticada na cidade, essa é uma atividade na qual os filhos menores também participam, caracterizando uma atividade não só do casal, mas da família, com caráter de passeio.

A compra de móveis e eletrodomésticos é, em 59% dos casos, realizada pelas mulheres. A decisão conjunta é de 35% da amostra e em 4,7% a escolha é exclusivamente feita pelo homem. Por se tratarem de compras para a casa, as mulheres demonstraram que os produtos deveriam ser de seu gosto; em primeiro lugar, o produto a ser comprado seria analisado levando-se em conta a capacidade financeira da família e, então, se fosse possível realizar a compra, a

escolha do produto seria definido levando-se em consideração a preferência feminina no modelo, marca, cor, tamanho etc.

Dessa forma, em uma primeira análise dos resultados sobre a questão da compra de móveis e eletrodomésticos, associou-se o poder de decisão da mulher, nessas compras, ao fato de ela ser a principal responsável pelos trabalhos reprodutivos, ou seja, ela cozinha, então ela escolhe o fogão. Mas, por outro lado, tomar a frente de todas as escolhas, inclusive de móveis ou eletrônicos que não são de uso exclusivo da mulher, mostra que existe abertura de conversa e possibilidades para escolhas, nas relações das famílias dentro dos assentamentos, e que essas relações não estão somente sob o domínio masculino, a mulher traça seu caminho abrindo espaço para uma divisão nas tarefas em todos os sentidos.

A compra de materiais para o lote, que se relacionam ao trato animal ou a produtos necessários para o plantio e cuidados com a plantação, mostrou-se como de responsabilidade masculina (50%); as compras são feitas pelo casal em 39% dos casos ; a mulher as realiza sozinha em 14% dos lotes e 2,3% dependem dos filhos que moram na cidade para realizar essas compras. Vinculada a tarefas masculinas relativas ao trato animal e plantio, a decisão na realização dessa tarefa demonstrou ser definida pela disponibilidade de tempo dos assentados, já que ela depende do deslocamento até a cidade.

Outros fatores que afetam essa compra e também as demais tarefas desenvolvidas fora do lote, são as condições de saúde e a falta de veículo próprio. Por se tratar de uma tarefa que necessita de deslocamento, alguns assentados têm dificuldade em transportar o material comprado da cidade até o lote, outros ; em decorrência de problemas de saúde não podem sair do lote.

Maria Aparecida, do PA Urucum, revela, em sua fala, a dificuldade daqueles assentados que não possuem veículo próprio para fazer compras na cidade e levar os materiais até o lote:

*A gente mora no sítio, tem que tá comprando milho, o milho tá caro, não compensa. Se vender um frango a 25, 30 reais a pessoa reclama já, que tá muito caro, mas não vê o preço do milho que a gente compra. E tem que pagar para levar até o ponto de ônibus, do ônibus pro assentado, e tem que pagar outro carro para ir buscar e nas costas não tem como trazer (MARIA APARECIDA, PA URUCUM).*

A assentada se refere à vontade de parar com a criação de galinhas, pois considera que o preço de venda não compensa. O custo da alimentação dos animais fica muito alto devido ao valor gasto com o transporte do milho. É necessário pagar um transporte da loja onde foi realizada a compra até o ponto de ônibus que leva ao assentamento. Quando o ônibus chega ao

assentamento é necessário também pagar outro transporte até o lote, pois o ônibus para na rodovia e não entra no assentamento.

A falta de linhas constantes de ônibus municipais no interior dos assentamentos traz, para os assentados, outra dificuldade, que é o transporte de materiais e produtos em geral, da rodovia ou da estrada principal até os lotes. Quem não possui veículo próprio deve desembolsar valores muitas vezes absurdos para pagamento de veículos particulares que realizem o trajeto não feito pelos ônibus municipais. Dessa mesma forma, acontece quando os assentados vão levar produtos para venda na cidade. A cobrança dos altos valores de transporte, feita por aqueles que possuem condução própria, uma cobrança muito acima do que costuma ser a realização desse serviço, é fruto de uma prática de exploração do fato de não haver “opções”. Assim, no caso de o transporte ser realizado para levar produtos para a venda, os valores pagos reduzem a renda do assentado.

Por meio do levantamento das tarefas desenvolvidas pelas mulheres, verificou-se que elas participam de todos os trabalhos do lote, da casa e de todas as atividades de manutenção, sendo responsável ou dividindo com o marido a responsabilidade. A participação dos homens em tarefas reprodutivas indica uma mudança nas relações de gênero vividas nos assentamentos. Tarefas antes tidas como “só de mulher”, como limpar a casa, lavar roupa, cozinhar, cuidar dos filhos, contam agora com a participação dos homens. As mulheres participam das tarefas junto com os maridos e controlam essa participação, em contrapartida da ajuda dele nas tarefas domésticas, demonstrando empoderamento e poder de decisão na realização das tarefas no lote.

Para melhor entendimento desse empoderamento demonstrado pelas mulheres, realizou-se um levantamento para verificar qual o poder das mulheres na decisão sobre a utilização da renda obtida no lote e fora dele.

### 3.4.3 Poder de decisão da mulher sobre a renda

Para analisar o poder da mulher assentada na tomada de decisão sobre a renda levantaram-se as fontes de renda dos lotes. Primeiramente buscou-se verificar quem decide sobre a utilização da renda obtida através dos trabalhos produtivos realizados no lote. Foram indicadas as seguintes opções: ‘a mulher decide’ – nesse quesito seriam contados os casos em que só a mulher decide como é utilizada a renda da produção vinda do lote, agrícola e pecuária; ‘ambos decidem’ – o quesito no qual seria apontado um “empate”, pois, como se ouviu muitas vezes, seria o caso de se “conversar” para decidir, ambos participam igualmente da decisão; outra opção era a de que o ‘marido decide’, em que a decisão seria unicamente tomada pelo

homem, sem consultar a esposa. Uma outra opção de resposta foi criada para abarcar situações de divisão da renda, que não se encaixava nas situações anteriores - 'divisão entre as partes', em que marido e mulher decidem, mas não juntos; a divisão, aqui, é por assunto a ser decidido, em alguns casos ele decide e em outros, ela decide.

Assim, quanto ao poder de decisão (Tabela 16), 61,9 % das entrevistadas afirmaram que todas as decisões com relação ao uso do dinheiro ganho com venda de produtos agrícolas e pecuários produzidos no lote são feitas em conjunto. Em 24% dos casos as mulheres tomam as decisões sozinhas, elas administram os ganhos. É importante registrar, aqui, que em 9,5% dos lotes as proprietárias são viúvas ou separadas, todas têm filhos adultos ou companheiros que não interferem em seu poder de decisão, e estão incluídas nos 24 % mencionados. Em 7,1% dos casos quem toma a decisão é o marido, não havendo a participação das esposas. Surgiram outros três casos que não se enquadram nos anteriores e representam 7,1% do total, sendo inseridos no item 'divisão entre as partes'. Em um desses casos, a mulher relatou que a renda com a venda das galinhas era somente dela, porque ela tratava, cuidava e vendia; já a renda com o restante da produção, criação de gado, leite e plantações era de ambos; em outra situação, foi relatado que o dinheiro era dividido, cada um ficava com o equivalente ao que produzia e vendia: quem fosse à feira e vendesse ficava com o dinheiro, as contas também eram separadas. Houve, ainda, uma última situação em que somente a venda do produto com valor agregado era dela, o restante o marido decidia.

**Tabela 16:** Poder de Decisão sobre a Renda do Lote

<b>Tratamento renda lote</b>	<b>%</b>
Ambos decidem	61,9%
Mulher decide	24%
Marido decide	7,1%
Divisão entre as partes	7,1%

Fonte: pesquisa em campo.

Esses dados sugerem que a mulher possui alto poder de decisão com relação ao destino da renda do lote. Se somados os números da Tabela 16 referentes às situações em que há participação das mulheres na tomada de decisão, constatam-se as seguintes: as decisões tomadas somente pelas mulheres, aquelas em que ambos decidem, os casos em que ela fica com o dinheiro da galinha e divide o restante da renda e o caso em que cada um fica com o que produz. Seria possível evidenciar, dessa forma, que a mulher tem influência em 93% das decisões tomadas no lote. Somente em 7,1% dos casos os homens tomam as decisões sozinhos.

A seguir, elencam-se algumas falas que refletem esses resultados. Luana, do PA 72, é enfática ao dizer que o dinheiro ganho por ambos é do casal: “*Nós dois decidimos tudo, não tem dessa de o dinheiro ser só de um! Ele trabalha também como pedagogo numa escola, se for para comprar alguma coisa para nós não tem dessa de falar que o dinheiro é só de um!*”. Nesse caso, não importa qual a origem do dinheiro, se é ganha com a venda dos produtos do lote ou se é ganha através do emprego do marido professor; o destino do dinheiro é decidido por ambos. Luana deixa claro que não aceita a ideia de que o marido decida sozinho o destino do dinheiro que ele ganha como professor.

Já para Maria Juvelina, do PA São Gabriel, a dinâmica da decisão do uso do dinheiro ganho no lote é outra: “*Divide, se deu tanto, tanto é dele, tanto é meu. Aí, cada um faz o que quer com sua parte*”. Nesse caso há uma divisão do dinheiro ganho entre o casal. A assentada relata que ambos trabalham no lote, dividem o dinheiro e o pagamento das contas.

Josiane, do PA São Gabriel, também relata que as decisões do dinheiro são tomadas pelo casal: “*Nós senta e conversa, vê o que precisa fazer. Ele põe todo dinheiro na minha mão. Ele não fica com nada*”. A assentada expõe que o marido primeiro entrega todo o dinheiro na mão dela, depois eles conversam e decidem sobre o que fazer.

Em todas as situações mencionadas as mulheres têm poder de decisão e participação na questão financeira familiar, seja no caso de Luana e de Josiane em que as decisões são tomadas em conjunto, pelo casal, seja no caso de Maria Juvelina em que o casal divide o dinheiro, mas ela tem a parte dela. A fala de Luana, “*não tem dessa de o dinheiro ser só de um*”, sugere um posicionamento no qual ela não aceitaria que o dinheiro fosse utilizado pelo marido sem a participação dela. O marido de Josiane entrega todo o dinheiro na mão dela e Maria Juvelina tem a parte dela no dinheiro. Esses depoimentos evidenciam relações de gênero com alta participação da mulher no processo decisório, dentro dos lotes, pois as mulheres têm voz, participam e não aceitam não participar das decisões.

Além da renda obtida pelos assentados através da produção nos lotes, buscou-se verificar a existência de outras fontes de renda e qual o papel da mulher em decisões sobre essa renda vinda de fora do lote. Esses dados podem contribuir para o entendimento sobre a dependência das famílias assentadas de outras fontes de renda, sendo também um indicativo da possibilidade ou não de as famílias assentadas sobreviverem somente com a renda do lote.

Analisando as fontes de renda externas à produção no lote (Tabela 17), verificou-se que 31% das mulheres e 26,1% dos homens recebem aposentadoria; 21,4% dos homens trabalham em atividades de outros lotes, em fazendas vizinhas; em 2,4% dos casos o marido é segurança de empresa privada e, em 2,4%, o cônjuge trabalha na mineração. No caso das mulheres, o

número é menor : 11,9% delas trabalham fora como manicures ou como vendedoras de produtos de beleza. O bolsa família é recebido por 11,9% das entrevistadas e 2,4% declararam receber vale renda ; 7,1% estão recebendo pelo INSS em razão de problemas de saúde. Do total de famílias participantes da pesquisa, apenas 16,7% sobrevivem somente da renda obtida no lote.

**Tabela 17:** Outras fontes de renda

<b>Renda de fora do lote</b>	<b>%</b>
Aposentadoria da mulher	31%
Aposentadoria do marido	26,1%
Homem trabalha fora	21,4%
Bolsa família	16,7%
Não há renda	11,9%
Mulher trabalha fora	11,9%
INSS saúde	7,1%
Vale renda	2,4%

Fonte: pesquisa em campo.

É necessário levar em consideração, nesse resultado, que grande parte dos recebimentos de renda registrados são decorrentes de aposentadorias, um total de 57,1%, entre homens e mulheres. Essas aposentadorias advêm do fato de que grande parte dos assentados pertencem a faixas etárias avançadas. Em 33,3% do total de famílias, há um membro, homem ou mulher, que trabalha fora do lote; esse número é um indicativo de que existe necessidade de complementação da renda por meio de trabalhos fora do lote. No caso das mulheres, esses trabalhos não são necessariamente realizados fora do lote, pois a maioria deles é venda de produtos de beleza através de catálogos ou de manicure e cabeleireira, um atendimento que é feito dentro do assentamento e até mesmo dentro do lote. Essas atividades têm caráter esporádico, não prejudicando as demais atividades. Apesar de essas atividades se desenvolverem como um trabalho precário, sem acesso a direitos legais, elas permitem uma fonte de renda extra para as assentadas, além de promover interação entre as mulheres.

Em relação à renda obtida fora do lote, foi questionado quem decide como é utilizado esse dinheiro, buscando verificar sobre a participação das mulheres. Em 87,8% dos casos em que os assentados possuem outras fontes de renda que não sejam produzidas dentro do lote (Tabela 18), 47,2% decidem em conjunto o que fazer com o dinheiro; a mulher decide o que fazer com o dinheiro, independentemente de ter sido ganho por ela ou pelo marido, em 44,4% dos casos; o marido decide o que fazer com o dinheiro, independentemente de ter sido ganho por ele ou por ela, em 2,7%. A divisão entre as partes acontece em 5,5%. Somados, esses

resultados representam que a decisão sobre o uso do dinheiro ganho com o trabalho extra tem, majoritariamente, a participação da mulher. Observe-se.

**Tabela 18:** Decisão da Renda Gerada Fora do Lote

<b>Tratamento da renda de fora do lote</b>	<b>%</b>
Ambos	47,2%
Mulher decide	44,4%
Marido decide	2,7%
Divisão entre as partes	5,5%

Fonte: pesquisa em campo.

Esses números demonstram que o nível de participação de decisão da mulher, quando se trata da renda obtida fora do lote, é ainda maior do que sua participação na renda obtida nos trabalhos no lote. Somados os quesitos em que há participação da mulher, quando ambos tomam a decisão em conjunto, quando ela toma a decisão sozinha e quando ela toma a decisão dos trabalhos realizados por ela fora do lote, representam o montante de 97,2%. As mulheres dos assentamentos rurais de Corumbá e Ladário possuem um grande empoderamento na tomada de decisão da renda, seja ela proveniente da renda do lote ou de outras fontes de renda externas ao lote.

Quando o dinheiro advém do Bolsa Família, é administrado pela mulher, assim como o dinheiro de mulheres viúvas ou separadas; já no caso de mulheres aposentadas, elas decidem ou o casal decide, em apenas um caso o marido decide. Quando a aposentadoria é do homem, a decisão é do casal; em um dos casos, a mulher decide. Quando são realizados trabalhos fora do lote, a maior parte da decisão é tomada pelo casal ou a decisão pode ser tomada pela mulher. Chame-se, contudo, a atenção para o fato de que, quando o homem trabalha fora, em nenhum caso ele decide sozinho sobre a renda. Já a mulher possui esse poder de decisão, quando ela trabalha fora, e também sobre esse tipo de rendimento dele.

Durante entrevista no PA Paiolzinho, Albino, marido de uma entrevistada, justifica, em sua fala, por que o casal deve tomar as decisões em conjunto:

*Existe hoje em dia pessoas que não combinam, então quando o casal não combina não vai pra frente, não arruma nada, o casal tem que ser combinado, porque se eu quero uma mulher, então ela tem o mesmo direito que eu, se eu gosto dela, ela tem o mesmo direito que eu, isso que as pessoas tem que entender, tem gente que não entende. Vejo aqui mesmo, tem gente que vai na cidade a vida inteira, nunca leva a mulher para sair, nem numa festa, isso é crime. Porque a mulher tem o direito dela. Nós não (se referindo a ele e a esposa), nós dois anda no nosso carro sempre junto, eu nunca vou ser assim. Nós vai junto, nós negoceia junto, nos compra gado junto, nós vende junto, tudo combinado, nada sozinho. Tudo que você faz sozinho um dia você vai*

*errar, e vai se arrepender, aí a mulher pode falar pra você : "você errou, e você não pode mais fazer negócio porque você tá errado". Então, junto é outra coisa, porque às vezes um não lembra o outro lembra, então junto sempre é uma coisa melhor (ALBINO, PAIOLZINHO)*

O reconhecimento da importância da participação da mulher em muitos momentos da vida do casal, seja no lazer, quando vai na cidade a passeio ou a negócio demonstra que, para o assentado, o companheirismo entre ambos é importante.

Para Osana, do PA Paiolzinho, o marido reconhece seu trabalho: *“Ele dá valor sim! Porque senão ele não comentaria com outras pessoas, que se não fosse por minha ajuda ele não teria o que tem hoje, ele comenta com os parentes dele também!”*.

O trabalho e a participação das mulheres nas decisões são reconhecidos pelos maridos. Esse é um fator importante que configura maior empoderamento em relação às mulheres. Ser valorizada pelo seu trabalho, por sua participação no dia a dia da família gera, na relação de gênero, o companheirismo, como observado nos casais camponeses, no desenvolvimento de trabalhos e nas tomadas de decisões. O reconhecimento do homem abre as portas para a participação das mulheres. Não há perda de espaço de decisão do homem, há um compartilhamento do espaço de decisão.

No intuito de entender o poder da mulher na tomada de decisão quando o assunto é comprar produtos e serviços específicos para mulheres, as participantes foram questionadas sobre a necessidade de pedir aos maridos dinheiro para essas compras, ou não.

Quando questionadas sobre qual seria o procedimento para comprarem produtos ou serviços específicos para si (Tabela 19), como roupas, produtos de higiene e beleza, corte de cabelo, unha e outros, foi constatado que não existe dependência das mulheres nesse sentido; 45,2% disseram realizar essas compras sem necessidade de avisar os maridos. Apenas 2,4% declarou ter que pedir ao marido para realizar compras pessoais, 30,9% declararam sempre planejar em conjunto com o marido todos os gastos, inclusive os pessoais; 16,6% declararam que fazem as compras e depois avisam os maridos dos gastos e 4,7% pedem ao marido somente quando não possuem dinheiro próprio.

**Tabela 19:** Decisão de compra de produtos para Mulheres

<b>Compras específicas para mulher</b>	<b>%</b>
Marido decide	2,4%
Ambos decidem	30,9%
Mulher compra primeiro e avisa depois	16,6%
Mulher compra e não comunica	45,2%
Marido só decide se ela não tiver dinheiro	4,7%

Fonte: pesquisa em campo.

A indignação de uma entrevistada, quando questionada sobre a tomada de decisão nas compras pessoais da mulher, chamou a atenção e pareceu que a resposta era óbvia: "*eu trabalho, por que teria que pedir?*" (MARILDA, TAMARINEIRO I). O 'não ter que pedir' retrata que essas mulheres não são submissas, reconhecem-se e são reconhecidas pelos companheiros em relação ao trabalho realizado e ao direito de utilização do dinheiro, seja ele ganho por elas, por eles ou por ambos.

Outra entrevistada declarou : "*Eu vô lá e compro e quando ele vê já comprei*" (LUANA, PA 72). Assim como Marilda, Luana declara ter autonomia de poder gastar sem precisar dar satisfação ao marido. Até mesmo o percentual de 30,9% de mulheres que declararam planejar em conjunto com o marido todos os gastos, sugere, inicialmente, que poderia se tratar de uma forma de controle do marido sobre os gastos das mulheres; porém, ao se aprofundar o diálogo com as entrevistadas, verificou-se que essa decisão conjunta reflete uma preocupação com o controle do orçamento doméstico e não uma forma de controle do marido sobre os gastos da esposa.

Entender a divisão de tarefas e o papel ou participação das mulheres na sua realização contribui para que se defina quem faz, quando faz, por que faz, contudo sem envolver sentimento de satisfação.

Após o levantamento sobre os trabalhos realizados pelas mulheres, buscou-se verificar se existia satisfação por parte delas na realização desses trabalhos no lote e qual é a importância que elas atribuíam aos trabalhos realizados.

#### 3.4.4 Satisfação e importância percebida dos trabalhos desenvolvidos no lote

A compreensão da satisfação das mulheres na realização dos trabalhos no lote e a importância percebida, por elas, em realizá-los são fatores necessários à compreensão sobre o motivo de elas desenvolverem as tarefas produtivas e reprodutivas.

Nesse sentido, buscou-se verificar, dentre os trabalhos desenvolvidos em casa e no lote, qual agradava mais as mulheres; solicitou-se que as participantes escolhessem, dentre todas as tarefas que desenvolviam, a que mais gostavam de fazer. O contrário também foi solicitado: qual seria a tarefa que não gostavam de fazer.

Entendendo-se que nem tudo que se gosta de fazer é o mais importante que se faz e, ainda, que nem tudo o que não se gosta de fazer deixa de ser importante, foi questionado sobre qual seria a tarefa mais importante que desempenhavam e por que essa tarefa era importante.

Não houve alternativas pré-fixadas para as escolhas; os resultados expressos na Tabela 20 registram todas as atividades mencionadas pelas entrevistadas. Trabalhar na plantação, na horta é a atividade preferida de 42,9% das mulheres, atividade ligada à terra, que remete à condição camponesa. Menegat (2009), em seus estudos no assentamento Taquaral, já havia identificado que a identidade das mulheres daquele assentamento estava mais ligada ao trabalho no campo, à condição de trabalhadoras rurais, e não à de trabalhadoras assalariadas, mesmo que dependessem do trabalho assalariado.

Outras atividades citadas, desenvolvidas exclusivamente em função da condição de assentadas, como o trabalho com os animais (9,5%) e fazer queijo (2,4%), entre outras, reunidas perfazem 57%, ou seja, mais da metade das mulheres preferem desenvolver atividades ligadas ao campo, à terra. Esse pode ser um importante indicativo de que apesar de todas as dificuldades vividas por suas famílias, desde que se instalaram nos assentamentos, permanece, ainda, na maioria das participantes, a condição de mulheres do campo e o gosto pelo trabalho rural.

Foi referido, por 11,9% do total das mulheres, o cuidado da casa, como preferência; em percentual idêntico (11,9%), as mulheres declararam não ter preferência por nenhuma tarefa; cozinhar, realizar trabalhos de assistência à comunidade e trabalhos artesanais foram referidos, respectivamente, por 4,7% dessas entrevistadas. Foram escolhidas, ainda, num percentual de 2,4%, atividades como trabalhar na venda dos produtos na feira, trabalhar fora do lote e produzir queijo, conforme pode se verificar na tabela a seguir (Tabela 20).

**Tabela 20:** Trabalho Preferido da mulher

<b>Trabalho que mais gosta de fazer</b>	<b>%</b>
Trabalhar na plantação, horta	42,9%
Cuidar da casa	11,9%
Não tem preferência por nenhum trabalho	11,9%
Trabalhar com os animais	9,5%
Trabalhos de assistência à comunidade	4,7%
Cozinhar	4,7%
Trabalhar nas feiras para venda dos produtos	2,4%
Trabalhar fora do lote	2,4%
Fazer Queijo	2,4%
Trabalhar com artesanato	4,7%

Fonte: pesquisa em campo.

Questionar sobre qual a atividade de que as mulheres mais gostam visava à identificação dos trabalhos que elas realizam com satisfação. O fato de mais de 50% delas preferirem desenvolver trabalhos produtivos no lote demonstra que elas permanecem na terra por vontade própria e não por imposição dos maridos.

Claudia, do PA Paiolzinho, declara que gosta de trabalhar na roça: “*Gosto de mexer na roça, às vezes dentro de casa me estressa, quando tô estressada vou para roça*”. A assentada vincula os trabalhos da roça a uma forma de relaxar, porque gosta do que faz; “*gosto de mexer na roça*”, remete à satisfação de trabalhar com a terra.

Outra assentada, Josy, expõe que quando chegou ao lote não gostava de trabalhar na roça, mas que com o passar do tempo esse sentimento mudou:

*Um dia, peguei dinheiro e mandei meu guri comprar na horta da vizinha, alface, cebolinha, um pouquinho de cada coisa, mandei até uma nota de cinquenta reais que não tinha trocado. Ai ela mandou as verduras, mandou o dinheiro de volta, que ela não tinha como trocar, e mandou assim escrito num papel: “Josy, você mora em cima da pedra?” Aquilo me deu uma vergonha! Chorei, me deu vontade de ir devolver, aí falei, não, isso é pra mim ter vergonha na minha cara, né! E aí foi assim, eu não tinha nada, agora olha tudo que tem, isso foi me despertando. E hoje tenho alegria de falar, e falo pra todo mundo que estamos em cima da riqueza! É tão gostoso colher as coisas que você planta! (JOSY, PA SÃO GABRIEL).*

O relato de Josy revela que inicialmente ela preferia comprar nos vizinhos a plantar. Quando uma das vizinhas lhe chamou a atenção, ela começou a produzir no próprio lote. A fala da assentada evidencia que nem todas as mulheres vão para os assentamentos preparadas para a vida e para a lida no campo. Josy se refere à terra, hoje, como ‘riqueza’ e declara a satisfação de colher o que ela mesma planta. Essa satisfação de Josy está relacionada à concepção de que

os assentados de reforma agrária se constituem numa possibilidade de “recampenização”, ou seja, o sujeito que estava perdendo a condição de classe camponesa, se reconstrói no processo de luta na/e pela terra ao encontrar satisfação, por exemplo, de ser assentada/o e trabalhar nas atividades de colher, criar e plantar.

Com relação aos trabalhos que as mulheres não gostam de fazer (Tabela 21), as respostas dadas reforçam a ideia de que a maioria dessas mulheres se sente à vontade com o trabalho rural, pois apenas 4,7% declaram não gostar de carpir, única atividade referida, dentre os trabalhos com a terra, considerada como ruim, por se tratar de um trabalho pesado. Além disso, 4,7% declararam não gostar de cuidar de animais, totalizando 9,5% de mulheres que não gostam de algum tipo de atividade relacionada ao campo.

**Tabela 21:** Trabalho que a mulher não gosta de realizar

<b>Trabalho que não gosta de fazer</b>	<b>%</b>
Passar roupa	28,5%
Considera todos os trabalhos iguais	21,4%
Cuidados com a roupa	14,3%
Cozinhar	11,9%
Limpar e organizar a casa	7,1%
Carpir	4,7%
Dirigir	2,4%
Fazer Doces	2,4%
Costurar	2,4%
Cuidar das galinhas	2,4%
Trabalhar com animais maiores	2,4%

Fonte: pesquisa em campo.

Já em relação aos trabalhos realizados em casa, obtiveram-se os seguintes percentuais: passar roupa (28,5%), cuidar da roupa (14,3%), limpar e organizar a casa (7,1%), fazer doces para vender (2,4%) e costurar (2,4%). Somados, esses resultados equivalem a 54,7% das entrevistadas (Tabela 21). A maioria das mulheres, apesar de terem essas tarefas sob sua responsabilidade, não gostam de desenvolvê-las e preferem a labuta na terra à labuta na casa. É importante ressaltar que não houve respostas pré-determinadas, nesse caso; todas as repostas dadas foram consideradas na Tabela 21.

Os resultados que revelam a tarefa considerada mais importante reflete o peso da responsabilidade sentida em seu desempenho (Tabela 22); mais uma vez há uma clara separação entre as tarefas relativas ao campo e as tarefas relativas à casa. As atividades cuidar da lavoura/horta (30,9%) e cuidar dos animais (7,1%), juntas representam que 38% das entrevistadas consideram os trabalhos relativos ao campo mais importantes que os demais que

desenvolvem. Já os trabalhos desenvolvidos em casa, cuidar dos filhos (23,8%), cuidar da casa (14,2%) e, cozinhar (7,1%) somam 45,1%; a maioria das entrevistadas, portanto, vê os cuidados com a casa e com os filhos como os mais importantes desenvolvidos por elas, uma vez que 9,5% não souberam responder, 4,7% consideram que todas as tarefas que realizam têm a mesma importância e 2,4% disseram que tomar decisões e ajudar o próximo seria o mais importante. Não houve respostas pré-determinadas, todas as respostas foram consideradas.

**Tabela 22:** Tarefa considerada mais importante pelas mulheres

<b>Tarefa mais importante</b>	<b>%</b>
Cuidar da lavoura, horta	30,9%
Cuidar dos filhos/família	23,8%
Cuidar da casa	14,2%
Cuidar dos animais	7,1%
Cozinhar	7,1%
Não sabe	9,5%
Todas são importantes	4,7%
Tomar decisões	2,4%
Ajudar o próximo	2,4%

Fonte: pesquisa em campo.

Para entender o motivo pelo qual as mulheres consideram as tarefas citadas na Tabela 22 como as mais importantes desempenhadas por elas, questionou-se sobre o motivo da importância dada a essas tarefas. Foram dois os motivos mencionados: em 38% dos casos os trabalhos são considerados importantes por serem provedores da fonte de renda da família ; em 62%, os trabalhos são considerados importantes por propiciarem bem-estar à família.

É possível perceber que os trabalhos produtivos estão diretamente relacionados à preocupação com a fonte de renda da família. No caso dos trabalhos de cuidar da lavoura/horta e cuidar dos animais, a maioria das respostas, 70 e 78,5%, respectivamente, relacionaram essas tarefas porque representam a fonte de renda familiar. Já os trabalhos reprodutivos, cuidar da casa, cuidar dos filhos/família e cozinhar foram 100% relacionados à promoção do bem-estar da família. Das mulheres que responderam que todos os trabalhos que desenvolvem têm a mesma importância, 66,7% consideraram que a importância está em promoverem o bem-estar da família e 33,3% assim consideram por se tratarem de fonte de renda

O fato de 62% do total de mulheres considerarem que os trabalhos mais importantes que realizam relacionam-se ao bem-estar da família, demonstra o comprometimento delas com a instituição familiar. Conquanto a fonte de renda apareça mencionada em 38% dos casos, como motivo para que as tarefas sejam consideradas importantes, o motivo dessa relevância é o

reflexo que isso produz na vida da família, ou seja, volta-se, também, ao bem-estar da instituição familiar. Todas as tarefas desenvolvidas pelas mulheres têm, portanto, uma só finalidade: o bem-estar da família. Em nenhum momento, em alguma entrevista, as mulheres apontaram qualquer indicativo ou disseram qualquer palavra que significasse que realizavam os trabalhos em benefício próprio. O benefício próprio, para essas mulheres, é adquirido através do bem-estar da família. Dessa forma, é possível verificar a importância da instituição familiar no campesinato.

Embora se mostrem empoderadas e participativas, a partir dos dados apontados e analisados quando o assunto é a relação de gênero no convívio familiar, essas mulheres mostraram pouca ou nenhuma participação em atividades coletivas, sejam elas produtivas, sociais ou de lazer.

#### 3.4.5 Participação das mulheres em produções coletivas, cooperativas, associações, sindicatos ou movimentos sociais

Apesar das diversas culturas produzidas nos lotes e da existência da produção de vários produtos com valor agregado, em sua maioria produzidos pelas mulheres, verifica-se dificuldade de estabelecimento de uniões produtivas, principalmente entre as mulheres dos assentamentos.

Nos assentamentos de Corumbá e Ladário não existem atualmente muitas iniciativas de trabalhos em “atividades coletivas” desenvolvidas entre os próprios assentados. Foi possível verificar que iniciativas específicas de mulheres que trabalham com algum tipo de atividade associativa, seja para venda ou para produção, são muito tímidas. Foram encontradas três situações que envolvem especificamente mulheres: uma no Assentamento Taquaral, outra no São Gabriel e uma no Tamarineiro I, que não existe mais.

No assentamento Taquaral existe um grupo chamado Oratória de Dom Bosco, formado na Igreja Católica Santo Antônio (Igreja do Taquaral). Nesse grupo formado por 15 mulheres de diferentes religiões e também por mulheres que não moram no assentamento, são feitos vários tipos de doces, pães e artesanatos. É um espaço de troca de conhecimentos e de oportunidade para geração de renda extra. A iniciativa associativa partiu de dentro do grupo da Oratória de mulheres da religião Católica, mas acabou agregando outras mulheres da Assembleia de Deus. Devido a questões religiosas (pois as participantes da Assembleia de Deus não podiam comparecer às reuniões quando elas eram realizadas dentro da Igreja Católica), a líder do grupo optou por realizar as reuniões em sua casa. Os aspectos positivos apontados,

referentes à participação no grupo, foram: local de descontração, para esquecer dos problemas, as mulheres se integram, saem da rotina e obter renda. Por falta de infraestrutura o grupo foi desativado recentemente.

No assentamento São Gabriel existe uma cooperativa de assentados para produção de doces; essa iniciativa, denominada Associação dos Produtores do Projeto Assentamento São Gabriel, já formalizada e registrada legalmente, conta com a participação de 12 mulheres, apesar de não ser formada somente de mulheres, são elas que lideram o grupo. O projeto está em fase inicial de adaptação; a produção acontece provisoriamente na casa de uma das assentadas porque não há um local específico, uma cozinha industrial, por exemplo. O grupo espera que a prefeitura auxilie nas instalações. Os produtos são vendidos na cidade de Corumbá e em festas locais.

Existe, também, por parte de algumas mulheres recém integradas no grupo, uma série de dúvidas com relação à própria participação na associação, à divisão de matéria-prima, trabalhos na produção, como se dariam as vendas em conjunto. Essas mulheres relataram que entraram com os nomes para participar da formação jurídica da associação, mas não têm noção de como, efetivamente, funcionará a cooperativa. As dúvidas e as desconfiças evidenciam a novidade desse trabalho em grupo, ao mesmo tempo que demonstram a carência de conhecimentos relativos ao trabalho conjunto e em relação aos procedimentos de vendas e investimentos de manutenção da atividade.

Havia um grupo de mulheres do Tamarineiro I que produzia queijos e doces e entregavam na Marinha. Chegavam a fazer mais de 100 kg de doce por semana. Pararam porque tiveram problemas com o acerto de contas para recebimento na Marinha. Uma das participantes do antigo grupo destacou pontos positivos como o aprendizado de coisas novas e a troca de experiências. Como pontos negativos apontou dificuldades para entregar os produtos e burocracia no pagamento. Segundo ela, o dinheiro ajudava para tudo em casa e ambos, marido e esposa, decidiam como utilizá-lo. A falta de conhecimento nos processos de venda, emissão de documentos necessários, controle de documentação e recibos foi o fator que mais pesou para que a parceria fosse desfeita. Isso ocorre porque os camponeses/as possuem uma racionalidade administrativa/contábil vinculada ao “universo” familiar, ou seja, uma administração e contabilidade camponesa. Essa racionalidade camponesa é diferente da racionalidade científica e moderna das ciências administrativas e contábil.

Foram vários os motivos levantados para a falta de iniciativas de formação de associações produtiva entre as mulheres nos assentamentos (Tabela 23): 33,3% declararam não saber por que essas iniciativas não existiam; 28,5% consideraram que existe falta de união entre

os assentados; 19% apontaram a falta de políticas públicas como causa; 14,2% consideraram que é falta de iniciativa das mulheres; 9,5% se referiram à falta de auxílio externo. Outras possibilidades ainda foram levantadas: jovens foram embora, falta de tempo, falta de conhecimento sobre como comercializar, muitas pessoas não moram nos lotes, falta alguém para tomar a frente, falta transporte para a venda e, também, falta visão.

**Tabela 23:** Motivos para Falta de Cooperativismo/associativismo de Mulheres

<b>Motivo de não haver Cooperativas/Associações</b>	<b>%</b>
Não sabe	33,3%
Falta de união dos assentados	28,5%
Falta políticas públicas	19%
Falta de iniciativa das mulheres	14,2%
Falta de auxílio externo	9,5%
Jovens foram embora	4,7%
Falta de tempo	4,7%
Falta como comercializar	2,4%
Muitas pessoas não moram nos lotes	2,4%
Falta alguém para tomar a frente	2,4%
Falta transporte para venda	2,4%
Falta de visão	2,4%

Fonte: pesquisa em campo.

As falas refletem a vontade de participação conjunta com outras mulheres em algum projeto; como é o caso de Lurdinha, do PA 72, que faz bonecas de tecido para venda:

*[...] aqui não tem não, aqui é cada um para si, devia né, se unir...igual no meu caso, eu queria umas pessoas para me ajudar, para fazer as bonequinhas pra nós vender tudo junto, ninguém ainda não falou nada...Isso veio desde o acampamento, não somos unidos (LURDINHA, PA 72).*

É possível verificar que um dos motivos para a não existência de parcerias de mulheres é a falta de iniciativa, como deposto na fala “ninguém ainda não falou nada”. Em outros momentos da entrevista, Lurdinha comenta que ninguém “convidou”, dando a entender que tem vontade de participar de grupos de trabalho, mas espera que alguém tenha a iniciativa de convidá-la para trabalhar em alguma atividade em conjunto. As bonequinhas referidas são produção artesanal dessa assentada (Figura 51).



**Figura 51:** Artesanato Produzido por assentada do PA 72  
Fonte: Acervo da pesquisadora – abril/2016.

Essa produção artesanal não é levada às feiras para venda. A assentada declara fazer as bonequinhas somente por encomenda. Não faz divulgação de seu trabalho, o que acaba dificultando as encomendas, uma vez que são poucas as pessoas que tem conhecimento dessa produção artesanal.

O depoimento a seguir é de uma assentada do PA 72, no qual faz referência às dificuldades passadas pelos assentados, que, na visão da mesma, poderia ser motivo da falta de união entre as mulheres para realizarem uma produção conjunta.

*Antigamente o povo fala, que no começo não tinha nada, até quando começou a aparecer produtos do 72 nas feiras, o povo falava: ‘Ué, do 72? O 72 não produz nada, só tem arumita, lá ninguém trabalha’. Mas se falar das condições que as pessoas tinham, não tinha água, as pessoas não tinham um carro, não tinha nem carroça, filho pequeno, se sujeitava a trabalhar para fora para poder trazer comida para casa, e ninguém se envolveu com essa parte. Depois começaram a trabalhar, plantar, viram que a terra dava para produzir, foi melhorando a água (ALZIRA, PA 72).*

Alzira considera que as dificuldades enfrentadas no início do assentamento foram as responsáveis por não haver parcerias produtivas. Segundo ela, não havia como as mulheres se preocuparem em produzir em conjunto, tendo em vista as dificuldades de cada lote, que mal permitiam a produção individual. As pessoas aprenderam a trabalhar individualmente/familiarmente em seus lotes e assim continuaram.

Catarina, do PA 72, atribui a falta de união de mulheres no assentamento à urbanização da população dos lotes, “*porque elas não tem visão...e porque não tem mais aquelas mulheres ‘rurais mesmo’, os lotes foram quase todos vendidos, é mais mulher de cidade que é acostumada com cidade...*”. Para Catarina, ‘mulher rural’ é aquela que vive no lote do

assentamento e trabalha na lavoura, sabe plantar, colher, trabalha na criação animal, é a mulher que vive da produção do lote.

A fala de Catarina levanta um problema recorrente em todos os assentamentos - a venda de lotes. Muitos assentados vendem seus lotes e quem compra, muitas vezes utiliza para lazer, e somente para os fins de semana. Essa reclamação da assentada é um ponto que acaba por afetar a criação de unidades produtivas de mulheres dentro dos assentamentos, pois a redução da população que foi assentada através da reforma agrária, enfraquece a luta pela manutenção do assentamento, e pelos direitos perante o poder público, como manutenção de abastecimento de água potável, educação, saúde, manutenção das estradas de acesso.

A falta de iniciativas produtivas entre mulheres revela pouca interação entre as assentadas. Esse fator é confirmado com o levantamento da participação delas em outros movimentos, como a associação de moradores. Não há interesse, por parte da grande maioria, em participar de algum tipo de movimento, seja no assentamento ou fora dele.

A participação das mulheres dos assentamentos e movimentos sociais, associações de moradores ou sindicatos é muito pequena (Tabela 24). Das entrevistadas, 78,5 não tem nenhum tipo de participação; 14,2% são associadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corumbá, 9,5% são aposentadas, 2,4% estão afastada com licença saúde pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e relataram que os benefícios trazidos na participação no sindicato são relativos, como por exemplo para a aposentadoria. Somente 7,1% declararam participar da associação de seus assentamentos, sendo uma delas a presidente. O assentamento São Gabriel é o único que possui, como presidente de sua associação, uma mulher.

**Tabela 24:** Participação das mulheres em Movimentos Sociais, Sindicato e Associação

<b>Participação</b>	<b>%</b>
Não participa	78,5%
Associação do assentamento	7,1%
Sindicato dos trabalhadores rurais - filiada	14,2%

Fonte: pesquisa em campo.

Esses resultados refletem falta de interesse por parte das mulheres em participar até mesmo na associação de moradores de seus respectivos assentamentos. Um dos motivos é a própria organização das associações, que, na verdade, são consideradas desorganizadas e sem força de ação. Todas têm a visão de que não há “união” entre os assentados e não veem motivos ou benefícios em comparecer a reuniões do seu grupo mais próximo de interesses, que seriam as associações.

A falta de interesse nessa participação não é exclusiva das mulheres, pois há um enfraquecimento das associações de moradores; em alguns assentamentos elas nem estão ativas, como o caso do PA Mato Grande; em outros casos, os assentados não sabem se estão ou não ativas, como no PA Urucum.

As mulheres estudadas mostram-se altamente ativas e empoderadas no lote, interessadas em participações coletivas produtivas, mas desinteressadas em atividades que reúnam discussões e participação pública. Elas reclamam que as reuniões realizadas dentro dos assentamentos só geram brigas e desentendimentos sem nada resolver, esse seria o motivo delas não participarem, “para não perder tempo” (LURDINHA, PA 72; JOSY, PA SÃO GABRIEL; MARIA, PA TAQUARAL)

Nesse ponto, nota-se um contrassenso com relação aos resultados encontrados. A pouca participação social e política das mulheres poderia transformá-las em sujeitos alheios ao mundo externo, sem voz na relação de gênero, que tivessem seus trabalhos pouco valorizados e tidos como invisíveis. Mas apesar da pouco envolvimento social e político elas não são submissas, têm poder de decisão sobre os trabalhos a serem desenvolvidos, sobre a renda proveniente de trabalhos no lote ou fora dele, e participam na venda dos produtos com poder de decisão sobre ela.

Mesmo com inexpressiva participação em movimentos sociais ou associações, as mulheres se mantêm na luta para preservação dos valores tradicionais camponeses, através de seu trabalho com a terra e do trabalho familiar. Com foco na subsistência da família, elas se adaptam à realidade econômica e social imposta pelo capitalismo. Na ausência de condições de produzir o necessário para subsistência da família, elas se assalariam, eventualmente, utilizando essa renda para manter os valores camponeses, ficar na terra e trabalhar em família. Dessa forma, ao mesmo tempo em que o capitalismo envolve o campesinato em sua dinâmica, o campesinato também se utiliza do capitalismo para se manter. Ou seja, a mulher camponesa pode se assalariar no meio de produção capitalista, mas essa renda é voltada para manutenção do modo de vida camponês.

Dessa forma, a teoria do desenvolvimento desigual e combinado serve, aqui, para demonstrar como o modo de vida das mulheres camponesas e seus valores se combinam com as novas relações econômicas e sociais impostas pelo capitalismo.

A teoria do desenvolvimento combinado de Trotsky (1977) aborda a lógica das contradições econômicas e sociais, exercidas pelo capital nas formações sociais onde existem relações pré-capitalistas. Posteriormente ao seu desenvolvimento, Novack (1988) nomeou o

conceito desenvolvido por Trotsky de Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado e por essa forma o conceito passou a ser conhecido

A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas (TROTSKY, 1977, P.25)

A lei do desenvolvimento desigual e combinado é a junção de duas leis intimamente relacionadas; sua origem se dá em eventos comuns a todos dos processos de crescimento, seja na natureza, ou na sociedade: “[...] se refere às distintas proporções no crescimento da vida social ...e à correlação concreta desses fatores desigualmente desenvolvidos no processo histórico” (NOVACK, 1988, p. 09).

Partindo de uma perspectiva mais complexa, não somente econômica e técnica, mas voltando-se também para cultura e política, Trotsky foge da “concepção evolucionista que fazia da história uma sucessão de etapas rigidamente pré-determinadas, e de esboçar uma visão dialética do desenvolvimento histórico através de saltos súbitos e de fusões contraditórias”(LÖWY, 1995, p. 77).

Segundo Löwy (1995), elementos da teoria do desenvolvimento desigual e combinado são utilizados em trabalhos das áreas de sociologia, história ou antropologia, seja para tentar explicar as especificidades das formações sociais existentes no Terceiro Mundo ou a formação capitalista ou semifeudal da economia colonial, entre outros.

Para Novack (1988), no processo histórico o domínio do homem sobre as forças produtivas garante-lhe diferentes níveis de crescimento do processo produtivo, em diferentes segmentos da sociedade. O acontecimento de diversos fatores históricos ao longo do tempo garante que etapas inferiores de desenvolvimento social se mesquem a outras etapas superiores. Segundo o autor, essa mesclagem nas etapas de desenvolvimento dos povos pode proporcionar “um salto qualitativo na evolução social e capacitar povos que eram atrasados a superar, durante certo tempo, os mais avançados” (NOVACK, 1988, p.10). As duas leis não atuam num mesmo nível, já que a desigualdade do desenvolvimento sempre precederá a combinação desses fatores, ou seja, é somente através do desenvolvimento das diferenças que se formam as possibilidades de combinação e conexão dos fenômenos contraditórios.

Para melhor entendimento da situação é interessante que se mencione uma analogia feita por Novack (1988) sobre a origem do bronze, que é formado de dois outros metais, o cobre e o estanho. Estes, misturados em proporções específicas, formam um novo elemento com características próprias, especiais, diferentes daquelas que são próprias de cada um deles, em sua origem antes de constituírem o bronze. Dessa forma, também, na história ocorre a união de elementos provenientes de diferentes etapas da evolução social.

Outro exemplo é o caso da escravidão norte-americana, na qual, da fusão de escravidão e capitalismo surgiram índios comunistas (Índios Creek), traficantes de escravos, que vendiam sua mercadoria no mercado burguês. “Na união de elementos diferentes e opostos, a natureza dialética da história manifesta-se por si mesma mais poderosa e proeminente. Aqui a contradição simples, óbvia, flagrante, predomina” (NOVAK, 1988, p.49).

Löwy (1995) cita a pesquisa de McAllister (1993), realizada em uma aldeia na Malásia, com mulheres da área rural de Negeri Selimban. A partir do sistema matrilinear em que viviam, essas mulheres controlavam a produção no campo e dividiam com outras mulheres de seu grupo de parentesco. Havia, contudo, uma intenção de várias jovens da aldeia de se mudarem para a capital, Kuala Lumpur, a fim de trabalharem em fábricas americanas ali instaladas ou em escritórios do governo. Apesar do envolvimento das mulheres nas práticas econômicas, sociais e nos valores tradicionais da aldeia, elas se sentiam atraídas pela economia internacional de salários e mercados advindos do desenvolvimento capitalista.

Segundo McAllister (1993), esses valores tradicionais são revitalizados pelas próprias mulheres, que os usam como forma de resistência contra a exploração capitalista, esta, por sua vez, manipula as tradições e as distorce para seus próprios fins. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado é utilizada para demonstrar como as dinâmicas de vivência e de economia familiar, e os valores tradicionais se combinam com as novas relações econômicas e sociais impostas pelo capitalismo. Dessa forma, “as mulheres tentam combinar a sua participação no regime assalariado moderno com formas de resistência ‘tradicionalista’ ao desenvolvimento do capitalismo que subverte o sistema matrilinear tradicional” (LÖWY, 1995, p. 80).

Mesmo com pouca interação das mulheres participantes da pesquisa em movimentos sociais ou políticos, existe, por parte delas, uma demanda para implantação de políticas públicas que as beneficie. Com a intenção de saber a opinião dessas mulheres sobre a necessidade de políticas públicas para o assentamento e para as mulheres do assentamento, foram formuladas questões que levasse a entender essa demanda. Buscou-se, ainda, conhecer que opinião têm a respeito dos órgãos públicos INCRA, AGRAER e Prefeitura Municipal, com o propósito de

identificar a percepção dessas mulheres sobre a atuação desses órgãos no assentamento; essa será a abordagem a seguir.

### 3.4.6 Mulheres camponesas: demandas de políticas públicas e percepção sobre atuação de órgãos públicos

Algumas perguntas foram formuladas visando ao levantamento da demanda de políticas públicas voltadas para os assentamentos, e especificamente para as mulheres assentadas. Também se procurou obter informações referentes à atuação do Incra, da Agraer e das Prefeituras Municipais, nos assentamentos. Nesse sentido, algumas questões visavam à percepção que as assentadas têm a respeito desses órgãos.

A atuação do INCRA (Tabela 25) foi avaliada por 76,1% das assentadas como nula; 19% consideram essa atuação restrita à fiscalização dos lotes e 7,1% relataram que o órgão somente faz manutenção dos poços artesianos dos assentamentos.

**Tabela 25:** Atuação do INCRA no Assentamento

INCRA	%
não há	76,1%
fiscalização	17,1%
poço artesiano	7,1%

Fonte: pesquisa em campo.

A fala de Luís reflete a descrença que os assentados têm com relação ao Incra:

*O Incra se tira nós da terra, acha melhor, tirar nós da terra e passar pra outro, não o Incra, o funcionário do Incra, porque o Incra na realidade se fosse um órgão bem adequado ia falar, bom vamos fazer o pessoal ganhar dinheiro que nós vamos ganhar em cima, não o cara já queria ganhar dinheiro sem fazer nada e aí o povo (se referindo aos outros assentados) quando viu aquilo, foi embora em massa, foi abandonando o lote, foi vendendo lote, foi comprando casa na cidade e arrumando emprego, hoje tá lá, e eles querem voltar pra cá devido esse projeto da horta, agora eles tão querendo voltar porque não tinha alternativa, ninguém mais acreditava, fazia uma reunião saia briga, porque era só mentira (referindo-se às falas do INCRA). (LUÍS, PA 72)*

Luís refere-se ao Incra como responsável pelo abandono de lotes, em decorrência da falta de auxílio do órgão aos assentados.

Isaura, do PA Taquaral considera que o Incra não age com relação à venda de lotes: “Esse pessoal mesmo que não para no lote, a gente vai lá e fala para eles (refere-se ao Incra) que eles tem que tomar uma decisão pra ver se esse pessoal para ou faz alguma coisa. Só vê gente vendendo o lote, quando é num dia tá um, no outro dia já tá outro”. A reclamação da

assentada é referente à alta rotatividade de pessoas estranhas nos lotes. Segundo ela, não adianta solicitar providências do Incra.

Os assentados cobram desse órgão não somente auxílio produtivo, mas também que ele mantenha seu papel principal de fiscalização, para evitar desvio do destino originário das terras do assentamento, a reforma agrária. Essas reclamações são recorrentes, nos assentamentos, pois a falta de fiscalização do Incra com relação à venda de lotes desestrutura a formação desses espaços e desestabiliza a luta pela reforma agrária.

Já a atuação da Agraer foi citada como inexistente em 42,8% dos casos (Tabela 26). É apontada apenas em fornecimento de orientação sobre produção e venda (26,1%), em cursos e palestras (14,2%), auxílio aos projetos (7,1%); em (7,1%) informaram que para o atendimento é necessário que o assentado vá até a agência na cidade de Corumbá, e 4,7% declararam desconhecer como funciona.

**Tabela 26:** Atuação da Agraer nos Assentamentos

<b>Atuação da AGRAER</b>	<b>%</b>
Não há	42,8%
Orienta na produção e comércio	26,1%
Cursos e palestras	14,2%
Tem que ir na cidade para o atendimento	7,1%
Auxiliar nos projetos	7,1%
Não sabe	4,7%

Fonte: pesquisa em campo.

Como foi colocado anteriormente, a Agraer de Corumbá atendia, até 2014, os assentamentos de Corumbá e Ladário. Em 2015 a cidade de Ladário passou a ter uma agência própria que atende somente o PA 72. Esse fator representa um diferencial na avaliação que o assentamento faz da Agência. Das sete participantes do PA 72, somente uma registrou a atuação do órgão como inexistente; as demais consideram que a atuação é para orientação sobre produção e comércio.

Em visita realizada à Agraer de Corumbá, a coordenadora do órgão relatou sobre as dificuldades em atender a todas as famílias dos assentamentos. Relacionou principalmente o baixo contingente de funcionários e a falta de recursos como responsáveis por não serem frequentes as visitas aos assentamentos.

Além das dificuldades colocadas pela representante da Agraer, as assentadas levantaram outro fator que prejudica a ação desse órgão e também demais iniciativas levadas aos assentamentos, qual seja, a dificuldade de comunicação existente nos assentamentos. Na

realização de ações são colocados informes em ‘pontos estratégicos’ para a visualização dos assentados. Essa forma de comunicação é pouco funcional e não atinge toda a população, pois depende que o assentado passe pelo local e visualize o comunicado em tempo hábil de participar da ação. Dessa forma o fato de 42,8% das mulheres terem avaliado as ações da Agraer como inexistentes dentro dos assentamentos, é um reflexo da dificuldade de comunicação quando da realização dessas ações, ou seja, muitas mulheres não ficam sabendo das iniciativas.

Com relação à atuação das Prefeituras Municipais nos assentamentos (Tabela 27), 40,4% declararam ser inexistente; 38,1% dizem ser somente na manutenção das estradas; 14,2% fazem referência à manutenção dos poços artesianos; 7,1% referem-se à oferta de cursos, palestras e educação, 4,7%, à assistência ao plantio, 2,4% à Saúde e 2,4% não souberam responder. Não houve diferenciais nas respostas referentes às prefeituras de Corumbá e Ladário, mostrando que a avaliação é a mesma para as duas. Os cursos e palestras citados são os oferecidos pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); as temáticas mencionadas foram violência contra a mulher e bolsa família.

**Tabela 27:** Atuação da Prefeitura nos Assentamentos

<b>Atuação da Prefeitura</b>	<b>%</b>
Não há	40,4%
Estradas	38,1%
Poço artesiano	14,2%
Cursos e palestras	7,1%
Escola	7,1%
Assistência p plantio	4,7%
Não sabe	2,4%
Saúde	2,4%

Fonte: pesquisa em campo.

Um assentado do PA 72 relatou diversas situações: que a sala de digitação existente na sede da Associação foi inaugurada duas vezes, mas nunca funcionou; que foram passados seis computadores novos, pela prefeitura, há dez anos e os computadores nunca foram ligados. Segundo o mesmo assentado, um político em visita ao assentamento foi questionado sobre esse fato e, a resposta foi mais ou menos nestes termos: “pra que isso, computador, internet, faz mal essas coisas pra vocês aqui”.

Os cursos e palestras referidos são oferecidos para todos os interessados, sendo que não há de cursos específicos para as mulheres. Com relação ao oferecimento de cursos e palestras nos assentamentos, em 2015 e 2016, o que as participantes (40,4%) informaram é que muitos ouvem falar da existência de cursos, mas não sabem quem realiza; o CRAS aparece com 30,9%,

um resultado referente, principalmente, a palestras oferecidas sobre bolsa família, anti-drogas e violência doméstica. A UFMS e a Embrapa foram citadas, com respectivamente, 14,2% e 11,9% por causa do projeto Bem-Estar. Em menor percentual aparece a Prefeitura (9,5%) ligada às palestras do CRAS. A Agraer é citada em 9,5%; as palestras do Sindicato do Trabalhador Rural (4,7%) são realizadas na sede do município.

As questões de educação e saúde, de responsabilidade da prefeitura municipal, apresentam grandes problemas dentro dos assentamentos. Nem todos possuem postos de saúde, como é o caso do Paiolzinho e do Tamarineiro II, que têm que buscar atendimento nos postos do Tamarineiro I e no do Taquaral. Segundo uma moradora, a Prefeitura diz não ter terreno disponível para a instalação de um posto de saúde; o Incra também não tenta resolver o problema.

No Tamarineiro I, o atendimento à saúde é realizado uma vez por semana. No Taquaral esse atendimento é feito duas vezes por semana. Foram relatadas as complicadas condições de higiene no posto, onde é muito comum a falta de água, que, muitas vezes, é disponibilizada apenas aos profissionais, em garrafas pet.

No São Gabriel não há postos de saúde; os atendimentos são feitos em dois pontos do assentamento: a residência de uma assentada e uma construção que tem problemas com o fornecimento de energia elétrica e água.

No Mato Grande, segundo uma moradora, existe um posto de saúde do INCRA, que foi fechado pela prefeitura. A justificativa da prefeitura é que o posto ocupa um terreno do Incra e, por esse motivo, ela não pode assumir os atendimentos nesse local. Atualmente os atendimentos de saúde no PA Mato Grande são realizados de porta a porta, nos lotes, uma vez por semana. Os moradores solicitam antecipadamente a visita dos médicos por meio de agendamentos com a agente de saúde, que mora no assentamento.

No Urucum, o atendimento é realizado uma vez por semana no posto do assentamento. No 72 o atendimento acontece a cada 15 dias, no posto do assentamento.

A educação é outra questão crítica desses assentamentos. O relato de Valéria retrata uma preocupação constante de muitas assentadas que possuem filhos em idade escolar, uma situação que não acontece apenas nos assentamentos Mato Grande e Urucum. São Gabriel e Tamarineiro II não possuem escola. Os outros oferecem somente ensino fundamental. O ensino médio é oferecido em Albuquerque (distrito de Corumbá).

*Mato Grande possui só o fundamental...eu não concordo com a maneira do estudo a noite em Albuquerque, essas crianças caem pra lá pra fazer o segundo grau três vezes por semana e a noite, com 14 anos (se referindo ao*

*filho) ele encerra as aulas dele aqui, se acha que uma criança que nem 15 anos tem completo, tem capacidade de ir estudar em Albuquerque três vezes por semana e a noite? Num colégio que a gente houve dizer que tá correndo muita droga, briga...não tem condições... e onde que tá a verba que vem, e eu pergunto será que o governo tá mandando verba só pra isso? Acho que a prefeitura deveria intervir, não tem cabimento isso, olha vem alunos lá do assentamento Urucum, vem à noite e de ônibus pra bater aqui em Albuquerque estudar...como que vai prestar vestibular, um ENEM, estudando três vezes por semana? (VALÉRIA, MATO GRANDE)*

Sendo a oferta da educação uma obrigação do poder público, essa participante toca em um ponto crucial, que é o cumprimento das obrigações básicas do estado para com o povo. A consequência dessa situação é a ida dos jovens para a cidade, com intuito de completar seus estudos. Como muitos não têm condição de se manter, começam a trabalhar na cidade e a volta para o assentamento fica cada vez mais inviável. Conforme relatado em algumas entrevistas, com relação aos lotes com casais de idade avançada, que não possuem mais filhos na propriedade, existe a intenção da venda dos lotes, quando houver a documentação necessária para tal. Dessa forma, os jovens vão, os idosos ficam e quando não têm mais condições físicas de trabalhar na terra acabam por deixar os lotes. Esse é um caminho que pode levar os assentamentos a perderem sua função original para se tornarem propriedades privadas para fins de semana ou cair na posse de empresas locais, como é o caso do Urucum e do Mato Grande.

Esses são os reflexos da criação dos assentamentos sem planejamento; não existem planos imediatos, nem em curto, nem em longo prazo que tenham por objetivo a manutenção dos assentados na terra. Só existem medidas mitigatórias para evitar conflitos. Prova disso é a idade desses assentamentos e as condições até hoje vividas.

A falta de esperança e de crença que atitudes governamentais sejam tomadas para elaboração e implantação de políticas públicas para a melhoria das condições de vida nos assentamentos é clara e latente em todos eles. Quando se solicitou a uma assentada do Mato Grande que relatasse sobre quais deveriam ser os investimentos em políticas públicas para o assentamento, a resposta que foi dada traduz os sentimentos:

*É até difícil da gente falar, o assentamento tá acabando cada dia mais, porque venda de lote teve muito. Tem muito lote de um dono só. Tinha 50 famílias, hoje deve ter umas 25 no assentamento. A gente sabe que coisa muito grande pra gente não vai vir mais, por causa que eles não vão beneficiar uma minoria sendo que eles podem levar para o São Gabriel que tem muito mais gente. (EDINEUSA, MATO GRANDE)*

A venda de lotes aparece, na fala da assentada, como forma de “desmantelamento” do assentamento e conseqüente perda da força coletiva. A comparação que faz do assentamento Mato Grande com o assentamento São Gabriel relaciona-se ao número de lotes desse

assentamento, que é muito maior que o do Mato Grande. A assentada expõe a falta de esperança de que novas iniciativas como cursos ou opções de lazer e de melhorias sejam levadas para o assentamento, devido ao pequeno número de famílias assentadas ali. É importante notar que essa falta de esperança é referente à expectativa de que surjam ações externas para melhoria do assentamento e não se traduz em desejo de abandonar o lote.

Dentre todas as iniciativas externas já levadas aos assentamentos, as que mais se destacaram nas falas das assentadas foram as promovidas pela Comissão Pastoral da Terra, mas como ações do passado. Como a coleta de dados esteve limitada ao período referente aos anos de 2015 e 2016, a CPT apareceu com ações de cunho religioso, como levar a realização de missas aos assentamentos.

Foi solicitado, às participantes, que elencassem as políticas públicas necessárias à melhoria e desenvolvimento dos assentamentos (Tabela 28). A educação foi citada pela maioria delas (54,7%), que relatou a necessidade de escolas que possuam creches e que ofereçam até o ensino médio, muitas demonstrando a preocupação com os filhos, que têm que estudar em assentamentos vizinhos ou até mesmo serem mandados para a cidade para concluir os estudos.

**Tabela 28:** Demanda de Políticas Públicas para os Assentamentos

<b>Políticas Públicas</b>	<b>%</b>
Educação	54,7%
Saúde	38%
Água	26,1%
Lazer	23,8%
Estradas	21,4%
Transporte público	19%
Auxílio a vendas	19%
Segurança	11,9%
Cursos e atividades	14,2%
Laticínio	2,4%
Luz nos postes	2,4%
Trator	2,4%
Urna de votação	2,4%

Fonte: pesquisa em campo.

A saúde, mencionada como o segundo ponto mais recorrente (38%), é um reflexo do descaso; a falta de postos de saúde em alguns assentamentos e as condições precárias daqueles que existem chama a atenção. Apesar de os moradores dos assentamentos Paiolzinho e Tamarineiro II serem atendidos em assentamentos vizinhos, as distâncias são grandes, não há

transporte público nas ruas internas dos assentamentos, o que dificulta ou impossibilita o acesso aos médicos.

A água foi referida por 26,1% das participantes como um problema crítico em todos os assentamentos, conforme extensamente abordado ao longo do capítulo que tratou da descrição e caracterização dos oito assentamentos estudados, e, também, por Cardoso (2002). A falta de recursos hídricos afeta a saúde, a produtividade, a criação de animais, enfim, toda a vida dos assentados, que é modificada pelas perdas e impossibilidades de mudança de condições de vida.

A falta de opções de lazer foi apontada por 23,8% como uma realidade de todos os assentamentos. As moradoras do assentamento São Gabriel lembraram que, há alguns anos, era oferecida “educação física” para os assentados, uma iniciativa que, segundo elas, deveria voltar, pois “fazia muito bem”. Não há áreas destinadas ao lazer de crianças e adultos em nenhum dos assentamentos.

As estradas e o transporte público foram referidos como problemas permanentes, com os percentuais de 21,4% e 19%, respectivamente. As condições das estradas acabam por afetar não somente quem possui veículo próprio, mas, ainda o transporte público, que fica prejudicado pelas condições precárias das estradas, principalmente em épocas de chuvas, quando muitas vezes os estudantes são impossibilitados de ir às escolas, tendo em vista que os ônibus não conseguem chegar até os pontos em que pegam os estudantes. Ressalte-se que, mesmo que os ônibus cheguem até os pontos, os pais não conseguem levar os filhos até esses locais. Outro reflexo negativo é sentido nas vendas, que, sem ter como sair dos assentamentos, perdem-se, sobretudo os produtos perecíveis.

A preocupação com as vendas dos produtos, apontada em 19% dos casos, e com cursos (14,2%), une-se ao processo e traz muitas variáveis: o que produzir, como produzir, o que vender, onde vender, como vender, quanto cobrar. A produção existe, mas existe também muita dúvida sobre o que fazer com ela e como melhorá-la. Muitos cursos foram mencionados como oferecidos nos assentamentos, mas uma constante foi verificada em todos eles: são iniciativas isoladas, que dão foco a um único ponto da formação e não há acompanhamento do processo de aprendizagem. Quando a assentada tem a oportunidade de colocar em prática o que aprendeu, já não lembra mais.

*Teve uma vez que vieram com um negócio de um curso de fazer vassoura, de garrafa descartável, mas também foram embora e ninguém aprendeu coisa nenhuma, foi aprendido sem aprender. Ninguém sabe nem tirar uma fita (se referindo ao processo de feitura da vassoura), os cara, também acho que só queria ganhar o dinheiro, foram embora, eles ganham bem, vem um*

*dinheiro do governo para fazer esse tipo de curso, eles não vem de graça.*  
(MARIA, URUCUM)

A fala de Maria, do assentamento Urucum, sinaliza a falta de comprometimento de muitos profissionais que estão à frente de iniciativas públicas. O governo, o Estado são representados por pessoas que têm o poder de tomar decisões em nome deles, decisões que dependem de outras pessoas para se concretizarem. Ou seja, não basta o envio do dinheiro para o curso; há que se ter compromisso em relação à pessoa para ministrá-lo, para fazer valer a pena o investimento.

A segurança é lembrada por 11,9% também como ponto crítico em todos os assentamentos, pois não existem postos policiais. As áreas de fronteira preocupam por causa do tráfego de pessoas que acessam as ruas dos assentamentos com intenção de adentrar o país vizinho por estradas vicinais que facilitam as ações de traficantes e passagem de itens roubados no Brasil.

Outras demandas, como a necessidade de um laticínio, a melhoria de iluminação nas ruas internas dos assentamentos, um trator coletivo e a implantação de locais de votação dentro dos assentamentos, nos processos eleitorais, também foram lembradas.

Visando conhecer acerca do que as mulheres esperam de melhorias para elas, foi solicitado, às entrevistadas, que apontassem quais deveriam ser os investimentos de políticas públicas específicos para mulheres (Tabela 29). Cursos de culinária e cursos de artesanato foram os mais citados. Aprender a fazer doces, compotas, a realizar o aproveitamento de alimentos, a defumar alimentos foram indicados pela maioria das mulheres (73,8%). Esse resultado demonstra a preocupação da mulher por aprender a aproveitar os itens produzidos nos assentamentos, seja para consumo ou para renda. O artesanato, que engloba crochê, tricô, costura, bordado, entre outros, foi o segundo mais citado (40,4%). Juntas, essas atividades mantêm as características de atividades geralmente femininas. Ressalte-se que as mulheres não fizeram referência a atividades que as alocassem em centros urbanos, mas reforçaram atividades que as mantêm na terra, trabalhando com produtos da terra, ou que as mantêm no lar.

**Tabela 29:** Demanda de Políticas Públicas para Mulheres

Cursos de Culinária	73,8%
Cursos de Artesanato	40,4%
Lazer	19%
Incentivo a Vendas e produção	16,6%
Cooperativa de mulheres	14,2%
Saúde	4,7%
Cabeleireiro	4,7%
Informática	4,7%
Clube de mães	2,4%
Curso de ervas medicinais	2,4%
Cursos com continuidade	2,4%

Fonte: pesquisa em campo.

O incentivo voltado a vendas e produção foi citado em 16,6% dos casos. A vontade de receberem incentivo para a formação de uma cooperativa de mulheres foi referida por 14,2%. Além desse, foi citada a necessidade de incentivos públicos voltados para a saúde da mulher, para cursos de beleza, cabeleireira, manicure e pedicure, para cursos de informática, um clube de mães, curso de ervas medicinais, e cursos de continuidade.

A preocupação das mulheres é também com elas próprias, conforme se percebe nesta fala: *"Eu acho que devia vir uns cursos de manicure, de pedicure, de cabelo, uns cursos diferente, não é porque as mulheres tão na roça que vão deixar de arrumar o cabelo."* (TEREZA, SÃO GABRIEL).

Em nenhum dos assentamentos visitados são desenvolvidas práticas de lazer específicas para mulheres. As mulheres não possuem espaços ou atividades de lazer disponibilizados fora dos lotes. Quando questionadas sobre o que faziam em seus momentos de lazer e de descanso, as respostas foram variadas (Tabela 30): 23,8% responderam que não têm momento de lazer; 23,8% realizam visitas para parentes e vizinhos; 21,4% assistem TV; 14,2% passeiam na cidade; 9,5% ouvem rádio; 9,5% ficam com os filhos; 7,1% utilizam o celular e, também referidas, apareceram as opções: ler a Bíblia, viajar e ir à piscina.

**Tabela 30:** Demanda de Lazer para Mulheres

Lazer	%
Não tem	23,8%
Ir na casa de parentes e/ou vizinhos	23,8%
TV	21,4%
Dar uma volta na cidade	14,2%
Rádio	9,5%
Ficar com filhos final de semana	9,5%
Celular	7,1%
Ler a Bíblia	4,7%
Viajar	4,7%
Piscina em clubes da região	2,4%

Fonte: pesquisa em campo.

Muitas mulheres, quando questionadas sobre o que faziam no momento de descanso ou lazer, tiveram dúvida da resposta, talvez influenciadas pela escassez do tempo de que dispõem, devido aos diversos trabalhos que desenvolvem e, ainda, pela falta de opções para que desenvolvam qualquer atividade fora da rotina de trabalho dentro dos assentamentos.

Quando questionada sobre o que faz no momento de descanso, Elisete responde: “*Televisão, escuto uma música, meus irmãos vem fazer reunião aqui em casa, de igreja, eu não gosto de sair de casa*” (ELISETE, PA 72). A falta de opções de lazer nos assentamentos e ‘não gostar de sair de casa’ acabam deixando as mulheres com poucas atividades desenvolvidas fora da rotina de trabalho.

Nesse sentido, verifica-se que há pouca participação das mulheres em atividades que poderiam ser realizadas coletivamente, como formação de grupos de finalidade produtiva, social, política, lazer ou outro. As mulheres estão mais voltadas para atividades individuais e dentro de seus lotes, mostrando-se altamente produtivas e empoderadas nesses espaços. Em suas demandas, o lazer não é prioridade. Mostram-se mais interessadas em atividades de cursos de culinária e artesanato, seja para fins produtivos como, aprender fazer para vender, ou para fins reprodutivos, onde utilizariam os conhecimentos a fim de desenvolver produtos para utilização no lote.

Mesmo tendo sua vida e relações pessoais basicamente dentro dos lotes, não significa que elas sejam alheias ao que acontece no mundo externo ao assentamento, ou que esse mundo não interfira na vida delas e de suas famílias.

### 3.4.7 Impactos da dinâmica capitalista na vida das mulheres camponesas de assentamento

Apesar de as mulheres assentadas estarem muito voltadas para as atividades desenvolvidas dentro do lote e do assentamento, elas não vivem isoladas do mundo externo. A vida no assentamento, e conseqüentemente a vida das mulheres sofre influência da dinâmica capitalista vivida fora do seu “território”.

O modo de produção capitalista busca, incessantemente, a crescente produtividade do trabalho; no caso das mulheres, utiliza a marginalização das funções produtivas femininas sob escusa da defesa de valores como a manutenção do equilíbrio familiar, o bom desempenho dos serviços domésticos, a socialização dos filhos. Vincula, para tanto, o trabalho das mulheres ao fator subsidiário, atribui-lhes a condição de portadoras de deficiências ou insuficiências físicas, mentais e emocionais, contribuindo para a obstrução do desenvolvimento econômico e social. Esses preconceitos variam de acordo com a situação da mulher, se solteira, se casada, se com filhos, e também em razão de sua condição econômica (SAFFIOTI, 1976).

Segundo dados divulgados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2018), em nível mundial as mulheres têm menor probabilidade de participar do mercado de trabalho do que os homens. Em 2018 a probabilidade de uma mulher participar do mercado de trabalho é de 48,5%; de um homem, 75%. Ainda segundo a OIT, a desigualdade nas responsabilidades domésticas e de atenção, vinculadas como encargos femininos, são os fatores que sustentam essa disparidade na participação do mercado de trabalho.

Para o Brasil a situação não é diversa do apontado em nível mundial. Segundo dados do DIEESE(2018), referentes à região metropolitana de São Paulo – aqui colocados como referência devido ao contexto populacional ali presente - 55,5% das mulheres participam do mercado de trabalho, já para os homens essa taxa sobe para 70%. As taxas de desemprego também se mostram mais desfavoráveis para elas (19,7%) do que para eles (16,5%). A remuneração recebida pelas mulheres se mostrou equivalente a 87% do que os homens recebem.

Além da diferença existente entre a oportunidade às vagas de trabalho oferecidas para homens e para mulheres, existe, ainda, um diferencial em relação ao reconhecimento do trabalho que realizam, que se reflete em distintos padrões de remuneração, baseados no sexo do indivíduo. Os números apresentados indicam que as escolhas de candidatos ou candidatas no mercado de trabalho ultrapassam o quesito competência e o quesito gênero, passando a agir como uma possibilidade de retirada da mais valia do trabalho do sujeito. Dessa forma, para a mulher, forma-se um círculo vicioso: as altas de desemprego são reflexos de poucas vagas disponíveis e para garantir uma vaga elas se sujeitam a ganhar menos, se comparado a homens

que possuem a mesma função; em consequência desse aceite em receber salários menores, o mercado capitalista se alimenta para oferecer novas contratações nas mesmas condições.

A participação das mulheres no mercado de trabalho tem aumentado com o passar dos anos; de 1950 a 2010 passou de 13,6% a 49,9%. Contudo, essa participação não se dá por igual em todos os setores. A participação das mulheres nos serviços domésticos, em 2011, foi de 94,8% do total de vagas, sendo que 63% dessas vagas não fornecem carteira assinada (ANDRADE, 2016).

As mulheres camponesas que vivem em assentamentos não vivem isoladas dessa realidade. Apesar de se manterem sob o modo de vida camponês, as mulheres podem, em determinados momentos, assalariar-se para auxiliar a renda da família, sem que, com isso, descaracterizem o campesinato. Os dados da pesquisa demonstraram que os trabalhos fora do lote são mais comuns entre os homens, haja vista que o percentual de homens que trabalham fora do lote é de 22% e o de mulheres, de 12,2%. Esses casos são formados, em sua maioria, por trabalhos eventuais; no caso dos homens, somente 11% os trabalhos fora do lote são assalariados, e no caso das mulheres, todos os trabalhos externos são eventuais.

Esses trabalhos externos não descaracterizam o modo de vida camponês. Oliveira (2001) coloca que a força de trabalho familiar é característica fundamental da produção camponesa. A família camponesa trabalha para a manutenção das necessidades de sua subsistência. Quando ela não consegue cumprir todos os trabalhos dentro da unidade camponesa, poderá estabelecer outras relações, como o trabalho assalariado, a ajuda mútua e a parceria. Essas relações são formas de a família camponesa conseguir realizar todos os trabalhos no lote ou de manter as necessidades da família, “essa complexidade de relações estabelecidas é primeiro e fundamentalmente articulada a partir da família, a partir da hegemonia que o trabalho familiar exerce nessa unidade de produção e consumo” (OLIVEIRA, 2001, p. 56).

Nos assentamentos estudados foram encontrados homens que trabalham esporadicamente em fazendas vizinhas e também em lotes vizinhos. Esse tipo de trabalho, como explicitado por Oliveira(2001), não descaracteriza o campesinato. É, sim, uma forma de conseguir manter a subsistência da família. A venda da mão-de-obra camponesa ao fazendeiro mantém a produção do capitalista, mas é uma forma de manter o modo de vida camponês, uma vez que a renda ganha pelo assentado nesse trabalho ajuda a manter sua família no lote.

A saída do homem para trabalhar em outras propriedades traz para a mulher do lote um acúmulo de trabalho. Uma vez que o marido não poderá realizar as tarefas que são de sua responsabilidade no lote enquanto estiver trabalhando fora, cabe à mulher assumi-las.

Adalgisa (PA 72) relatou sobre uma das vezes em que o marido foi trabalhar fora: “*Logo que nós chegamos aqui ele ficou mais de 20 dias lá para Bolívia...fiquei sozinha*”. Segundo a assentada essa não foi a única vez que o marido precisou trabalhar fora, à época relatada ele conseguiu trabalho no país vizinho, a Bolívia, e ficou mais de 20 dias sem voltar para casa. Nesse período quem ficou responsável pelas tarefas no lote foi Adalgisa.

Na realidade dos assentamentos estudados foi possível verificar que nem sempre é o homem que vai trabalhar fora para manter a subsistência da família, a mulher também pode assumir esse papel. A passagem relatada anteriormente, a respeito das mulheres dos assentamentos de Corumbá que deixaram seus lotes para se tornarem empregadas domésticas, na cidade, enquanto os homens ficaram em casa cuidando da casa e dos filhos, trata-se de uma forma encontrada pela família de garantir o sustento dela. Essa alteração na família camponesa, com a inversão das tarefas que eram comumente realizadas pelos homens e mulheres dos assentamentos, levou a essa nova realidade.

No sistema capitalista, o trabalho de empregada doméstica não é considerado produtivo, pois não gera mercadoria para troca no mercado, contudo, essa atividade cria condições à reprodução do capitalismo, uma vez que gera força de trabalho que substitui a dona de casa, em sua residência, para que esta, por sua vez, possa trabalhar para o sistema capitalista.

O caráter esporádico do trabalho externo desenvolvido pelas mulheres do assentamento como manicures, cabeleireiras, vendedoras de produtos de catálogos ou diaristas traz para elas vários benefícios, fornece dinheiro extra para ajudar na renda da família, fornece dinheiro para as próprias despesas da mulher, possibilita controle de horários para conciliar as tarefas do lote com os trabalhos externos e melhora a autoestima, mas são trabalhos precários que não possibilitam a essas mulheres direitos legais trabalhistas, por exemplo.

O aumento da participação feminina nos trabalhos esporádicos, principalmente na prestação de serviços domésticos, gera o que Gonçalves (2005) considera como “feminização do trabalho precário”, devido à deteriorização das condições de trabalho, sem redefinição de papéis entre homens e mulheres. Há uma falsa ilusão criada, de que os trabalhos esporádicos inserem a mulher no mercado de trabalho e, através de sua jornada parcial, permitem que ela combine as jornadas do lar com a do mundo do trabalho. Contudo, através dessa ilusão esses trabalhos também podem acarretar o aumento da carga de trabalho, redução da remuneração e ausência de proteção legal. “A dominação capitalista de classe se reproduz produzindo e reproduzindo “diferenças” que, no fundo reforçam preconceitos, inclusive de gênero” (GONÇALVES, 2005, p. 132).

Além do trabalho, a interferência do mundo capitalista se dá também nas questões de produção no lote. Trabalho e produção da mulher nos assentamentos estão intrinsecamente articulados à dinâmica estrutural do capitalismo. As decisões acerca de vender ou consumir a produção do lote fazem parte dessa dinâmica. Apesar de o camponês não se pautar pelas regras de mercado, para colocar preço dos produtos que serão vendidos, indiretamente essas regras – baseadas na busca de renda – serão sentidas, de forma que até mesmo a produção destinada à subsistência poderá ser vendida.

A venda dos produtos já cultivada para esse fim é voltada para gerar renda para aquisição de outros produtos necessários à família. Garcia Jr. (1983) considera que, para o camponês, se a venda não for realizada a um preço compensador, ou seja, que no mínimo cubra ao menos o equivalente ao valor da subsistência familiar, “não se reproduz a unidade de trabalho familiar enquanto tal” (GARCIA JR., 1983, p. 128).

Ainda segundo o autor, a escolha entre consumo ou venda da produção de subsistência é realizada pela análise dos preços de mercado, “de forma a maximizar as chances de se atender aos requisitos do consumo familiar” (GARCIA JR., 1983, p. 129). Assim, se os preços forem compensadores poderá acontecer a venda, consumindo somente o necessário, e o dinheiro obtido será guardado para ser utilizado quando os preços estiverem baixos. Se os preços estiverem baixos e o camponês não tiver dinheiro, ele poderá vender abrindo mão da produção, no intuito de garantir o necessário ao consumo familiar (GARCIA JR., 1983).

Nos assentamentos estudados, não há controle formal na produção, seja ela destinada à venda ou para consumo. Nada é anotado ou contabilizado, em termos de quantidades produzidas, vendidas, nem há controle rigoroso de custos. Tudo é baseado na memorização, no “mais ou menos”, expressão empregada por grande parte das entrevistadas para explicitar quantidades produzidas ou valores gastos na produção. Para a venda, o que vale na definição do preço por elas praticado é a observação dos preços estabelecidos nas feiras ou nos mercados da cidade. Mesmo que o preço de mercado não seja visto por elas como uma meta, o mercado capitalista acaba por influenciá-lo. Assim, praticando os preços dos concorrentes na tentativa de não perder a possibilidade de vender sua mercadoria, ainda há o risco de o valor praticado não ser compensador, anulando o trabalho investido na produção da mercadoria (GARCIA JR., 1983).

Existem, ainda, outras formas de influência do meio externo, que geram exploração dos camponeses nos assentamentos. Alguns relatos coletados durante as entrevistas realizadas demonstram situações em que os assentados se submetem a pagar valores mais altos que o

normal por mercadorias e serviços em geral. Um exemplo é o caso citado por Maria, do PA Urucum:

*[...] agora não tem mais, o pessoal do fundo não tem mais (se refere aos lotes mais distantes da rodovia), e o que mais tem aqui é aposentado, aposentado não paga passagem, né, então ficou pouco agora, lá para cima não tem mais ninguém, quem era assentado lá já vendeu e quem tá lá, que põe gente para cuidar, é gente da cidade, aí esses tem carro não precisa de ônibus, não é que nem nós que precisa. Para pegar o ônibus tem que ir lá pra estrada, se vai para cidade tem que tá cedo lá, o ônibus vem dos outros assentamentos, São Gabriel, Mato grande. Chega aqui, sete horas, sete e meia, tem dia que atrasa, não sei se é estrada, se é o ônibus que tá com problema, às vezes chega aqui nove horas. Aqui para fazer uma consulta, se marca com o médico para ir na cidade, se não arrumar lugar para posar lá, não vai de ônibus, porque não dá tempo de chegar lá, quando chega lá já passou o horário de ser atendido. O táxi é oitenta conto de lá aqui, outro dia paguei setenta pra vizinha me levar para fazer exame (MARIA, PA URUCUM).*

A fala da assentada é referente à falta de transporte coletivo para levar os assentados à cidade. Segundo ela, por existirem poucos assentados que dependem desse tipo de transporte, no assentamento, e o fato de grande parte ser aposentada e não pagar passagem, faz com que a empresa de ônibus não coloque novos horários e amplie as linhas para dentro do assentamento. Dessa forma, ela relata que quem depende do ônibus fica à mercê do único horário do trajeto de ida para cidade no período da manhã.

Quando precisam ir ao médico, cuja consulta é por hora marcada, esse horário não atende às necessidades dos assentados, comenta, ainda, a participante da pesquisa; nesse caso, é necessário ir no dia anterior e ficar na cidade até a tarde do dia seguinte para pegar o ônibus de volta, uma alternativa que acarreta gastos para quem não tem onde ficar, além de gastos com alimentação. Maria admite que uma opção seria pagar um veículo particular para levar os assentados, o que seria, segundo ela, extremamente caro - oitenta reais de táxi. E continua relatando que uma vizinha cobrou setenta reais para levá-la em seu carro particular, sendo que o trajeto do assentamento Urucum, onde a família mora, até a cidade de Corumbá é de aproximadamente 16 km.

Duas situações diferentes criadas pelo sistema capitalista são distinguidas nesse relato. O taxista, prestador de serviços, apesar de estar no desenvolvimento de sua profissão, não usa o taxímetro para cobrança da corrida e, aproveitando-se da falta de opções dos assentados, cobra o que quer.

A vizinha, que estaria prestando ‘um favor’, também se aproveita da situação para ganhar, pois não se baseia no custo de um ‘favor’, mas no valor que os taxistas costumam cobrar.

Por meio de um simples cálculo que se faça com base nas informações fornecidas pela assentada, é possível evidenciar o exagero do preço cobrado tanto pelo taxista como pela vizinha. À época do acontecido, o custo que a vizinha ou o taxista deveriam estabelecer para o percurso teria como base o custo da gasolina, que seria de R\$3,80 o litro. Para um trajeto de 32 km, considerando-se a ida e a volta, e um veículo que fizesse 8km por litro, o cálculo seria de 4 litros de combustível a R\$3,80 o litro, um custo total de ida e volta do assentamento para o município seria de R\$15,20, um valor muito distante do cobrado pelo taxista e pela vizinha.

Nesses casos, os valores cobrados foram baseados na necessidade dos assentados e em quanto estavam dispostos a pagar, e não no mercado, considerando o custo do serviço, para o taxista, ou nos gastos despendidos na prestação do “favor”, para a vizinha. Ambos utilizaram a lógica capitalista não mercadológica de explorar a oportunidade de forma a maximizar o ganho.

As mulheres dos assentamentos estão inseridas em um processo geral comandado pelo mundo externo ao do assentamento, que é o mundo da mercadoria. Nesse mundo elas enfrentam diversas situações: marginalização das funções produtivas femininas; desvalorização dos trabalhos femininos; produção e reprodução das diferenças que reforçam os preconceitos de gênero; sujeição da venda da produção ao preço estabelecido pelo mundo da mercadoria; exploração de sua renda em razão de outros que buscam o maior ganho possível, independentemente da situação.

Mas apesar de inseridas nesse processo geral do mundo capitalista, elas não abrem mão de suas convicções e seu modo de vida camponês. Elas traçam seus caminhos em meio às sujeições impostas, trabalham fora, vendem nas feiras, conquistam seu empoderamento e mantêm seu modo de vida, criando e recriando suas forças após cada dificuldade imposta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os assentamentos rurais de Corumbá e Ladário são palco das mulheres aqui estudadas. Oito assentamentos, todos com inúmeros problemas de ordem estrutural que impuseram, às famílias ali assentadas, condições extremamente difíceis de adaptação. A falta da água é o pior desses problemas enfrentados, porque a partir dele, multiplicam-se os reflexos, a falta de condições para plantar e manter a criação de animais; sem condições de produção para venda e para subsistência, instala-se a fome, avolumam-se os problemas de saúde, cresce a necessidade de se submeter ao assalariamento doméstico para manter a família.

Dificuldades relativas à Educação, as poucas escolas, a distância entre elas e os assentamentos são outras questões que também afetam a família, além da segurança dos filhos que se deslocam por longas distâncias para estudar, a falta de escolas rurais que preparem os filhos para assumir a terra. As mulheres também são prejudicadas, uma vez que muitas ainda tentam dar continuidade a seus estudos no período noturno.

O atendimento à saúde é outra questão cujos problemas são formados por desentendimentos entre o poder municipal e o Incra, e que afetam a qualidade de vida de muitos assentados, um “jogo de empurra” em que os únicos prejudicados são as famílias assentadas. As mulheres camponesas são diretamente afetadas por esses problemas uma vez que o atendimento a saúde da mulher somente é realizado na sede dos municípios.

Com relação às condições gerais dos assentamentos, o poder público municipal pode contribuir para melhorar os problemas ali existentes. As questões relativas à água, à saúde, à educação e transporte são de sua alçada e precisam ser resolvidos para a melhora de condições de vida da população assentada e, sobretudo das mulheres. O que se percebe é um descaso desse poder para com a população dos assentamentos.

Os governos municipais têm tratado os assentamentos como organismos à parte do município. As dificuldades no transporte público também seguem essa linha. Alguns assentamentos estão a mais de 50 km da cidade, não há transporte todos os dias, e o transporte coletivo, em muitos casos, não entra nos assentamentos, passa somente nas vias de acesso. Muitas mulheres, para venderem seus produtos nas feiras da cidade carregam sacos de milho e de mandioca, deslocando-se a pé até o ponto de ônibus.

Nesse sentido a ação do poder público municipal poderia atender essas demandas existentes nos assentamentos, por meio de iniciativas que servissem de incentivo à produção

para venda, facilitação do transporte dos produtos até a cidade, e articulação do processo de venda. Essa atuação municipal traria benefícios à população assentada e também aos cidadãos do município. Os assentados são beneficiados através da renda gerada pela venda de sua produção e os cidadãos do município, pela possibilidade de obter produtos com diversidade, qualidade e baixo preço, se comparados aos produtos vindos de municípios distantes. As ações locais tem a vantagem de beneficiar diretamente a população envolvida. A concepção de que a população assentada é um “problema nacional” impede a visão de que na realidade os assentados podem se tornar uma “solução municipal”. Nesse sentido, a obrigação do Estado para com as políticas de Reforma Agrária não é um impeditivo para o desenvolvimento de ações municipais que levem melhorias aos assentamentos e aos assentados/as. Da mesma forma, a luta por políticas públicas nacionais para assentamentos não deve minimizar a luta por ações municipais.

Um ponto importante referente ao desenvolvimento de políticas públicas para camponeses são as políticas desenvolvidas para as mulheres. De forma geral, essas iniciativas configuram um formato único, generalizado para diferentes populações, sejam elas assentadas, ribeirinhas, pequenas produtoras, etc. Políticas públicas generalizadas podem não resolver problemas específicos das mulheres camponesas de assentamentos. Faz-se necessário o conhecimento das especificidades, das necessidades de cada povo.

Ao contrário do que se supunha no início deste estudo, apesar de todas as dificuldades vividas nos assentamentos, as mulheres continuam com sua luta, que é diária; não se mostram submissas, elas querem participar, e participam, não só dos trabalhos mas também no poder de decisão.

Os resultados da pesquisa revelam que os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres na lavoura e na criação animal são por elas divididos entre leves e pesados, considerando-se, para tal, a força física utilizada para realiza-los. Essa separação não é a única responsável pela divisão dos trabalhos entre homens e mulheres; são ainda consideradas as condições de saúde e o tempo disponível, tendo em vista os trabalhos externos e os cuidados com os filhos. A divisão de tarefas caracteriza-se como um companheirismo entre o casal; “tem que conversar” é a expressão que representa a forma de decidir quem faz o que e quem decide, muito frequente nas entrevistas, indicando que essas mulheres exigem participar das decisões e que, em muitos casos, têm poder para tomar sozinhas.

Na maioria dos lotes as mulheres trabalham na lavoura, em trabalhos considerados leves e/ou em trabalhos pesados. Esses trabalhos não são considerados somente como ajuda ao trabalho desenvolvido pelo homem, são reconhecidos por elas, e por eles, como importantes.

As mulheres têm grande participação na venda das mercadorias produzidas no lote, que é realizada em sua maioria, no lote, e depois na feira. Elas participam do processo de venda com poder de decidir, onde, como, e a que preço vender. Os trabalhos na produção agrícola representam a atividade preferida delas, além de terem sido considerados a tarefa mais importante por elas desenvolvida; sua importância é relacionada principalmente como fonte de renda para família e conseqüente bem estar dela. O fato de as mulheres considerarem os trabalhos na produção agrícola como a atividade preferida e como a mais importante, e relacionarem essa importância e preferência ao bem estar da família retrata a ligação da mulher camponesa com a terra e com a família.

As mulheres são as principais responsáveis quando há agregação de valor em produtos para venda ou consumo. Os homens aparecem nessa tarefa como ajudantes, por serem possuidores de força física ou por representarem um auxílio, quando a mulher está doente. As mulheres aparecem, também, como as principais negociadoras desses produtos, em sua maioria derivados de leite, de frutas ou de outros produtos plantados no lote. Como existe a necessidade de se aproveitar essa produção de alguma forma, a agregação de valor mostra-se como uma excelente oportunidade para tal.

As mulheres campesinas vão à feira, algumas trabalham fora, mas não perdem de vista seu foco na família, na terra e no trabalho. Declaram que os trabalhos mais importantes que realizam são aqueles voltados para a geração de renda e para o bem-estar da família, nessa ordem, porém, a geração de renda é importante para proporcionar o bem-estar da família, portanto o círculo se fecha, com a família no centro.

Em todos os trabalhos, produtivos ou reprodutivos, as mulheres participam e têm poder de decisão. Trabalham em conjunto com os maridos, não como submissas e nem têm seu trabalho desvalorizado ou relegado a segundo plano. Contam com os maridos para o desenvolvimento de tarefas reprodutivas. Trabalham juntos, decidem juntos, o casal mantém um companheirismo nos trabalhos e nas decisões. As mulheres decidem sobre a renda do casal, mesmo sendo essa renda proveniente de trabalhos somente do marido. Trabalham na venda dos produtos, têm poder para decidirem o que vender, a quanto vender e onde vender.

Ainda quanto ao poder de decisão, as mulheres participam na decisão sobre a renda do lote na maioria dos casos, e em alguns casos elas decidem sozinhas. Quando se trata da renda advinda de fora do lote, elas têm poder de decisão na quase totalidade dos casos e decidem sozinhas em quase metade deles. Mesmo quando somente os maridos trabalham fora, elas participam da decisão ou até mesmo decidem sozinhas o destino dessa renda. Esses dados, aliados aos depoimentos, sinalizam que as mulheres têm expressiva participação não só no

trabalho, mas também no poder de decisão, não dependem dos maridos para comprar produtos específicos para elas, decidem junto a seus maridos as tarefas e dimensionam seu tempo em função das tarefas, a fim de que o casal realize trabalho junto, e que não aja sobrecarga para uma das partes.

Conquanto as tarefas domésticas sejam, em sua maioria, de responsabilidade da mulher, elas constituem exatamente o tipo de trabalho que as mulheres não gostam de realizar, de acordo com os depoimentos das participantes da pesquisa. Elas declaram que preferem os trabalhos com a terra, com o plantio. A participação do homem nas tarefas domésticas relativas aos cuidados com a casa e com os filhos, é na maioria das vezes desenvolvida como uma “ajuda” à mulher, fato que merece destaque tendo em vista que essas tarefas sempre foram descritas como “trabalho de mulher”.

Apesar de as atividades como cozinhar e costurar remeterem a tarefas consideradas reprodutivas, elas aparecem em primeiro lugar na demanda de políticas públicas para mulheres. Essa demanda não é relativa à vontade de aprender tarefas reprodutivas para o lar, uma vez que os trabalhos reprodutivos se mostram como tarefas que as mulheres não gostam de realizar. O desejo de se especializar decorre da vontade de colocar à venda novos produtos, o que necessariamente não significa entrar no circuito de produção de mercadorias, pois nem todo mercado é capitalista.

É necessário que os projetos levados a assentamentos não sejam implantados a partir de modelos prontos, que desconsiderem a realidade, a cultura e as vocações locais. A importância de projetos como o Bem-Estar, do assentamento 72, está exatamente em respeitar o ‘ser’ camponês, o local, o modo de vida e, principalmente, o acompanhamento de cada etapa, o apoio em todas as fases, não somente com recursos financeiros, mas com conhecimento, um saber multidisciplinar, que a academia tem de sobra, mas fica, em sua maioria, restrita ao papel.

Apesar do grande número de famílias existentes nesses assentamentos, não há muitos trabalhos realizados em conjunto para produção ou para venda.

Não foram identificadas iniciativas de união entre mulheres para produção e/ou venda. As mulheres atribuíram a carência desse tipo de iniciativa, principalmente, à falta de união dentro dos assentamentos e à falta de políticas públicas que incentivem o trabalho em grupo. Contudo, as entrevistadas demonstraram vontade de participar de uniões produtivas entre mulheres, no entanto, esperam que alguém comece uma ação e as chame para participar, elas têm ideias produtivas, mas têm receio de colocá-las em prática e de chamar outras para participarem em conjunto.

Quando, entretanto, o assunto é lazer, participação social ou participação política, há pouco interesse demonstrado pelas assentadas.

As atividades de lazer restringem-se a visitas a parentes e amigos, a assistir TV e a ouvir rádio. Esse fato se deve à falta de alternativas nos assentamentos, decorrentes da falta de espaços e de iniciativas para realização de atividades de lazer voltados para mulheres.

As assentadas participam em atividades sociais ou em atividades de participação política e declaram não terem esse interesse por causa dos desentendimentos que acontecem nesses eventos.

Essas mulheres, apesar da força e determinação demonstradas nos trabalhos e nas tomadas de decisão no lote, não levam essa energia para movimentos e lutas a favor dos assentamentos ou dos direitos delas próprias. Não se interessam por terem participação política, poucas são as que participam das associações de moradores de seus assentamentos, que seriam os locais propícios à discussão de assuntos relativos às mulheres e seus interesses políticos, locais, sociais. Pouco se interessam, também, pelos assuntos e debates vinculados ao tema de gênero.

A falta de engajamento político dessas mulheres, em contraponto ao seu empoderamento, indica que não é apenas a participação política ativa que leva, necessariamente, ao empoderamento. É indiscutível a importância da participação política para fortalecimento das lutas, sejam elas de classe ou de gênero, e na definição do sujeito mulher camponesa. Contudo essa mulher se empoderou através de suas lutas, das dificuldades para se manter nos assentamentos, dos trabalhos como doméstica, para manter o sustento da família e da consequente troca de papéis de gênero no lote.

A vida da assentada não se resume somente ao que acontece no lote e no assentamento. Não há isolamento que separe o assentamento dos impactos causados por fatores externos a ele. Vivendo nos assentamentos, as famílias camponesas mantêm seu modo de vida, mas não fogem dos impactos da lógica capitalista de acumulação.

As mulheres dos assentamentos de Corumbá e Ladário mostram um diferencial não captado, anteriormente, em pesquisas de outros assentamentos. Elas desenvolveram um empoderamento criado com base no companheirismo com os maridos. As relações de poder mantidas dentro das relações de gênero, nos lotes pesquisados, são equilibradas por partilharem trabalhos e decisões. As mulheres participam dos trabalhos, leves e pesados, juntamente com os homens, e distribuem a carga das tarefas de acordo com o auxílio prestado pelos maridos em casa para não se sobrecarregarem. A participação dos homens em tarefas reprodutivas, que em

sociedade patriarcal e androcêntrica sempre foram consideradas ‘trabalho de mulher’, é um destaque.

Desenvolver esta pesquisa foi surpreendente e altamente reveladora das relações entre homem e mulher no assentamento. Esperava-se encontrar mulheres subordinadas aos maridos, sem poder de decisão e sobrecarregadas com tarefas domésticas e do lote. O excesso de trabalho existe, como em qualquer assentamento, os trabalhos são muitos, inacabáveis. Mas a postura delas é outra. Sabem direcionar os trabalhos, são ativas, independentes. Não se trata de uma revolução feminina ou de mulheres que mandam nos maridos; trata-se, antes, de uma relação construída, pelo casal, com base na divisão de trabalhos e decisões e no companheirismo. Trata-se de participarem juntos do dia a dia do lote.

Os diferenciais aqui encontrados com relação ao empoderamento das mulheres, o poder de decisão, o reconhecimento da importância dos trabalhos produtivos e reprodutivos tanto da parte delas como dos maridos, o poder de negociação na divisão de tarefas, sugerem que as relações de gênero têm tomado outros caminhos nos assentamentos. Caminhos que vão em direção ao companheirismo, de decisões compartilhadas, de apoio mútuo entre o casal.

A realidade presente nos assentamentos estudados não elimina a existência de problemas de gênero - o androcentrismo, problemas de violência e outros sofridos pelas mulheres -, mas demonstram que as relações de poder existentes no lote podem contemplar uma participação ativa da mulher no processo decisório.

Nesse contexto, a participação do homem nas discussões dos problemas de gênero é fundamental para o empoderamento dessas mulheres. Não existiria uma mulher empoderada em um contexto machista e androcêntrico. Através da participação deles e do entendimento em relação à dinâmica e aos problemas específicos do fato de serem mulheres, é que se dá a abertura para a mudança na relação de poder existente nas relações de gênero.

É preciso ainda, que os estudos de campesinato se atentem aos diferenciais das relações de poder existentes nas relações de gênero, e não sejam somente reproduções de teorias desenvolvidas com base em realidades encontradas em determinados locais. Ideias focadas em conceitos pré-concebidos, que pregam a desvalorização e a invisibilidade do trabalho da mulher camponesa, podem minar a descoberta de novas realidades que venham a se desenvolver nas relações de gênero.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- ALMEIDA, R. A. de (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Identidade, Distinção e Territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. Tese. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciência e Tecnologia. Presidente Prudente. 2003
- ANDRADE, Tânia. **Mulheres no mercado de trabalho: onde nasce a desigualdade?**. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Brasília/DF. 2016. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema7/2016\\_12416\\_mulheres-no-mercado-de-trabalho\\_tania-andrade](http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema7/2016_12416_mulheres-no-mercado-de-trabalho_tania-andrade) . Acesso em: mar. 2018.
- AVELINO JUNIOR, F. J. A Geografia dos Conflitos pela Terra em Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, R. A. de (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2008.
- BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. Tradução: Sérgio Milliet. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BERTAUX, D. *Los relatos de vida en el análisis social*. **Historia y fuente oral**, p. 87-96, 1989.
- BERTAUX, D. et al. **La perspectiva biográfica: validez metodológica y potencialidades**. La historia oral: métodos y experiencias. Madrid: Debate, 1993.
- BRASIL. **Lei 4.132, de 10 de setembro de 1962**. Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4132.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4132.htm)>. Acesso em 6 jan. 2018.
- BRASIL. **Lei 13.255 de 14 de janeiro de 2016** .Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016. Disponível em: < <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/orcamentos-anuais/2016/orcamento-anual-de-2016#loa2016>> . Acesso em jan. 2018.
- BRASIL. **Lei 13.414 de 10 de janeiro de 2017** .Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017. Disponível em: < <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/orcamentos-anuais/2017/orcamento-anual-de-2017#LOA2017>> . Acesso em jan. 2018.
- BRASIL. **Projeto de Lei Orçamentária 2018**.Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão. 2017. Disponível em: < <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/orcamentos-anuais/2018/orcamento-anual-de-2018#projeto-de-lei-or-ament-ria-anual---ploa-2018>>. Acesso em jan. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana. Presidência da República. Brasília, 2017.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Editora Record, 2003.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 15, n. 2, p. 45-65, 2014.

CARDOSO, E. L.; OLIVEIRA, H. de; PELLEGRIN, L. A.; SPERA, S. T.; SPERA, M. R. N. **Solos do Assentamento Tamarineiro II, Corumbá- MS: caracterização e potencial agrícola**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2002.

CHILENO, V. Diário Digital R7. **Cheia no Pantanal atingirá área de 5 milhões de campos de futebol, diz Embrapa**. 2011. Disponível em: <https://noticias.r7.com/cidades/noticias/cheia-no-pantanal-atingira-area-de-5-milhoes-de-campos-de-futebol-diz-embrapa-20110427.html> . Acesso em: 11 out. 2017.

COLETIVO NACIONAL DE MULHERES DO MST. **A Questão da Mulher no MST**. São Paulo. 1996. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/A%20quest%C3%A3o%20da%20mulher%20no%20MST.pdf> . Acesso em: 2 jun. 2015.

COLLING A. M. **Tempos Diferentes Discursos Iguais**. Dourados/MS: Editora UFGD, 2015.

CORRÊA. V. B. **Coronéis e Bandidos em Mato Grosso: 1889-1943**. 2. ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2006.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Fim da Reforma Agrária e grilagem de terras legalizadas na Amazônia**. Goiânia, CPT, 06 de junho de 2017.

CUT. **Retrocesso: Temer reduz em mais de 50% verbas de políticas para as mulheres**. 2017. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/retrocesso-temer-reduz-em-mais-da-metade-verbas-de-politicas-publicas-para-as-mu-3f34/> . Acesso em: 9 abr. 2017.

DA CONCEIÇÃO, V. et al. Diagnóstico do uso de Cisternas de Placa para captação de água de chuva no Assentamento Taquaral: Resultados Preliminares. **Cadernos de Agroecologia**, v. 10, n. 3, 2016.

DA COSTA, E. A. Conflito pelas Terras e pelas Águas: Notas das Relações entre Mineradoras e Proprietários Rurais em Corumbá. **GEOgraphia**, v. 15, n. 30, p. 53-80, 2014.

DATALUTA. **Banco de dados da luta pela terra**. Presidente Prudente: NERA. 2014

DE MELO, E. J. Gênero e jornada de trabalho em assentamentos rurais. **Revista Pegada**, v. 2, n. 1, 2001.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 175-204, 2004.

FABRINI, J. E. **A Posse da Terra e o Sem Terra no Sul de Mato Grosso do Sul: o caso Itaquiraí**. Corumbá, MS: AGB Corumbá, 1996.

\_\_\_\_\_. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do centro-oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. 2002. 284f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP.

- \_\_\_\_\_. **A resistência camponesa nos assentamentos de Sem Terra.** Cascavel: Edunioeste, 2003. 275p.
- \_\_\_\_\_. A Posse e Concentração de Terra no Sul de Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, R. A. de (ORG). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar.** Ed. UFMS. Campo Grande, MS. 2008.
- FARIAS, M. de F. L.. As trilhas da pesquisa em assentamentos de reforma agrária: continuidades e descontinuidades nas relações de gênero. **Espaço Plural**, n.18, 1 semestre, p.19-30. 2008
- \_\_\_\_\_. Viver na terra e viver da terra: sociabilidade no cotidiano de famílias em assentamentos rurais no Estado de Mato Grosso do Sul. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 5, n. 1, jul/dez. 2012
- FEIDEN, A. Apresentação dos resultados alcançados por meio de pesquisa e transferência de tecnologia em benefício dos moradores do Assentamento 72. **Depoimento.** Embrapa Pantanal. Corumbá, MS. 2016.
- FERNANDES, B. M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista de Cultura Vozes**, v. 2, 1999.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. **Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos.** João Pessoa: AGB, 2002.
- \_\_\_\_\_. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, n. 6, p. 24-34, 2012a
- \_\_\_\_\_. Reforma agrária e educação do campo no governo Lula. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 7, n. 14, p. 01-23, ago., 2012b
- FOUCAULT, M. **Estratégias, poder-saber.** Coleção Ditos e Escritos (IV), Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- GALLEGO, R. S. Mujeres jóvenes en el mundo. **Revista de Estudios de Juventud**, n. 48, p. 83-90, 2000.
- GARCIA, E. A. C. Estrutura fundiária no município de Corumbá, MS. **Embrapa Pantanal-Circular Técnica (INFOTECA-E)**, 1981.
- GONÇALVES, R. Dinâmica sexista do capital: feminização do trabalho precário. **Lutas Sociais**, n. 9/10, p. 125-132, 2005.
- \_\_\_\_\_. (Re) politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 2, p. 198-216, 2009.
- GONZÁLEZ VÁZQUEZ, A. Los conceptos de patriarcado y androcentrismo en el estudio sociológico y antropológico de las sociedades de mayoría musulmana. **Papers: revista de sociologia**, v. 98, n. 3, p. 0489-504, 2013.
- HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, n. 8, p. 1-28, 2012.
- HEREDIA, B.; GARCIA, M. F.; GARCIA JR., A. **O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas.** Petrópolis: Vozes, 1984.
- IBGE. **Censo agropecuário 2006.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

INCRA - FUNDAÇÃO CANDIDO RONDON. **Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos Tamarineiro II e Paiolzinho**. Campo Grande, MS. 2002. 1 CD-ROM

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento São Gabriel, Corumbá**. Campo Grande, MS, 2010. 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_. **Área Incorporada ao Programa de Reforma Agrária – histórico até 2016**. 2017. Disponível em: <http://www.Incra.gov.br/tree/info/file/11933> . Acesso em: 10 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. 2015. Disponível em: [http://www.Incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos\\_criados-geral.pdf](http://www.Incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf) Acesso em: 18 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Sistema Nacional de Cadastro Rural–SNCR Mato Grosso do Sul**. 2014. Disponível em : [http://www.Incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/estatisticas-de-im-veis-rurais/cadastro\\_imoveis\\_rurais\\_ms\\_geral\\_pub\\_e\\_priv.pdf](http://www.Incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/estatisticas-de-im-veis-rurais/cadastro_imoveis_rurais_ms_geral_pub_e_priv.pdf). Acesso em: 4 nov. 2016.

IPHAN. **Corumbá/MS**. 2014. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/366> . Acesso em: 11 dez. 2016.

LÖWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Outubro**, v. 1, n. 01, p. 70-80, 1995.

MARTINS, T. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1991.

MARTINS, T. S.; DE ALMEIDA, R. A. O assentamento Margarida Alves/MT–Brasil: o conflito de classes no campo e a questão de gênero. **Revista Pegada**, v. 15, n. 1, 2014.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo. AGRAER. **Plano de Recuperação do Assentamento Urucum**. Corumbá/MS, 2008. 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo. AGRAER. **Plano de Recuperação do Assentamento Tamarineiro I**. Corumbá/MS, 2009a. 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo. AGRAER. **Plano de Recuperação do Assentamento Mato Grande**. Corumbá/MS, 2009b. 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo. AGRAER. **Plano de Recuperação do Assentamento 72**. Corumbá/MS, 2009c. 1 CD-ROM.

MCALLISTER, C. Malaysia: Women's Work & Resistance. 1993. Disponível em: [www.solidarity-us.org/node/4791](http://www.solidarity-us.org/node/4791). Acesso em: fevereiro de 2018.

MENEGAT, A. S. (Org.). Retratos da vida nos assentamentos Taquaral e Sul-Bonito: a fotografia como instrumentos reveladores de (re)construção de novos lugares. **Vídeo**. Laboratório de Estudos de Fronteira. UFGD. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t30qmpajLY&feature=youtu.be> . Acesso em: setembro de 2017.

MENEGAT, A. S. **No Coração do Pantanal**: assentados na lama e na areia as a contradições entre os projetos do estado e dos assentados no Assentamento Taquaral – MS. Dourados/MS: Editora UEMS/Editora UFGD, 2009.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. **Lei Orçamentária Anual 2016.** Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1> . Acesso em: 17 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei Orçamentária Anual 2017.** Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1> . Acesso em: 17 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei Orçamentária Anual 2018.** Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1> . Acesso em: 17 dez. 2017.

MIZUSAKI, M. Y. **Território e Reestruturação Produtiva na Avicultura.** Dourados/MS: Editora UFGD, 2009.

MORALES, P. A. **Desigualdades de classe e gênero no acesso à terra: uma aproximação a partir das práticas das participantes do Movimento de Mulheres Rurais do Sertão Central de Pernambuco.** 2010. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Assistência Social. Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS-MMC. **Lutas.** Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/47>. Acesso em: 17 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação.** 2007. Disponível em: [http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/cartilha\\_tbase2007.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/cartilha_tbase2007.pdf). Acesso em: 17 set. 2017.

MST. **Documento Básico do MST.** São Paulo: MST, 1993.

MURARO, R. M. **Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1983.

NOVACK, G. **A Lei do Desenvolvimento desigual e combinado da sociedade.** Ed. Rabisco Criação e Propaganda Ltda., 1988.

OLIVEIRA, A. U. **A Agricultura Camponesa no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 1991.

\_\_\_\_\_. **A Geografia das Lutas Camponesas.** 6. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1994.

\_\_\_\_\_. **A Agricultura Camponesa no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2001a.

\_\_\_\_\_. A longa marcha do camponato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001b.

\_\_\_\_\_. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007.

\_\_\_\_\_. A questão agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula. In: **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010a, p. 287-328.

\_\_\_\_\_. **Agricultura e indústria no Brasil. Campo-Território: revista de geografia agrária, Uberlândia**, v. 5, n.10, p. 05-64, ago. 2010b.

\_\_\_\_\_. **A Mundialização da Agricultura Brasileira.** VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales-CIETA, 2014, São Paulo. **Anais do VI CIETA.** São Paulo: FFLCH Edições, v. 1. p. 1-24, 2014.

OLIVEIRA, H. de; CARDOSO, E. L. **Alternativas para a exploração agrícola das terras do Assentamento Tamarineiro I, Corumbá-MS. Embrapa Pantanal. Circular Técnica,** 2002.

- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Perspectivas Sociales e del Empleo em el Mundo**-Tendencias del empelo feminino. Avance global. Ginebra. 2018.
- ORTEGA LÓPEZ, T. M. “!No Vayáis a La Ciudad!” El éxodo rural feminino em España (1900-1930) Aproximación a sus causas y a sus consecuencias. In: \_\_\_\_\_. (ed.). **Jornaleras, campesinas y agricultoras: la historia agraria desde una perspectiva de género**. Prensas de La Universidad de Zaragoza. Zaragoza. 163. 2015
- PAULILO, M. I. S. F. O Peso do Trabalho Leve. **Revista Ciência Hoje**. v. 28,1987.
- \_\_\_\_\_. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos feministas**, v. 12, n. 1, p. 229, 2004.
- PAULILO, M. I. et al. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. **Cadernos de pesquisa**, v. 21, p. 1, 2003.
- PEREIRA, N. R. et al. Zoneamento agroecológico dos municípios de Corumbá e Ladário-MS. **Embrapa Solos-Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento (INFOTECA-E)**. Rio de Janeiro, 2011.
- PIMENTEL, S. **Conceitos de soberania e de segurança alimentar são debatidos em conferência no Sul**. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2006-03-09/conceitos-de-soberania-e-de-seguranca-alimentar-sao-debatidos-em-conferencia-no-sul>
- PRADO JÚNIOR, C. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- PROENÇA, A. C. **Corumbá de todas as graças**. Campo Grande, MS: Ed. Ruy Barbosa, 2003.
- RAMOS FILHO, E. S. **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de Reforma Agrária e Reforma Agrária de Mercado (2003-2006)**. 2008. 428 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP.
- RODRIGUES, L. Productoras y Feriantes, estratégias de género em Misiones. In: LÓPEZ, T. M. O. (ed.). **Jornaleras, campesinas y agricultoras. La historia agraria desde una perspectiva de genero**, v. 11, p. 407, 2015.
- ROMERO, F. C.; LÓPEZ, T. M. O. Menos piano y más campo. In: LÓPEZ, T. M. O. **Jornaleras, campesinas y agricultoras. La historia agraria desde una perspectiva de genero**, v. 11, p. 215, 2015.
- ROSS, D. **Contradições na construção dos territórios camponeses no Centro-Sul paranaense: territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências**. Tese. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. 2015.
- SAFFIOTI, H. I. B. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 1976a.
- \_\_\_\_\_. Trabalho, feminino e capitalismo. **Perspectivas**. São Paulo. V. 1, p. 121-164. 1976b.
- \_\_\_\_\_. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. **Uma questão de gênero**. São Paulo: Ed. Rosa dos Ventos,1992.
- \_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- \_\_\_\_\_. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**. 3. ed. São Paulo/SP: Ed. Expressão Popular, 2013.

- SALVARO, G. I. J.; DE SOUZA LAGO, M. C.; WOLFF, C. S. “Mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. **Psicologia & sociedade**, v. 25, n. 1, 2013.
- SAMPEDRO GALLEGO, R. Conciliación de la vida familiar y laboral en el medio rural: género, trabajo invisible e idilio rural. In: FRADES, V. M. **Mujeres Rurales: estudios multidisciplinares de género**. España: Ediciones Universidad de Salamanca, p. 81, 2008.
- SANTOS, J. B. dos. Novos movimentos sociais: feminismo e a luta pela igualdade de gênero. **Revista Internacional de Direitos e Cidadania**, n. 9, p. 81-91, fevereiro/2011.
- SANTOS, J. S. et al. Identificação de áreas alagadas no bioma Pantanal–Brasil–utilizando dados multitemporais terra/MODIS. **Geografia**, v. 34, p. 745-755, 2011.
- SAUER, S. 'Reforma agrária de mercado' no Brasil: um sonho que se tornou dívida. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 2, 2013.
- SAUER, S.; SOUZA, M. R. de. Movimentos sociais na luta pela terra: conflitos no campo e disputas políticas. In: FERRANTE, V. L. S.; WHITAKER, D. C. A. **Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA, 2008. p. 53-87.
- SAUER, S.; LEITE, A. Z. Medida Provisória 759: Descaminhos da reforma agrária e legalização da grilagem de terras no Brasil. **Retratos de Assentamentos**, v. 20, n. 1, p. 14-40, 2017.
- SCOTT, J. W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99
- SEMADE. **Diagnóstico Socioeconomico de Mato Grosso do Sul**. 2015
- SILVA, C. B. **Homens e Mulheres em Movimento** – Relações de Gênero e subjetividades no MST. Florianópolis: Editora Momento Atual, 2004.
- SILVA, C. M. A desapropriação por interesse social. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 1-15, jul. 1952. ISSN 2238-5177. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/12441/11345>>. Acesso em: 8 out. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.12660/rda.v29.1952.12441>.
- SILVA, W.G. **O Processo de Integração Produtiva da Região de Dourados à Economia Nacional**. Tese. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. USP. São Paulo. 2011.
- SOUZA, F. 30ª Reunião da Comissão Constitucional de 1946. In: SILVA, Carlos Medeiros. A desapropriação por interesse social. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 1-15, jul. 1952. ISSN 2238-5177. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/12441/11345>>. Acesso em: 8 out. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.12660/rda.v29.1952.12441>.
- TEDESCHI, L. A. Relações de gênero e a história das mulheres camponesas. **Educação, Ciência e Cultura**. 2009, 14: 45-62.
- \_\_\_\_\_. O uso da categoria gênero na história das mulheres camponesas no Brasil: uma ferramenta necessária. **Anuário de Hojas de Warmi**, nº15. 2010.
- \_\_\_\_\_. Representações sociais e relações de gênero no meio rural. In: FAISTING, A. L.; FARIAS, M. L. de F. (Orgs.). **Direitos Humanos, Diversidade e Movimentos Sociais- um diálogo necessário**. Dourados/MS: Editora UFGD, 2011.

\_\_\_\_\_. A poderosa “Mão Invisível” da vida cotidiana: Reflexões sobre gênero e trabalho na história das mulheres camponesa. **Revista História & Perspectivas**, v. 26, n. 49, 2013.

TROTSKY, L. A História da Revolução Russa. Tradução: HUGGINS, E. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.

VALENCIANO, R. C. **Participação da mulher na luta pela terra**: discutindo relações de classe e gênero. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2006.

VECINA, C. C. O II Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Lula: uma Análise para Além do Aparente. **Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia, MG, 2012.

## APÊNDICE: Questões Para Direcionamento das Entrevistas

ASSENTAMENTO: \_\_\_\_\_

Lote: \_\_\_\_\_

Proprietário \_\_\_\_\_

Moradores no lote:

Medida do lote:

Mulher do lote – Entrevistada

Idade

### Grupo 1 – Produção no lote

A - Produção no lote (plantações, criações de animais) 2015/2016 –

1. Lavouras cultivadas em 2015/2016
2. Mulher trabalha na lavoura? De que forma? Relatar por tarefa e por atividade verificar horta, plantio de flores, se a produção se dá ao redor da casa ou longe dela, se é para consumo ou venda...
3. Área Cultivada em 2015/2016 – em hectares
4. Volume de produção 2015/2016 – por produto
5. Volume para comércio em 2015/2016 - por produto
6. Volume para consumo em 2015/2016 – por produto
7. Mulher participa da comercialização? De que forma? – por produto
8. Quem define o que vender, onde e como vender? Se necessário separar por produto
9. Criação animal em 2015/2016
10. Mulher trabalha com criação e no trato dos animais? De que forma? Separar por criação
11. Área para criação de animais em 2015/2016 em hectares
12. Volume de produção de animais 2015/2016 por animal
13. Volume para comércio de animais em 2015/2016 por animal
14. Volume de consumo de animais em 2015/2016 por animal
15. Volume de produção de Leite em 2015/2016 litros
16. Volume de comércio de Leite em 2015/2016 litros
17. Volume de consumo de Leite em 2015/2016 litros
18. Mulher participa da comercialização de animais e do leite? De que forma?
19. Quem define o que vender, onde e como vender animais e leite?

B - Venda dos produtos (onde, como)

1. Quais os produtos vendidos *in natura*? Por produto
2. Quais produtos são industrializados, modificados, ou possuem algum tipo de valor agregado? E como é o processo? Por produto
3. Se existe industrialização, modificação ou agregação de valor, quem é o responsável? Por produto
4. Onde são comercializados os produtos? Por produto

C – Financiamento bancário - limitar a 2015/2016

1. Já utilizaram de algum tipo de financiamento ou crédito bancário para a produção no lote?
2. Qual o tipo de financiamento adquirido?
3. Como ficaram sabendo da disponibilidade desse crédito?
4. Em qual atividade foi utilizado o dinheiro?

5. Quanto desse valor foi para custeio?
6. Quanto desse valor foi para investimento?
7. Qual foi o resultado com o financiamento obtido?
8. Sabe da existência de financiamentos específicos para as mulheres?
9. Já pegou financiamentos especificamente para desenvolver projeto seu de seu trabalho? (de mulheres no lote)
10. Quais financiamentos para mulheres conhece ou já ouviu falar?

### **Grupo 2 – A mulher no lote**

1. As mulheres do lote trabalham somente no lote ou desenvolvem alguma atividade remunerada fora do lote? Discriminar o que fazem sozinhas...
2. Como é tratado a renda recebida da produção do lote, quem decide o que fazer com o dinheiro? Nesse caso separa algum dinheiro para utilização da mulher somente (unha, cabelo, maquiagem, higiene pessoal, roupas...)? Que atividade é sua e o dinheiro é só para você?
3. Como é tratado o dinheiro recebido de atividades desenvolvidas fora do lote, quem decide o que fazer com o dinheiro? Nesse caso separa algum dinheiro para utilização da mulher somente (unha, cabelo, maquiagem, higiene pessoal, roupas...)?
4. Como se dá a distribuição de trabalhos realizados no lote entre seus moradores?
5. Quais as atividades desenvolvidas só pelas mulheres no lote?
6. As mulheres mais jovens ajudam nas atividades no lote? De que forma?
7. Quais as tarefas desenvolvidas exclusivamente pelas mulheres do lote?
8. Existe algum período que as mulheres são impedidas ou deixam de desenvolver alguma tarefa? Qual e por quê?
9. No lote quem resolve assuntos de banco, pagamento de contas? Quantos % cada
10. Quem é responsável pela organização da casa?
11. Quem é responsável por cuidar da roupa?
12. Quem é responsável pela comida?
13. Quem é responsável por cuidar dos filhos?
14. Quem é responsável por comprar mantimentos?
15. Quem compra e escolhe móveis, eletrônicos, eletrodomésticos para casa ?
16. Quem é responsável por comprar material para produção no lote?
17. Das atividades desenvolvidas o que mais gosta de fazer?
18. E o que não gosta de fazer?
19. Participa de alguma atividade de lazer no assentamento ou fora dele? Só de mulheres?
20. O que considera sua maior diversão, seu momento de lazer? Quando pratica e com que frequência?
21. Existe algum tipo de parceria entre as mulheres do assentamento para produção ou para venda?
22. Quais são essas parcerias?
23. Como funcionam?
24. Quais os pontos positivos dessas parcerias?
25. Quais os pontos negativos?
26. Relatar a atividade e impacto dessa atividade em casa.
27. SE não existem parcerias, qual o motivo?
28. O que gostaria que melhorasse para as mulheres do assentamento?
29. Qual sua profissão? (vincular se mulheres que trabalham na produção e venda se diferenciam na visão que tem de si mesma, como se consideram, agricultoras, do lar...)
30. Em sua opinião qual dos seus afazeres é o mais importante?

**Grupo 3 – Participação em Movimentos**

1. Participa do MST, sindicato, associação de moradores ou outro movimento social?
2. Como participa?
3. Pontos positivos dessa participação
4. Pontos negativos dessa participação
5. Participa de Movimento de Mulheres? Grupo ou outro de mulheres?
6. Como participa?
7. Pontos positivos dessa participação
8. Pontos negativos dessa participação
9. Existe atuação da Igreja, Igreja/CPT ou outra pastoral no assentamento?
10. Como se dá essa atuação? A participação é política?

**Grupo 4 – Percepções sobre Políticas Públicas**

1. Qual a atuação do INCRA no assentamento?
2. Qual a atuação da AGRAER no assentamento?
3. Qual a atuação da Prefeitura no assentamento?
4. São oferecidos cursos, palestras, atividades no assentamento?
5. Na questão acima, no caso de sim, quem realiza e quais são? Em 2015/2016
6. São oferecidos cursos, palestras, atividades no assentamento para mulheres no assentamento?
7. Na questão acima, no caso de responder SIM, quem realiza e quais são?
8. Como e onde é realizado o atendimento à saúde no assentamento?
9. Existe tratamento especializado para a saúde da mulher, no assentamento?
10. Existe escola em funcionamento no assentamento? Quais séries atende?
11. Qual ou quais (elencar três) políticas públicas deveriam ser desenvolvidas no assentamento?
12. Qual ou quais (máximo de três) políticas públicas deveriam ser desenvolvidas no assentamento para as mulheres?